



§ 8.00

JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUPLEMENTO

PROGRAMA

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

PREÂMBULO

1. MUDANÇA PARA O PROGRESSO E BEM-ESTAR

O Programa do VIII Governo Constitucional é um instrumento político para cinco anos que reflete as aspirações do povo timorense e as medidas prioritárias de desenvolvimento sustentável, tal como definido no 'Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030'. O novo Executivo, durante o seu mandato, irá assim continuar a contribuir para transformar Timor-Leste, um país com rendimentos baixos num país com rendimentos médio-alto, onde a população vive em segurança e é saudável, instruída e próspera.

O Programa do Governo incorpora ainda o roteiro definido por Timor-Leste para cumprir a 'Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas', roteiro este que também foi desenvolvido com base no Plano Estratégico de Desenvolvimento, articulando as suas metas e prioridades com os 'Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)' para se atingirem progressos concretos de desenvolvimento sustentável. Esta Agenda Global é constituída por 17 ODS que visam resolver as necessidades das pessoas, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás, garantindo um futuro melhor não só para os timorenses mas também para o mundo em geral.

Timor-Leste assumiu o compromisso político de implementação desta Agenda e esteve particularmente envolvido na inclusão do "Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis", já que reconhece que sem paz, justiça e instituições sólidas e eficazes, muito dificilmente se pode implementar qualquer um dos outros objetivos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável.

Assim, a Aliança de Mudança para o Progresso (AMP), constituída por três partidos políticos, chama a si o dever e a responsabilidade de continuar a:

i) Implementar as políticas públicas e as reformas em curso,

PROGRAMA

VIII GOVERNUN KONSTITUSIONAL

PREÂMBULO

1. MUDANSA BA PROGRESU NO BEM-ESTAR

Programa VIII Governo Konstitusional sai hanesan instrumentu polítiku ida, ba tinan lima, nebé reflete aspirasoens povo timor nian no mós fô sai medidas prioritárias ba dezvoltimentu sustentável, hanesan define ona iha 'Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu 2011-2030'. Ezekutivu ida ne'e, durante nia mandatu, sei kontinua kontribui ba transforma Timor-Leste, país ida nebé iha rendimentus ki'ik ba país ida ho rendimentus médios-altos, pís iha nebé populasaun moris iha seguransa nia laran no saudável, instruída no próspera.

Programa Governu nian inkorpora (katak, tau mós) roteiro (dalan) nebé Timor-Leste define tiha ona atu kumpri (ka implementa) "Ajenda 2030 ba Dezenvolvimentu Sustentável, husi Nasoens Unidas", roteiro ida nebé dezvoltividu (ka halo) ho baze iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu, hodi artikula ninia metas ho prioridades ho "Objetivus Dezenvolvimentu Sustentável (ODS)", atu bele atinje progressus nebé konkretus ba dezvoltimentu sustentável. Ajenda Global ida ne'e iha 17 ODS, nebé buka hatán ba nesesidades emar-nian, hodi realsa katak labele iha ema ida nebé husik hela iha kotuk, atu garante futuru nebé diak liu ba timoroan sira hanesan ba mundu tomak.

Timor-Leste mós assume tiha ona kompromisu polítiku ba implementasaun Ajenda ida ne'e no Timor-Leste envolvido tebe-tebes iha inkluziun (ka atu hatama) "Objectivu 16 - Paz, Justiza no Instituisoens efikazes, responsáveis no inkluzivas, iha nível hotu-hotu", tamba Timor-Leste hatene katak, se la iha paz, justisa no instituisoens fortes no efikazes, difisil tebe-tebes atu implementa objetivus sira seluk, nebé indispensáveis ba dezvoltimentu sustentável.

Nune'e, Aliansa Mudansa ba Progressu (AMP), husi partidus polítikus tolu, bolu ba nia an-rasik dever na responsabilidade atu kontinua:

i) Implementa políticas públicas no reforma sira nebé la'o

que se comprovaram bem-sucedidas, por forma a manter a estabilidade e a potenciar o desenvolvimento económico e social;

- ii) Promover reformas estruturantes para acelerar a transformação necessária em setores que não estão a corresponder às expectativas da população; e,
- iii) Reformar, corrigir e aperfeiçoar processos, sistemas e metodologias que obstaculizam o desenvolvimento sustentável, de forma transversal, para que todas as Instituições sejam mais eficazes, responsáveis e inclusivas.

Para um jovem Estado, com apenas dezasseis anos, manter a paz e promover a justiça em Timor-Leste são aspetos fulcrais. Rever, capacitar e melhorar as instituições garantes destas condições, irá continuar a ser uma prioridade nacional, já que sem paz e sem justiça não é possível transpor as barreiras que levam à saída de uma situação de fragilidade enquanto Estado. A paz, a justiça e instituições sólidas são pilares que permitem transmitir confiança e segurança à população, atrair investimento e desenvolver o sector económico e social de forma sustentável.

A diversificação económica e a criação de emprego são prioridades assumidas por este Executivo, para dar resposta aos desafios da modernidade e suportar uma população jovem e em crescimento acelerado. Temos o benefício de possuir riquezas energéticas, mas temos que colocar todo o nosso empenho para escapar à “maldição dos recursos”, construindo pontes que façam uma ligação sólida entre os recursos naturais e o progresso.

Perante este desafio, iremos continuar a investir em três áreas fundamentais: capital social, desenvolvimento de infraestruturas e desenvolvimento económico, alicerçadas num quadro institucional eficaz que contribua para eliminar a corrupção e a burocracia excessiva e que promova a competência, o profissionalismo, a honestidade e a transparência.

Os investimentos a nível do capital social visam construir uma sociedade saudável e instruída, capaz de satisfazer as necessidades sociais do povo e de produzir uma força de trabalho que acompanhe o desenvolvimento do país. Os investimentos ao nível de infraestruturas pretendem contribuir para uma economia emergente, interligada e sustentável. Contamos com um plano completo de infraestruturas para a construção de portos, aeroporto, estradas, água potável e saneamento básico em todo o país, a ser implementado com uma nova dinâmica, nos próximos cinco anos.

Os investimentos a nível de desenvolvimento económico permitirão a Timor-Leste criar uma economia moderna, diversificada e próspera, por via da construção de setores industriais estratégicos e transformadores. A agricultura, as pescas, a pecuária e os recursos florestais são uma fonte de rendimento e de alimentação cruciais ao desenvolvimento que, aliados ao empreendedorismo, criam diversas oportunidades de desenvolvimento de indústrias. O turismo requer um investimento prioritário como forma de capitalizar a beleza, a diversidade e a localização geoestratégica do país. Por outro lado, o investimento na transformação da costa sul num centro

hela, nebé mós hatudu katak la’o diak, hodi mantein estababilidade no loke dalan ba dezenvolvimento ekonómiku no sosial;

- ii) Promove reformas nebé estruturantes, atu aselera transformasaun ida nebé nesasária, iha setores nebé seidauk hatudu la’o ho diak populasaun sira nian;
- iii) Reforma, korrije no aperfeisoa prosesus, sistemas no metodolojia nebé difikulta (sátan netik) dezenvolvimentu sustentável, iha áreas hotu-hotu, atu instituisoens tomak bele sai efikaz liu, responsáveis liu no inkluzivas liu.

Ba Estadu jovem (ka nurak) ida, ho deit tinan 16, mantém paz no promove justisa, sai nudar aspetus importantes tebes. Revê, kapasita no hadi’ a instituisoens, nebé fô garantia ba kondisoens sira né, mak kontinua sai prioridade nasional, tamba se la iha paz no justisa, sei la konsegue hakat-liu barreiras nebé Estadu bele sinti liu tiha ona situasaun frájlil nian. Pas, justisa no instituisoens fortes mak pilares (ka ai-rin), nebé sei hamosu konfiansa no seguransa va populasaun, bele atraí investimentu no dezenvolve setor ekonomiku no sosial, husi dalan nebé sustentável.

Diversifikasaun ekonómika no kriausaun empregu, mak sai prioridades ba Governo oda ne’e, atu fô resposta ba dezafius nebé mai husi modernidade no atu apoia populasaun jovem nebé aumenta lalais tebes. Ita iha benefísiu tamba iha riku-soin enerjétikus, maibé ita tenki esforsa-an maka’ as atu sés-an husi ‘maldição dos rekursus’ (ka ‘malisan husi riku-soin’), hodi bele harí pontes atu hetan ligasaun nebé forte entre rekursus sira né ho progressu.

Atu hasoru dezafiu ida né, ita sei kontinua investe iha áreas fundamentais tolu: kapital sosial, dezenvolvimentu infraestruturas no dezenvolvimentu ekonómiku, nebé hatúr iha quadru institucional ida nebé efikaz duni, no bele kontribui atu elimina tiha korrupsaun no burokrazia nebé todan liu, ho nune’e promove kompetensia, profissionalismu, onestidade no transparensia.

Investimentus iha kapital sosial, ho objetivu atu harí sosiedade saudável no instruída, no ho nune’e bele hatán ba nesidades sosiais povu-nian no bele hamosu forsa-de-trabalhu atu bele disponível ba dezenvolvimentu País nian. Investimentus nebé aloka iha infraestruturas ho hanoin atu kontribui ba ekonomia ida ke buras, interligada no sustentável. Ami iha planu kompletu iha infraestruturas, ba konstrusaun portus, aeroportus, estradas, bé-mos no saneamentu báziku iha rai-laran tomak, nebé sei implemente ho dinâmika foun ida, iha tinan 5 mai né.

Investimentus iha dezenvolvimento ekonómiku sei ajuda Timor-Leste atu kria ekonomia moderna, diversifikada no próspera, liu husi konstrusaun iha setores industriais estratéjikus, ho kbiit atu transforma. Agrikultura, peskas, pekuária no rekursus florestais mak fonte de rendimentu no ba alimentasaun, buat rua krusiais ba dezenvolvimentu nebé, ho tán hadi’ a no haboot empreendedorismu, sei kria oportunidades barak ba dezenvolvimentu iha indústria. Turismo presiza tama iha prioridade investimentu, atu bele kapitaliza (fô valor) ba ninia beleza, ninia diversidade no atu aproveita lokalizasaun jeográfika País nian. Nune’e mós, investimentu atu transforma kosta-sul ba sentru petrolíferu

petrolífero regional - o projeto Tasi Mane – é uma aposta arrojada com efeitos económicos multiplicadores em todos os municípios, sucros e aldeias do país.

Parte importante deste processo de construção do Estado e da Nação é ainda garantir a plena soberania sobre o território nacional, incluindo o território marítimo que, nos termos do direito internacional, se encontra sobre a sua jurisdição. É neste sentido que o VIII Governo irá continuar a dar prioridade máxima às negociações para finalizar a delimitação de fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia, bem como implementar o Tratado sobre fronteiras marítimas entre Timor-Leste e a Austrália no Mar de Timor, cuja execução do projeto Tasi Mane está intrinsecamente relacionado.

Considerando que o Tratado entre Timor-Leste e a Austrália contempla, para além da delimitação das fronteiras marítimas, o estatuto jurídico do campo de gás do Greater Sunrise e o estabelecimento de um regime especial para o desenvolvimento desses recursos e a partilha de receitas resultantes, iremos continuar a apostar na construção de um gasoduto em território soberano, implementando assim a visão do nosso povo, tal como consubstanciada no nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Partimos da convicção que o sucesso de Timor-Leste, enquanto Estado e enquanto Nação, depende da conjuntura democrática e política destes próximos anos, onde o Estado timorense se estrutura e consolida como um Estado moderno, onde todos reconhecem o primado do Direito e onde há responsabilização e responsabilidade por parte de todas as forças vivas da sociedade.

Só através da consolidação da unidade nacional, da paz e da democracia é possível atuar de forma concertada para reduzir a pobreza extrema no país, diminuir as desigualdades e as assimetrias regionais e reforçar a soberania nacional. O Governo irá, para tal, chamar a participar neste processo as outras instituições públicas e os atores sociais nacionais, por forma a conciliar uma visão de desenvolvimento partilhada e que cumpra os requisitos constitucionais.

Como tal, o VIII Governo Constitucional compromete-se ainda a elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento II, em permanente consulta com a Sociedade Civil, para atualizar o plano anterior e refletir o estado da Nação atual e as mudanças que, entretanto, ocorreram no país e no mundo, bem como para demonstrar as vantagens competitivas da Nação no desenvolvimento dos setores estratégicos referidos, os quais irão conduzir ao seu progresso efetivo.

O Programa do Governo, para a legislatura 2018-2023, que agora se apresenta aos Distintos Deputados do Parlamento Nacional, sintetiza as principais políticas públicas a serem adotadas para reforçar e otimizar os setores de governação e os seus recursos, encurtando o caminho traçado para transformar a visão 2030 em realidade.

Por fim, este documento representa um conjunto de compromissos com a sociedade timorense, passíveis de escrutínio público, para o desenvolvimento nacional e para o progresso e o bem-estar de todos os timorenses, com a participação de todos os timorenses.

rejonial ida – projetu Tasi Mane – ne'e sai hanesan aposta ida nebé brani, nebé sei lori impaktus ekonómikus multiplikadores ba munisipius hotu-hotu to'o sukus no aldeias tomak.

Parte importante iha prosesu konstrusaun Estadu no Nasaun, mak atu garante soberania total da Rai, inklui ba Tasi nebé, tuir direitu internasiona, iha Timor-Leste ninia jurisdisaun (ka kontrole no uzu). Tan ne'e mak VIII Governo sei kontinua fô prioridade máxima ba negosiasoens atu hetan delimitasaun fronteiras terrestres no marítimas ho Indonésia, nune'e mós oin-sá implementa Tratadu kona-ba fronteiras marítimas entre Timor-Leste no Austrália, iha Tasi Timor, ba nebé projetu Tasi Mane iha relasaun nebé boot tebes.

Hodi haré katak Tratadu entre Timor-Leste no Australia, kona-ba delimitasaun fronteiras marítimas, temi mós estatutu juridiku ba kampu gás Greater Sunrise nian no estabelesimentu rejime espesial ba dezvoltimentu rekursus no fahe reseitas nebé sei mai, ami sei kontinua defende opsaun kadoras mai ita-nia Rain, hodi implementa vizaun husi ita-nia povu, nebé hakerek ona iha Planu Estratéjiku Dezvoltimentu 2011-2030.

Ami iha konviksaun katak susesu da Timor-Leste, nudar Estado no nudar Nasaun, depende ba konjuntura demokratika no politika iha tinan hirak mai né, tempu nebé Estado timorense se estrutura di'ak liu tan no konsolida-an nudar Estadu modernu ida, iha nebé ema hotu-hotu rekonhese primado do Direito (katak lei mak ás liu) no iha nebé iha responsabilizasaun (husu responsabilidade) no iha responsabilidade (ema ida-idak simu ninian) husi forsas vivas (komponentes, sosial, politika, ekonomika) tomak iha sosiedade laran.

Só liu husi konsolidasaun Unidade Nasional, Paz no Demokrasia, mak iha possibilidade atu atua ho forma konsertada atu reduz ki'ak no mukt iha País laran, diminui dezigualdades nebé iha no asimétrias (diferensas) rejionais, hodi reforsa soberania nasional. Nune'e, Governo sei husu instituisoens públikas hotu-hotu no atores sosiais nasionais atu partisipa iha prosesu ida ne'e, hodi bele konsilia (tau hamunutuk) vizaun kona-ba dezvoltimentu nebé hotu-hotu iha laran, tuir rekizitus (ka normas) konstitusionais.

Nune'e, VIII Governu Konstitusional kompromete atu elabora Planu Estratéjiku Dezvoltimentu II, ho konsulta permanente ho Sosiedade Sivil, atu atualiza plano nebé hala'o hela no hodi reflete estadu atual Nasaun nian no mudansas nebé mosu hela iha ita-nia Rai laran no iha Mundu, nune'e mós atu hatudu vantajens kompetitivas Nasaun nian, iha dezvoltimentu setores estratéjikus nebé temi tiha ona, tamba setores sira ne'e mak sei lori ba progresu nebé efetivu.

Programa Governo nian, ba legislatura 2018-2023, nebé apresenta daudauk ba Distintus Deputadus iha Parlamentu Nasional, sintetiza (tau hamutuk) politikas publikas nebé importantes atu hala'o, hodi reforsa no otimiza setores governasaun no setor rekursus nian, nune'e habadak dalan kona-ba transforma Vizaun 2030 ba realidade.

Ikus liu, dokumentu ida ne'e representa konjuntu kompromisus ba sosiedade timorense, nebé hotu-hotu bele haré tuir ka fiskaliza, kompromisus ba dezvoltimentu nasional no ba progresu no bem-estar timoroan hotu-hotu, liu-husi mós partisipasaun husi timoroan hotu-hotu.

1.1 Visão Geral

O programa do VIII Governo procede das políticas implementadas com sucesso no passado, já que os objetivos e prioridades centrais do Governo fundamentam-se numa perspetiva de continuação dos esforços empreendidos e dos progressos alcançados de desenvolvimento económico, social e político.

Por esta razão, o Governo analisou seriamente a situação interna do país – o estado da Nação - para aferir sobre as melhores estratégias a implementar durante os próximos cinco anos.

Como tal, é importante relembrar o passado recente e sintetizar o ponto de situação interno do país:

1. Enquanto país recém-criado, foi necessário conduzir um processo difícil de “construção do Estado”, partindo de um cenário onde não existia experiência governativa nem democrática, não existiam instituições estatais, nem infraestruturas básicas, recursos humanos qualificados e recursos financeiros.
2. Como tal, o processo de construção do Estado, num primeiro momento, foi alicerçado na dependência financeira e institucional dos parceiros de desenvolvimento e países doadores, o que representou um desafio adicional ao desenvolvimento das instituições nacionais, já que este desenvolvimento não deixou de estar associado a padrões e regras importadas do estrangeiro, que nem sempre corresponderam às necessidades reais do país, moldando e limitando comportamentos e instigando conflitos no processo de construção e consolidação das instituições públicas.
3. Ocorreram diversas crises e foram necessários dois anos e meio para o IV Governo resolvê-las e foi, em 2009, 10 anos após o referendo que levou à independência nacional, que o Povo timorense adotou o mote: “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”.
4. E como este mote exigia desenvolvimento, em 2010 e parte de 2011, por todo o país ocorreram debates públicos promovidos pelo Governo sobre as potencialidades de desenvolvimento no país, de onde resultou o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.
5. Com o lançamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 2011, passou-se a ter um quadro de longo prazo como referência, a fim de se cumprir uma visão para Timor-Leste, no sentido de se tornar um país de rendimentos médio-altos, com uma população saudável, habilitada e em segurança até 2030. O Plano prevê uma abordagem que engloba o curto, médio e longo prazo, com base na visão partilhada de um país que tem como objetivo crescer bem e com bases sólidas.
6. Porém, este Plano aprovado no Parlamento Nacional em setembro de 2011 apenas começaria a ser implementado em 2013. Com efeito, em 2012, na primeira metade do ano, decorriam duas rondas de eleições presidenciais, sendo

1.1 Vizaun Jeral

VIII Governo nia programa atu haktuir politikas nebé implementa ona ho susesu, tamba objetivos no prioridades sentrais Governu nian mai ho baze kontinuasaun ba esforsus nebé hala’o tiha ona no ba progresus nebé iha daudauk kona-ba dezvoltimentu ekonómiku, sosial no polítiku.

Tamba ne’e, Governu halo análise sésia ida kona-ba situasaun interna País nian – Estadu da Nasaun – atu bele buka no hetan estratéjias nebé di’ak liu atu implementa iha tinan liman oin mai.

Nune’e, importante atu lembra fali pasadu nebé resente no sintetiza ponto-de-situasaun internu iha País:

1. Núdar País nebé foin horis, prosesu difísil ‘konstrusaun Estadu’ ezije esforsu boot, hodi haré katak, bain-hira hahú, la iha esperiensa governativa, la iha instituisoens Estadonian, la iha infraestruturas bázikas, la iha rekursus umanus no la iha rekursus finanseirus.
2. Tan ne’e, prosesu konstrusaun Estadu, iha kedas nia hahú, harí ho baze ba dependensia financeira no institucional husi parseirus dezvoltimentu no Países doadores, nebé sai hanesan dezafiu ida-tan ba dezvoltimentu instituisoens nasionais, tamba dezvoltimentu né tenki kesi-an ba padroens no regras internasionais, nebé lori husi estranjeiru, hodi forma no limita komportamentus no dududu ba konflitus iha prosesus konstrusaun no konsolidasaun instituisoens públikas nian.
3. Krizes lubuk ida mós mosu no presiza kedas tinan 2 atu IV Governu bele rezolve no, iha ona 2009, tinan 10 depois de referendu nebé lori mai independensia nasional, Povo timor adopta (kaer, simu) mote ‘Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento’.
4. No, tamba mote ida né ezije dezvoltimentu, maka iha 2010 no 2011 sorin balun, hala’o iha Pa’is tomak debates públikus nebé Governu promove, kona-ba potencialidades ba País nia dezvoltimentu, hosi nebé rezulta (ka hetan) Planu Estratéjiku Dezvoltimentu 2011-2013.
5. Ho lansamentu Planu Estratéjiku Dezvoltimentu, iha 2011, komesa iha ona kuadru ba longo prazu ida núdar referensia, atu kumpre vizaun ba Timor-Leste, hodi bele sai País ida ho rendimentus médiu-altus, ho populasaun saudavel, instruida no iha seguransa, iha 2030. Planu né prevé abordajem ida ke engloba (kaer hamutuk) kurtu, medio no longo prazu, ho baze iha vizaun kona-ba País ida nebé iha objetivu atu hakbit no haboot-an iha bazes fortes.
6. Maibé, Plano ida ne’e, aprovado iha Parlamento Nasional iha ona Setembro 2011, no só bele hahú implementa iha 2013. Ne’e tamba, iha 2012, iha primeiro semestre, iha kedas ronda rua ba eleisoens presidenciais, no, iha fali segundo

que, na segunda metade do ano, foi a vez das eleições legislativas e a formação do V Governo, com a consequente definição do seu programa, a preparação do Plano de Ação para 2013 e subsequente Orçamento Geral do Estado 2013.

7. A Agenda 2030 das Nações Unidas, aprovada em 2015, reconhece, assim, que sem paz, sem justiça e sem instituições sólidas e eficazes, muito dificilmente um país poderá implementar os outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
 8. Este compromisso foi reforçado por Timor-Leste, já pelo VI Governo, que em maio de 2017 organizou uma Conferência Global sobre o “Roteiro para a Implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Timor-Leste definiu um percurso claro para progredir nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, tendo em conta o contexto nacional, alinhou esses objetivos com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.
 9. Também no respeito pelo princípio da transparência, Timor-Leste adotou uma medida em que os Parceiros de Desenvolvimento não só têm de respeitar o sistema estabelecido no país, como apresentar, anualmente, um relatório sobre o uso do dinheiro investido, concedido pelos seus Governos. Como tal, foi aprovada a Política de Gestão da Eficácia da Ajuda Externa, que define como o apoio internacional para o desenvolvimento deve ser facultado a Timor-Leste, garantindo a apropriação do mesmo, o alinhamento com os programas do Governo e a promoção de responsabilidade mútua, tendo sempre em vista a obtenção de resultados que melhorem a vida do povo.
 10. Quer através dos sucessos alcançados no sentido da paz, estabilidade e crescimento económico num tão curto espaço de tempo, quer através da sua ação no grupo G7+ e participação nos mais diversos fóruns internacionais – partilhando a sua experiência do conflito à resiliência e promovendo uma agenda de paz mundial e a reconciliação – Timor-Leste é considerado, a nível mundial, um caso de sucesso, podendo atualmente capitalizar a sua presença no palco internacional.
 11. Na compreensão realista de que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, não se poderá deixar de reconhecer que, apesar de não ter sido possível fazer tudo para, no imediato, melhorar drasticamente todos os aspetos da vida do Povo, se fez o suficiente para a afirmação de que a vida económica do país continua a dar francos sinais positivos.
 12. A nossa democracia tem vindo a ser consolidada, ano após ano. Timor-Leste foi considerado o país mais democrático do Sudeste Asiático, segundo a avaliação independente do The Economist, sobre o Índice de Democracia. Este estudo publicado em 2017, considera os processos eleitorais, o pluralismo, as liberdades e garantias, a participação política, a cultura política e o funcionamento das instituições Timor-Leste.
- semestre, mosu eleisoens lejislativas no formasaun ba V Governo, ne’ebé tenki define ninia programa, prepara Plano Asaun ba 2013 no mós Orsamento Jeral Estadu ba 2013.
 7. Ajenda 2030 Nasoens Unidas nian, aprovada iha 2015, rekonhese katak, se la iha paz, la iha justisa no-la iha instituisoens fortes no efikazes, difisil tebe-tebes ba País ida atu implementa Objetivus sira seluk ba Dezenvolvimentu Sustentável.
 8. Kompromisu ida ne’e hetan apoiu boot husi Timor-Leste, tamba VI Governu, iha Maio 2017, organiza Konferensia Global kona-ba ‘Roteiro ba implementasaun Ajenda 2030 no Objetivus Dezenvolvimentu Sustentável’. Timor-Leste define klaru tiha ona nia dalan atu la’o ba Objetivus Dezenvolvimentu Sustentável no, haré mós ba kontextu nasional, alinha objetivus sira ne’e ho Plano Estrátjiku Dezenvolvimentu 2011-2030.
 9. Kaer mós ba prinsipiu transparénsia, Timor-Leste hasai medida ida, husi nebé Parseirus Dezenvolvimentu la ós deit tenki respeita sistema nebé ita estabelese, maibé mós tenki, tinan-tinan, apresenta relatóriu kona-ba oin-sá sira uza osan nebé sira-nia Governus fô liu-husi sira. Ho nune’e, aprova tiha Política Jestaun kona-ba Efikasias husi Ajuda Esterna, nebé define oinsá apoiu internacional ba dezenvolvimentu bele fô mai Timor-Leste, hodi garante katak, atu hala’o apoiu ne’e, tenki alinha ho programas Governu nian no atu garante promove responsabilidade husi parte rua (doador no benefisiário), sempre ho hanoin kona-ba hetan rezultadus nebé bele hadi’a povu nia moris.
 10. La ós deit husi susesus nebé ita alkansa iha paz, estabilidade no kresimentu ekonomiku, iha tempu nebé badak, maibé liu mós husi asaun nebé hala’o iha grupo G7+ no partisipasaun iha foruns internacionais oioin – hodi fahe esperiensa husi konflitu ba reziliensia no promove agenda paz iha mundu no rekonsialiasaun – Timor-Leste, iha nivel mundial, konsideradu kazu susesu ida, no ho nune’e kapitaliza ninia prezensa iha palko internacional.
 11. Ho kompreensaun ida realista katak “Roma ho Pavia la halo iha um dia”, ita labele husik liu atu rekonhese katak, maski la la konsegue halo buat hotuhptu atu, lalais kedas, hadi’a totalmente aspetus hotu-hotu iha Povo-nia vida, buat balun halo duni ona, nebé hatudu afirmasaun nebé dehan katak vida ekonomika povu nian hatudu onestamente sinais pozitivus.
 12. Ita buka no esforsa-an atu konsolida hela ita-nia demokrasia, tinan ba trinan. Timor-Leste, konsideradu País mais demokrátiku iha Sudeste Asiátiku, tuir avaliasaun independente husi ‘The Economist’, kona-ba ‘Índice Demokrasia’. Estudu ida ne’e publika iha 2017, hodi haré ba prosessos eleitorais, pluralismu, liberdades no garantias, partisipasaun política, kultura política no funsionamentu instituisoens Timor-Leste nian.

1.2 Cenário Atual

1. Estimando-se que, atualmente, a população total de Timor-

1.2 Senáriu Atual

1. Husi dadus nebé iha, bele hare katak populasaun Timor,

Leste atinja os 1.268.671 habitantes, e com um crescimento anual de cerca de 2.37%, cerca de 51,24% dos habitantes tem menos de 20 anos. Em Timor-Leste, cerca de 49.2% dos habitantes são mulheres e 78% desses habitantes vivem fora da capital, Díli.

2. A economia timorense cresceu, entre 2008 e 2011, com taxas médias de 11% ao ano. Em 2016, o PIB não petrolífero foi no valor de 1.702 milhões de dólares, equivalendo a um crescimento de 5,3%, e com um PIB Per Capita de 1.338,00 dólares americanos, valor que, em 14 anos, triplicou os 480,60 dólares americanos registados em 2002. Contudo, regista-se que 46% do crescimento ocorrido entre 2010 e 2015 se deve à ação da Administração Pública, sendo que outros 24% advêm do setor da construção promovido por investimento público.
3. Resultado desse crescimento é a redução da pobreza em Timor-Leste. Após o grande aumento registado entre os anos de 2001 e 2007, de 36,3% para 50% respetivamente, o nível de pobreza vem diminuindo de forma consistente, passando dos 50% de 2007 para os 42% registados em 2014. Um valor que se reduz de forma mais expressiva se for usado o indicador internacional de pobreza (1,9 dólares norte-americanos por dia), com base no qual a incidência de pobreza extrema caiu, assim, de 47%, em 2007, para 30% em 2014 (uma diminuição acompanhada de outras melhorias nos padrões de vida, como sendo o aumento no acesso à eletricidade, qualidade de habitação e propriedade de ativos).
4. Os níveis de consumo privado vêm também refletindo esse crescimento da economia e redução de pobreza, sendo que, segundo o Banco Mundial, entre 2004 e 2014, as famílias timorenses foram responsáveis por um aumento do consumo privado em 160%. Em 2016, o consumo privado cresceu 4,2%, com o registo de veículos a aumentar 8% e o número de visitantes estrangeiros a aumentar em 6,6%. No entanto, embora entre 2007 e 2014 tenha havido uma redução notável da pobreza, a desigualdade em termos de consumo permaneceu praticamente inalterada no mesmo período, conforme pode ser verificado pelo índice Gini de 0,28 em 2007 e 0,29 em 2014. Isto corresponde à necessidade de continuar os esforços para reduzir a pobreza e as desigualdades e fortalecer o crescimento económico geral.
5. A construção, como indicador da dinâmica económica, em 2016, registava uma área total de construção projetada de 92.814 m², correspondendo a um total de 46 licenças concedidas, com um valor projetado de 37.716 milhões de dólares. Comparando com o ano de 2008, a área de construção projetava-se nos 40.453 m², com um total de 22 licenças, totalizando um valor projetado de apenas 11.319 milhões de dólares.
6. Na aquisição de transporte próprio, em 2016 registava-se a compra de 19.498 veículos, sendo que, destes, 83,6% correspondem a motociclos, 9% a ligeiros de passageiros, 5,8% a ligeiros de carga e 1,5% a veículos pesados. Valores a contrastar com os valores de há 10 anos atrás, quando o total de aquisições se fixava nos 5.669 veículos, sendo que 71,5% destes motociclos.

agora, to'o 1.268.671 abitantes, ho kresimentu annual ida 2.37% no katak 51,24% habitantes ho idade menus de 20 anos. Iha Timor-Leste, husi total ida neba, Feto to'o 49.2%, no mós 78% populasaun mak hela iha Munisipius sira seluk no la hela iha Dili, nebe iha kedas 22%.

2. Ekonomia sa'e, husi 2008 ba 2011, ho taxas medias 11% kada tinan. Iha 2016, PIB naun-petroliferu hetan valor 1.702 milhoens dolares (katak, 1 Biliaun, 702 milhoens), nebe sai hanesan kresimentu 5,3%, no PIB Per Kapita sa'e ba 1.338,00 dolares, signifika katak, iha tinan 14 nia laran, triplika husi 480,60 dolares, nebe rejista iha 2002. Maibe, tenki dehan katak 46% husi kresimentu entre 2010 ho 2015, depende liu ba asaun husi Administrasaun Publika, no 24% mak husi setor konstrusaun, nebe investimentu privado promove.
3. Resultado husi kresimentu ne'e mak redusaun pobreza iha Timor-Leste. Iha 2007 persentajem kiak to'o 50%. Persentajem ida ne'e, iha 2014, tun ba 42% ona. Maibe, karik ita uza Indikator Internasional kona-ba Pobreza (1,9 dolares amerikanus lora ida), husi nebe bele hetan ka hare pobreza extrema (ka mukit), iha 2007, Timor-Leste hetan 47% kona-ba pobreza extrema no, iha 2014, tun tiha ba 30%, no iha redusaun ida ne'e ita bele hare melhoria padroens moris nian, hanesan asessu nebe boot ba eletrisidade, qualidade iha habitasaun (ka uma) no kbit hetan osan.
4. Niveis konsumu privadu mós influensia maka'as iha kresimentu ekonomia no redusaun pobreza, no, tuir Banku Mundial, entre 2004 no 2014, familias timorenses mak sai motivador ba aumentu konsumu privadu to'o kedas 160%. Iha 2016, konsumu privadu sa'e 4,2%, ho rejistu veikulus aumenta 8% no numero ema estranjeirus mai Timor aumenta 6,6%. Nune'e ba, maski entre 2007 no 2014, iha redusaun ba kiak, dezigualdade iha konsumu la muda iha tempu nebe hanesan, conforme sai ida mak bele hare husi Indise GINI, 0,28 iha 2007 no 0,29 iha 2014. Ne'e hatudu nesidade atu kontinua esforsus hodi reduz kiak no dezigualdades no haforte kresimentu ekonomiku jeral.
5. Konstrusaun, nudar indikator ida ba dinamika ekonomia, iha 2016, área total ba konstrusaun nebe halo okupa 92.814 m², nebe korresponde ba 46 lisensas nebe fõ, ho valor osan 37.716 milhões de dólares. Kompara ho 2008, area ba konstrusaun 40.453 m², ho lisensas 22 nebe fõ, ho deit valor osan 11.319 milhoes de dolares.
6. Kona-ba akizisaun kareta rasik, iha 2016, rejista kompra (ka sosa) 19.498 veikulus, no husi total ne'e, 83,6% ba motorizadas, 9% ba lijeirus, 5,8% lijeirus atu tula karga (ka sasan) no 1,5% ba veikulus pesados (kareta boot).

7. Enquanto indicador importante do desenvolvimento social e tecnológico da população, o consumo ao nível das telecomunicações e Internet revela alterações também substanciais no quadro atual. Assim, em 2015 registava-se um total de 3.965 subscritores de rede fixa de comunicações em contraste com os 827.685 de subscritores de serviço móvel. Ao nível da subscrição de serviços de Internet, registava-se em 2015 um total de 190.444 subscritores. Em contraste, no ano de 2012 registavam-se 11.700 subscritores de serviço telefónico fixo, enquanto a rede móvel registava ainda 687.682 subscritores. Já a Internet, em 2012, tinha 64.733 subscritores (dados disponibilizados pela Timor Telecom).
8. Timor-Leste continua a figurar entre os 47 Países Menos Avançados (PMA) identificados no Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), relativo a 2017. Com uma economia excessivamente dependente das políticas e programas de despesa pública, a falta de uma diversificação consistente da economia que seja capaz de fomentar um crescimento económico liderado pelo setor privado, vem dificultando o desenvolvimento sustentável e uma menor dependência em relação aos dividendos do petróleo.
9. De acordo com os dados da Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030, em 2013, 60% da população timorense encontrava-se em idade ativa, sendo que, destes, apenas 31% integravam a força de trabalho (excluindo agricultura de subsistência). Dos que integravam a força de trabalho, menos de 25% tinham emprego formal, ou seja, no cumprimento da Lei Laboral, sendo que os restantes tinham emprego informal ou eram trabalhadores independentes.
10. Estima-se um crescimento de quase 18% da população economicamente ativa entre 2013 e 2018, passando de 630.000 para 742.000, e espera-se que em 2030 a população economicamente ativa atinja 914.000. Além disso, em 2023 aproximadamente 37% da população economicamente ativa será composta por homens e mulheres jovens com idade inferior a 25 anos, enquanto 60% terão menos de 35 anos.
11. O crédito ao setor privado, que esteve estagnado em 2015 e 2016, chegando mesmo a recuar 1,8% em 2016, tem vindo a recuperar, tendo-se registando um aumento de 25% no total do ano de 2017. Crescimento ao qual não é alheia a forte queda verificada nos níveis de crédito malparado, que baixou dos 23% em 2015, para os 15% no primeiro trimestre de 2017.
12. O Índice de Preços no Consumidor (IPC), que tem vindo a decrescer consecutivamente desde 2011, tendo mesmo atingindo uma desvalorização de 1,3% em 2016, regista uma inflação positiva de 0,6% em 2017, prevendo o Banco Mundial que a tendência se mantenha em 2018, fixando-se nos 1,5%, e em 2019, atingindo os 2,5%.
13. Timor-Leste tem vindo a investir as suas receitas provenientes dos recursos naturais num fundo de riqueza soberano, o Fundo Petrolífero, consistente com os princípios de transparência e boa governação, estando obrigado a retirar apenas montantes limitados, para financiar as prioridades
7. Nudar indikator importante ba desenvolvimentu social no teknolojiku populasaun nian, konsumu iha nível telekomunikasoens no Internet hatudu alterasoens boot iha kuadru atual. Nune'e, iha 2015, rejista total 3.965 subskritores ba rede fixa komunikasoens, enkuantu ba servisu móvel hetan total 827.685 subskritores. Iha nível Internet, iha 2015, rejista total de 190.444 subskritores. Ita bele harée diferença, tamba iha tinan 2012, ba servisu telefóniku fixu, rejista deit 11.700 no ba rede móvel sei iha deit 687.682 subskritores. Ba fali Internet, iha 2012, iha deit 64.733 subskritores.
8. Timor-Leste sei mosu nudar País ida menus dezvoltidu, hamutuk ho Países 46, nebé identifikadus iha Relatório Konferensia Nasoens Unidas nian kona-ba Komersio no Dezenvolvimentu, ba tinan 2017. Ho ekonomia nebé depende tebe-tebes ba politikas no programas ba despesa pública, no tamba la iha diversifikasaun nebé consistente ba ekonomia, hodi dudu cresimentu ekonomiku ida nebé lidera husi setor privadu, mak sai nudar obstákulu ba dezvoltimentu sustentável no ba menor dependensia ba reseitas petróleo.
9. Tuir dadus husi Estratéjia Nasional Empregu 2017-2030, iha 2013, 60% populasaun timorense iha idade ativa (katak, bele servisu) maibé 31% maka integra iha forsa trabalhu, nebé la ós agrikultura subsistensia. Husi sira nebé integra iha forsa trabalhu, la to'o 25% mak hetan empregu formal, no sira seluk iha empregu naun-formal no nudar trabalhadores independentes (ka servisu ba an rasik).
10. Iha estimasaun katak kresimentu 18% husi populasaun ativa, entre 2013 e 2018, hasa'e numeru 630.000 ba 742.000, no haré katak, iha 2030, populasaun ekonomikamente ativa bele to'o 914.000. Nune'e mós, iha 2030, besik 37% husi populasaun ekonomikamente ativa, sei komposta husi mane no fetu, ho idade menus de 25 anos, enkuantu menu 35 anos maka halo 60% husi total iha leten.
11. Kréditu ba setor privadu, estagna (la la'ó) tiha iha 2015 no 2016, hodi hetan rekuo ida to'o 1,8% iha 2016, mas consegue rekupera fali ho aumentu 25% iha tinan 2017. Estagnasaun nebé verifica ne'e tamba kréditu mal paradu (katak, kredores sira la selu), nebé consegue hadia'a fali hodi, husi 23% iha 2015, tun duni ba 15% iha primeiru trimestre 2017.
12. Indise Presus ba Konsumidor (IPC), nebé tun beibeik husi 2011, hodi atinje desvalorizasaun 1,3%, iha 2016, rejista inflasaun nebé positiva ho 0,6% iha 2017, no Banku Mundial prevê katak tendensia ida ne'e se mantein iha 2018, iha 1,5% no, iha 2019, bele atinje 2,5%.
13. Timor-Leste investe hela ninia reseitas, nebé mai husi rekursus naturais ba fundu soberanu ba rikeza, Fundu Petrolíferu, consistente ho prinsipius transparensia no boa governasaun, tamba ne'e mak obrigadu hasai deit montantes limitadus, atu finansia prioridades estratéjikas

estratégicas nacionais do Orçamento Geral do Estado, como é o caso das infraestruturas básicas, da educação e da saúde.

14. Este Fundo, estabelecido em 2005 com um saldo de abertura de 205 milhões de dólares, é uma ferramenta que contribui para uma boa política fiscal, que considera e pondera devidamente os interesses a longo prazo dos timorenses, já que o montante das transferências é pautado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), estabelecido como 3% da riqueza total petrolífera. O objetivo do RSE é suavizar os gastos de rendimentos petrolíferos temporariamente altos e servir de escudo contra a volatilidade dos influxos das receitas petrolíferas e salvaguarda de um uso sustentável das finanças públicas.

15. Ao alterar a Lei do Fundo Petrolífero, em 2011, após um processo rigoroso e participativo, houve uma alocação de até 50% em títulos públicos, 50% em instrumentos de rendimento fixo e até 5% em instrumentos alternativos. Esta estratégia de diversificação do Fundo Petrolífero provou ser sólida e positiva e proporcionou sólidos retornos. De acordo com o Banco Mundial, o Fundo, que é afetado pelas receitas de petróleo, pelo retorno de investimento líquido e pelos levantamentos, contará com um valor de mercado de 16.922 milhões de dólares americanos, até final de 2018.

16. Ainda sobre o desenvolvimento do setor petrolífero, é importante relembrar que, em 2007, Timor-Leste ingressou na Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE), tendo desenvolvido, apenas com uma década de independência, um sistema de classe mundial para gerir as receitas, sendo o primeiro país da Ásia-Pacífico e o terceiro no mundo inteiro ao qual foi concedido o estatuto de conformidade com a ITIE, em termos de divulgação e transparência das receitas do petróleo e gás, em julho de 2010.

17. O primeiro Orçamento Geral do Estado foi de 75,6 milhões de dólares, por doações internacionais. Em 2017, o orçamento geral de Timor-Leste tinha crescido para 1.414,4 milhões de dólares. O significativo crescimento da despesa pública requereu que o Governo desenvolvesse um sistema de gestão das finanças públicas que fosse eficiente, responsável e transparente.

Como tal, várias reformas foram iniciadas para um maior profissionalismo no Ministério das Finanças e noutros ministérios, o que melhorou a gestão e execução financeira e a prestação de serviços.

18. Ainda como forma de assegurar a melhor gestão possível dos recursos, o Governo, em 2008, criou a Autoridade Nacional do Petróleo (ANP), alterada em 2016 para Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), enquanto instituição pública responsável pela gestão e regulação das atividades petrolífera e de exploração mineira na área de Timor-Leste, tanto offshore como onshore, e na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP). Para maximizar a participação de Timor-Leste no desenvolvimento do setor petrolífero, o Governo criou ainda, em 2011, a companhia nacional de petróleo de Timor-Leste, ou seja, o TIMOR GAPE.P.

nacionais iha Orsamentu Jeral Estadu, hanesan infraestruturas, edukasaun no saúde.

14. Fundu ida ne'e, estabele sidu iha 2005, ho saldo loka nian 205 milhoens de dólares, sai nudar instrumentu id aba politika fiscal nebé diak, hodi haré no sukat didiak interesses timoroan hotu nian, ba longo prazu, tamba montante nebé bele hasai, reguladu husi Rendimentu Sustentável Estimadu (RSE), nebé to'o deit 3% husi total rikeza petrolifera. Objetivu RSE nian mak atu kontrola gastus ba rendimentus petroliferus, nebé por enkuantu às hela, no tahan impact husi presu mina-rai nebé volátil (ka sa'e-tun) no salvaguarda uzu sustentável iha finansas públicas.

15. Depois de prosesu rigorozu no partisipativu ida, altera duni, iha 2011, Lei Fundo Petróleo, hodi halo alokasaun to'o 50%, iha Títulos Públicos, no 50% iha mekanismu Rendimentu Fixu no to'o 5% iha mekanismus alternativus. Estratéjia diversifikasaun Fundu Petrolíferu ne'e, prova duni katak forte no positiva, hodi proporsiona retornus nebé maka'as. Tuir Banku Mundial, Fundu ne'e, nebé simu reseitas (nebé dala ruma sa'e, dala ruma tun) husi petróleo, ho retornus nebé hetan no mós ho levantamentus (osan nebé hasai, tuir orsamentu Estadu), sei konta, to'o 2018 remata, valor merkadu ho 16.922 milhoens dolares amerikanus (ka, bilioens 16, milhoens 922 dolares amerikanus).

16. Kona-ba dezvoltimentu setor petroliferu, importante atu relembra katak, iha 2007, Timor-Leste tama iha Inisiativa da Transparensia Indústrias Extrativas (ITIE), no katak, iha deit tinan 10 Ukun-An, dezvoltolve kedas Sistema ho klasse mundial atu jere reseitas, no sai, iha Julhu 2010, primeiru País iha Ásia-Pasifiku no terseiru iha Mundu tomak, nebé hetan estatutu katak hala'o tuir duni ITIE, iha divulgasaun no transparensia reseitas petróleo no gás.

17. Iha 2002, primeiro Orsamentu Jeral do Estadu hetam 75,6 milhoens dólares, husi ajuda internacional. Iha 2017, OGE sa'e ba 1.414,4 milhoens de dolares (ka, 1 biliaun, 414 milhoens, 400 mil dolares). Cresimentu nebé signifikativu (ka boot) iha despesa pública ezije ba Governu atu dezvoltolve sistema de jestaun id aba finansas publikas, nebé efisiente, responsável no transparente.

Nune'e, hala'o mós iha Ministériu Finansas no iha ministerius seluk, reformas lubuk ida, hodi bele hetan profesionalimsu diak liu ho hadi'a jestaun no ezekusaun financeira no prestasaun servisu.

18. Hodi bele assegura diak liu-tan jestaun ba rekursus, Governu, iha 2008, kria Autoridade Nasional Petróleo (ANP), nebé pasa, iha 2016, ba Autoridade Nasional Petróleo no Minerais (ANPM), nudar instituisaun pública responsável ba jestaun no regulasaun ba atividades petrolifera no explorasaun mineira iha Timor-Leste laran, tanto iha tasi komu iha rai-laran, no iha Área Conjunta Desenvolvementu Petrolíferu. Atu maximiza partisipasaun Timor-Leste nian iha dezvoltimentu setor petroliferu, Governu kria mós, iha 2011, companhia nasional petróleo, ho naran TIMOR GAPE.P. (GAP, katak: Gas and Petroleum).

19. A criação do Instituto do Petróleo e Geologia (IPG), em 2012, e da empresa nacional mineira Murak-Rai Timor-Leste S.A., em 2017, visa desenvolver estudos geológicos e zelar pelos interesses do Estado nas atividades de exploração dos recursos minerais do país.

20. Com este cenário real da situação socioeconómica do País, o VIII Governo Constitucional assume, como prioridade número um, a criação do emprego. Para tal, o Governo compromete-se a criar todas as condições possíveis para fazer alavancar a diversificação económica, nas áreas produtivas, tais como agricultura, pecuária, pescas e turismo, para além do sector da indústria. Para isso, a criação de um Banco de Desenvolvimento, aberto ao investimento estrangeiro, tem como objetivo prover uma linha de crédito a empresas nacionais, para iniciarem, com confiança, uma participação ativa e efetiva no crescimento económico do País.

21. O Banco de Desenvolvimento Nacional (BDN) terá também o papel central de gestão do Fundo dos Veteranos e do Fundo da Segurança Social para se garantir sustentabilidade no futuro destes Fundos, quanto ao bom uso do Fundo dos Veteranos e quanto a imprimir uma melhor certeza para a gestão das reformas, libertando o Estado de uma obrigação financeira anual.

2. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

“A verdadeira riqueza de qualquer Nação é a força do seu povo. A maximização da saúde, educação e qualidade de vida gerais do povo timorense é essencial para se conseguir uma Nação justa e desenvolvida”.

O desenvolvimento económico de Timor-Leste é um objetivo nacional que depende fortemente da capacitação, saúde e qualificação da sua força de trabalho. Investir no capital humano é, portanto, uma estratégia fundamental para permitir o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, criar condições para uma maior inclusão, bem-estar e dignidade na sociedade timorense.

Uma sociedade culturalmente democrática e desenvolvida é, ainda, aquela que não deixa ninguém para trás, investindo nos grupos mais fragilizados e vulneráveis, e onde se assume o papel fundamental da mulher, dos jovens e idosos, para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo não só os seus direitos nos termos da Constituição, como, no caso dos direitos da mulher, promovendo a igualdade e transversalidade do género em todos os momentos políticos, sociais e económicos do País e em todas as suas instituições.

2.1 Educação e Formação

Remover as barreiras no acesso à educação e assegurar que todas as crianças e jovens têm acesso a um ensino de qualidade, independentemente da sua condição social e económica e da localidade onde residem, é uma estratégia prioritária do Governo. O acesso a uma educação de qualidade não deve

19. Kriasaun Institutu Petroleu no Geolojia (IPG), iha 2012, no empreza nasional mineira Murak-Rai Timor-Leste S.A., iha 2017, atu dezenvolve estudus jeolójikus no defende interesses Estadu iha atividades explorasaun ba rekursus minerais iha País.

20. Ho senário nebé real kona-ba situasaun sosio-ekonomika País nian, VIII Governo Konstitusional assume, hanesan prioridade número um, mak kriasaun de empregu. Ba ne'e, Governu kompromete atu kria kondisoens hotu-hotu nebé bele atu hatúr no haburas diversifikasaun ekonómika, iha áreas produtivas, hanesan agrikultura, pekuária, peskas no turismu, para além de setor indústria. Ba ne'e, kriasaun Banku Dezenvolvimentu, no sei loke-an ba investimentu estrangeiru, ho objetivu atu fõ linha de krédito ba empresas internacionais, atu bele inisia (ka hahú), ho konfiansa, partisipasaun nebé ativa no efetiva iha kresimentu ekonomiku Pais nian.

21. Banku Dezenvolvimentu Nasional (BDN) sei iha mós knar boot ba iha jestaun Fundu dos Veteranus no Fundu da Seguransa Sosial atu bele garante sustentabilidade iha futuro ba Fundus ne'e, kona-ba uza didiak Fundu dos Veteranus no mós atu imprime (ka kuda metin) serteza nebé boot iha jestaun ba reformas, hodi liberta Estadu husi obligasaun finanseira tinan-tinan.

2. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU KAPITÁL SOSIAL

“Rikeza ka rikusoin Nasaun ida nian mak povu nia forsa ka kbiit rasik. Dezenvolvimentu máximu iha Saúde, Edukasaun ho qualidade moris povu timor tomak nian, ne'e esensial tebes atu bele harii metin Nasaun ida ne'ebé justa no desenvolvida”.

Dezenvolvimentu ekonómiku Timor-Leste nian hanesan objetivu nasional ida ne'ebé depende maka'as tebes ba kapasitasaun, saúde ho kualifikasaun husi nia forsa de trabalho. Investe iha kapital umanu, ne'e hanesan estratéjia fundamental ida, hodi permite dezenvolvimentu ne'ebé sustentável no mos kria kondisoens ba inkluzsaun ne'ebé boot liu, bein-estar ka moris di'ak no ho dignidade iha sosiedade timor laran.

Sosiedade ne'ebé kulturalmente demokrátika no desenvolvida, mak ida ne'ebé la husik hela ema ida ba kotuk, hodi buka no investe maka'as iha grupus sira ne'ebé frájeis no vulneráveis liu, no asume (ka simu) papél fundamental fetu, jovens ho idozus sira-nian ba dezenvolvimentu sustentável, hodi rekoñese mos, la'os de'it sira-nia direitos tuir Konstituisaun, maibé hanesan iha kazu kona-ba fetu-nia direitos, promove igualdade no transversalidade jéneru iha momentus politikus, sosiais no ekonómikus País nian tomak no iha nia instituisoens hotu-hotu.

2.1 Edukasaun no Formasaun

Halakon obstákulus iha asesu ba edukasaun no aseguara atu labarik no foin sa'e sira bele hetan asesu ba edukasaun ida ho qualidade, la haré ba kondisaun ekonomika no sosial no mos fatin iha ne'ebe sira horik ba, sai nudar estratéjia prioritária ba Governu. Asesu ba Edukasaun, ho qualidade, labele sai deit

nunca ser um privilégio de alguns, mas, pelo contrário, a educação deve ser um instrumento inclusivo que permita nivelar as diferenças nas oportunidades socioeconómicas, sendo, assim, possível promover o desenvolvimento equitativo da Nação.

A educação é um direito fundamental do cidadão e a principal ferramenta para o desenvolvimento social e económico, bem como para a criação de uma sociedade saudável e próspera.

Em 2023, Timor-Leste pretende atingir uma educação de melhor **qualidade**, com **mais ampla oportunidade de acesso para todos**, sendo esta uma educação capaz de prover **realmente resposta às necessidades do mercado de trabalho**, contribuir para a redução do desemprego, através da aprendizagem ao longo da vida, e, essencialmente, quebrar o ciclo vicioso de pobreza intergeracional. A educação a ser alcançada irá promover uma aprendizagem para servir de base, para que os cidadãos possam tornar-se ativos no desenvolvimento sustentável, na consolidação da nação e, também, a aplicarem as suas potencialidades e a sua criatividade humana a favor da inovação.

Para atingir este resultado, o Programa do VIII Governo Constitucional, na área da Educação reflete um programa **coerente** e, simultaneamente, **integrado**. Afirma-se, através deste programa, que o verdadeiro caminho, para alcançar os resultados esperados de forma sustentável, é através da **participação efetiva da comunidade educativa** e da **contribuição ativa das várias entidades públicas e privadas** (incluindo a sociedade civil e o setor privado) com base num **sistema de coordenação** firme. Ainda, promove-se, através deste Programa, a definição e implementação de intervenções educativas com base em **evidências científicas e concretas** e **estudos rigorosos, de qualidade**.

Neste sentido, o Governo irá melhorar a qualidade da educação e da formação profissional, assegurando a igualdade de acesso, de toda a população timorense, a todas as áreas de ensino. Para tal irá:

- i) Reformar a gestão e administração do sistema educativo, ao nível do Ministério da Educação, municipal e das escolas, incluindo a definição de procedimentos adequados e de sistemas para a monitorização e avaliação;
- ii) Fortalecer as condições para que as crianças, com idades compreendidas entre os três e os cinco anos, tenham acesso à preparação para o ensino básico obrigatório, incluindo a educação pré-escolar, em facilidades próximas à sua casa, devendo, ainda, assegurar a participação efetiva da comunidade educativa;
- iii) Solidificar as condições para um ensino básico universal, obrigatório e gratuito de melhor qualidade. O ensino básico será um centro para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Aos seis anos de idade, todas as crianças terão acesso ao Ensino Básico de qualidade, com a aquisição de sólidas competências matemáticas e de literacia nas línguas oficiais,

privilegio ba ema balun, maibé, pelu kontrariu, edukasaun prezisa sai nudar instrumentu inkluzivu ida ne'ebé bele hamenus diferensas, iha oportunidades socioekonomikas, hodi promove dezvoltamentu ekuitativu iha ita-nia Nasaun.

Edukasaun sai nudar direitu fundamental ida ba sidadauns no sai instrumentu importante ba dezvoltamentu sosial no ekonomiku, nune'e mos atu kria sociedade ida ne'ebé saudável no próspera.

Iha tinan 2023, Timor Leste hakarak atu atinje edukasaun ida ne'ebe ho qualidade diak liu, ho oportunidade boot iha asesu ba ema hotu, hodi sai edukasaun ida ne'ebe bele hatán lolós ba nesesidades merkadu-de-trabalhu nian, kontribui hodi hamenus dezempregu, liu husi aprendizajen iha moris tomak (*aprendizagem ao longo da vida*), no, liu-liu, atu hakotu tiha siklu visiozu husi/iha kiak interjerasional. Edukasaun ida ne'ebé atu atinji, mak sei promove aprendizajen ida ne'ebé serve hanesan baze, atu sidadauns sira bele ativu iha partisipasaun ba dezvoltamentu sustentável, iha konsolidasaun ba Nasaun no, nune'e mos, atu sidadauns sira bele aplika sira-nia potencialidade no sira-nia criatividade umana ne'ebe favorese ba inovasaun.

Atu atinji rezultadus ne'e, programa VIII Governu Konstitusional iha área Edukasaun, reflete (ka hatudu) programa ida koerente no integradu. Liu husi programa ida ne'e, hakarak afirma katak dalan lós atu alkansa rezultadus ne'ebé ita hein ho forma sustentável, maka liu husi partisipasaun permanente husi comunidade educativa no kontribuisaun ativa husi entidades oi-oin, publikas no privadas (inklui mos sociedade sivil no sektor privadu) ho baze iha sistema kordenasaun ida ne'ebé firme. No mos, liu husi programa ida ne'e, sei promove definisaun no implementasaun ba intervensoens educativas, nebé bazeia ba evidências sientifikas no konkretas nune'e mos ba estudus rigurozus, ho qualidade.

Nune'e, Governu sei hadi'a qualidade Edukasaun no formasaun profisional, hodi asegura asesu ne'ebe hanesan ba populasaun timor-oan tomak, iha áreas Ensinu hotu-hotu.

Ba ne'e, Governu sei:

- i) Reforma jestaun no administrasaun iha Sistema Edukativu, iha nivel Ministeriu Edukasaun, Munisipal no mos iha eskolas, inklui definisaun ba prosedimentus ne'ebe adekuadus no ba sistemas monotorizasaun no avaliasaun;
- ii) Haforsa kondisoens atu labarik sira, ho tinan entre tolu to' o lima, bele hetan asesu ba preparasaun ba ensinun báziku obrigatóriu, inklui edukasaun pré-eskolar, ne'ebe besik sira-nia hela fátin. Asegura mos, partisipasaun konkreta husi comunidade educativa;
- iii) Haforsa (ka hametin) kondisoens ba Ensinu Báziku ne'ebe universal, obrigatóriu no gratuitu, ho qualidade ne'ebé diak duni. Ensinu Báziku sei sai nudar sentru hodi aprende atu konhese, aprende atu halo, aprende atu moris ho ema seluk no mos aprende atu forma nia a'an rasik. Iha idade ho tinan nen, labarik hotu-hotu sei hetan asesu ba Ensinu Báziku ida ho qualidade, ho akizisaun ba kompetências nebé maka'as iha matemátika no iha literasia, iha lian (ka línguas) oficiais, ho mós kompetensia bázika iha lian ingles, hanesan

e competências básicas na língua *inglês*, enquanto língua estrangeira, bem como os valores fundamentais da identidade nacional, da história e cultura timorense;

- iv) Reforçar as condições para um ensino secundário onde se adquiram conhecimentos científicos, humanísticos e técnicos. Os alunos irão aprender a aplicar estes conhecimentos nos setores produtivos do país, estando preparados para ingressar no mercado de trabalho ou prosseguir para estudos superiores, universitários ou politécnicos. O Governo continuará a prover duas opções: o ensino secundário geral, ou o ensino secundário técnico-vocacional;
 - v) Assegurar que a frequência, no ensino superior, seja capaz de dar uma resposta mais acertada ao mercado de trabalho, assegurando a igualdade de acesso para todos e o fortalecimento dos mecanismos de acreditação e avaliação da qualidade deste nível de ensino;
 - vi) Reforçar as oportunidades, àqueles que querem estudar e aprofundar os seus conhecimentos, principalmente os mais vulneráveis, e àqueles que enfrentam os maiores desafios, através de programas educativos atraentes e flexíveis e com base em metodologia de qualidade para o ensino de adultos;
 - vii) Modernizar e assegurar uma maior relevância dos esforços de formação profissional contínuo, fortalecendo as medidas de maior efetividade como a mentoria e o acompanhamento, e o uso da informática e tecnologias da informação, de materiais multi-média e da aprendizagem à distância para assegurar docentes de qualidade, aptos para formar o futuro de Timor-Leste;
 - viii) Continuar a desenvolver os recursos humanos nacionais, através de programas, estratégias e investimentos plurianuais. O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da educação e da formação profissional de jovens e adultos, de forma transparente e coordenada, e com base na identificação das áreas de conhecimento e habilidades mais carentes;
 - x) Consolidar a Comissão Nacional da Educação (CNE) como mecanismo de promoção de diálogo inclusivo e participativo, entre todas as partes interessadas do setor educativo e da estreita coordenação entre o Ministério da Educação, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros para o desenvolvimento;
 - xi) Enraizar o Programa na educação inclusiva, promovendo uma cultura de respeito pela diversidade, reconhecendo os diversos talentos e as múltiplas capacidades de todos, promovendo o sucesso de todos os alunos e efetivamente convidando-os a terem um futuro como cidadãos respeitados por toda a comunidade, assegurando a educação centrada no aluno como uma realidade diária, representando, ainda, o princípio-chave para a política educativa.
 - xii) Consolidar a língua tétum, por forma a garantir a
- lian estrangeiru, nune é mos kompetênsia iha valores fundamentais husi identidade nasional, husi historia no mos husi kultura timor-nian;
 - iv) Reforsa kondisoens ba Ensinu Sekundáriu ida, iha ne' ébe estudantes sira bele hetan asesu ba koñesimentus sientifikus, umanistikus no mos téknikus. Alunus sira sei aprende atu aplika koñesimentus hirak ne' é, iha sektore produtivus País-nian, hodi prepara sira atu tama ba merkadu de trabalho ou atu kontinua sira-nia estudus superiores, universitarius ka politéknikus. Governu sei kontinua fo opsau rua: Ensinu Sekundariu Jeral ka Ensinu Sekundariu Tekniku-Vokasional;
 - v) Asegura atu estudantes sira ne' ébé tama iha Ensinu Superior, bele prontu atu fo resposta ne' ébé los liu, iha merkadu de trabalho, hodi asegura asesu ne' ébé hanesan ba ema hotu no haforsa mekanizmus akreditaun nian no avaliaun ba kualidade iha nível ensinu ida ne' é;
 - vi) Reforsa oportunidade ba hirak ne' ébe hakarak estuda no hakléan sira-nia koñesimentus, liu-liu sira ne' ébe vulneráveis liu, no sira ne' ébé hasoru dezañus boot, liu-husi programa edukativu ne' ébe atraente no flexível, bazeia ba metodolojia ne' ébé ho kualidade ba ensinu ba ema adultus;
 - vii) Moderniza no hodi asegura importansia nebé boot, iha esforsus ba formasaun profesional kontínua, hodi haforsa padroens efetividade nebé tenki diak, hanesan mentoria no akompañamentu, no uza informátika no teknolojia ba informasaun, material multimédia no aprendizajen 'à distânsia' (ka husi dok) atu asegura dosentes ho kualidade, preparadus atu forma futuru Timor-Leste nian;
 - viii) Kontinua dezanvolve rekursus umanus nasionais, liu husi programas, estratégias no investmentus plurianuais. Fundu Dezanvimentu Kapital Umanu sei kontinua kontribui ba dezanvimento iha Edukasaun no Formasaun Profisional ba foin-sa' e no adultus sira, ho forma ne' ébé transparente no kordenadu, no ho baze iha identifikasaun ba áreas koñesimentu no habilidades ne' ébe sei falta liu;
 - ix) Konsolida Komisaun Nasional Edukasaun (CNE), nudar mekanizmu ba promosaun diálogo inkluzivu no partisipativu, entre partes interessadas iha sektor edukativu, no koordenaun nebé diak entre Ministeriu Edukasaun ho sosiedade sivil no setor privadu no mos ho parseirus dezanvimentu nasionais no internasionais;
 - x) Hakléan programa iha edukasaun inkluziva, hodi promove kultura kona-ba respeito ba diversidade, hodi rekoñese talentus oi-oin no mos kapasidades oi-oin, husi ema hotu, atu nune é bele promove susesu ba alunus sira no, efetivamente, possibilita sira atu hetan futuru hanesan sidadauns ne' ébé hetan respeito husi comunidade tomak, no asegura edukasaun ne' ébé orienta liu ba alunu, nudar realidade loro-loron, ne' e hotu núdar prinsipiu-xave ba politika edukativa;
 - xi) Konsolida lían Tetun hodi garante padraun ida ba nia uzu,

padronização da língua, promover a sua utilização nos estabelecimentos de ensino, nas diferentes áreas de governação, nos media e pela população em geral.

Desta forma, o Governo compromete-se a revigorar a implementação do Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030 e a alcançar as seguintes metas durante os próximos cinco anos:

2.1.1 Ensino Pré-Escolar

- Ao menos 50% das crianças, entre 3 a 5 anos de idade, beneficiam de educação pré-escolar ou programas de preparação para o ensino básico obrigatório, com especial atenção às comunidades rurais;
- Implementar, na sua integridade, o currículo nacional de base e programas de orientação pedagógicos relativos à educação pré-escolar;
- Definir um sistema de administração e gestão dos estabelecimentos pré-escolares adequado à realidade nacional capaz de assegurar a efetividade do processo de ensino-aprendizagem e a maximização dos recursos humanos e financeiros, promovendo ainda o acesso das pré-escolas a incentivos financeiros públicos;
- Assegurar a construção ou reabilitação de, no mínimo 100 facilidades, para o uso da educação pré-escolar, completas com os seus recursos humanos, equipamentos e materiais didáticos.

2.1.2 Ensino Básico

- Aumentar para 95%, a taxa líquida de matrícula;
- Aumentar a taxa de aprovação, no fim do ensino básico para, pelo menos, 85%;
- Diminuir o rácio de alunos nas salas de aula, para uma média nacional de 1 professor para 35 alunos, através da construção de, pelo menos, 1 050 salas de aula;
- Assegurar, ao mínimo, um aumento de 30% na capacidade literacia dos alunos no final do segundo ano escolar, medidos com base em avaliações de acordo com padrões internacionais;
- Assegurar 100% das Escolas Básicas Centrais Públicas com instalações de água e saneamento e bibliotecas em condições de uso e um aumento de 50%, no número destas escolas, com acesso a facilidades de laboratório;
- Criar um fundo de infraestruturas para dar resposta às situações de emergência que ponham em risco a segurança e saúde dos alunos e professores;
- Implementar, na íntegra, o currículo nacional de base, e os seus programas de orientação pedagógica;

no promove nia uzu iha estabelesimentu ensinu sira, iha áreas oin-oin governu nian, iha média no ba populasaun hotu.

Nune'e, Governu kompromete atu haka'as liu-tan iha implementasaun Planu Estratejiku Nasional Edukasaun (2011-2030), atu nune'e bele alkansa metas hirak tuir mai, iha tinan lima oin mai:

2.1.1 Ensину Pré-Eskolar

- Pelu menus 50% husi labarik, ho tinan entre 3 to 5, sei benefisia ba Edukasaun Pré-Eskolar ka programa preparasaun ba Ensину Báziku obrigatóriu, ho atensaun espesial ba comunidades rurais;
- Implementa ho kompletu, Kurrikulu Nasional de Baze no programas ba orientasaun pedagogjika, relasiona ho edukasaun pré-eskolar;
- Define sistema administrasaun no jestaun ba estabelesimentus pré-eskolares, adekuaudu ba realidade nasional, ne'ebé bele asegura efetividade iha prosesu ensino-aprendizajen no maximiza rekursus humanus no finanseirus, hodi loke liu-tan asesu ba pré-eskolas no ba insentivus finaseirus publikus;
- Assegura konstrusaun ka rehabilitasaun, iha minimu, fasilidades 100, hodi uza ba edukasaun pre-eskolar, nebé kompletas ho rekursus umanus, ekipamentus no material didátiku.

2.1.2 Ensину Báziku

- Aumenta ba 95%, taxa likida iha matrikula;
- Aumenta taxa aprovasaun, iha etapa final ensinu báziku, ba pelu menus 85%;
- Hamenus rasiu husi alunus iha sala laran, ba média nasional, profesor 1 ba alunus 35, liu-husi konstrusaun, pelu menus, salas foun 1.050;
- Asegura iha mínimo, aumentu ba 30% ba kapasidade literasia alunus sira, iha 2º anu eskolar besik atu hotu, nebé sei sukat ho baze husi avaliasaun, tuir padraun internacional;
- Asegura katak 100% Eskolas Bazikas Sentrais Públikas sei hetan instalasaun bé no saneamentu, no bibliotekas ho kondisoens atu uza, no mos aumenta ba 50% número eskolas ne'ebé hetan ona asesu ba facilidades laboratóriu nian;
- Kria fundu infraestruturas ida, atu fo resposta ba situasoens emergjensia, ne'ebe bele tau-em-risku seguransa no saúde alunus no profesores sira nian;
- Implementa, ho kompletu, Kurikulu Nasional de Baze, ne'e-be hetan ona aprovasaun iha tinan 2015, no ninia programas ba orientasaun pedagójika;

- Desenvolver e implementar medidas pedagógicas adequadas para assegurar um ensino de qualidade, nas áreas rurais;
 - Rever o currículo nacional para o 3º Ciclo do Ensino Básico, aprovando a legislação relevante e as orientações pedagógicas;
 - Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, incluindo o Programa da Horta Pedagógica, e criar novos programas que estimulem competências culturais, artísticas e desportivas, em todas as Escolas do Ensino Básico;
 - Garantir que todos os alunos e professores tenham acesso a livros e materiais escolares relevantes e de qualidade, promovendo também o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
 - Criar uma série de programas televisivos e vídeos, para apoiar o processo de ensino-aprendizagem;
 - Definir e implementar programas de excelência, através de um processo de partilha dos padrões-modelo, para potencializar um acesso às práticas de qualidade aos estabelecimentos escolares públicos mais carecidos, utilizando os Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) como recurso;
 - Aprofundar a gestão democrática das escolas, através de medidas que fortaleçam a participação dos pais e alunos;
 - Reforçar a implementação do conteúdo curricular em matéria de formação para os valores cívicos, igualdade de género e respeito pela diversidade.
- Desenvolve no implementa medidas pedagójikas, ne´ebe adequadas, hodi asegura ensinu ida ho kualidade, iha áreas rurais;
 - Halo revizaun ba Kurrikulu Nasional ba 3º siklu do Ensину Baziku, hodi aprova lejislasaun relevante no orientasoens pedagójikas nebé presiza;
 - Konsolida aktividades ne´ebé hariku kuríkulu, inklui programa “*Horta Pedagógica*”, no kria programas foun ne´ebe estimula kompetensias kulturais, artístikas no desportivo sira, iha eskolas tomak iha ensinu báziku;
 - Garante atu alunus no Profesores sira tomak bele iha asesu ba livrus no materiais eskolares, ne´ebé relevantes no ho kualidade, hodi promove mos uzu ba Teknolojia husi Informasaun no Komunikasaun (TIC);
 - Hamosu programas televisivus lubuk ida no vídeos, hodi apoia prosesu ensinu-aprendizajen;
 - Define no implementa programas de excelénsia, liu-husi prosesu partilha (ka fahe ba malu) padroens-modelu atu potencializa asesu ba prátikas ho kualidade iha estabesimentus eskolares publikus, ne´ebé prezisa liu, liu-husi utiliza Centro de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), hanesan dalan ida;
 - Aprofunda jestaun demokrátika iha eskolas, liu-husi medidas ne´ebé haforsa partisipasaun inan-aman no aluno sira.
 - Reforsa implementasaun konteúdu kuríkulu nian iha matéria formasaun kona-ba valores síviku sira, igualdade jéneru no respeito diversidade.

2.1.3 Ensino Secundário Geral e Técnico-Vocacional

- Atingir até aos 85% a taxa bruta de matrícula, abrindo um número de vagas necessárias, em novas e atuais escolas;
 - Construir ou reabilitar, ao mínimo 300, de salas de aula, através do programa de construção e reabilitação de novas escolas e salas de aula do Ensino Secundário;
 - Assegurar 100% das Escolas Secundárias Públicas estejam completamente equipadas e prontas para servirem como um local de aprendizagem adequado, com facilidades de laboratório e biblioteca, com um ambiente seguro e respeitoso;
 - Dar início à implementação de medidas de avaliação pelo padrão internacional, para a medição dos resultados de aprendizagem (ex. PISA), servindo como linha de base para o reforço da qualidade deste nível de ensino e como mecanismo de medição do progresso;
 - Rever o Currículo Nacional do Ensino Secundário Geral, para promover uma melhor adequação aos padrões regionais e internacionais de ensino, assegurando a aquisição de competências práticas e de laboratório, e culturais, artísticas, desportivas, habilidades para a vida e competências transversais de empreendedorismo;
- Atinji to’o 85%, taxa bruta ba matrikula, hodi loke tan numeru vagas ne´ebé nesesarias, iha eskolas foun no eskolas ne´ebé iha ona;
 - Konstrui ka reabilita, iha mínimo 300 salas de aula, liu-husi programa konstrusaun no rehabilitasaun eskolas foun no sala de aulas ba Ensину Sekundariu;
 - Asegura katak 100%, husi eskolas sekundarias públicas, bele hetan kondisoens tomak nebé diak no prontas atu sai hanesan fatin ida ba aprendizajen ne´ebé adequada, ho fasilidades hanesan laboratoriu no biblioteka, iha ambiente ida ne´ebe seguru no respeitozu;
 - Hahú implementa medidas atu halo avaliaun, tuir padraun internacional, atu sukat rezultadus husi aprendizajen (ex. PISA), ne´ebé serve nudar baze ba reforsu ba kualidade iha nível ensinu ida ne´e, no sai mos nudar mekanizmu hodi sukat progresu nebé iha;
 - Haré hikas fali Kurrikulu Nasional ba Ensину Sekundariu Tekniku-Vokasional, atu promove adaptasaun nebé diak-liu ba padroens rejionais no internacionais ba ensinu, no asegura adkire (ka hetan) kompetensias pratikas no ba laboratoriu, kompetensias kulturais, artístikas no desportivo sira, habilidades ba moris no kompetensias transversais ba empreendedorismu;

- Rever o Currículo Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional, para promover uma melhor adequação às necessidades do mercado tais como a agricultura, a indústria, a mecânica, electrónica, a construção civil e a prestação de serviços, vocacionados para as artes, empresas, turismo e restauração, e com foco no desenvolvimento das áreas rurais;
- Assegurar o acesso dos Professores a materiais pedagógicos capazes de apoiar a implementação do currículo;
- Garantir que 100% dos Professores do Ensino Secundário Geral tenham a qualificação mínima exigida por lei, através da continuação da formação contínua de professores nos currículos e programas de orientação pedagógicas;
- Utilizar a informática e tecnologias de comunicação, como instrumento para promover o ensino moderno e de qualidade;
- Implementar um programa de aconselhamento profissional, para apoiar a escolha dos alunos aos cursos no Ensino Superior;
- Promover vigorosas parcerias com entidades relevantes, como ainda o setor privado, para garantir um Ensino Secundário acessível e de qualidade, incluindo o apoio financeiro e realização de estágios aos alunos, ajustados às necessidades do mercado;
- Definir e implementar programas de excelência, através de um processo de partilha dos padrões-modelo, para potencializar um acesso às práticas de qualidade aos estabelecimentos escolares públicos mais carecidos.
- Haré hikas fali Kurrikulu Nasional ba Ensinu Sekundariu Tekniku-Vokasional, atu promove ajustamentu diak-liu ba nesesidades husi merkadu, hanesan: agrikultura, industria, mekanika, eletronika, konstrusaun sivil, no prestasaun servisu nebé vokasionadus (ka halai) ba artes, empresas, turizmu no restaurasaun, ho foku ba dezentamentu iha áreas rurais;
- Asegura asesu Professores sira-nian ba materiais pedagójikus, ne´ebé bele apoia implemntasaun ba kurrikulu;
- Garante katak 100% husi Profesores, iha Ensinu Sekundariu Jeral, iha kualifikasaun minima ne´ebé lei exige, liu-husi formasaun kontínua ba Profesores iha kurrikulus no iha programas orientasaun pedagójika nian;
- Uza informátika no teknolojias komunikasaun, hanesan instrumentu atu promove ensinu ida ne´ebé modernu no ho qualidade;
- Implementa programa akonselhamentu profesional ida, hodi apoia alunus sira atu hili kursus nebé sira hakarak hasai, iha Ensinu Superior;
- Promove parcerias fortes ho entidades relevantes, inklui sektor privadu, atu garante Ensinu Sekundariu nebé asesível no ho qualidade, inklui apoiu finanseiru no realizasaun estájius ba alunus sira, nebé ajusta ho nesesidades merkadu nian;
- Defini no implementa programas de excelência, liu-husi prosesu partilha kona-ba padroens-modelu, atu potencializa asesu ba práticas nebé ho qualidade, ba estabelesimentus eskolares públikus ne´ebé presiza liu;

2.1.4 Ensino Recorrente

- Usar metodologias atrativas e flexíveis, de forma a aumentar a taxa de aprovação e graduação de programas do Ensino Recorrente;
- Avaliar e reforçar os Centros Comunitários de Aprendizagem, promovendo, essencialmente, que estes tenham, na sua base, a participação efetiva da sociedade civil e comunidade local, maximizando o seu uso para diversas atividades educativas no seio da comunidade;
- Fortalecer a qualidade do Ensino Recorrente, através do acesso a materiais didáticos com conteúdos concretos e de fácil compreensão;
- Expandir o programa de equivalência até ao Ensino Secundário, com base num estudo de viabilidade.

2.1.5 Reforço da Coesão Social através da Educação

- Promover a integração de modificações físicas necessárias, em todas as novas instalações das escolas públicas;
- Implementar um sistema educativo de reforço, acompanhado

2.1.4 Ensinu Rekorrente

- Uza metodolojias atrativas no flexíveis, hodi aumenta taxa de aprovasaun no graduasaun ba programas Ensinu Rekorrente nian;
- Avalia no reforsa Sentrus Komunitarius ba Aprendizajen, hodi promove liu-liu katak Sentrus sira né hetan partisipasaun, nebé efetiva, husi sosiedade sivil no comunidade lokal, atu maximiza utilizasaun Sentrus sira né ba atividades edukativas oi-oin iha comunidades nia let;
- Haforsa qualidade Ensinu Rekorrente, liu-husi asesu ba materiais didátikus ho konteúdu nebé konkretus no fásil atu kompriende.
- Habelar Programa Ekivalensia nian to’o Ensinu Sekundáriu, bazeia ba estudu viabilidade ida.

2.1.5 Reforsu ba Koezaun Sosial liuhosi Edukasaun

- Promove integrasaun ba modifikasoens fisikas nebé nesesárias, iha instalasoens hotu-hotu nebé foun ba Eskolas Públikas;
- Implementa sistema edukativu ida nudar reforsu, ho

de formação aprofundada para os Professores, conjuntamente com um programa de apoio específico às Escolas Públicas e Privadas que proporcionam um serviço educativo especializado aos alunos com necessidades educativas especiais, permitindo-as servir melhor a população

- Assegurar o reforço institucional e técnico dos Centros de Recursos da Educação Inclusiva, a partir de uma análise rigorosa das necessidades;
- Promover uma alimentação nutritiva dos alunos, incluindo a melhoria da implementação do programa de Merenda Escolar, fortalecendo a sua gestão e eficácia, através de mecanismos de coordenação interministerial;
- Estabelecer ligações com o Programa Saúde na Família e com outros programas relevantes, de forma a coordenar o apoio em relação à saúde física e mental das crianças, na escola e no lar, incluindo aqueles que possuam problemas psicológicos, traumas e outros problemas de saúde;
- Reforçar a coordenação com o programa Bolsa da Mãe, proporcionando também o acesso a bolsas de estudo aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Promover medidas de apoio para as crianças, que não possuem conhecimento de uma das línguas oficiais quando da integração no sistema educativo, através da continuação do programa piloto EMBLI até ao fim do 6.º ano escolar, assegurando o reforço da formação específica sobre o uso da primeira língua, como ponte para a aprendizagem das línguas oficiais
- Desenvolver um programa de atividades recreativas e de animação e outras inovações, para promover o conhecimento das duas línguas oficiais para crianças de mais tenra idade;
- Elaborar e implementar um programa específico para assegurar que as mães adolescentes continuem a ter acesso à educação em condições de igualdade;
- Desenvolver programa que encoraje as pessoas com deficiências a participarem atividades profissionais de grande relevância para o desenvolvimento nacional, incluindo, como Professores;
- Iniciar a implementação de um programa de transporte escolar, com o uso de métodos adequados para a realidade nacional, e a participação ativa da comunidade educativa;
- Aumentar a percentagem de Mulheres Docentes e em cargos de Direção e Chefia em entidades relevantes à educação para um aumento de, no mínimo, de 15%.

2.1.6 Gestão e Qualidade do Ensino

- Promover um sistema rigoroso para a Avaliação do Ensino e Gestão e Acreditação das Escolas, e implementar programas de capacitação capazes de colmatar as fraquezas identificadas;

formasun kle'an liu ba Professores, hamutuk ho programa ba apoiu espesifiku iha eskolas públikas no privado sira, ne'ebe oferese servisu edukativu espesializadu ida ba alunus sira ne'ebe ho necessidade edukativa espesializada, ba alunus sira nebé iha nesesidades edukativas espesiais, hodi permite katak eskolas sira né bele servi populasaun di'ak liu-tan;

- Assegura reforsu institucional no tekniku ba Sentrus Rekursus ba Edukasaun Inkluziva, liu-husi análize rigorosa kona-ba nesesidades;
- Promove alimentasaun nebé nutritiva ba alunus sira, inklui hadia implementasaun programa Merenda Eskolar, hodi haforsa nia jestaun no efikásia, liu-husi mekanismus kordenasaun inter-ministerial;
- Estabelese ligasaun ho Programa Saúde iha Família no ho programas relevantes seluk, hodi kordena apoiu ligadu ba saúde física no mental labarik sira, iha eskola ka iha lar (uma mahon), inklui sira ne'ebe iha problema psikolójiku, trauma no problemas saúde seluk-tan;
- Reforsa kordenasaun ho programa “*Bolsa da Mãe*”, hodi oferese mos asesu ba bolsas estudo ba alunus sira, ho nesesidades edukativas espesiais;
- Promove medidas apoiu ba labarik sira ne'ebe laiha koñesimentu lian ofisial ida, bain-hira sira integra ba sistema edukativu, liu-husi kontinuasaun programa-pilotu EMBLI to'o 6.º ano eskolar remata, hodi asegura reforsu ba formasun espesifika kona-ba uza primeira lingua hanesan ponte aprendizajen ba lian ofisial sira;
- Dezenvolve programa atividades rekreativas no programas animasaun nian no inovasoens seluk-tan, hodi promove koñesimentu lian ofisial ba labarik sira ne'ebe ho idade kiik;
- Elabora no implementa programa espesifiku ida, atu asegura inan-foin-sa'e sira kontinua hetan asesu ba edukasaun, iha kondisoens hanesan ema seluk;
- Dezenvolve programa ne'ebe enkoraja ema ho defisiênsia atu sira partisipa iha atividades profissionais, ne'ebe iha relevânsia boot ba desenvolvimentu nasional, inklui mos hanesan Profesores;
- Hahú implementa programa transporte eskolar, ho métodos nebé adequadus ba realidade nasional no partisipasaun ativa husi comunidade educativa;
- Aumenta persentajen Dosentes Feto no ba ba kargus Diresaun no Xefia, iha entidades relevantes ba edukasaun, ho aumentu minimu 15%.

2.1.6 Jestaun no Kualidade Ensinu

- Promove sistema ida rigorozu ba avalisaun ensinu no jestaun no akreditasaun ba Escolas no implementa programas ba kapasitasaun ne'ebe bele halakon fraquezas ne'ebe identifika ona;

- Promover o fortalecimento dos mecanismos de controlo do número de horas de ensino formal de cada aluno;
- Fortalecer o sistema de recursos humanos, nos estabelecimentos de Educação e Ensino, com base no mérito, profissionalismo e competência, bem como proporcionar incentivo, formação e capacitação, e implementar uma avaliação de desempenho com base em meios qualitativos e progressão nas carreiras, capazes de assegurar a valorização da profissão;
- Implementar medidas capazes de acertar a qualificação dos Professores, com a função a ser desempenhada, e assegurar que estes sejam colocados de acordo com a real necessidade;
- Assegurar que todo o processo de planeamento, de financiamento e de aprovisionamento seja de qualidade, e implementar passos para monitorizar a sua efetividade, utilizando os dados da educação e dados populacionais como uma ferramenta fundamental de planeamento, monitorização e avaliação;
- Modernizar os diversos níveis de Ensino, através da utilização de tecnologias da informática na administração e gestão escolar e no sistema informático de gestão escolar;
- Fortalecer as capacidades dos Serviços Municipais, incluindo, através de uma efetiva coordenação com o processo de descentralização administrativa e a formação em gestão e administração e em outras áreas necessárias;
- Assegurar uma gestão escolar eficiente, através da definição e implementação de regulamentos relativos à disciplina dos professores e alunos e de financiamento escolar;
- Melhorar a relação das escolas com os pais, incluindo a promoção de associação de pais e a realização de campanhas de sensibilização para o envolvimento dos pais, na educação das crianças;
- Implementar programas de enriquecimento pessoal dos alunos, nomeadamente através de atividades desportivas, escuteiras, cívicas, artísticas e culturais;
- Reestruturar o INFORDEPE para que este possa proporcionar um desenvolvimento profissional progressivo e de qualidade dos recursos humanos da educação e assegurar uma formação mais efetiva aos gestores e professores;
- Preparar Professores, de acordo com áreas de especialização relevantes, assegurando a colocação efetiva destes, antes do início do ano letivo;
- Promover a qualidade e relevância do Instituto Nacional da Linguística, sendo ainda assegurado mais recursos para o fortalecimento da língua oficial Tétum e de outras línguas nacionais;
- Promove no haforsa mekanismu kontrolu ba número oras ensinu formal ba alunu ida-idak;
- Haforsa sistema rekursus umanus, iha estabelesimentus edukasaun no ensinu no bazeia ba méritu, profesionalizmu no kompetensia, nune'e mos oferese insentivu, formasaun no kapasitasaun, no mós implementa avaliausaun ba dezenpeñu ho baze ba qualidade no progresasaun iha karreira, hodi bele aseguira valorizasaun profísaun nian.
- Implementa medidas ne'ebe bele liga Profesores sira-nia kualifikasaun ho sira-nia funsaun ne'ebe atu hala'o, no aseguira katak sira kolokadus tuir nesidade real.
- Aseguira katak prosesu tomak ba planeamentu, nia finansimentu no nia aprovizionamentu iha qualidade, no implementa asoens atu monitoriza nia efetividade, hodi utiliza dadus Edukasaun nian no dadus kona-ba populasaun, hanesan feramenta baze ba planeamentu, monitorizasaun no avaliausaun;
- Moderniza níveis de Ensino nebé iha, liu-husi utilizasaun teknolojia informática iha administrasaun no jestaun eskolar no iha sistema informática ba jestaun eskolar;
- Haforsa kapasidade servísius munisipais nian, inklui mos, liu husi kordenasaun efetiva ho prosesu descentalizasaun administrativa, formasaun ba jestaun no administrasaun no iha áreas sira seluk;
- Aseguira jestaun eskolar efesiente, liu-husi definisaun no implementasaun regulamentus kona-ba disciplina Profesores no alunus sira nian, no ba finansimentu eskolar.
- Hadi'a relasaun eskolas ho inan-aman sira, inklui promosaun ba asosiasaun inan-aman nian no realizasaun kampañas sensibilizasaun ba envolvimentu inan-aman sira, iha edukasaun labarik sira-nian.
- Implementa programas ne'ebe hariku alunus sira, liu-liu atividades desportivas, eskuteirus, atividades sivika, artístika no kultural;
- Reestrutura INFORDEPE atu bele oferese desenvolvimentu profesional progresivu no ho qualidade ba rekursus umanus iha edukasaun no aseguira formasaun nebé efetiva liu ba Jestores no Profesores;
- Prepara Profesores, tuir áreas relevantes ba especializasaun, hodi aseguira kolokasaun nebé efetivu, antes hahú anu letivu;
- Promove qualidade no relevância husi Insititutu Nasional de Linguística, hodi aseguira tan rekursus atu haforsa lian ofisial Tetun no lian nacionais seluk;
- Promove qualidade no relevância iha Insititutu Nasional Linguística, no aseguira tan rekursus hodi fortalese lian ofisial Tétum no lian nasional seluk.

2.1.7 Ensino Superior

- Assegurar um sistema de Ensino Superior abrangente e

2.1.7 Ensínu Superiór

- Aseguira sistema ida ba Ensínu Superior, nebé abranjente

ampliado, regulado por rigorosos padrões de qualidade e que responda às necessidades do País e respeite o Sistema Nacional de Qualificações de Timor-Leste;

- Implementar na totalidade os quadros reguladores e de financiamento das instituições públicas e privadas, incluindo a definição das áreas de ensino relevantes e do número máximo de vagas;
- Reforçar a capacidade da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), para promover a avaliação de qualidade e a acreditação dos estabelecimentos do Ensino Superior;
- Continuar a reforçar o programa de Bolsas de Estudo, através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), assegurando que este dê resposta às áreas estratégicas para o desenvolvimento do País, identificadas através do mapeamento dos recursos humanos elaborado pelo FDCH, e garanta o acesso com base no mérito e em programas específicos sociais;
- Continuar a reforçar a qualidade do ensino na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, incluindo a criação de novos cursos ajustados às necessidades do desenvolvimento socioeconómico do País, a melhoria das condições de infraestruturas, incluindo um complexo moderno da Faculdade de Engenharia, em Hera, e o reforço da Faculdade da Educação, Artes e Humanidades, nomeadamente na formação de novos docentes;
- Dar os passos iniciais para a criação de uma Cidade Universitária, no Município de Aileu;
- Reforçar o Ensino Superior Técnico, através da sua expansão em áreas estratégicas para a economia nacional, nomeadamente o Instituto Superior Politécnico de Hotelaria e Turismo, de Lospalos, e a Academia de Pescas e Estudos Marinho, de Manatuto, e da melhoria das condições de infraestruturas, de gestão e de ensino no Instituto Politécnico de Betano;
- Promover a ligação entre o Ensino Secundário Técnico-Vocacional e o Ensino Superior Técnico;
- Fortalecer o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia, através do funcionamento de todos os órgãos previstos no seu estatuto, de forma a desenvolver estudos de investigação e análise de ciências aplicadas, bem como o seu registo e a sua divulgação;
- Implementar programas capazes de fomentar um amplo acesso a materiais académicos aos estudantes e docentes, através de bibliotecas físicas e digitais;
- Promover a ligação entre as instituições de ensino superior acreditadas, públicas e privadas, com as empresas nacionais qualificadas com o objetivo de assegurar o alinhamento entre a oferta educativa e as necessidades;
- Elaborar e aprovar uma Política de Gestão e Organização do Ensino Superior, que estabeleça diretrizes sobre a diversificação da oferta educativa, o cumprimento do currículo de Padrão Mínimo e das línguas oficiais e ainda que promova a identidade, o patriotismo e a coesão social da comunidade educativa;

no luan, reguladu ho padroens rigurozus kona-ba kualidade, no bele responde ba nesesidade País-nian no respeita Sistema Nasionál de Kualifikasaun iha Timor-Leste;

- Implementa tomak kuadrus reguladores no ba finansiamentu instituisoens públikas no privadas, inklui definisaun ba áreas relevantes ba ensinu no número máximu ba vagas;
- Reforsa kapasidade Ajensia Nasionál ba Avaliasaun no Akreditasaun Akademika (ANAAA), hodi promove avaliasaun ho kualidade no akreditasaun ba estabelesimentus Ensину Superior nian;
- Continua no reforsa programa bolsas-de-estudu, liu husi Fundu Desenvolvimentu Kapital Humanu (FDCH), hodi asegura katak sei fõ resposta ba áreas estratéjikas iha desenvolvimentu País-nian, ne'ebé identifika liuhosi mapeamentu rekursus humanus ne'ebé elabora hosi FDCH, no garante asesu ho baze iha méritu no iha programas spesifikus sosiais;
- Continua reforsa kualidade ensinu iha Universidade Nasionál Timor Lorosa'e, inklui kriasaun kursus foun, nebé ajustadus ba nesesidade desenvolvimentu sosioekonomiku País nian, hodi hadi'a kondisaun infraestruturas, inklui hari kompleksu moderno ba Faculdade Engenharia, iha Hera, no halo reforsu ba Faculdade de Edukasaun, Arte no Humanidade liu-liu iha formasaun ba dosentes foun sira;
- Hahú pasus dahuluk ba kriasaun Sidade Universitária, iha Munsipiu Aileu;
- Reforsa Ensину Tekniku Superior, liu-husi expansaun iha áreas estratéjikas ba ekonomia nasional, liu-liu Instituto Superior Politekniku ba Hotelaria no Turismo iha Lospalos no Akademia Peskas no Estudus Mariñu iha Manatuto, no hadi'a kondisaun infraestruturas, jestaun no ba ensinu iha Instituto Politekniku Betano;
- Promove ligasaun entre Ensину Sekundáriu Tékniku-Vokasional ho Ensину Superior Tékniku;
- Haforsa Institutu Nasionál ba Siensias no Teknolojia, liuhosi funsionamentu órgaun hirak ne'ebé previstu iha nia estatutu, hodi desenvolve estudus investigasaun no análise ba siensias aplikadas, nune mos nia rejistu no nia divulgasaun;
- Implementa programas ne'ebe bele favorese asesu ida boot (ka luan) ba materiais akadémikus ba Dosentes no Estudantes sira, liu-husi bibliotekas fizikas no dijitalis;
- Promove ligasaun entre Instituisaun Ensину Superior akreditada sira, públiku no Privadu, ho empresas nasionais kualifikadas, ho objetivu atu asegura alinhamentu entre oferta edukativa no nesesidades sira;
- Elabora no aprova política jestaun ida no organizaun ba ensino superior ne'ebé estabelese diretrizes kona-ba diversifikasaun ba oferta edukativa, hodi kumpre kurikulumu ba padraun mínimo no ba língua ofisial sira ne'ebé promove identidade, patriotismu no koezaun sosial comunidade edukativa nian;

- Regularizar a implementação da Carreira Docente Universitária, incluindo a análise das atuais modalidades de formação contínua e pós-graduada dos docentes do ensino superior;
- Garantir a utilização efetiva das línguas oficiais no ensino superior e estudar a criação de um “ano zero”, para reforçar as competências linguísticas servindo também como reforço dos conhecimentos científicos básicos;
- Proceder à aprovação de legislação estruturante e específica do Ensino Superior, nomeadamente a aprovação da Lei de Bases do Ensino Superior, do Sistema Binário de Créditos e do Regime Jurídico do Currículo Padrão Mínimo do Ensino Superior e a formalização da criação do Conselho de Reitores;
- Promover que todos os estabelecimentos de ensino superior utilizam as línguas oficiais como línguas exclusivas de formação e ensino;
- Introduzir um Fundo de empréstimos para os estudantes, com o objetivo de promover maior equidade e igualdade de género no acesso ao ensino superior por parte dos estudantes de todo o País;
- Criar mecanismos e procedimentos que garantam o mapeamento, a monitorização, inspeção e o acompanhamento regular de todas as instituições do Ensino Superior, com o objetivo de assegurar a qualidade de ensino;
- Desenvolver um programa de capacitação para o Ensino Superior, a fim de providenciar serviços significativos de apoio administrativo, coordenativo e regulamentar ao sistema;
- Promover a Cooperação na área do Ensino Superior, devidamente regulamentada e enquadrada com as prioridades de Timor-Leste, com Instituições de Ensino Superior estrangeiras acreditadas;
- Aprovar e implementar um programa de combate ao plágio académico nas instituições de ensino superior públicas e privadas;
- Desenvolver parcerias com países integrados na ASEAN e CPLP de forma a fomentar a troca de experiências, mobilidade estudantes e docentes e outras atividades académicas.
- Regula implementasaun ba kareira dosentes universitarius sira, inklui halo análise ba atual modalidade ba formasaun kontinua no pós graduada ba dosentes ensinu superior sira;
- Garante uzu efetivu ba língua ofisial iha ensinu superior no halo estudo kona-ba kriasaun ba “ano zero”, hodi reforsa kompeténsias linguístika ne’ebé serve hanesan reforsu ida ba konhesimentu sientífiku báziku;
- Hatama ba aprovasaun leis estruturante sira no espesífiku ensinu superior nian, liu-liu aprovasaun ba sistema bináriu kona-ba kréditus no rejime juridiku ba kuríkulu padraun mínimu iha ensinu superior no formalizasaun ba kriasaun Konselhu Reitor;
- Promove atu estabesimentu iha ensinu superior hotu uza língua ofisial núdear língua eskluziva iha formasaun no ensinu;
- Hatama fundo infraestruturas ida ba estudante sira, ho objetivu atu promove ekivalensia no igualdade jéneru iha asesu ba ensino superior husi estudante sira iha pais tomak;
- Kria mekanismu no prosedimentu ne’ebe garante mapeamentu, monotorizasaun, inspesaun no akomaphnamento regular ba instituisaun ensinu superior sira, ho objetivu atu assegura qualidade ensinu;
- Dezenvolve programa konaba kapasitasaun iha ensinu superior, hodi foo servisu signifkativus iha apoiu administrativo, koordenativu no regulamentar ba sistema;
- Promove kooperasaun iha área Ensину Superior, ne’ebé regula no enkuadra ho prioridades iha Timor-Leste, ho Instituisaun Ensину Superior estrangeira, ne’ebé akreditadu;
- Aprova no implementa program combate ba plájiu akademiku iha instituisaun Ensину Superior.

2.1.8 Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) foi criado em 2011, com a missão de contribuir para o desenvolvimento de recursos humanos nacionais, em várias áreas estratégicas de desenvolvimento, através do financiamento de programas e projetos plurianuais de formação, destinados a aumentar a capacidade dos profissionais timorenses. Este fundo inclui programas de formação profissional, focados sobretudo nos jovens, formação profissional técnica para os funcionários públicos, bem como jovens professores, Forças

2.1.8 Fundo Desenvolvementu Kapital Umanu

Fundu Desenvolvementu Kapital Umanu, nebé establece iha tinan 2011, ho misaun atu kontribui ba desenvolvementu rekursus umanus nasionais, iha áreas estratéjikas dezenvolvementu, liu- husi finansimentu ba programas no projetus formasaun plurianuais, ne’ebe destinadu atu aumenta kapasidade ba profissionais timoroan sira. Fundu ida ne’e inklui programas ba formasaun profisional, ne’ebe foka liu ba jovens sira, formasaun profisional téknika ba funsionarius publikus, nune’e mos ba profesofoes foin-sa’e sira, forsas Polisia no

da Polícia e Defesa e programas de bolsas de estudo para os funcionários do Estado e público em geral, com o objetivo destes adquirirem um grau académico inicial ou avançado.

O Governo irá continuar a:

- Investir no FDCH para, de forma coordenada e estratégica, providenciar educação e formação profissional alargada;
- Monitorizar e avaliar os programas do FDCH;
- Analisar e mapear os recursos humanos do setor público de Timor-Leste;
- Produzir e divulgar guiões de bolsas de estudo e acesso à formação;
- Melhorar os regulamentos e os manuais de recursos humanos para os funcionários do FDCH.

2.2 Saúde

Todos os cidadãos têm direito à saúde e à assistência médica e sanitária e o dever de a defender e promover. Segundo a Constituição da República, o Estado deve promover a criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e, sempre que possível, gratuito.

O Governo irá continuar a implementar a Política Nacional de Saúde e o Plano Estratégico Nacional do Setor da de Saúde 2011-2030 (PENSS 2011-2030), mantendo a visão de ter um “Timor-Leste saudável”, onde todos os timorenses possam ter acesso à saúde e onde esta é tida como um fator de desenvolvimento global de luta contra a pobreza.

As iniciativas do Governo para o setor da Saúde continuarão a ser orientadas pela maximização dos esforços no sentido de garantir uma melhor prestação de serviços do setor da saúde, bem como generalizar o acesso aos cuidados de saúde de qualidade, aferindo constantemente sobre a eficiência, transparência e profissionalismo na gestão dos recursos financeiros, humanos, materiais e logísticos, das infraestruturas e dos equipamentos.

Para tal, irá ser fortalecido o Sistema Nacional de Saúde, representado por um conjunto de elementos interdependentes que contribuem para a saúde e o bem-estar nas famílias, nos estabelecimentos de ensino, nos locais de trabalho e locais públicos e juntos das comunidades, através da capacitação das instituições que prestam cuidados de saúde, dos profissionais de saúde, dos sistemas de fornecimento e distribuição de medicamentos e dos sistemas de emergência médica.

2.2.1 Os objetivos gerais para a área da Saúde são:

- i. Melhorar a prestação de cuidados de saúde em todo o país, com especial atenção para as áreas remotas e as camadas da população mais desfavorecidas, seguindo os princípios da inclusão, equidade, eficiência e qualidade.

Defesa nian no programas bolsas-de-estudu ba funsionarius Estadu-nian no públiku ein jeral, ho objetivu atu sira bele hetan grau akadémiku insial ka avansadu.

Governu sei continua:

- Investe iha FDCH atu, ho forma kordenada no estratéjika, fornese edukasaun no formasaun profisional ida ne’ebe alargada;
- Monitoriza no avalia programas FDCH nian;
- Analiza no halo mapeamentu kona-ba rekursus umanus iha setor públiku iha Timor Leste;
- Produz no divulga guiaun ba bolsas-de-estudu no asesu ba formasaun;
- Hadi’a regulamentus no manuais rekursus umanus nian, ba funsionarius FDCH nian.

2.2 Saúde

Sidadauns hotu-hotu iha direito ba saúde no assistênsia médika ho sanitária no mós iha devêr atu defende no promove saúde. Tuir Konstituisaun Repúblika, Estadu tenke promove kriausaun servisu nasional ida kona-ba saúde universal, jeral no, karik bele, sei gratuitu (ka la selu).

Governu sei continua implementa Política Nasionál kona-ba Saúde ho Planu Estratéjiku Nasionál Saúde iha setor saúde 2011-2030 (PENSS 2011-2030), hodi mantein vizaun kona-ba “Timor-Leste saudável”, ne’ebé timoroan hotu-hotu bele iha asesu ba saúde no, ne’ebé, saúde sai hanesan fatór dezenvolvimentu global, ba luta hasoru pobreza ka moris-kiak.

Inisiativas Governu nian kona-ba Setor Saúde sei continua orienta ba oinsá maksimiza esforsu tomak, hodi garante prestasaun servisu ne’ebé di’ak liu, iha setor ida ne’e, no mos jeneraliza (ka habelar) asesu ba kuidadus saúde ho qualidade, no halo avaliaun beibeik kona-ba efiênsia, transparênsia ho profisionismu, iha jestaun rekursus finanseirus, umanus, materiais no lojístikus, infraestruturas ho ekipamentus.

Tanba ne’e, sei hametin Sistema Nasionál Saúde – ne’ebé representa hosi elementus independentes ne’ebé kontribui ba saúde ho bein-estar famílias hotu nian, nomós iha estabesimentus ensinu, iha fatin servisu no iha fatin públiku no iha comunidades-nia leet - liuhusi kapasitasaun ba instituisoens ne’ebé presta kuidadu Saúde, ba profisionais saúde, ba sistemas fornecimentu no distribuissaun medikamentus ho sistemas emerjênsia médika.

2.2.1 Objetivos jerais iha área Saúde, mak hanesan:

- i) Hadi’a prestasaun kuidadus Saúde iha País tomak, ho atensaun especial ba áreas remotas no kamadas populausaun ne’ebé desfavoresidas liu, haktuir prinsípius hanesan inklusaun, ekuidade, efiênsia no qualidade.

- ii. Melhorar os sistemas de financiamento e a gestão dos recursos financeiros, humanos, logísticos, materiais e equipamentos e das infraestruturas do setor da Saúde;
 - iii. Continuar a desenvolver esforços no sentido da descentralização dos Serviços da Saúde, melhorando a coordenação com o Ministério da Administração Estatal e instituições relevantes;
 - iv. Melhorar a coordenação intersectorial de todo o Governo, no sentido da concretização de um “Timor-Leste saudável”, incluindo a melhoria da nutrição e das condições sanitárias, através de estratégias concertadas de melhoria da agricultura e autossuficiência alimentar, aumento da produção animal e melhoria do setor das pescas, bem como através da provisão de eletricidade, água potável e saneamento básico;
 - v. Rever e melhorar a estrutura do Sistema Nacional de Saúde, a sua organização, recursos e capacidade técnica para a melhoria da prestação de serviços integrados, em quantidade e qualidade suficiente, melhorando inclusivamente os sistemas de planeamento, monitorização, avaliação e recolha de indicadores.
 - vi. Continuar a investir na garantia de segurança e melhoria da qualidade de prestação dos serviços de saúde;
 - vii. Assegurar um melhor funcionamento do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos da Saúde (SAMES, I.P) e do Laboratório Nacional da Saúde, forma a garantir a disponibilidade e distribuição dos medicamentos, reagentes e consumíveis médicos com eficiência, celeridades e qualidade.
 - viii. Assegurar um melhor funcionamento dos Serviços de Emergência e de transferência de pacientes;
 - ix. Estabelecer parcerias com a Sociedade Civil, Setor Privado e Parceiros de Desenvolvimento, por forma a desenvolver campanhas de sensibilização em todo o país que melhorem a saúde pública, nomeadamente através da prevenção e melhoria dos cuidados de saúde e promoção de hábitos saudáveis, na área da nutrição, imunização, saúde reprodutiva, saúde mental e saúde ambiental.
- ii) Hadi’ a sistemas finansimentu no jestaun rekursus finansierus, umanus, lojistikus, materiais no ekipamentus ho infraestruturas setor Saúde nian;
 - iii) Kontinua dezenvolve esforsus kona-ba desentralizasaun servisus Saúde, hodi hadi’ a koordenasaun entre Ministériu Administrasaun Estatal no instituisoens relevantes;
 - iv) Hadi’ a koordenasaun intersektorial Governu tomak nian, kona-ba oinsá konkretiza “Timor-Leste saudável”, inklui hadi’ a nutrisaun ho kondisoens sanitárias, liuhusi estratéjias ne’ebé konsertadas, hodi hadi’ a agrikultura no autossufisiênsia alimentar, aumentu iha produsaun animal no hadi’ a setór peskas, no mos liuhusi fornimentu eletrisidade, bee moos no saneamentu báziku;
 - v) Haré di’ak fali (ka revê) no hadi’ a estrutura Sistema Nasional Saúde, nia organizasaun, rekursus ho kapasidade téknika hodi hadi’ a prestasaun servisus integradus, iha kuantidade no qualidade sufisiente, hodi hadi’ a mos sistemas planeamentu, monitorizasaun, avaliaasaun no rekolha (ka halibur) indikadores;
 - vi) Kontinua investe hodi garante seguransa no hadia qualidade prestasaun servisu saúde nian;
 - vii) Asegura funcionamentu ne’ebé di’ak, liuhusi Servisu Autónomu Medikamentus ho Ekipamentus Saúde (SAMES, I.P), no Laboratóriu Nasional Saúde nian atu bele garante disponibilidade no distribuasaun ai-moruk, reagentes no konsumíveis médikus (utensílius médikus) ho efisiênsia, lailais no ho qualidade;
 - viii) Asegura funcionamentu ne’ebé di’ak liu, husi Servisus Emerjênsia no transferênsia pasientes;
 - ix) Estabelese parserias ho Sosiedade Sivil, Setor Privadu ho Parseirus Dezenvolvimentu, atu bele dezenvolve kampañas sensibilizasaun, iha País tomak, hodi hadi’ a Saúde pública, hanesan liuhusi prevensaun no hadi’ a kuidadus iha área nutrisaun, imunizasaun, saúde reprodutiva, saúde mental no saúde ambiental.

Para a prossecução destes objetivos, o Governo irá realizar as seguintes ações e procurar atingir as seguintes metas:

Ba prosekusaun (ka atu alkansa) objetivus hirak ne’e, Governu sei halo asoens hanesan tuir mai no buka atinji metas hanesan:

2.2.2 Prestação de Serviços de Saúde Primária

2.2.2 Prestasaun Servisus Saúde Primária

- 1. Garantir que todos os sucros, com uma população entre 1500 a 2000 pessoas, sobretudo localizados em áreas remotas, tenham acesso a um Posto de Saúde com um pacote abrangente de serviços;
 - 2. Assegurar que os Centros de Saúde Comunitários, nos postos administrativos, garantem o atendimento, entre 5000 a 15000 pessoas, e têm a capacidade de gerir cerca de 4 Postos de Saúde das respetivas áreas geográficas;
 - 3. Aumentar para 70% a taxa de mulheres grávidas, que recebem cuidados pré-natais, pelo menos, quatro vezes durante o período de gestação;
- 1. Garante katak sukus hotu-hotu, ne’ebé ho populasaun entre 1500 to’o 2000 pesoas, liu-liu ne’ebé hela iha áreas remotas, bele iha asesu ba Postu Saúde ida ho pakote servisus nebé abranjente;
 - 2. Asegura katak Sentrus Saúde Komunitários, iha Postus Administrativus, bele garante atendimentu ba ema entre 5000 to’o 15000 no iha kapasidade atu jere 4 Postus Saúde iha área jeográfika ida-idak nian;
 - 3. Aumenta ba 70% taxa feto isin-rua ne’ebé simu kuidadus pré-natais, pelu menus dala-haat durante períodu isin-rua;

4. Aumentar para 80% a taxa de partos, assistidos por um profissional de saúde;
 5. Aumentar a taxa de cobertura de cuidados pós-natais para 90% durante as primeiras duas semanas após o parto;
 6. Continuar a promover a melhoria do estado nutricional da população, com especial incidência nos bebés e crianças, incluindo a prevenção e tratamento de carências nutricionais, bem como através de campanhas com vista à mudança do comportamento nutricional – é um objetivo que se pode reverter para a redução da taxa de desnutrição (malnutrição e obesidade), incluindo a percentagem de crianças que beneficiam de um acompanhamento e monitorização do crescimento;
 7. Garantir 90% de imunização contra a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B;
 8. Continuar a preparar e implementar o plano de prevenção às doenças cardíaca reumática e à febre reumática;
 9. Reduzir o impacto e aumentar a consciencialização e prevenção sobre doenças tais como: o HIV-SIDA, a tuberculose, a asma, a malária, o dengue e a lepra;
 10. Continuar a melhorar o acesso ao tratamento, relacionado com doenças do foro psicológico e mental;
 11. Reforçar ações de promoção de saúde oral e melhorar os serviços odontológicos;
 12. Reforçar ações de promoção de saúde ocular e melhorar os serviços oftalmológicos;
 13. Reforçar ações de promoção de saúde com base em hábitos alimentares e melhorar a prestação de serviços para as doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão;
 14. Promover campanhas de saúde geral com o envolvimento das famílias, comunidades e escolas, nomeadamente para a prevenção de doenças relacionadas com o consumo de drogas, tabaco, álcool, doenças sexualmente transmissíveis e outros comportamentos de risco perante doenças contagiosas.
4. Aumenta ba 80%, taxa partus ne'ebé hetan assistênsia husi profesional Saúde ida;
 5. Aumenta taxa kobertura ba kuidadus pós-natais ba 90% durante semana rua dahuluk hafoin partu;
 6. Continua promove esforsu atu hadi'a estadu nutrisaun populasaun nian, ne'ebé foka liu ba bebés ho labarik sira, inklui prevensaun no tratamentu kona-ba falta nutrisaun, no mos liuhusi kampañas atu halo mudansa ba komportamentu kona-ba nutrisaun – né'e núdar objetivu ne'ebé bele rezulta hodi reduz taxa desnutrisaun (malnutrisaun no obezidade), inklui persentajen labarik sira ne'ebé hetan akompanhamentu no monitorizasaun iha kresimentu;
 7. Garante 90% imunizasaun hasoru poliomielite (ka moras polio), sarampu, tuberkuloze, difteria (ka moras respirasaun) no epatite B;
 8. Continua prepara no implementa planu kona-ba prevensaun ba moras kardiaka (ka fuan nian), reumátika (ka isin-sin) ho febre reumátika;
 9. Reduz impaktu no aumenta konsiensializasaun ho preven-saun kona-ba moras hanesan: HIV-SIDA, tuberkuloze, asma (ka dada-iis susar tanba alerjia), malária, dengue, lepra (ka rate);
 10. Continua hadi'a asesu ba tratamentu ne'ebé relaciona ho moras iha foru ka kampu psikolójiku no mental;
 11. Reforsa asoens kona-ba promosaun saúde orál no hadi'a servisu odontológikus (katak kona-ba moras nehan);
 12. Reforsa asoens promosaun saúde okular no hadi'a servisu oftalmológikus (katak tratamentu moras matan);
 13. Reforsa asoens kona-ba promosaun saúde ho baze iha ábitus alimentares no hadi'a prestasaun servisu ba moras kardiovaskulares (ka fuan nian), diabetes (ka mi-midar) ho ipertensaun;
 14. Promove kampañas kona-ba saúde jeral ho envolvimentu famílias, comunidades no eskolas, liuliu kona-ba prevensaun moras relaciona ho konsumu drogas, tabaku, álcool, moras ne'ebé bele tranzmite seksualmente ho komportamentus seluk-tán ho risku hetan moras kontajiozas (ka ne'ebé da'et).

2.2.3 Prestação de Serviços de Saúde Hospitalar

1. Continuar a planear, financiar e disponibilizar a prestação de cuidados cardíacos e paliativos, no Hospital Nacional Guido Valadares;
2. Planear, financiar e disponibilizar a prestação de cuidados oncológicos e renais, bem como outros cuidados de saúde especializados no Hospital Nacional Guido Valadares;
3. Estabelecer os serviços de neurocirurgia;
4. Aumentar o número e a qualidade de médicos e técnicos especializados no Hospital Nacional Guido Valadares e

2.2.3 Prestasaun Servisu Saúde Ospitalar

1. Continua halo planu, finansia no hala'o prestasaun kuidadus kardiakus no paliativus iha Ospital Nasional Guido Valadares;
2. Halo planu, finansia no hala'o prestasaun kuidadus onkológikus (ka kona-ba kankru) no renais (ka kona-ba rins), no mos kuidadus saúde especializadus seluk-tán iha Ospital Nasional Guido Valadares;
3. Estabelese servisu ba neurosirutjia iha HNGV;
4. Aumenta número no qualidade ba Médikus no Téknikus especializadus, iha HNGVs no Hospitais referênsia sira, ho

Hospitais de Referência, tendo em consideração um pacote compreensivo de cuidados de saúde secundários e terciários de saúde;

5. Reforçar as condições e a disponibilidade do Hospital Nacional e dos Hospitais de Referência para que continuem a servir de centros de estágio para todos os profissionais de saúde, com qualidade acrescida;
6. Preparar um estudo detalhado para aferir as necessidades do País e as condições de financiamento, com vista a alcançar a meta de construção de um hospital em cada município até 2030;
7. Reduzir a transferência de pacientes para tratamento médico no estrangeiro, através de uma oferta de melhores serviços, equipamentos, meios de diagnóstico e médicos especializados no Hospital Nacional Guido Valadares;
8. Implementar políticas para descongestionar os hospitais, isto é “devolver” ou “contra referenciar” os doentes que requerem cuidados de saúde primários aos CSC;
9. Descentralizar as competências de administração e gestão financeira dos Hospitais de Referência, a fim de assegurar o fortalecimento institucional e uma melhor autonomia sobre a gestão dos recursos afetos a estes hospitais.
10. Reformar o Laboratório Nacional de Saúde para melhorar o acesso e gestão dos serviços laboratoriais em todo o território
11. Reformar o Banco de Sangue para uma melhor gestão dos sistemas de fornecimento de sangue e seus substitutos.

2.2.4 Infraestruturas no Setor da Saúde

1. Continuar a construir e reabilitar Postos de Saúde para alcançar a meta de 1 Posto de Saúde para cada suco e para cada localidade com, 1000 a 5000 habitantes;
2. Continuar a reabilitar e a aumentar a capacidade (equipamento, recursos humanos) dos Centros de Saúde Comunitária;
3. Garantir que, tanto os Postos de Saúde como os Centros de Saúde Comunitário, estão devidamente equipados e operacionais, incluindo expandir as instalações/edifícios do HNGV para acomodar especialidades adicionais e providenciar acomodação para os especialistas visitantes;
4. Expandir equipamento médico mas também de apoio e acesso às tecnologias da informação;
5. Garantir que 100% dos edifícios integrados no Sistema Nacional de Saúde têm acesso à eletricidade, água potável e saneamento básico;
6. Garantir que os profissionais de saúde a prestar funções fora da sua área de residência e, especialmente, em áreas remotas, tenham alojamento adequado;
7. Continuar a reabilitar e aumentar a capacidade técnica dos Hospitais de Referência para serem capazes de oferecer mais serviços especializados à população;

considera-se um pacote compreensivo de cuidados de saúde secundários e terciários de saúde;

5. Reforça as condições e a disponibilidade do Hospital Nacional e dos Hospitais de Referência, para que continuem a servir de centros de estágio para todos os profissionais de saúde, com qualidade acrescida;
6. Prepara estudo detalhado para avaliar as necessidades do País e as condições de financiamento, com vista a alcançar a meta de construção de um hospital em cada município até 2030;
7. Reduz a transferência de pacientes para tratamento médico no estrangeiro, através de uma oferta de melhores serviços, equipamentos, meios de diagnóstico e médicos especializados no Hospital Nacional Guido Valadares;
8. Implementa políticas para descongestionar os hospitais, isto é “devolver” ou “contra referenciar” os doentes que requerem cuidados de saúde primários aos CSC;
9. Descentraliza as competências de administração e gestão financeira dos Hospitais de Referência, a fim de assegurar o fortalecimento institucional e uma melhor autonomia sobre a gestão dos recursos afetos a estes hospitais.
10. Reforma o Laboratório Nacional de Saúde para melhorar o acesso e gestão dos serviços laboratoriais em todo o território
11. Reforma o Banco de Sangue para uma melhor gestão dos sistemas de fornecimento de sangue e seus substitutos.

2.2.4 Infraestruturas no Setor da Saúde

1. Continuar a construir e reabilitar Postos de Saúde para alcançar a meta de 1 Posto de Saúde para cada suco e para cada localidade com, 1000 a 5000 habitantes;
2. Continuar a reabilitar e a aumentar a capacidade (equipamento, recursos humanos) dos Centros de Saúde Comunitária;
3. Garantir que, tanto os Postos de Saúde como os Centros de Saúde Comunitário, estão devidamente equipados e operacionais, incluindo expandir as instalações/edifícios do HNGV para acomodar especialidades adicionais e providenciar acomodação para os especialistas visitantes;
4. Expandir equipamento médico mas também de apoio e acesso às tecnologias da informação;
5. Garantir que 100% dos edifícios integrados no Sistema Nacional de Saúde têm acesso à eletricidade, água potável e saneamento básico;
6. Garantir que os profissionais de saúde a prestar funções fora da sua área de residência e, especialmente, em áreas remotas, tenham alojamento adequado;
7. Continuar a reabilitar e aumentar a capacidade técnica dos Hospitais de Referência para serem capazes de oferecer mais serviços especializados à população;

8. Continuar a aumentar os edifícios da repartição dos serviços centrais do Ministério da Saúde para acomodar decentemente o pessoal existente.

2.2.5 Gestão e Distribuição de Medicamentos e Equipamento Médico

1. Capacitar o Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos da Saúde (SAMES, I.P) para a melhor prestação de serviços e assegurar a eficiência no aprovisionamento e logística de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, para o Serviço Nacional de Saúde;
2. A rotura de stock reduzida para menos de 20% no armazém do SAMES e menos de 10% nas unidades de saúde;
3. Melhorar a provisão e distribuição de medicamentos e produtos associados em todo o Serviço Nacional de Saúde, primando pela celeridade, eficiência, transparência e qualidade dos serviços, através de uma melhor coordenação e comunicação entre o SAMES e as entidades relevantes;
4. Reformar o Laboratório Nacional de Saúde para uma melhor gestão e controlo da qualidade das análises clínicas e dos sistemas de fornecimento de sangue;
5. Implementar a regulamentação e fiscalização às farmácias e aos locais de venda não especializados de medicamentos.
6. Regulamentar o uso da medicina alternativa e complementar e promover a medicina tradicional timorense.

2.2.6 Emergências Médicas

1. Garantir a qualidade e eficiência dos serviços de emergência, desde a linha de atendimento, à celeridade da resposta com meios e profissionais adequados a cada caso de emergência, 24 horas por dia;
2. Assegurar a existência de uma frota suficiente e apropriada de transportes de emergência, nomeadamente ambulâncias e veículos multifuncionais, com capacidade para se deslocar em todo o País;
3. Reforçar a capacidade de evacuação urgente por meios aéreos, especialmente das localidades remotas e de difícil acesso terrestre.

2.2.7 Gestão e Administração do Setor da Saúde

1. Implementar o Plano Estratégico de Saúde Nacional 2011-2030;
2. Rever e melhorar a estrutura do Sistema Nacional de Saúde, incluindo a sua organização, recursos e capacidade técnica, para a melhoria da prestação de serviços integrados, melhorando inclusivamente os sistemas de planeamento, monitorização, avaliação e recolha de indicadores;

8. Kontinua aumenta edifisiu servisivu sentrais Ministériu Saúde nian atu bele akomoda ema hirak ne'ebé iha.

2.2.5 Jestaun no Distribuisaun Medikamentus no Ekipamentus Médikus

1. Kapasita Servisu Autónomu Medikamentus no Ekipamentus Saúde (SAMES, I.P), atu bele hala'o prestasaun servisivu ne'ebé di'ak liu no asegura efisiênsia iha aprovizionamentu no lojistika ba produsu farmasêutikus no ekipamentus médikus ba Servisu Nasional Saúde;
2. Hamenus Stock menus to'o besik 20% iha armazén SAMES nian no menus 10% iha Unidade Saúde sira;
3. Hadi'a provizaun no distribuisaun medikamentus ho produsu ne'ebé asosiadus (ka ligadus) iha Servisu Nasional Saúde tomak, hodi destaka liu mak seleridade, efisiênsia, transparênsia no kualidade servisivu, liuhusi koordinasaun no komunikasaun ne'ebé di'ak liu entre SAMES ho entidades relevantes;
4. Reforma ba laboratáriu Nasional Saúde hodi hadia jestaun no kontrolu ba kualidade análise klínika nian no sistema forneshimentu raan;
5. Implementa regulamentasaun no fiskalizaun ba Farmásias no fatin seluk ne'ebé la espesializadus atu fa'an medikamentus (ka ai-moruk).
6. Regula uzu de medisina alternativa no komplementa no promove medisina tradisional timorense.

2.2.6 Emerjênsias Médikas

1. Garante kualidade ho efisiênsia iha Servisivu Emerjênsia, hahú husi liña atendimentu ba to'o seleridade resposta ho meus no profisionais ne'ebé adekuadus, ba kada kazu emergjênsia, Servisivu nebé funsiona 24 oras loron ida;
2. Asegura ezistênsia frota transportes emergjênsia ne'ebé suficiente no apropriada, hanesan ambulânsias ho veikulus multifunshionais, ho kapasidade atu dezloka (ka la'o) iha país tomak;
3. Reforsa kapasidade evakuasaun urjente liuhusi meus aéreus, liu-liu husi fatin sira nebé dok tebes no difisil atu hetan asesu husi rai.

2.2.7 Jestaun ho Administrasaun Setor Saúde

1. Implementa Planu Estratéjiku kona-ba Saúde Nasional 2011-2030;
2. Haré di'ak fali no hadi'a estrutura Sistema Nasional Saúde nian, inklui nia organizasaun, rekursus ho kapasidade téknika, hodi hadi'a prestasaun servisivu integradus, no hadi'a mos sistemas planeamentu, monitorizasaun, avaliaun no rekolha de indicadores;

3. Melhorar os sistemas de financiamento e a gestão dos recursos financeiros, logísticos, materiais e de equipamentos e infraestruturas do setor da saúde;
 4. Desenvolver e operacionalizar um plano de otimização dos recursos materiais e humanos, incluindo formação, capacitação e avaliação de desempenho, para melhorar as condições de higiene e assepsização de todos os edifícios de prestação de serviços de saúde primária e hospitalar;
 5. Implementar um levantamento das condições, e subsequente melhoria, das unidades sanitárias em todos os edifícios de prestação de serviços de saúde primária e hospitalar;
 6. Continuar a desenvolver esforços no sentido da descentralização dos serviços da saúde, melhorando a coordenação com o Ministério da Administração Estatal e instituições relevantes;
 7. Desenvolver e implementar padrões apropriados de saúde e segurança no trabalho em todas as instituições do Estado;
 8. Implementar na totalidade a regulamentação da prestação de serviços pelas unidades privadas de saúde, em conformidade com o sistema público de saúde;
 9. Aperfeiçoar os Sistemas de Informação de Saúde, com vista a reunir a informação clínica de cada utente num único registo, permitindo a sua rápida consulta e, ao mesmo tempo, a prescrição eletrónica de medicamentos e de utilização dos meios complementares de diagnóstico, com o objetivo de reunir um Registo de Saúde Eletrónico para todos os cidadãos.
3. Hadi'a sistemas finansiamentu ho jestaun kona-ba rekursus finansierus, lojistikus, materiais ho ekipamentus no infraestruturas setór Saúde;
 4. Dezenvolve no operacionaliza planu ida kona-ba otimizasaun rekursus materiais no umanus, inklui formasaun, kapasitasaun ho avaliasaun kona-ba dezempeñu, hodi hadi'a kondisoens ijiene no asepsitasaun (ka esterilizasaun) edifisius hotu-hotu ne'ebé halo prestasaun servisus saúde primária no ospitalar;
 5. Implementa levantamentu kona-ba kondisoens, no tuir mai melhoria iha Unidades Sanitárias, iha edifisius nebé hala'o prestasaun servisus Saúde primária no ospitalar;
 6. Kontinua dezenvolve esforsus kona-ba descentralizasaun servisus Saúde, hodi hadi'a koordenasaun ho Ministériu Administrasaun Estatal no instituisoens relevantes;
 7. Dezenvolve no implementa padroens apropriadus saúde ho seguransa trabalhu, iha instituisoens Estadu tomak nian;
 8. Implementa tomak regulamentasaun kona-ba prestasaun servisus, husi unidades privadas saúde, tuir sistema públiku saúde;
 9. Hadi'a Sistemas Informasaun Saúde, atu bele halibur informasaun klínika kona-ba utente ida-idak, iha rejistu ida de'it, hodi permite halo lailais konsulta no mos preskrisaun eletrónika kona-ba medikamentus ho utilizasaun meius komplementares diagnóstiku nian, ho objetivu halo hamutuk Rejistu Saúde Eletróniku ida de'it ba sidadauns hotu-hotu.

2.2.8 Recursos Humanos da Saúde

1. Continuar a criar condições para que todos os Postos de Saúde sejam compostos por 1 médico, dois enfermeiros e duas parteiras;
2. Continuar a criar condições para que todas as aldeias, localizadas a mais de uma hora a pé de um Posto de Saúde, tenham acesso a um profissional de saúde competente;
3. Continuar a capacitar o Instituto Nacional da Saúde, com vista a garantir a qualidade do ensino, investigação e pesquisa em saúde, e melhorar a supervisão das Instituições de formação do setor;
4. Em parceria com as instituições de ensino superior e com o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, rever os currícula do ensino superior destinados à formação dos profissionais de saúde;
5. Implementar políticas para garantir a formação académica, qualificação profissional e formação contínua dos profissionais de saúde;
6. Continuar a investir na melhoria das competências profissionais e capacidades técnicas dos recursos humanos da Saúde, proporcionando formação adequada aos quadros superiores, médios e básicos;

2.2.8 Rekursus Umanus ba Saúde

1. Kontinua kria kondisoens atu Postus Saúde hotu-hotu bele iha médiku ida (1), enfermeirus rua no parteiras rua;
2. Kontinua kria kondisoens atu aldeias hotu-hotu, iha fatin sira ne'ebé la'o liu oras ida hodi to'o iha Postu Saúde, bele iha asesu ba profesional Saúde ida ne'ebé kompetente;
3. Kontinua kapasita Institutu Nasional Saúde, hodi garante qualidade ensinu, investigasaun no peskiza iha saúde, no hadi'a supervizaun ba instituisoens formasaun iha setór ne'e;
4. Halo parseria ho instituisaun ensinu superior sira no Ministériu Ensinu Superior, Siénsia no Kultura, hare'e fali kurríkulu ba ensinu superior ne'ebé destina ona ba formasaun profesional saúde nian;
5. Implementa políticas atu garante formasaun akadémika, kualifikasaun profesional no formasaun kontinua ba profissionais saúde sira;
6. Kontinua investe iha kapasidade téknika rekursus umanus no profissionais iha setór Saúde, hodi fô formasaun ne'ebé adequada ba kuadrus superiores, médios no bázikus;

7. Estimular parcerias e cooperação internacional, para formar e capacitar os profissionais de Saúde, desde os profissionais de saúde especializados aos técnicos e restantes recursos humanos do setor da Saúde, como ainda na área de administração, gestão, finanças, aprovisionamento e contabilidade;
8. Implementar os planos de força laboral, quadros de pessoal, regulamentos e padrões e códigos de conduta dos profissionais do setor da Saúde.

2.3 Inclusão Social, Proteção Social e Solidariedade

Desde que o país se tornou independente que os sucessivos governos têm vindo a dar prioridade à assistência aos cidadãos mais pobres e vulneráveis da sociedade timorense. Apesar de sabermos que, a longo prazo, a prestação de uma educação e formação de qualidade e a criação de oportunidades de emprego serão os instrumentos fundamentais para a saída da pobreza, até lá é dever do Estado assegurar que os Combatentes da Libertação Nacional (que ofereceram inúmeros sacrifícios à Pátria), as mulheres e crianças (onde reside a fórmula de sucesso para o desenvolvimento sustentável), bem como as famílias pobres e carenciadas, os idosos e outros cidadãos vulneráveis (como é o caso das pessoas portadoras de deficiência), tenham acesso à satisfação das suas necessidades básicas e ao bem-estar, bem como acesso a oportunidades para saírem do seu estado de fragilidade.

O Governo irá, portanto, continuar a apoiar esta camada da população, ao mesmo tempo que desenvolve políticas e cria estratégias que reduzam a dependência ao apoio do Estado, nomeadamente;

- Aprovar e consolidar a Estratégia Nacional de Proteção Social;
- Implementar a Lei do Regime Geral da Segurança Social e garantir a proteção aos trabalhadores e suas famílias, também nas situações de maternidade, paternidade, adoção, velhice, invalidez e morte;
- Consolidar o Instituto Nacional de Segurança Social de forma a gerir com independência, transparência, eficácia e eficiência o sistema de segurança social, incluindo os regimes contributivos e não contributivos;
- Aprovar a Lei de Bases de Proteção Social;
- Rever e avaliar os documentos legislativos e operacionais do Subsídio de Apoio aos Idosos e Inválidos (SAII);
- Rever e avaliar o programa Bolsa de Mãe, subsídio de apoio condicional que será reajustado, e os apoios sociais pecuniários às famílias mais necessitadas, com especial incidência em investimentos na saúde e educação das crianças;
- Alargar a construção de Centros de Solidariedade Social (CSS), já existentes nos Municípios, para todos os Postos administrativos;

7. Estimula parcerias ho kooperasaun internasionál, hodi forma no kapasita profisionais saúde, hahú husi profisionais Saúde espesializadus to'o téknikus ho rekursus umanus seluk, iha setór saúde (nune'e mos iha área administrasaun, jestaun, finansas, aprovizionamentu no kontabilidade);
8. Implementa planus kona-ba forsa laboral, kuadrus de pesoal, regulamentus no padroens ho kódigus konduta ba profisionais setor Saúde.

2.3 Inkluzsaun Sosial, Protesaun Sosial no Solidariedade

Dezdeke País ne'e sai independente, Governus, nebé tuituir malu to'o ohin, fô prioridade ba assistênsia ba sidadauns ne'ebé kiak no vulneráveis liu, iha sosiedade timor-nian. Maski ita hatene katak, ba longu prazu (ka tempu naruk), prestasaun edukasaun no formasaun ne'ebé ho qualidade no kriasaun oportunidades ba empregu, mak sei sai nafatin hanesan instrumentus fundamentais atu bele sai husi moris-kiak, atu to'o iha ne'ebá, Estadu nia devér mak atu aseguira katak Kombatentes Libertasaun Nasionál sira (ne'ebé simu sakrifisius barak tebetebes ba Pátria), feto ho labarik sira (iha sira ne'e mak rezide fórmula susesu ba dezentovimentu sustentável), nune'e mos ho famílias kiak no kbiit-laek sira, idozus ho sidadauns vulneráveis seluktán (hanesan kazu kona-ba ema defisientes sira), hotu-hotu bele iha asesu hodi satisfáz sira-nia nesesidades bázikas ba bein-estár, no mos asesu ba oportunidades atu bele sai husi sira-nia kondisaun frajilidade.

Portantu, Governu sei kontinua fô tulun ba kamada populasaun ida ne'e, no mos dezentovolve polítikas no kria estratéjias ne'ebé bele redúz dependênsia ba apoiu husi Estadu. Iha ne'e inklui mos:

- Aprova no konsolida Estratéjia Nasionál kona-ba Protesaun Sosiál;
- Implementa Lei kona-ba Rejime Jeral Seguransa Sosial no garante protesaun ba trabalhadores ho sira-nia famílias, no mos iha situasoens hanesan maternidade, paternidade, adosaun, idade ferik-katuas, invalidez no mate;
- Konsolida Institutu Nasionál de Seguransa Sosial atu nune'e bele jere, ho independênsia, transparênsia, efikásia no efisiênsia, sistema seguransa sosial, inklui rejimes kontributivus no naun-kontributivus;
- Aprova Lei de Bazes ba Protesaun Sosial;
- Haré di'ak fali (ka halo revizaun) no avalia dokumentus lejislativus no operasionais kona-ba Subsídiu Apoiu ba Idozus ho Inválidus (SAII);
- Haré di'ak fali no avalia programa Bolsa ba Inan, subsídiu apoiu kondisional, ne'ebé sei reajusta ho apoius sosiais pekuniárius (ka fó osan) ba famílias ne'ebé presiza liu, no foka liu-liu iha investmentus iha Saúde ho Edukasaun labarik sira-nian;
- Alarga konstrusaun Centrus de Solidariedade Sosial (CSS), nebé iha ona Munisípius hotu-hotu, to'o Postos Administrativos;

- Melhorar os Serviços de Atendimento Social (SAS) de proximidade às comunidades, através dos Centros de Solidariedade Social (CSS);
- Melhorar o Programa de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, com prioridade àquelas com maior impacto no auxílio a crianças e jovens, idosos, mulheres e cidadãos portadores de deficiências, bem como na área da integração social, desenvolvimento humanitário e apoio em situações de emergência em caso de desastres naturais, prevenção e reparação de situações de carência e dependência;
- Promover ações de coesão social, que promovam o diálogo, a segurança comunitária e a resolução de conflitos e problemas sociais ao nível das comunidades.
- Hadi'a Servisu Atendimento Sociál (SAS) nebé hakbesikan ba comunidades, liuhusi Centrus Solidariedade Sociál (CSS);
- Hadi'a Programa Apoiu ba Instituisoens Solidariedade Sociál, ho prioridade ba hirak ne'ebé ho impaktu boot liu hanesan, tulun ne'ebé fó ba labarik ho jovens sira, ba feto ho sidadauns portadores de defisiências, no mos hanesan iha área integrasaun sosial, dezentovimentu umanitariu ho apoiu iha situasoens emerjênsia ba kasus hanesan dezastres naturais, prevensaun ho reparasaun ba situasoens karênsia no dependênsia;
- Promove asoens koezaun sociál, ne'ebé promove diálogo, seguransa komunitária ho rezolusaun konfliktus no problemas sosiais iha nível comunidades.

2.3.1 Combatentes da Libertação Nacional

A Constituição determina que o Estado deve assegurar proteção especial aos mutilados de guerra, órfãos e outros dependentes daqueles que dedicaram as suas vidas à Luta pela independência e soberania nacional e proteger todos aqueles que participaram na resistência conta a ocupação estrangeira, nos termos da lei. A lei define ainda os mecanismos para homenagear os heróis nacionais.

O Governo irá, por isso, continuar a reconhecer o inestimável valor dos heróis nacionais, a preservar e a celebrar a memória da luta e a providenciar que todos aqueles que viveram com sacrifício para alcançar o bem comum, possam, agora, viver com condições dignas, até porque disso depende também a própria dignidade do país.

O Governo irá continuar a desenvolver as seguintes ações:

- Promover o reconhecimento oficial dos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional, através de atribuição de condecorações e outros atos de reconhecimento oficial, dando atenção especial aos CLN, com 3 anos na Base de Apoio, que, segundo a lei em vigor, não beneficiam de qualquer pensão;
- Atribuir Diplomas de Honra a todos os Veteranos e CLN já com os registos e processos validados;
- Continuar a promover cerimónias de Condecoração aos Veteranos, Mártires e CLN que, até agora, ainda não receberam medalhas honoríficas do Estado;
- Atribuir uma pensão de Prestação Pecuniária Única aos CLN, de 3 anos de Base de Apoio, equivalente aos CLN com Dedicção Exclusiva de 4-7 anos, pela revisão da Lei do Estatuto dos Combatentes de Libertação Nacional;
- Rever o estatuto para os familiares dos Combatentes falecidos, com dedicação exclusiva de 4-7 anos, poderem adquirir o direito à prestação pecuniária única;
- Rever o Estatuto no sentido de atribuir dedicação exclusiva aos combatentes mortos, durante o período de luta mas não considerados mártires;

2.3.1 Kombatentes Libertasaun Nasional

Konstituisaun determina katak Estadu tenke asegura protesaun espesial ba mutiladus funu, oan-kiak ho sira ne'ebé dependente hela ba ema sira ne'ebé dedika sira-nia moris tomak iha Luta ba Independênsia no soberania nasional no proteje ema hotu-hotu ne'ebé partisipa iha rezistênsia hasoru okupasaun estranjeira, bazeia ba Lei. Lei mos define tiha ona mekanismus hodi fó omenajen ba Eróis Nasionais.

Nune'e, Governu sei kontinua rekoñese valór ne'ebé ás tebes husi Eróis Nasionais, sei prezerva no selebra memória kona-ba Luta no sei halo buat hotu (ka providensia) atu sira hotu ne'ebé simu sakrifisius tomak hodi alkansa bein-komún (ka hotu-hotu nia di'ak), bele moris, agora, ho kondisoens nebé dignas, tanba País nia dignidade rasik mos depende ba ida ne'e.

Governu sei kontinua dezenvolve asoens hanesan ne'e:

- Promove rekoñesimentu ofisial ba Veteranus no Kombatentes Libertasaun Nasional, liuhusi atribuisaun ka fó kondekorasoens no husi atus rekoñesimentu ofisial seluktán, hodi fó atensaun espesial ba CLN sira nebé hetan tinan 3 iha Base de Apoio tamba, tuir Lei nebé vigora, sira seidauk hetan (ka sai beneficiariu ba) pensaun ruma;
- Atribui Diplomas de Honra ba Veteranus no CLN sira nebe iha registro no sira-nia prosesus validadus hotu ona;
- Promove nafatin Serimonias de Kondekorasaun ba Veteranus, Mártires no CLN sira, nebé to' o agora seidauk simu medalhas de onra husi Estadu;
- Atribui pensaun Prestasaun Pecuniaria Unika ba CLN sira ho tinan 3 iha Base de Apoio, hanesan ho CLN sira nebé hetan 'dedikasaun eksklusiva 4-7 anos', hodi halo revizaun ba Lei kona-ba Estatuto CLN;
- Revê estatuto ba familiares, husi Kombatentes nebé mate ho 'dedikasaun ekkluziva '4-7 anos', atu bele hetan direitu ba prestasaun pekuniária únika;
- Revê Estatuto atu bele atribui 'dedikasaun eksklusiva' ba kombatentes nebé mate, iha funu laran maibé la konsidera hanesan mártires;

- Concluir todos os processos Reclamados e Pendentes do registo de 2003-2005;
- Acelerar o processo de verificação e validação dos registos de 2009;
- Abrir novo registo aos Veteranos e CLN que não pediram registo em 2003 e 2009;
- Assegurar a proteção social e pensões aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional, bem como às famílias dos mártires e enlutados;
- Implementar o sistema de atribuição de bolsas de estudos aos filhos dos mártires e Combatentes da Libertação Nacional, abrangendo todos os níveis de escolaridade, desde o ensino básico ao ensino universitário;
- Integrar os Veteranos e os Combatentes da Libertação Nacional na vida económica e social, incluindo acesso a qualificações e oportunidades de emprego;
- Estimular a criação de negócios autossustentáveis para os Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional;
- Estudar a viabilidade de criação de um Fundo de Investimento para a Pensão Especial de Reforma e a Pensão de Subsistência;
- Aconselhar os Veteranos e CLN para se reunirem em associações ou em cooperativas e estimular investimento em micro, pequenas ou médias empresas com o próprio dinheiro das pensões;
- Implementar programas de preservação e valorização da História da Luta, bem como a construção de Monumentos históricos e outros (cemitérios, jardins dos heróis, etc.);
- Construir novos cemitérios especiais (em Ainaro, Natarbora, Cova Lima, Kelikai, Iliomar, Uato Lari, Ermera, Maliana) e fazer acabamento aos cemitérios já construídos mas até agora inacabados (Laga e outros mais) e a continuação do Jardim dos Heróis em Metinaro;
- Sepultamento dos restos mortais já recolhidos em ‘Uma Mahon’, em quase todos os Municípios;
- Incentivar os Veteranos e CLN para continuarem a fazer a recolha dos restos mortais;
- Implementar programas de preservação e valorização da História da Luta, bem como a celebração de momentos e dias históricos;
- Concluir uma investigação rigorosa sobre a História da Luta da Libertação Nacional e lançá-la junto das escolas e comunidades, para que as futuras gerações conheçam o passado, honrem o presente e valorizem o futuro, em cooperação com o setor da Cultura;
- Criação da Comissão Nacional Científica Independente para a História da Luta de Libertação Nacional, prevista no art. 36 do Estatuto dos CLN;
- Hakotu prosesus nebé sai reklamadus no pendentes, husi kedas rejistu 2003-2005 nian;
- Hala’o lalais prosesu verifikasaun no validasaun ba rejistos husi tinan 2009;
- Loke rejistu foun ba Veteranus no CLN sira nebé seidauk rejista-an, husi tinan 2003 to’o 2009;
- Asegura protesau social ho pensoens ba Veteranus ho Kombatentes Libertasaun Nasional sira, no mos ba famílias mártires no sira ne’ebé lutu;
- Implementa sistema atribuisaun bolsas estudu ba mártires ho Kombatentes Libertasaun Nasionál sira-nia oan, hodi abranje ka kobre níveis eskolaridade tomak, hahú husi ensinu báziku to’o ensinu universitáriu;
- Integra Veteranus ho Kombatentes Libertasaun Nasionál iha vida ekonómika no sosiál, inklui asesu ba kualifikasoens ho oportunidades emprego;
- Estimula kriasaun negósius autosustentáveis ba Veteranus ho Kombatentes Libertasaun Nasional;
- Haré ba viabilidade atu kria Fundo de Investimentu ba Pensaun Especial de Reforma no Pensaun de Subsistencia;
- Akonselha Veteranus no CLN sira hodi halibur iha asosiasoens ka kooperativas no estimula investimentu iha mikro, empresas kiik ka médiu, husi sira-nia osan pensaun rasik;
- Implementa programas prezervasaun ho valorizasaun ba Istória Luta nian, no mos harii Monumentus istórikus no seluktán (semitérius ka rate, jardins eróis, etc.);
- Halo konstrusaun Semiterius Espesiais foun (Ainaro, Natarbora, Covalima, Kelikai, Iliomar, Uatulari, Ermera, Maliana) no halo remata semiterius nebé to’o agora seidauk hotu (Laga no seluk-tan) no kontinua ho konstrusaun Jardim dos Herois iha Metinaro;
- Hakoi restus mortais nebé rekolha tiha ona no tau hela iha ‘Uma Mahon’, iha Munisipius lubuk ida;
- Insentiva Veteranus no KLN hodi kontinua hala’o nafatin rekolha ba restus mortais;
- Implementa programas prezervasaun no valorizasaun Istória Luta, hanesan mos kona-ba selebrasaun ba momentus ho dias istórikus;
- Konklui investigasaun rigorosa ida kona-ba Istória Luta ba libertasaun nasionál, hodi bele fahe ba eskolas no comunidades, atu futuras jerasoens koñese pasadu, onra presente no valoriza futuro;
- Implementa Dekretu-lei nebé aprova Estatuto Orgânico ba Konsehu Nasionál Kombatentes Libertasaun Nasionál nian no apoia sira-nia programas no iniativas, inklui sira-nia partisipasaun iha programas dezvoltamentu nasionál, liuliu iha estabesimentu Komisaun Instaladora ba KNKLN.

- Implementar o Decreto-Lei que aprova o Estatuto Orgânico do Conselho Nacional dos Combatentes da Libertação Nacional e apoiar os seus programas e iniciativas, incluindo a sua participação em programas de desenvolvimento nacional, nomeadamente da Comissão Instaladora do CNCLN.

2.3.2 Mulher

A Mulher e o Homem têm os mesmos direitos e obrigações em todos os aspetos da vida familiar, cultural, social, económica e política. Para que esses direitos possam ser concretizados e as mulheres timorenses possam contribuir cada vez mais e melhor para a nossa sociedade e para o crescimento do País, o Governo irá:

- Estimular a criação de negócios autossustentáveis para mulheres chefes de família e para mulheres vítimas de violência doméstica e violência baseada no género, com o objetivo de assegurar a sua independência económica;
- Garantir que 60% das mulheres têm igual oportunidade de acesso a posições de tomada de decisão, e à justiça e segurança (PED 2022);
- Cooperar com o Ministério da Educação, Juventude e Desporto a fim de rever e continuar a implementar os currículos sensíveis às questões do género e garantir que os mesmos são implementados com eficácia e qualidade nos sistemas de ensino;
- Continuar a promover ações de formação profissional, em áreas suscetíveis de criação de pequenas e médias empresas e cooperativas, lideradas por mulheres;
- Cooperar com o Ministério da Educação, Juventude e Desporto e com a Comissão Nacional dos Direitos das Crianças a fim de assegurar que 75% das meninas, em idade escolar, completam o ensino básico (PED 2022);
- Continuar a implementar o Plano de Ação Nacional contra a Violência Baseada no Género (PED 2017-2021);
- Continuar a implementar o Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança;
- Continuar a implementar campanhas de combate à violência doméstica;
- Continuar a implementar a política de orçamento sensível às questões do género;
- Coordenar com a SEFOPE a fim de assegurar melhores condições de serviços às mulheres, que também sejam mães e educadoras, através da revisão da legislação laboral;
- Apoiar as organizações e associações de mulheres que defendam os direitos e os interesses das mulheres.

2.3.3 Criança

A criança tem direito à proteção especial por parte da família,

2.3.2. Feto

Feto ho mane iha direitu no obrigasaun ne'ebé hanesan iha aspetu hotu-hotu, iha moris familia nian, kultural, sosiál, ekonómika no polítika. Atu direitu hirak ne'e bele konkretiza ho diak liután, hodi Feto timoroan sira bele kontribui barak liu no diak liu ba ita-nia sosiedade no ba kresimentu ka dezentimentu rai nian, mak Governu sei:

- Estimula krisaun negósiu auto-sustentável ba feto sira inklui sira ne'ebé sai xefi familia no sira ne'ebé sai vítima ba violénsia doméstika no violénsia bazeia ba jéneru hodi aseguza independénsia ekonómika;
- Garante katak 60% husi feto sira bele hetan asesu ne'ebé hanesan ba pozisaun foti desizaun no mós hetan asesu ba justisa no seguransa (PED 2022);
- Kooperera ho Ministériu Edukasaun, Juventude no Desportu atu revé, no kontinua aseguza implementasaun kurríkulu ne'ebé sensível ba jéneru ho efetivu no efikásia iha sistema ensinu;
- Kontinua promove asaun sira kona-ba formasaun profisionál iha área sira ne'ebé bele hamosu empreza ki'ik no natón no mós kooperativa sira ne'ebé lídera husi feto;
- Kooperera ho Ministériu Edukasaun, Juventude no Desportu no mós Komisaun Nasionál ba Direitu Labarik atu aseguza katak 75% husi labarik feto sira ho idade ekolár, bele remata ensinu báziku (PED 2022);
- Kontinua implementa Planu Asaun Nasionál kona-ba Violénsia Bazeia ba Jéneru 2017-2021;
- Kontinua implementa Planu Asaun Nasionál kona-ba Feto, Paz no Seguransa;
- Kontinua implementa kampaña sira atu luta hasoru violénsia doméstika;
- Kontinua implementa polítika orsamentu sensível ba kestaun Jéneru sira nian;
- Halo advokasia atu aseguza orsamentu jerál estadu nian sensível ba jéneru;
- Koordena ho SEFOPE atu aseguza kondisaun servisu ne'ebé diak liu ba feto, ne'ebé mós hanesan mães edukadoras, liuhusi revizaun ba lejislasaun, regulamentu ho estatutu laborál sira;
- Apoia ba organizaun no asosiasaun feto sira ne'ebé defende ba feto sira nia direitu no interese.

2.3.3 Labarik

Labarik iha direitu ba protesaun espesial husi parte familia,

da comunidade e do Estado, particularmente contra todas as formas de abandono, discriminação, violência, opressão, abuso sexual e exploração. A criança goza de todos os direitos que lhe são universalmente reconhecidos, bem como de todos aqueles que estejam consagrados em Convenções Internacionais, regularmente ratificados ou aprovados pelo Estado. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam dos mesmos direitos e da mesma proteção social.

Nesse sentido, o Governo vai continuar a tomar medidas para:

- Implementar o Regime Jurídico de Proteção da Maternidade, Paternidade e Adoção, juntamente com outras medidas para apoiar crianças vulneráveis;
- Aprovar e implementar a Lei da Proteção das Crianças em perigo;
- Implementar a Rede de Proteção de Crianças, em todos os Postos Administrativos do País;
- Capacitar a Comissão Nacional dos Direitos da Criança e implementar o Plano de Ação Nacional da Criança;
- Criar e dinamizar programas ocupacionais e de tempos livres específicos para crianças institucionalizadas em orfanatos, com o devido acompanhamento pedagógico e psicológico;
- Promover campanhas e ações de sensibilização, sobre os direitos e deveres das crianças, e sobre legislação relevante que afetem as crianças;
- Incrementar programas de inclusão social de crianças, consideradas marginalizadas ou em conflito com a lei;
- Criar programas que previnam a marginalidade e delinquência das crianças;
- Continuar a implementar os programas de prevenção, proteção e assistência às crianças vítimas de violência, abandono, incesto e abuso sexual, nomeadamente através de uma linha de atendimento segura para a denúncia destes casos;
- Melhorar a monitorização e o tratamento pela Polícia, Ministério Público e Tribunais dos casos de violência e abuso contra as crianças.

2.3.4 Idosos

Todos os cidadãos da terceira idade têm direito à proteção especial por parte do Estado. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural, tendentes a proporcionar, às pessoas idosas, oportunidades de realização pessoal, através de uma participação digna e ativa na vida da comunidade. Atento, também, a esta camada da nossa população, o Governo vai:

- Continuar a prestar subsídios pecuniários aos idosos, através do Subsídio de Apoio aos Idosos e Inválidos (SAII);

husi comunidade no Estadu, liu-liu hasoru formas abandonu (katak soe no husik hela), diskriminasaun, violênsia, opresaun, abuzu seksual ho explorasaun. Labarik sira goza direitus tomak ne'ebé rekoñese universalmente, no mos direitus ne'ebé konsagra iha konvensoens internasionais ne'ebé Estadu ratifika ou aprova regularmente. Labarik sira hotu, ne'ebé moris husi matrimóniu ka lae, goza direitus no hetan protesaun sosiál ne'ebé hanesan ho sira-seluk.

Nune'e, Governu sei kontinua foti medidas hodi:

- Implementa Rejime Jurídku kona-ba Protesaun ba Maternidade, Paternidade ho Adosaun, hamutuk ho medidas seluk hodi apoia Labarik vulneráveis) sira;
- Aprova no implementa Lei kona-ba Protesaun ba Labarik sira ne'ebé iha perigu;
- Implementa Rede kona-ba Protesaun Labarik sira iha Postus Administrativus hotu-hotu iha País;
- Kapasita ka hakbiit Komisaun Nasional Direitus Labarik nian no implementa Planu Asaun Nasional ba Labarik;
- Kria no dinamiza programas okupasionais no tempus livres ne'ebé espesífikus ba Labarik sira, ne'ebé hela iha orfanatus, ho akompañamentu pedagójiku no psikolójiku ne'ebé di'ak;
- Promove kampañas ho asoens sensibilizasaun kona-ba direitus ho deveres Labarik sira-nian no kona-ba lejislasaun relevante ne'ebé afeta labarik sira;
- Inkrementa ka dezenvolve programas kona-ba inkluzsaun sosial ba Labarik sira, ne'ebé konsidera hanesan marjinalizadas ou iha konflitu ho lei;
- Kria programas ne'ebé prevene marjinalidade ho delinkuênsia ka atus krime Labarik sira-nian;
- Kontinua implementa programas kona-ba prevensaun, protesaun ho assistênsia ba Labarik sira, ne'ebé sai vítimas violênsia, abandonu, incestu (katak relasaun iha uma laran - aman ho oan, maun ka alin mane ho feton rasik), no abuzu seksuál, liuhusi liña atendimentu ida ne'ebé segura ba denúnsia kona-ba kazus hanesan ne'e;
- Hadi'a monitorizasaun ho tratamentu husi Polísia, Ministériu Públiku no Tribunais kona-ba kazus violênsia ho abuzu ba Labarik sira.

2.3.4 Idozus

Sidadauns hotu-hotu, husi terceira idade, iha direitu ba protesaun espesial husi parte Estadu. Política kona-ba terceira idade engloba medidas ho karáter ekonómiku, sosiál no kulturál, hodi proporsiona ba ema Idozus sira oportunidades ba realizasaun pesoal, liuhusi partisipasaun ida ne'ebé digna no ativa, iha vida comunidade. Tamba tenki fó atensaun mos ba kamada ida ne'e husi ita-nia populausaun, mak Governu sei:

- Kontinua fô subsídios pekuniárius (ka osan) ba Idozus sira, liuhusi Subsídium de Apoio ba Idozus ho Inválidus (SAII);

- Criar Centros de Atendimento a Idosos, em todos os Municípios;
- Desenvolver campanhas sobre os direitos das pessoas idosas e promover a sua integração e cuidados especiais nas famílias e nas comunidades;
- Criar programas de Tempos Livres/Espaços de Convívio/ Terapia Ocupacional para as pessoas idosas, promovendo o seu bem-estar e integração na sociedade (pode incluir atividades desportivas, artes, tecnologias tradicionais como olaria e artesanato, pintura, passeios, ou meramente espaços de convívio).
- Kria Sentrus Atendimentou ba Idozus, iha Munisípius hotu-hotu;
- Dezenvolve kampañas kona-ba ema Idozus sira-nia direitus no promove sira-nia integrasaun ho kuidadus espesiais iha famílias no iha comunidades;
- Kria programas kona-ba Tempus Livres/Espasus Konvíviu/ Terapia Okupasionál ba ema Idozu sira, hodi promove nia bein-estár ho integrasaun iha sosiedade (bele inklui atividades desportivas, artes, teknolojias tradicionais hanesan olaria ho artezenatu, pintura, paseius, ou hanesan de'it espasus ba konvíviu).

2.3.5 Outros Grupos Vulneráveis

O cidadão, portador de deficiência, goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres dos demais cidadãos, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontre impossibilitado, em razão da deficiência.

Como medidas de apoio a estes grupos de cidadãos, o Governo vai:

- Estimular a criação de negócios autossustentáveis para cidadãos portadores de deficiência;
- Melhorar a capacidade em todo o país para prestar serviços de qualidade às pessoas vulneráveis, incluindo a construção de equipamentos e acessibilidade a equipamentos de instituições públicas;
- Desenvolver programas de apoio às famílias e comunidades que têm, a seu cargo, pessoas portadoras de deficiência;
- Continuar a desenvolver os Programas de Reabilitação e de prestação de serviços e divulgação para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, através da reabilitação especializada e integrada;
- Fazer um levantamento de pessoas portadoras de doenças crónicas e criar programas de apoio, bem como promover campanhas de sensibilização sobre doenças crónicas;
- Implementar a Declaração de Maubisse, que se foca na atribuição de igualdade de oportunidades para a mulher, em termos de educação e formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e vida social e política;
- Implementar programas de reabilitação para reclusos e ex-reclusos, com vista à sua integração na sociedade;
- Investir em programas de assistência alimentar, para apoio a vítimas de desastres naturais e indivíduos e famílias vulneráveis;
- Melhorar os mecanismos de socorro e assistência às vítimas de desastres naturais, incluindo a construção de infraestruturas e distribuição de materiais de construção e materiais para armazenamento;

2.3.5 Grupos Vulneráveis seluk

Sidadaun ne'ebé ho Defisiênsia goza direitus ne'ebé hanesan no mos sujeita ba deveres ne'ebé hanesan ho sidadauns seluk, exetu kona-ba ezersísiu ou kumprimentu deveres ne'ebé nia labele hala'o tanba razaun defisiênsia.

Hanesan medidas apoiu ba grupus sidadauns sira ne'e, Governu sei:

- Estimula kriasaun negósius autosustentáveis ba sidadauns ne'ebé ho Defisiênsia;
- Hadi'a kapasidade iha país tomak atu presta servisu ho qualidade ba ema vulneráveis, inklui konstrusaun ekipamentus ho asesibilidade ba ekipamentus instituisoens públikas nian;
- Dezenvolve programas de apoiu ba famílias ho comunidades ne'ebé tau-matan ba ema sira ho Defisiênsia;
- Continua dezenvolve Programas Reabilitasaun ho prestasaun servisu no divulgasaun, hodi hadi'a qualidade moris ema sira ne'ebé ho Defisiênsia, liuhusi reabilitasaun ne'ebé especializada no integrada;
- Halo levantamentu kona-ba ema sira ne'ebé ho moras krónika no kria pogramas de apoiu, no mos promove kampañas sensibilizasaun kona-ba moras krónikas;
- Implementa Deklarasaun Maubisse ne'ebé foka liu ba fô oportunidades ne'ebé hanesan ba Feto, hanesan kona-ba edukasaun ho formasaun profisionál, asesu ba merkadu trabalhu no ba vida sosial ho política;
- Implementa programas reabilitasaun ba rekluzus ka prezus ho ex-rekluzus ka ex-prezus ba sira-nia integrasaun iha sosiedade;
- Investe iha programas assistênsia alimentár, hodi apoia vítimas dezastres naturais no indivíduos ho famílias vulneráveis;
- Hadi'a mekanizmus sokorru ho assistênsia ba vítimas dezastres naturais, inklui konstrusaun infraestruturas, ho distribuisaun materiais konstrusaun no materiais ba armazenamento;

- Realizar ações de formação e capacitação para a prevenção, mitigação e ação em caso de desastres naturais, em todas as comunidades do país;
- Fazer um levantamento sobre a existência de toxicodependentes no País e criar condições para a sua recuperação e aconselhamento, ao mesmo tempo que se reforçam campanhas de sensibilização sobre o consumo de drogas e se combate o tráfico ilegal;
- Apoiar a Comissão Nacional de Combate ao HIV-SIDA e continuar a realizar campanhas de prevenção sobre a transmissão do HIV-SIDA, prestar apoio aos pacientes da Casa de Recuperação de Saúde de Tibar, bem como melhorar a assistência em termos de alimentação, cuidados de saúde e tratamento dos pacientes portadores de HIV-SIDA e desenvolver campanhas de integração e terapia ocupacional.
- Realiza asoens formasaun ho kapasitasaun ba prevensaun, mitigasaun no asaun ba kazu dezastres naturais, iha comunidades iha País tomak;
- Halo levantamentou kona-ba ezistênsia toksikodependentes iha país no kria kondisoens ba sira-nia rekuperasaun ho akonselhamentu, no mos reforsa kampañas sensibilizasaun kona-ba konsumu drogas no kombate tráfico ilegal;
- Apoia Komisaun Nasionál Kombate ba HIV-SIDA no kontinua realiza kampañas prevensaun kona-ba tranzmisaun HIV-SIDA, fô apoiu ba pasientes sira iha Casa de Rekuperasaun Saúde, iha Tibar, no mos hadi'a assistênsia kona-ba alimentasaun, kuidadus saúde no tratamentu ba pasientes ho moras HIV-SIDA no dezenvolve kampañas integrasaun no terapia okupasional.

2.4 Cultura e Património

Segundo a Constituição da República, o estado reconhece e garante ao cidadão o direito à cultura e determina que todos têm direito a fruição e a criação culturais, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. A cultura é, ainda, uma forma pacífica e construtiva de desenvolver a personalidade e de expressar emoções, potenciando uma consciência de cidadania e valorizando a sensibilidade individual e a empatia para com o outro. Assim, a cultura tem um papel fundamental e insubstituível, na construção de uma sociedade pacífica e moderna.

Neste sentido, irão continuar a desenvolver-se esforços de promoção e valorização das diversas expressões artísticas, para além da salvaguarda e promoção do Património histórico e cultural, material e imaterial, incluindo património arqueológico e edificado, a música, as línguas e dialetos e a história oral, a arquitetura tradicional, o artesanato e todos e quaisquer formas de expressões artística, tradicional ou moderna.

O Governo irá ainda fazer uso da cultura e do património cultural, para promover a consciência patriótica e o sentido da pertença e identidade nacional, contribuindo desta forma, para criar o otimismo e bem-estar na população e estimular a sua participação no desenvolvimento sustentável do País.

Iremos, como tal, promover os seguintes objetivos gerais, na área da cultura e do Património:

- Fomentar a identidade nacional e a cultura timorense, por forma a contribuir para a construção de uma Nação pacífica, tolerante e criativa;
- Assegurar que toda a população tenha acesso a diversidade de saberes, expressões artísticas e elementos culturais, com respeito pelas especificidades históricas e geográficas do país;
- Aumentar a cooperação, parcerias e intercâmbios artísticos e culturais com outras nações e com os organismos internacionais, no sentido de promover a cultura e o património timorense no estrangeiro, mas, também,

2.4 Kultura no Patrimóniu

Tuir Konstituisaun Repúblika, Estadu rekoñese no garante, ba sidadaun, direitu ba Kultura no determina katak ema hotu-hotu iha direitu ba fruisaun (ka aproveita, goza) no kriausaun kultural, no mós dever atu prezerva, defende no valoriza patrimóniu kultural. Kultura hanesan mós forma pasífika no konstrutiva ida, atu dezenvolve personalidade no expresa emosaens, hodi potencia (ka aumenta) konsiênsia kona-ba sidadania no valoriza sensibilidade ema ida-ida nian no nia empatia ba maluk seluk. Nune'e, Kultura iha papel ne'ebé fundamental no insubstituível (ka la iha atu substitute ka troka) iha konstrusaun sosiedade ida ne'ebé pasifikada no moderna.

Nune'e, sei kontinua dezenvolve esforsus kona-ba promosaun ho valorizasaun espresoens artísticas oioin, aleinde salvaguarda no promove Patrimóniu Istóriu no Kultural, material no imaterial, inklui Patrimóniu arkeológiku no edifikadu, múzika, línguas (ka lian) no dialetus no istória oral, arkitetura tradisional, artezanatu ho kualker forma expresaun artístika, tradisional ou moderna.

Governu sei uza Kultura no Patrimóniu kultural, hodi promove konsiênsia partiótika ho sentidu pertensa no identidade nasional, hodi bele, ho nune'e, kontribui atu kria otimizmu no bein-estar iha populasaun no estimula nia partisipasaun iha dezenvolvimentu sustentável País nian.

Ne'e mak, Governu sei promove objetivus jerais tuir mai iha área Kultura no Patrimóniu:

- Fomenta Identidade Nasional no Kultura timor-nian, hodi kontribui ba konstrusaun nasaun ida, ne'ebé pasífika, tolerante no kriativa;
- Asegura katak populasaun tomak iha asesu ba diversidade saberes (ka konhesimentus), expresoens artísticas no elementus kulturaus, kona-ba espesifisidades istórikas no jeográfikas País nian;
- Aumenta kooperasaun, parserias ho interkâmbius artístikus no kulturaus ho Nasoens seluk no mos Organizmus Internasionais, atu bele promove Kultura ho Patrimóniu timor-nian iha estranjeiru, nune'e mós hanesan estratégia

enquanto estratégia de aprendizagem e formação das nossas instituições culturais e dos nossos produtores culturais e artistas nacionais;

- Incrementar o turismo cultural e apoiar as iniciativas, públicas ou privadas, que tenham em vista o desenvolvimento do património cultural nacional;
- Melhorar e reforçar a coordenação intersetorial, por forma a promover a cultura de forma transversal, incluindo ações de formação profissional e ensino cultural e artístico nas escolas;
- Promover a investigação, salvaguarda e divulgação na área do património cultural (incluindo estudos antropológicos, arqueológicos, etnológicos, linguísticos e sociológicos);
- Incentivar um maior consumo de arte e cultura no país e incentivar a conservação do património cultural;
- Continuar a promover todas as manifestações culturais nacionais, incluindo feiras, concursos e cerimónias tradicionais, entre outros;
- Continuar a apoiar o “Centro Nacional Chega” e os seus programas e iniciativas, por forma a preservar memória do passado e a promover a reconciliação e a paz, ao nível nacional e internacional;
- Desenvolver um quadro legal para a preservação dos locais históricos do país e respetivas regras de reabilitação e conservação (em articulação com as entidades governamentais relevantes, nomeadamente o Ministério de Justiça);
- Desenvolver o programa de mapeamento de todos os locais históricos, em articulação com as entidades governamentais relevantes, nomeadamente com o Ministério do Turismo;
- Desenvolver as diligências necessárias, nomeadamente com o Ministério da Educação, para colocar os materiais e conteúdos do “Centro Nacional Chega!” nos currículos de ensino;
- Criar legislação adequada que proteja a propriedade intelectual e os direitos de autor;

Por forma a concretizar os objetivos gerais acima descritos, o Governo irá desenvolver as seguintes ações e concretizar as seguintes metas:

- Construir um Museu e Centro Cultural em Dili (PED 2015);
- Construir uma Biblioteca Nacional;
- Estabelecer a Academia de Arte, Cultura e Indústrias Criativas;
- Estabelecer Centros Culturais Regionais em Oe-Cusse, Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai (PED 2020);
- Criar uma companhia nacional de teatro e dança e promover a realização de eventos e visitas regulares ao nível municipal;

aprendizagem no formasaun ba ita-nia instituisoens culturais no ita-nia produtores culturais ho artistas nasionais;

- Dezenvolve turizmu kultural no apoia inisiativas, públicas ou privadas, ba dezvoltimentu patrimóniu kultural nasional;
- Hadi’ a no reforsa koordenasaun intersektorial hodi promove kultura ho forma transversal, inklui asoens formasaun profesional ho ensinu kultural no artístiku iha eskolas;
- Promove investigasaun, prezervasaun no divulgasaun iha área Patrimóniu Kultural (inklui estudus antropolójikus, arkeolójikus, etnolójikus, linguístikus no sosiolójikus);
- Insentiva konsumu ne’ebé boot liu iha Arte no Kultura, iha ita-nia País, no insentiva konservasaun patrimóniu kultural;
- Kontinua promove manifestasoens culturais nasionais hotu-hotu, inklui feiras, konkursus no serimónias tradisionais, ho seluk-seluk tan;
- Kontinua apoia “Centro Nasional Chega!” ho nia programas no inisiativas, atu nune’e bele prezerva memória kona-ba pasadu no promove rekonsiliaasaun ho paz, iha nível nasional no internacional;
- Dezenvolve kuadru legal ida ba prezervasaun (katak kuidadu no bali didi’ak) lokais ka fatin istórikus País nian, tuir nia regras reabilitasaun ho konservasaun rasik (halo artikulasaun ho entidades governamentais relevantes, hanesan Ministériu Justisa);
- Dezenvolve programa mapeamentu ba fatin istórikus hotu-hotu, liu husi artikulasaun (ka koordenasaun) ho entidades governamentais relevantes, hanesan Ministériu Turizmu;
- Dezenvolve dilijênsias (ka esforsus) nesesárius, liuliu ho Ministériu Edukasaun, hodi hatama materiais no konteúdus “Sentru Nasional Xega!” nian, iha kurríkulus de Ensinu;
- Kria lejislasaun ne’ebé adekuada, hodi proteje propriedade intelektual no direitus autor nian.

Atu konkretiza objetivus jerais, ne’ebé deskreve iha leten, Governu sei dezenvolve asoens tuir mai no konkretiza metas hanesan:

- Harii Muzeu ida ho Sentru Kultural iha Díli (PED 2015);
- Harii Biblioteca Nasional;
- Estabelese Akademia Arte, Kultura no Indústrias Kriativas;
- Estabelese Sentrus Culturais Rejonais iha Oe-Cusse, Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro ho Suai (PED 2020);
- Kria Kompañia Nasional ba Teatru no Dansa no promove realizasaun eventus no vizitas regulares, iha nível munisipal;

- Estabelecer parcerias com parceiros nacionais e internacionais, para desenvolver, programas, conteúdos, currículos, formação disponibilização de professores e técnicos especialistas necessários aos programas supramencionados;
- Implementar a Lei do Património Cultural e a Lei de Bases da Biblioteca;
- Continuar a fazer o levantamento de bens culturais em todo o país e divulgar os mesmos através de uma base de dados online;
- Investir na formação de quadros e apoiar a investigação em áreas culturais, através das parcerias com instituições académicas nacionais e internacionais;
- Impulsionar a criação de associação nacionais que definem, promovam e conservem o património cultural, também através de cooperação com instituições e organismos internacionais;
- Melhor a coordenação entre as entidades governamentais responsáveis pela área da cultura e as entidades governamentais responsáveis pelo turismo para desenvolver programas no âmbito do património cultural e ação cultural que sejam atrativos para o setor turístico;
- Reforçar os laços históricos, culturais, linguísticos e artísticos com os países da CPLP, através da promoção de programas, eventos e intercâmbios na área cultural e artística;
- Estreitar os laços de cooperação e amizade com os países da ASEAN e do pacífico, através de programas, eventos e intercâmbios na área cultural e artística;
- Reforçar a cooperação com a UNESCO;
- Rever a legislação existente na área da cultura e corrigir as lacunas necessárias no sentido e disponibilizar um quadro legal que efetivamente apoie, promova e harmonize as iniciativas na área cultural e dos seus intervenientes;
- Criar legislação no sentido da promoção do mecenato cultural;
- Lançar, em vários formatos, a história contemporânea de Timor-Leste, incluindo os dados sobre a investigação histórica e levantamento efetuado em todo o país, sobre o período da resistência e a luta pela independência;
- Disponibilizar exposições, espaços museológicos e instalações realizados com o período da Resistência e a história da Luta Nacional, incluindo os espaços museológicos “Abrigos subterrâneos da Resistência”, localidades marcadas por eventos importantes, exposições permanentes, temporárias e internacionais, através do apoio e promoção do Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT);
- Estabelecer parcerias com parceiros nacionais e internacionais, para desenvolver programas, conteúdos, currículos, formação disponibilização de professores e técnicos especialistas, necessários aos programas ne’ebé temi iha leten;
- Implementa Lei kona-ba Patrimóniu Kultural no Lei de Bases ba Biblioteka;
- Continua halo levantamentou kona-ba bens kulturais, iha País tomak, no divulga (ka publika) liuhusi baze dadus ‘online’ ida;
- Investe iha formasaun ba kuadrus no apoia investigasaun iha áreas kulturais, liuhusi parcerias ho instituisoens akademikas nasionais no internasionais;
- Impulsiona (ka dudu) kriaun asosiasoens nasionais ne’ebé defende, promove ho conserva patrimóniu kultural, liu mos husi kooperasaun ho instituisoens no organizmus internasionais;
- Hadi’a koordenasau entre Entidades Governamentais responsáveis ba área Kultura ho Entidades Governamentais responsáveis ba Edukasaun, atu bele desenvolve programas ho kurríkulus iha área patrimóniu kultural, asaun kultural no artístika;
- Hadi’a koordenasau entre entidades governamentais responsáveis ba área Kultura ho entidades governamentais responsáveis ba Turizmu, hodi desenvolve programas iha âmbito patrimóniu kultural ho asaun kultural ne’ebé atrativus ba setor turístiku;
- Reforsa lasus istórikus, kulturais, linguístikus no artístikus ho países CPLP, liuhusi promosaun programas, eventus ho interkâmbius iha área kultural no artístika;
- Estreita (ka hametin) lasus kooperasaun no amizade ho países ASEAN no iha Pasífiku, liuhusi programas, eventus no interkâmbius iha área kultural no artístika;
- Reforsa kooperasaun ho UNESCO;
- Haree di’ak fali lejislasau ne’ebé iha ba Kultura no korrije (ka hadi’a) lakunas (ka faltas) ne’ebé presiza, hodi disponibiliza (ka prepara) kuadru legal ida ne’ebé efetivamente bele apoia, promove no armoniza inisiativas iha área kultural ho ninia intervenientes;
- Kria lejislasau ba promosaun mesenatu kultural (ka halo doasoens, fô ajuda ba kultura);
- Lansa (ka fô-sai), iha formatus oiain, Istória Kontemporânea Timor-Leste nian, inklui dadus kona-ba investigasaun histórika ho levantamentou ne’ebé halo iha País tomak, kona-ba periodu Rezistênsia ho Luta ba Independênsia;
- Disponibiliza expozisoens, espasus muzeulójikus ho instalasoens, nebé iha relasaun ho periodu Rezistênsia no istória kona-ba luta nasional, inklui espasus muzeulójikus “Abrigos subterrâneos Rezistênsia nian”, fatin sira ne’ebé marka ho eventus importantes, expozisoens permanentes, temporárias ho itinerantes, liuhusi apoiu ho promosaun ba Arkivu ho Muzeu Rezistênsia Timor nian (AMRT);

- Promover atividades culturais e artísticas, sobretudo na área das expressões artísticas, como a criação de prémios nacionais motivadores de uma participação abrangentes, como recurso a patrocínios e mecenato.

2.5 Juventude

O Estado promove e encoraja as iniciativas da Juventude na consolidação da Unidade Nacional, na reconstrução, na defesa e no desenvolvimento do País. O Estado promove, na medida das suas possibilidades, a educação, a saúde e a formação profissional dos jovens.

Os jovens timorenses são os futuros líderes da Nação e cabe-lhes transformar o País, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável. Timor-Leste é uma nação muito jovem, onde mais de 50% têm menos de 20 anos, sendo que a maioria destes necessitam de adquirir mais e melhores qualificações e mais e melhor acesso a oportunidades de emprego e de realização pessoal e profissional.

A aposta do Governo timorense vai no sentido de criar oportunidades que possibilitem aos jovens concretizar o seu potencial.

Para tal, o Governo pretende implementar as seguintes ações e alcançar as seguintes metas:

- Implementar a Política Nacional de Juventude e os planos de ação nacionais que promovam o desenvolvimento e a autonomia da Juventude;
- Implementar o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Juventude, no sentido de serem criadas condições para uma melhor coordenação entre entidades públicas e privadas, que assegurem a dinamização de iniciativas para os jovens e o seu ingresso no mercado de trabalho, bem como garantir a preparação das políticas e a aplicação dos planos de ação nacionais, relacionados com as estratégias aprovadas na Política Nacional da Juventude;
- Estabelecer um Fundo para os Jovens, com vista a financiar projetos e programas que apoiem os jovens e o seu desenvolvimento (PED 2015);
- Apoiar o estabelecimento de Associação de Jovens;
- Continuar a promover o Parlamento do Jovens - “Parlamento Foin Sa’e”, incluindo a capacitação na área da liderança, pensamento crítico, capacidade de debate e análise social;
- Construir um Centro Nacional de Juventude em Díli (PED 2020);
- Desenvolver a condução de Campos de Formação em Liderança, para promover a boa condição física, qualificações administrativas, resolução de conflito e valores cívicos;
- Melhorar os Centros de Juventude existentes e a construção de Centros Multifunções da Juventude em todos os municípios, a fim de prestar a formação em áreas como sejam as línguas, as tecnologias, a arte, a música, o desporto e a educação cívica.

- Promove atividades culturais ho artístikas, liu-liu iha área expresoens artístikas, hanesan kriasaun prémios nasionais, hodi motiva partisipasaun ne’ebé boot, liuhusi patrosínus ka mesenatu.

2.5 Juventude

Estadu promove no enkoraja inisiativas kona-ba Juventude, iha konsolidasaun ba Unidade Nasionál, iha rekonstrusaun, iha defeza no iha dezentvolvimentu País. Estadu promove, tuir nia possibilidades, edukasaun, saúde ho formasaun profisional ba Jovens sira.

Jovens timoroan sira mak hanesan futurus líderes Nasaun nian no iha sira-nia liman responsabilidade atu transforma País ne’e, iha futuro, no kontribui ba nia dezentvolvimentu sustentável. Timor-Leste, Nasaun ida ne’ebé liu 50% husi populasaun tomak, mak iha hela idade tinan 20 nia ókos, no maioria husi jovens sira né presiza hetan kualifikasoens ne’ebé di’ak liu, ho mos asesu di’ak liu ba oportunidades empregu ba sira-nia realizasaun pesoal no profisional.

Esforsu husi Governu ne’e maka atu kria oportunidades ne’ebé posibilita Jovens sira kronketiza sira-nia potenciál. Kona-ba ida ne’e, no atu alkansa metas nebé iha, Governu hakarak implementa asoens tuir mai, hanesan:

- Implementa Política Nacional kona-ba Juventude ho planus asaun nasionais ne’ebé bele promove dezentvolvimentu ho autonomia ba Juventude;
- Implementa Conselho Nacional Dezentvolvimentu Juventude, hodi kria kondisoens ba koordenasau ne’ebé di’ak liu entre entidades públikas no privadas, hodi asegura dinamizasaun inisiativas ba jovens sira no atu sira tama iha merkadu trabalho, no mos garante preparasaun kona-ba polítikas ho aplicaun planus de asaun nasionais, ne’ebé relaciona ho estratéjias ne’ebé aprova tiha ona iha Política Nacional kona-ba Juventude;
- Estabelese Fundu ida ba Jovens sira, hodi finansia projetus ho programas ne’ebé bele apoia jovens sira iha sira-nia dezentvolvimentu rasik (PED 2015);
- Apoia estabelesimentu Asosiasaun Jovens;
- Continua promove Parlamentu Jovens nian ka “Parlamentu Foin Sa’e”, inklui kapasitasaun iha área lideransa, pensamentu kítiku, kapasidade debate ho análize social;
- Harii Sentru Nasionál Juventude nian iha Díli (PED 2020);
- Dezentvolve kbit atu loka no hala’o Kampus de Formasaun iha Lideransa, hodi promove kondisaun fizika ne’ebé di’ak, kualifikasoens administrativas, rezolusaun konflitu ho valores sívikus;
- Hadi’a Sentrus Juventude ne’ebé iha ho konstrusaun Sentrus Multifunsoens ba Juventude, iha Munisípius, atu bele fõ formasaun iha áreas hanesan línguas ka lian, teknolojias, arte, múzika, desportu ho edukasaun sívika;

2.6 Desporto

Uma das melhores formas para moldar adequadamente o carácter dos jovens e fomentar valores de cooperação, amizade e de equipa, ao mesmo tempo que se melhora a condição física dos jovens, é apostar no desenvolvimento do Desporto.

O Desporto é parte crucial na vida dos jovens, envolvendo-os em mais e melhores relacionamentos sociais e promovendo o diálogo, a tolerância, a ética, a democracia, a competição saudável e, até mesmo, capacidade de liderança. Em termos gerais, o Desporto tem a capacidade de unir as pessoas e fazê-las trabalhar para um ideal comum, promovendo ainda uma forte identidade nacional, o que se espera aliás de todos os cidadãos na construção e desenvolvimento do país.

Por fim, a atividade física é um fator importante para a qualidade de vida dos seres humanos, assegurando uma maior produtividade das pessoas e a sensação de bem-estar.

No sentido de promover e incentivar a prática de atividades desportivas pelos nossos jovens, raparigas e rapazes, o Governo irá continuar a desenvolver as seguintes metas e ações:

- Rever e implementar o Plano Estratégico do Desporto de Timor-Leste;
- Financiar, promover e apoiar atividades de desporto em todas as comunidades do País, por forma a promover concursos de várias modalidades, ao nível nacional;
- Apoiar e desenvolver os recursos humanos nas áreas de gestão de instalações desportivas, treino e desenvolvimento de atletas, gestão de equipas e gestão de eventos;
- Apoiar a participação das comunidades e dos alunos em atividades desportivas, por meio de clubes e eventos desportivos comunitários e escolares, melhorando inclusivamente a coordenação entre as entidades governamentais, responsáveis pela área do Desporto e as entidades governamentais, responsáveis pela Educação, com o fim de promover o Desporto escolar e as entidades governamentais, responsáveis pela área do Desporto e as entidades municipais, por forma a desenvolver o Desporto Municipal;
- Assegurar a participação nos jogos universitários da CPLP e da ASEAN;
- Incentivar e desenvolver talentos, por forma a promover o Desporto de alta competição;
- Encorajar e promover o turismo desportivo, incluindo Desportos radicais e desportos marítimos;
- Incidir no desenvolvimento de desportos populares em Timor-Leste, como por exemplo, as artes marciais e o futebol;
- Desenvolver o futebol, voleibol e basquetebol, incluindo o desenvolvimento de ligas, em parceria com entidades nacionais e internacionais;

2.6 Desportu

Forma ida mós ne'ebé di'ak liu, atu oinsá bele hadi'a jovens sira-nia karáter no fomenta valores kooperasaun, amizade no ekipa, no mos hadi'a jovens sira-nia kondisaun fizika, mak aposta iha dezvoltimentu Desportu.

Desportu hanesan parte ne'ebé krusiál ka desizivu tebes, iha jovens sira-nia vida, hodi envolve sira barak no di'ak liu iha relasionamentus sosiais no promove diálogo, tolerânsia, étika, demokrasia, kompetisaun saudável no, mezmu kapasidade lideransa. Jeralmente, Desportu iha kapasidade atu halibur ema no halo sira servisu hamutuk ba ideal komun ida, hodi promove mos identidade nasional ida ne'ebé forte, buat ne'ebé ita hein no bele dehan husi sidadauns hotu-hotu, iha konstrusaun no dezvoltimentu País nian.

Finalmente, atividade fizika ne'e hanesan fatór importante ida ba qualidade moris ema hotuhotu nian, hodi asegura ita ema nia produtividade ne'ebé boot liu ho sensasaun bein-estár.

Atu bele promove no insentiva prátika atividades desportivas, husi ita-nia jovens timoroan sira, feto ho mane, Governu sei continua desenvolve metas ho asoens hanesan tuir mai:

- Haré di'ak fali ka revê no implementa Planu Estratégiku kona-ba Desportu Timor-Leste;
- Finansia, promove no apoia atividades desportu iha comunidades tomak iha País, atu bele promove kompetisoens ka konkursus kona-ba modalidades oioin, iha nível nasional;
- Apoia no desenvolve rekursus umanus, iha áreas jestaun instalasoens desportivas, treinu no dezvoltimentu atletas, jestaun ekipas ho jestaun eventus;
- Apoia partisipasaun comunidades ho alunus iha atividades desportivas, liuhusi klubas ho eventus desportivus komunitárius no eskolares, hodi hadi'a mos koordenasaun entre entidades governamentais responsáveis ba área Desportu no entidades governamentais ne'ebé responsáveis ba Edukasaun, ho objetivu promove Desportu Eskolar no entidades governamentais sira ne'ebé responsáveis ba área Desportu ho entidades Munisipais, atu bele desenvolve Desportu Munisipal;
- Asegura partisipasaun iha Jogus Universitárius CPLP no ASEAN;
- Insentiva no desenvolve talentus, atu bele promove Desportu alta kompetisaun nian;
- Enkoraja no promove Turizmu desportivu, inklui desportus radikais no desportus marítimus;
- Inside ka foka liu ba dezvoltimentu Desportus populares iha Timor-Leste, hanesan ezemplu, artes marsiais ho futebol;
- Desenvolve futebol, voleibol ho basketbol, inklui dezvoltimentu ligas, halo parseria ho entidades nasionais no internasionais;

- Apoiar a Comissão Reguladora das Artes Marciais, por forma a desenvolver esta modalidade de forma pacífica e gratificante para os seus participantes, cumprindo a Lei das Artes Marciais ao nível nacional;
- Promover a realização de competições saudáveis entre os grupos de artes marciais, com o objetivo de promover a amizade e a solidariedade entre estes grupos;
- Reabilitar infraestruturas desportivas e construir novas instalações, incluindo ginásios multiusos, em cada município (PED 2020), e reabilitar o estádio de Díli e o complexo gimnodesportivo.

2.7 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Vivemos uma era de globalização e tecnologia, onde os cidadãos de qualquer país poderão ter acesso ao conhecimento de forma rápida e abrangente. É, no entanto, necessário criar condições de acesso às tecnologias de informação e comunicação e incutir nas pessoas e nas instituições a sua participação ativa na produção, disseminação e uso do conhecimento.

O domínio, das Tecnologias de Informação e Comunicação, irá contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e formação, para uma melhor gestão e administração públicas e para o desenvolvimento do setor privado, fatores necessários à competitividade e desenvolvimento sustentável do País.

Assim, o Governo irá prosseguir com as seguintes ações:

- Implementar a Política de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Desenvolver e implementar o quadro legal de apoio ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação propondo ao Parlamento Nacional, nomeadamente, a aprovação de legislação em matéria de criminalidade informática e de gestão, acesso e proteção de bases de dados pessoais eletrónicas;
- Capacitar o Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação, recentemente criado, que terá a missão de gerir a rede informática do Governo e de outras entidades públicas com vista à modernização do Estado e a melhorar o funcionamento e a prestação de serviços das instituições públicas;
- Reforçar as capacidades em termos de instituições, infraestruturas e recursos humanos neste setor;
- Implementar uma estratégia de modernização administrativa, desenvolvendo a mais-valia do Governo Eletrónico, incluindo o estabelecimento das plataformas de conectividade e acesso à internet em todas as instituições do Estado e do Governo;
- Proporcionar ações de formação em Tecnologias de Informação e Comunicação para todos os líderes, administradores, diretores e funcionários públicos;

- Apoiar a Comissão Reguladora das Artes Marciais nian, atu bele desenvolve modalidade ida ne'e, ho forma pasifika no gratifikante ba ninia partisipantes sira, hodi kumpri Lei Artes Marciais nian iha nível nasional;
- Reabilita infraestruturas desportivas no harii instalasoens foun, inklui Jináziu multiuzus iha kada Munisípiu (PED 2020) no reabilita Estádio Díli ho kompleksu Jimnodesportivu.

2.7 Tecnologias Informasaun no Komunikasaun (TIC)

Ita moris iha era globalizasaun no teknolojia ne'ebé, sidadauns husi kualkér país bele hetan koñesimentu ne'ebé lailais no luan tebetebes. Maibé presiza kria kondisoens atu hetan asesu ba teknolojias informasaun no komunikasaun, hodi inkuti (ka haburas) iha ema no iha instituisoens, sira-nia partisipasaun ativa iha produsaun, diseminaun no uzu ba koñesimentu ne'e.

Domíniu kona-ba Teknolojias Informasaun no Komunikasaun sei kontribui hodi hadi'a qualidade ensinu no formasaun, ba jestaun ho administrasaun públicas ne'e di'ak liu no ba desenvolvimentu setor privadu, fatores ne'ebé neserárius ba kompetitividade ho desenvolvimentu sustentável país nian.

Nune'e, Governu sei continua ho asoens hanesan tuir mai:

- Implementa Política kona-ba Teknolojias Informasaun ho Komunikasaun;
- Desenvolve no implementa quadru legal kona-ba fô apoiu ba uzu Teknolojias Informasaun no Komunikasaun, hodi propoin ba Parlamentu Nasional kona-ba aprovasaun lejislasaun iha matéria kriminalidade informática no jestaun, asesu no protesasaun baze de dados pesoal eletrónica sira;
- Kapasita Institutu Teknolojia Informasaun no Komunika-saun, ne'ebé foin mak harii, ne'ebé nia misaun mak atu jere rede informática Governu nian ho entidades públicas seluktán, ba modernizasaun Estadu no hadi'a funsionamentu ho prestasaun servisu instituisoens públicas nian;
- Reforsa kapasidades iha instituisoens, no iha infraestruturas no rekursus umanus iha setor ida ne'e;
- Implementa estratégia kona-ba modernizasaun administra-tiva, hodi desenvolve valor adisional husi Governu Eletróniku, inklui estabelesimentu plataformas konetividade ho asesu ba internet, iha instituisoens Estadu no Governu nian tomak;
- Proporsiona asoens formasaun iha Teknolojias Informasaun no Komunikasaun ba líderes, administradores, diretores ho funsionárius públikus sira hotu;

- Criar as infraestruturas necessárias para o acesso generalizado à internet em todo o país, incluindo em áreas rurais, através da criação de Espaços Internet ou Centros de Tecnologias de Informação e Comunicação;
 - Continuar a realizar acampamentos de Tecnologias de Informação e Comunicação em todo o país;
 - Promover a criação de conteúdos, adaptados às circunstâncias e necessidades locais;
 - Promover e facilitar o acesso das mulheres às novas Tecnologias de Informação e Comunicação;
 - Promover a investigação científica, a inovação e a competitividade fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação;
 - Criar parcerias, com o setor privado nacional e internacional, por forma a desenvolver as Tecnologias de Informação e Comunicação, enquanto instrumento útil de aquisição, produção e difusão do conhecimento;
 - Continuar a oferecer formação gratuita na área de informática, na ótica do utilizador, desenho gráfico e o uso de novas tecnologias de informação para pesquisa e investigação e criação de negócios.
- Kria infraestruturas ne'ebé presiza, ba asesu jeneralizadu ba internet iha País tomak, inklui iha áreas rurais, liuhusi kria saun Espasus Internet ou Sentrus Teknolojias Informasaun no Komunikasaun;
 - Kontinua realiza akampamentus Teknolojias Informasaun no Komunikasaun nian iha País tomak;
 - Promove kria saun konteúdu ne'ebé adapta ba sirkunstânsias ho nesesidades lokais;
 - Promove no fasilita asesu Feto sira-nian ba Teknolojias Informasaun no Komunikasaun foun;
 - Promove investigasaun sientífika, inovasaun ho kompetitividade ne'ebé uza teknolojias informasaun no komunikasaun;
 - Kria parserias ho setor privadu nasional no internasional, atu bele dezenvolve Teknolojias Informasaun no Komunikasaun, núdar instrumentu ne'ebé útil ka di'ak ba akizisaun, produsaun no difuzaun koñesimentus;
 - Kontinua oferese forma saun gratuita, iha área informátika, husi ótika utilizador nian, dezeńu gráfiku no uzu teknolojias informasaun foun ba peskiza ho investigasaun no kria saun negósius;

2.8 Comunicação Social

A Constituição da República determina que é garantida a liberdade de imprensa e dos demais meios da comunicação social, incluindo a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a liberdade editorial, a proteção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão. O Estado deve assegurar a liberdade e a independência dos órgãos públicos de comunicação social perante o poder político e o poder económico e garantir a não monopolização dos meios de comunicação social.

Compete ainda ao Estado assegurar a existência de um serviço público de rádio e de televisão, que deve ser isento, tendo em vista, entre outros objetivos, a proteção e divulgação da cultura e das tradições de Timor-Leste, bem como a garantia da expressão do pluralismo de opinião.

O Governo irá:

- Apoiar e reforçar a Agência de Notícias de Timor-Leste, TATOLI;
- Apoiar e reforçar o Conselho de Imprensa, enquanto órgão independente regulador do setor da comunicação social;
- Continuar a apoiar programas de disseminação da ação governativa, promovendo o conhecimento do público sobre a ação governativa e uma maior transparência sobre a governação;

2.8 Komunikasaun Sosial

Konstituisaun Repúblika determina katak sei garante liberdade ba imprensa no ba meus komunikasaun sosial seluktán, inklui liberdade expresaun ho kria saun husi jornalista, asesu ba fontes informasaun, liberdade editorial, protesaun ba independênsia no ba sijilu (ka segredu) profesional no direitu kona-ba estabelese jornais, publikasoens no meus difuzaun seluktán.

Estadu tenke asegura liberdade no independênsia husi Órgauns Públikus komunikasaun sosiál nian hasoru Poder Polítiku no Poder Ekonómiku, no garante labele iha monopóliu kona-ba meus komunikasaun sosial.

Sei kompete mos (ka sai responsabilidade) ba Estadu atu asegura ezistênsia Servisu Públiku ba Rádiu no Televizaun, ne'ebé tenke izentu, hodi haré mos, entre objetivus sira-seluk, kona-ba protesaun no divulgasaun kultura no tradisoens Timor-Leste nian, no mos garantia kona-ba expresaun tuir pluralizmu opiniaun.

Tanba ne'e, mak Governu sei kontinua:

- Apoia no reforsa Ajênsia Notícias Timor-Leste nian, TATOLI;
- Apoia no reforsa Konselhu de Imprensa, núdar órgaun independente regulador ba setor komunikasaun sosial;
- Kontinua apoia programas disseminasaun kona-ba Asaun Governativa, hodi promove koñesimentu públiku nian ba asaun governativa ho transparênsia ne'ebé boot liu kona-ba governasaun;

- Continuar a apoiar a RTTL, E.P. incluindo a melhoria das infraestruturas físicas e a atualização de equipamentos técnicos, e a implementação de um Plano Estratégico da Empresa, por forma a melhorar a qualidade e a quantidade da informação divulgada;
 - Propor ao Parlamento Nacional a aprovação de legislação para regular o sector da comunicação audiovisual em Timor-Leste;
 - Estabelecer o Instituto de Formação de Jornalistas e continuar a apostar na formação de jornalistas para o desenvolvimento e diversificação do sector;
 - Desenvolver mecanismos de cooperação intersectorial, que potenciem o uso correto das línguas oficiais por parte dos jornalistas;
 - Desenvolver mecanismos de cooperação intersectorial por forma a fomentar e divulgar as línguas oficiais junto de toda a população;
 - Apoiar o Conselho das Rádios Comunitárias e o estabelecimento de novas estações de rádios comunitárias;
 - Apoiar as Associações de Jornalistas Nacionais;
 - Incentivar o acesso e participação das mulheres nos órgãos de comunicação social;
 - Incrementar a perspectiva de género nos órgãos de comunicação social e incentivar campanhas e programas que promovam o uso das línguas oficiais, a identidade nacional, a educação para a cidadania, o papel das mulheres na sociedade e o conhecimento técnico e científico;
 - Promover a diversificação de órgãos de comunicação social, também ao nível municipal.
- Continua apoiar RTTL, E.P. inclui hadi'a infraestruturas físicas ho atualizasaun ekipamentus téknikus, no mós iha implementasaun Planu Estratéjiku ida ba Imprensa, atu nune'e bele hadi'a qualidade ho kuantidade informasaun ne'ebé divulga;
 - Propoin ba Parlamentu Nasional atu aprova lejislasaun hodi regula setor komunikasaun audiovisual iha Timor-Leste;
 - Estabelese Institutu ba Formasaun de Jornalistas no continua aposta iha formasaun jornalistas ba dezvoltimentu no diversifikasaun setor ida ne'e;
 - Dezenvolve mekanismus ba kooperasaun intersectorial, ne'ebé bele potencia (ka optimiza) uzu ne'ebé korretu kona-ba línguas ofisiais husi jornalistas sira;
 - Dezenvolve mekanismus ba kooperasaun intersectorial, hodi fomenta no divulga lian ofisiais ba populasaun tomak;
 - Apoiá Konsehu de Rádios Komunitárias no estabelesimentu estasoens rádios komunitárias foun;
 - Apoiá Asosiasoens Jornalistas Nasionais;
 - Insentiva asesu no partisipasaun Feto, iha órgauns de komunikasaun sosial;
 - Inkrementa ka dezenvolve perspectiva kona-ba Jéneru iha Órgauns Komunikasaun Sosial no insentiva kampañas no programas ne'ebé bele promove uza lian ofisial sira, identidade nasional, edukasaun ba sidadania, knar feto nian iha sosiedade no konhesimentu tékniku no sientífiku;
 - Promove diversifikasaun Órgauns Komunikasaun Sosial, no mos iha nível Munisipal.

2.9 Religião

A toda a pessoa, segundo a Constituição de Timor-Leste, é assegurada a liberdade de consciência, de religião e de culto, encontrando-se as confissões religiosas separadas do Estado. Ninguém pode ser perseguido nem discriminado por causa das suas convicções religiosas e é ainda garantida a liberdade do ensino a qualquer religião, no âmbito da respetiva confissão religiosa.

O Governo irá continuar a apoiar e colaborar com as diferentes instituições e confissões religiosas, incentivando a realização de iniciativas que promovam os valores morais e éticos da sociedade, bem como a promoção da paz, harmonia familiar e social e da tolerância.

2.10 Sociedade Civil

A Sociedade Civil é parte determinante do processo de construção do Estado, do desenvolvimento e consolidação democrática de Timor-Leste.

A parceria, entre o Governo e as organizações da Sociedade Civil, deve ser reforçada no sentido de uma participação mais

2.9 Relijiaun

Konstituisaun Timor-Leste asegura, ba ema hotu-hotu, liberdade de konsiênsia, relijiaun no kultu, maibé iha separasaun konfisoens relijiozas husi Estadu. Ema ida sei la hetan persegisaun ka diskriminasaun, tanba ninia konviksoens relijiozas, hodi mós iha garantia ba liberdade hanorin ba kualkér relijiaun, tuir ida-idak nia fiar.

Governu sei kontinua apoia no kolabora ho instituisoens no konfisoens relijiozas nebé eziste, hodi insentiva sira hala'o inisiativas ne'ebé bele promove valores morais no étikus iha sosiedade laran no mos promove paz, armonia familiar no sosial ho mós tolerânsia.

2.10 Sosiedade Sivil

Sosiedade Sivil hanesan parte determinante iha prosesu konstrusaun Estadu, iha dezvoltimentu no konsolidasaun demokrátika iha Timor-Leste.

Parseria entre Governu ho organizasoens Sosiedade Sivil tenke reforsa, hodi bele iha partisipasaun ne'ebé ativa no

ativa e responsável, na implementação da agenda estratégica para o desenvolvimento do País.

Apoiar a sociedade civil, no cumprimento do seu papel, é ainda parte integrante da estratégia do Executivo em assegurar uma boa governação e de promover a inclusão social. A construção de uma Nação saudável implica o desenvolvimento de uma sociedade civil igualmente saudável e independente.

O Governo irá, por isso, contribuir para a melhoria das capacidades, iniciativas e ações da Sociedade Civil, promovendo assim também a tolerância, a paz e a dignidade humana e mantendo o Estado responsável pelas suas ações e promovendo soluções alternativas e progressistas para o País.

- Desenvolver um quadro legal que viabilize as possibilidades de atuação das organizações da sociedade civil na vida económica, social e política do País, incluindo a definição de áreas prioritárias de intervenção;
- Realizar um estudo e averiguar a sustentabilidade financeira de atribuição de fundos e incentivos fiscais às organizações da sociedade civil, por forma a ajudar o Estado na tomada de decisões acertadas nesta matéria;
- Melhorar o apoio à implementação das atividades da sociedade civil, incluindo a melhor coordenação e diálogo com o Governo;
- Promover e dinamizar a cooperação entre as sociedades civis de vários países ou grupos de países (nomeadamente através da CPLP e da ASEAN), com o objetivo de explorar oportunidades de desenvolvimento económico, cultural, social, religioso e político, bem como ações de solidariedade e de defesa dos direitos humanos;

2.11 Habitação

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Para proporcionar uma habitação condigna aos nossos cidadãos, o Governo vai:

- Rever a Política Nacional de Habitação, de 2007, e desenvolver um Programa Nacional de Habitação, incluindo as questões de sustentabilidade, para garantir, a prazo, uma habitação condigna a todos os timorenses, com acesso a água potável e reservatório, instalações de saneamento individual (casa de banho), cozinha, eletricidade e um nível de conforto do adequado aos padrões modernos;
- Criar regulamentação de forma estabelecer requisitos mínimos para a edificação de forma a assegurar a construção de habitações condignas que promovam uma habitabilidade em condições de segurança e salubridade;
- Rever e reformar o Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG Sucos – PED 2015);

responsável liután, iha implementasaun ajenda estratéjika ba dezentovimentu País nian.

Apoia Sosiedade Sivil atu kumpri nia papel, sai hanesan parte integrante husi estratéjia Ezekutivu nian, atu aseguera boa governasaun no promove inkluzau sosial. Konstrusaun Nasaun ida ne'ebé saudável, implika (ka husu) dezentovimentu Sosiedade Sivil ida ne'ebé mos saudável no independente.

Governu sei, ho ida ne'e, kontribui hodi hadi'a kapasidades, inisiativas ho asoens Sosiedade Sivil nian, promove mos tolerânsia, paz ho dignidade umana no mantein Estadu responsável, ba nia asoens no fô solusoens alternativas no progresistas ba País.

- Dezenvolve kuadru legál ida, ne'ebé viabiliza possibilidades atuasaun organizasoens Sosiedade Sivil, iha vida ekonómika, sosial no polítika país nian, inklui definisaun kona-ba áreas prioritárias ba intervensaun;
- Halo estudu ida no averigua (katak buka hatene didi'ak) iha ka la iha sustentabilidade financeira kona-ba atribuisaun (ka fô deit) fundus no kona-ba insentivus fiskais ne'ebé organizasoens sosiedade sivil hetan ka simu, atu nune'e Estadu bele hasai desizaun nebé lós;
- Hadi'a apoiu ba implementasaun atividades Sosiedade Sivil nian, inklui koordenaun no diálogo ne'ebé di'ak liu ho Governu;
- Promove no dinamiza kooperasaun entre Sosiedades Sivil husi paizes ou grupus paizes (hanesan liuhusi CPLP ho ASEAN) ho objetivu atu explora oportunitades dezentovimentu ekonómiku, kultural, sosial no polítiku, no mos asoens solidariedade no defeza direitus umanus;

2.11 Abitasaun

Ema hotu-hotu iha direitu, ba nia an rasik no ba nia família, ba abitasaun (ka uma) di'ak ida ho luan ne'ebé natón, ho kondisoens ijiene no konfortu, ne'ebé bele prezerva intimidade pesoal ho privasidade familia nian.

Atu proporsiona abitasaun ne'ebé kondigna ba ita-nia sidadauns sira, Governu sei:

- Revê Politika Nasional ba Abitasaun, tinan 2007 nian, hodi dezentolve Programa Nasional Abitasaun, iha nebé inklui kestoens sustentabilidade, hodi garante, tuir prazu, abitasaun ne'ebé kondigna ba timoroan hotu-hotu, ho asesu ba bee moos no rezervatóriu, instalasoens saneamentu individuál (hari'is fatin), koziña ka dapur, eletrisidade ho nível konfortu ne'ebé tuir padroens modernus;
- Kria regulamentus hodi estabelese rekeztus mínimus, atu bele hari'I no aseguera konstrusaun uma ne'ebé dignu, ne'ebé promove habitabilidade ho kondisaun seguransa no mós no ho hijiene;
- Haré di'ak fali no reforma Programa kona-ba Objetivus Dezentovimentu Miléniu (MDG Sukus – PED 2015);

- Criar e implementar um programa de apoio à reabilitação e construção de habitações de forma a melhorar a qualidade de habitabilidade;
- Introduzir técnicas modernas e materiais de construção mais adequados à cultura, tradição e clima de Timor-Leste, envolvendo a participação das comunidades locais durante todo o processo;
- Estudar e implementar um programa de promoção de edificação de habitação por parte de investidores particulares, em zonas novas, através de Planos de Urbanização planeados e dotados de todas as infraestruturas e devidamente aprovados;
- Assegurar um acompanhamento permanente às comunidades, em relação à forma como as suas habitações acolhem animais de criação, formando e sensibilizando os líderes comunitários e chefes de família para as questões de Saúde Pública associadas ao convívio com esses animais.

3. PROSSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

“Um pilar central do Plano Estratégico de Desenvolvimento é a construção e a manutenção de um leque de infraestruturas produtivas”.

As infraestruturas são cruciais ao desenvolvimento económico e social, sendo que a escala e os custos associados à implementação de uma rede infraestrutural, são um enorme desafio que permitirá sustentar a produtividade, a criação de emprego e o desenvolvimento do setor privado ao nível nacional.

Por esta razão, o planeamento, orçamentação, monitorização e a avaliação são parte essencial desta estratégia. Assim, a curto prazo, o Governo propõe-se a fazer um levantamento detalhado de todas as infraestruturas e projetos em curso, para reavaliação, correção e reestruturação do plano de infraestruturas, combatendo as assimetrias e colmatando as muitas lacunas ainda existentes em termos de infraestruturas básicas no país.

Um das principais prioridades do Governo, relativamente ao setor das infraestruturas, é exigir maior profissionalismo por parte dos recursos humanos e empresas contratadas neste setor, implementando uma reforma institucional que inclua um melhor planeamento, monitorização, inspeção e fiscalização dos projetos e obras em curso. Considerando que, para construir uma economia produtiva e moderna, é necessário continuar a realizar um investimento considerável em infraestruturas de grande escala, é necessário garantir construções de qualidade e assegurar o custo-benefício das mesmas, projetando, ainda, os investimentos futuros necessários em termos de operação e manutenção e aferindo sobre os recursos disponíveis e a sustentabilidade futura.

Pretende-se, com este plano de infraestruturas, combater a pobreza extrema no País. É neste âmbito que, através da construção de infraestruturas básicas, queremos também:

- Criar e implementar um programa de apoio à reabilitação e construção de habitações de forma a melhorar a qualidade de habitabilidade;
- Introduzir técnicas modernas e materiais de construção mais adequados à cultura, tradição e clima de Timor-Leste, envolvendo a participação das comunidades locais durante todo o processo;
- Estudar e implementar um programa de promoção de edificação de habitação por parte de investidores particulares, em zonas novas, através de Planos de Urbanização planeados e dotados de todas as infraestruturas e devidamente aprovados;
- Assegurar um acompanhamento permanente às comunidades, em relação à forma como as suas habitações acolhem animais de criação, formando e sensibilizando os líderes comunitários e chefes de família para as questões de Saúde Pública associadas ao convívio com esses animais.

3. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU INFRAESTRUTURAS

“Pilar sentral ida hosi Plano Estratéjiku ba Dezenvolvimentu maka konstrusaun no manutensaun iha infraestuturas oiain ne'ebé produtivas”.

Infraestuturas, importante tebes ba dezenvolvimentu ekonómiku no sosial, maibé sai duni dezafiu bot, tamba infrastrutura ne'e nia eskala no kustus asociadus ba implementasaun rede infraestrutural ida, maka permite atu sustenta produtividade, kriaun servisu no dezenvolvimentu ba sektor privadu, iha nível nasional.

Ho razaun ida ne'e, planeamentu, orsamentasaun, monitorizasaun no avaliasaun halo parte importante iha estratéjia ida ne'e. Nune'e, iha tempu badak, Governu propoin halo levantamentu ida klean, hosi infraestruturas hotu no projetu ne'ebé la'o hela, hodi halo avaliasaun foun, korresaun no restruturasaun iha planu infraestruturas nian, hodi hadi'a no hamenus tiha falhas hirak ne'ebé eziste, kona-ba infraestruturas bázikas iha País laran.

Prioridade prinsipal hosi Governu, kona-ba setor infraestruturas nian maka, sei ezije profesionalismu bot liu hosi rekursus humanus no empresas nebé hetan kontratu iha sektor ida ne'e, hodi implementa reforma institucional ida ne'ebé inklui ona planeamentu ne'ebé diak, monitorizasaun, inspesaun no fiskalizaun ba projetus no obras hirak ne'ebé la'o hela. Ho hanoin katak, atu konstrói ekonomia produtiva no moderna, maka presiza kontinua hala'o investimentu iha infraestruturas ho eskala bot, nesesáriu tebes garante konstrusaun ho qualidade no aseguira ninia kustu-benefisiu, hodi mos loke dalan ba investimentus ne'ebé nesesárius iha futuro, kona-ba operasaun no manutensaun, no hodi haré ba rekursus ne'ebé disponível no ninia sustentabilidade iha loron ikus.

Iha hakarak katak, ho planu infraestruturas ida ne'e, bele kombat pobreza bot iha rai laran. Iha âmbito ida ne'e, maka liuhosi konstrusaun infraestruturas bázikas, Governu hakarak mós:

- Criar melhores condições de saúde, incluindo o bem-estar físico, mental e social dos cidadãos, o que inclui, nomeadamente: facilitar o acesso à prestação de cuidados de saúde primários, secundários e terciários; melhorar o ambiente físico, incluindo estradas e pontes seguras e ponderando a construção equilibrada de infraestruturas, minimizando os riscos de poluição e degradação ambiental e, ainda, investir na limpeza urbana; facilitar e promover o acesso a habitações limpas e com as condições indispensáveis à saúde pública; criar condições de saneamento básico e acesso à eletricidade 24 horas por dia, em todo o país;
- Criar melhores condições de educação, através de mais e melhor acesso aos locais de ensino, de formação profissional e de consumo cultural. Isto inclui também o fornecimento de água, saneamento básico, eletricidade e acesso à internet e às novas tecnologias da informação e comunicação;
- Criar condições para o investimento privado e crescimento da economia, já que através da prestação de melhores condições de transportes, comunicações e fornecimento de energia é possível dinamizar e diversificar a economia. No entanto, isto deve ser planeado de acordo com as potencialidades regionais e com a devida ponderação sobre os efeitos multiplicadores de outros setores, por forma a retirar dividendos económicos para toda a população;
- Criar condições de emprego, facilitando a mobilidade e o acesso a oportunidades de trabalho, mas também as oportunidades decorrentes do crescimento económico e aumento do investimento privado no País. No entanto, e sobretudo, o processo de construção de infraestruturas necessita naturalmente de uma grande quantidade e variedade de mão-de-obra, criando, assim, uma oportunidade de melhoria das qualificações e especializações, através da negociação dos contratos, entre o Governo e as empresas contratadas, para a construção dos grandes projetos de infraestruturas.
- Kria kondisoens ba Saúde diak liu, nune'e mós bem-estar fiziku, mental no sosial ba sidadauns sira, ida ne'e inklui: fasilita asesu ba prestasaun kuidadus saúde primárius, sekundárius no tersiárius; hadi'a ambiente fiziku, inklui estradas, pontes ne'ebé seguru no hanoin ba konstrusaun ekilibrada iha, infraestruturas, hodi hamenus risku poluisaun no degradasaun ambiental, nomós investe iha limpeza urbana; fasilita no promove asesu ba uma-mós ho kondisaun ne'ebé diak ba saúde públika; kria kondisaun ba saneamentu báziku no asesu ba eletrisidade, iha 24 oras nia laran, iha teritóriu tomak;
- Kria kondisoens ba Edukasaun ne'ebé diak, liuhosi asesu barak no diak liu-tan ba fatin hanorin, ba formasaun profesional no ba konsumu kultural. Ne'e inklui mós atu fornese Bé, Saneamentu báziku, eletrisidade no asesu ba internet no mós ba teknolojia foun iha informasaun no komunikasaun nian;
- Kria kondisoens ba investimentu privadu no ba kresimentu ekonómiku, tanba liuhosi prestasaun kondisoens diak iha transporte, komunikasaun no fornecimentu enerjia, maka bele dinamiza no diversifika ekonomia. Maibé, tenki planeia tuir potencialidade Rejiaun ida-idak nian no tenki haré kona-ba nia efeito multiplikador iha sektore sira seluk, hodi fõ benefisius ekonómikus ba populasaun tomak;
- Kria kondisoens ba empregu, hodi fasilita mobilidade no asesu ba oportunidade servisu nian, nune'e mos oportunidades hirak ne'ebé sei mosu husi kresimentu ekonómiku no husi investimentu privadu, nebé sei buras tan iha Rai laran. Maibé, liu-liu, prosesu konstrusaun ba infraestruturas ne'ebé naturalmente presiza kuantidade bot no variedade hosi maun-de-obra, hodi nune'e mosu tan oportunidades atu hadi'a kualifikasaun no espesializasaun ba ita-nia emar, liuhosi negosiasaun iha kontratus, entre Governu ho empresas contratadas, nebé halo konstrusaun ba grandes projetus iha infraestrutur.

3.1 Governação do Setor das Infraestruturas

Propõe-se fazer um levantamento detalhado, que atualize todas as infraestruturas básicas existentes e os projetos de infraestruturas em curso, para reavaliação, correção e reestruturação do plano de infraestruturas, assegurando construções de qualidade e o custo-benefício das mesmas, e projetando os investimentos futuros necessários em termos de operação e manutenção e aferindo sobre os recursos disponíveis e a sustentabilidade futura.

Para isso, o Governo propõe-se, ainda, em termos mais específicos:

- Investir, racionalmente e de forma sustentável, as receitas do fundo petrolífero em infraestruturas básicas modernas e produtivas, coordenando estrategicamente o planeamento das mesmas com o desenvolvimento dos outros setores e políticas de desenvolvimento;
- Melhorar a gestão do Fundo das Infraestruturas, constituído
- Investe, racionalmente no ho forma sustentável, reseitas husi Fundu Petrolíferu ba infraestruturas bázikas modernas no produtivas, no sei halo koordenasau ne'ebé estrátjika ba planeamentu ne'e rasik ho dezvoltimentu sektore sira seluk no ba politikas dezvoltimentu;
- Hadi'a jestaun Fundu Infraestrutur nian, ne'ebé harí iha

3.1 Governasaun iha Sektor Infraestruturas

Sei halo levantamentu kléan ka detalhadu ida, ne'ebé bele hamosu atualizasaun ba infraestruturas bázikas hirak ne'ebé iha ona no ba projetus infraestrutur hirak ne'ebé la'o hela, hodi halo reavaliasaun, korresaun no re-estruturasaun ba planu infraestruturas, nune'e bele asegura konstrusaun ho qualidade ho ninia kustu-benefisiu, no bele projeta investimentus ne'ebé presiza iha futuru, haré husi operasaun no manutensaun, hodi hatene lolós kona-ba rekursus ne'ebé iha no sustentabilidade iha futuru.

Ba hanoin ida né, Governu hakarak mós, iha termus espesifikus, atu:

em 2011, por forma a continuar a implementar os projetos de grande dimensão, plurianuais, com prioridade para os projetos que promovam o desenvolvimento socioeconómico do país e, assim, contribuam para o combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Fundo das Infraestruturas irá continuar a financiar, para além dos projetos de infraestruturas básicas, edifícios públicos e projetos na área da educação, juventude e desporto, saúde, defesa e segurança, habitações sociais e outros como sistemas financeiros e infraestruturas de apoio;

- Reforçar e capacitar a Comissão Nacional de Aprovisionamento para uma maior eficácia, eficiência e transparência dos processos de aprovisionamento relacionados com infraestruturas, incluindo as funções de apoio a todas as linhas ministeriais nos processos de aprovisionamento em todo o território nacional;
- Reforçar e capacitar a Agência de Desenvolvimento Nacional para uma maior eficácia, eficiência e transparência dos processos e propostas no setor das infraestruturas, incluindo a fiscalização prévia e planeamento de projetos, bem como as suas funções de gestão de implementação, monitorização, fiscalização e avaliação;
- Assegurar a eficiência, eficácia e transparência do sistema de investimento das infraestruturas e dos grandes projetos, incluindo os processos de aprovisionamento, gestão de contratos e sistema de pagamentos;
- Fortalecer os sistemas de monitorização, inspeção, fiscalização e avaliação dos projetos de infraestruturas e dos grandes projetos, quer em termos de realização física, quer financeira;
- Estabelecer uma parceria entre o Ministério das Obras Públicas e a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e para reforçar os meios de controlo da qualidade da construção das infraestruturas;
- Continuar a avaliar e certificar as empresas de construção civil e de consultoria técnica civil;
- Desenvolver e atualizar padrões e critérios de construção de infraestruturas básicas;
- Continuar a supervisionar, monitorizar e avaliar a qualidade dos materiais usados na construção de projetos de infraestruturas;
- Desenvolver estudos e análises de qualidade para potenciar a utilização de matérias-primas locais, bem como a utilização de outros bens e materiais, com vista à redução das importações para alimentar o crescimento do setor de infraestruturas;
- Aumentar a capacidade da mão-de-obra timorense, a nível nacional, municipal e rural;
- Assegurar, em contratações futuras, uma maior participação de mão-de-obra timorense, incluindo melhores condições

tinan 2011, hodi kontinua implementa projetus ho dimensaun boot, plurianuais, ho prioridade ba projetus hirak ne'ebé atu promove dezenvolvimentu sosioekonómiku Rai laran nian, nune'e bele kontribui ba halakon kiak no hadi'a moris sidadauns sira-nian. Fundu Infraestuturas sei kontinua finansia, aleinde projetus de infraestruturas bázikas, edifisius públikus no projetus iha área Edukasaun, Juventude no Desportu, Saúde, Defeza no Seguransa, habitasaun sosial no seluk tan, hanesan móa iha sistemas finanseirus no infraestuturas de apoiu;

- Reforsa no kapasita Komisaun Nasional Aprovizionamentu, atu sai efikaz, efisiente no transparente liu tan, iha prosesu aprovizionamentu ne'ebé relasiona ho infraestruturas, inklui mós funsaun núdar apoiu ba linhas ministeriais sira hotu, iha prosesu aprovizionamentu iha teritóriu nasional tomak;
- Reforsa no kapasita Ajénsia Dezenvolvimentu Nasional, sai efikaz, efisiente no transparente liu, iha prosesus no propostas ba sektor infraestruturas, inklui fiskalizaun prévia no planeamentu ba projetus, nune'e mós iha ninia funsaun kona-ba jestaun ba implementasaun, monitorizaun, fiskalizaun no avaliasaun;
- Asegura efisiénsia, efikásia no transparénsia, iha sistema investimentu ba infraestruturas no projetus boot nian, inklui prosesu aprovizionamentu, jestaun ba kontratus no sistema de pagamentus;
- Haforsa sistema monitorizasaun, inspesaun, fiskalizaun no avaliasaun ba projetus infraestruturas sira no projetus boot, iha nia realizasaun ka implementasaun fizika no finanseira;
- Estabelese parseria ida entre Ministériu Obras Públikas no Universidade Nasional Timor Lorosa'e hodi reforsa meus kontrolu ba qualidade konstrusaun infraestruturas sira;
- Kontinua halo avaliasaun, hodi halo (ka fô) sertifikadu ba Empresas konstrusaun sivil nian, hanesan mós ba Konsultoria Téknika sivil;
- Dezenvolve no atualiza padroens no kritérius ba konstrusaun infraestruturas bázikas;
- Kontinua supervizona, monitoriza no avalia qualidade materiais ne'ebé uza iha konstrusaun projetus infraestruturas;
- Halo estudu no análise ba qualidade, hodi haré daudauk ona ba utilizasaun matérias-primas locais, nune'e mós iha utilizasaun bens no materiais seluk, hodi hamenus importasaun, nebé sustenta hela kresimentu sektor infraestruturas;
- Aumenta kapasidade 'mão-de-obra' (ka badaen) timor-oan nian, iha nível nasional, munisipal no rural;
- Asegura, iha kontratos nebé sei halo iha futuro, partisipasaun bot badaen (ka mao-de-obra) timor-oan, inklui hadi'a

de trabalho, oportunidades de formação e estágios profissionais;

- Incentivar a participação do setor privado nacional no desenvolvimento das infraestruturas;
- Reforçar a cooperação bilateral com outros países, para a cooperação em infraestruturas de obras públicas.

3.2 Rede Rodoviária

O Governo irá continuar a implementar o plano de infraestruturas referente à rede rodoviária do País, incluindo a construção, reabilitação e manutenção das estradas nacionais, municipais e rurais, segundo os critérios internacionais de qualidade e segurança.

Neste âmbito, destacamos as seguintes ações e metas principais:

- Reabilitar todas as estradas rurais, recorrendo a empresas locais (PED 2015 - 1270 km), implementando o Programa de Desenvolvimento das Estradas Rurais e o Plano Mestre e Investimento Estratégico para as Estradas Rurais;
- Reabilitar todas as estradas nacionais, regionais e urbanas (na capital dos distritos), segundo os padrões internacionais (PED 2022);
- Realizar estudos anuais de monitorização das condições das estradas em todas as estradas reabilitadas, para determinar as necessidades de manutenção (PED 2015);
- Concluir o plano para a autoestrada nacional de circunvalação (PED 2015), tendo já iniciado a construção da I Fase da autoestrada Suai-Zumalai, a acabar muito brevemente. O Governo vai ter que rever o desenho detalhado da II à IV fase, antes de lançar o concurso público de aprovisionamento;
- Realizar estudos de monitorização das pontes existentes no país e assegurar a reabilitação e a manutenção das mesmas, bem como a construção de novas pontes em áreas nevrálgicas do País;
- Realizar estudos de monitorização de controlo de cheias e continuar a assegurar a construção de paredes de retenção e gabiões em todo o território nacional;
- Concluir a conexão rodoviária Díli-Manatuto-Baucau de acordo com os padrões internacionais (PED 2015) – (Este troço está a ser construído em 2 secções. A Secção 1, de Hera a Manatuto e o progresso físico atual é de 30.45% e a Secção 2, de Manatuto a Baucau e o progresso físico atual é de 39%);
- Concluir a conexão rodoviária Baucau-Lospalos-Com (PED 2015) – (Está a ser implementada a obra da conexão Baucau – Lautém e o progresso atual é de 5.61%. O troço de Lautém – Lospalos e Lautém – Com ainda está na fase de verificação do desenho);

kondisoens servisu nebé dia liu no oportunidade ba formasaun no estájius profisionais;

- Insentiva partisipasaun sektor privadu nasional iha desenvolvimentu infraestruturas;
- Haforsa kooperasaun bilateral ho nasoens sira seluk, hodi halo kooperasaun iha infraestruturas ba obras públikas.

3.2 Rede Rodoviária

Governu sei continua implementa planu infraestrutur ba rede rodoviária iha Rai laran, inklui konstrusaun, rehabilitasaun no manutensaun ba estradas nasionais, munisipais no rurais tuir kritériu internasionál ba nia qualidade no iha seguransa.

Iha biban ida ne'e, destaka mós asaun no metas prinsipais hanesan tuir mai:

- Hadi'a estradas rurais, hodi uza kontratores locais (PED 2015 - 1270 km), hodi implementa Programa ba Desenvolvementu Estradas Rurais no Planu Mestre no Investimentu Estratéjiku kona-ba Estradas Rurais;
- Halo rehabilitasaun ba estradas nasionais ho rejionais no urbanas (iha capital distritos), tuir padroens internasionais (PED 2022);
- Nune'e bele determina nesesidade ba halo manutensaun (PED 2015);
- Kompletu planu ba autoestrada nasional sirkunvalasaun nian (PED 2015) – hahú ona konstrusaun ba Faze I autoestrada hosi Suai ba Zumalai no bele hotu iha tempo badak. Ba II to'o IV fase, mak Governu tenki revê didiak desenh u ho nia detalhes hotu, antes de loke konkursu aprovizionamentu);
- Halo estudu kona-ba monitorizasaun ba pontes ne'ebé eziste (ka iha ona) iha rai laran no asegura nia rehabilitasaun no manutensaun ne'e rasik, hanesan mos konstrusaun ba pontes foun, iha áreas nevrálgicas iha Rai laran;
- Hala'o estudu kona-ba monitorizasaun ba kontrolu xeias no continua asegura konstrusaun bronjong no gabiãun iha teritóriu nasionál tomak;
- Halo hotu koneksaun rodoviária Díli-Manatuto-Baucau tuir padraun internasionál (PED 2015) – trosu ida ne'e, fahe ba Seksaun 2, I Seksaun Hera-Manatuto, no progresso fisiku to'o 30,45%, no II Seksaun Manatuto-Baucau, ninia progresu to'o 39%;
- Halo hotu koneksaun rodoviária Baucau-Lospalos-Com (PED 2015) – La'o hela, nia progresu foin 5.61%; Ba fali Lautém-Lospalos no Lautém-Kom, sei iha faze verifikasaun ba dezenhu;

- Finalizar a conexão rodoviária Manatuto-Natarbora de acordo com os padrões internacionais (PED 2015) – Esta conexão está a ser reabilitada em 2 secções. A 1ª. Secção de Manatuto – Laclubar (cruzamento) atualmente atingiu o progresso físico de 85% e a 2ª. Secção de Laclubar (cruzamento) – Natarbora atualmente tem um progresso físico de 55%, demasiado vagaroso);
- Finalizar o projeto rodoviário Dili-Aileu-Maubisse-Aituto-Ainaro-Cassa (PED 2015) – (Este projeto está dividido em 5 secções. A 1ª. Secção de Dili (Halilaran) – Laulara está concluída. A 2ª. Secção de Laulara – Solarem está na fase de lançamento de procedimento concursal na CNA. A 3ª. secção de Solerema – Bandudato, está concluída a reabilitação. A 4ª. Secção de Bandudato – Aituto tem um progresso físico de 67,36% e a 5ª. Secção de Aituto – Ainaro tem um progresso físico de 51,71%. A Secção de Ainaro – Cassa, está ainda dividida em 2, e a 1ª. Secção é a construção de uma nova Estrada alternativa à Estrada existente devido do precipício “Jakarta 2”. Este troço ainda está na fase de reabilitação e tem um progresso físico de 60%);
- Concluir o projeto rodoviário Suai-Beaço (PED 2015) Este projeto está dividido em 4 Secções. A 1ª. Secção, Suai-Zumalai (Fatukai), atingiu um progresso físico de 80%. Em relação às outras Secções, deverão ser feitas revisões dos desenhos detalhados, incluindo o estudo do solo. Na área da Costa Sul, estão a ser reabilitados, a rede rodoviária existente desde a fronteira Salele a Zumalai (Harekain) como ainda o troço de Zumalai – Bobonaro;
- Concluir o projeto de reabilitação Suai-Cassa-Hatu Udo-Betano-Natarbora-Viqueque-Beaço (PED 2022) – (Será preciso reabilitar esta rede rodoviária;
- Concluir também a construção das estradas: 1 - Maliana – Cailaco – Hatolia – Ermera; 2 - Tutuala – Valu; 3 - Com – Cruzamento Fuiloro; 4 - Cruzamento Metinaro – Lacro; 5 - Manatuto – Lacro; 6 - Tilomar – Cruzamento Fatumean; 7 - Ainaro – Bobonaro; 8 - Baucau – Venilale – Ossu – Viqueque (fase de concurso público); 9 - Aituto – Hatubulico – Letefoho – Gleno (fase de estudo de viabilidade e desenho detalhado);
- Preparar os desenhos e os estudos para a construção das estradas: 1 - Iliomar – Uato Carbau; 2 - Uato Carbau – Uato Lari - Viqueque; 3 – Viqueque – Lacluta; 4 - Dilor – Natarbora – Betano – Same; 5 – Manatuto – Lacro; 6 - Aileu – Liquidoe; 7 - Cruzamento Remexio – Remexio; 8 - Suai – Fatululik; 9 – Lospalos – Lore – Iliomar; 10 - Cruzamento Lolotoe – Lolotoe; 11 - Ainaro – Hatu Udo, entre outras.
- Halo hotu koneksaun rodoviária Manatuto-Natarbora tuir padraun internasionál (PED 2015) – Hala’o hela reabilitasaun ho Seksaun 2: I Seksaun Manatuto-Laklubar (kruzamentu) ho ninia progresu fiziku 85% no, iha II Seksaun, Laklubar (kruzamentu) -Natarbora ho ninia progresu nebé neineik to’o ona 55%;
- Halo hotu projetu rodoviária Dili-Aileu-Maubisse-Aituto-Ainaro-Cassa (PED 2015) – Projetu ida ne’e fahe ba Seksaun 5: I Seksaun Dili (Halilaran) -Laulara, hotu ona; II Seksaun, Laulara-Solerema iha faze tenderizasaun iha CNA; III Seksaun, Solerema-Bandudato, hotu ona. IV Seksaun Bandudatu-Aitutu, la’o hela ho progresu fiziku 67.36% no V Seksaun Aituto-Ainaru, progresu fiziku 51.71%. Seksaun Ainaro-Kasa, fahe fali ba rua – I Seksaun mak atu loke Estrada foun alternativa ida, tamba ‘Jakarta Dua’; II Seksaun ba Ainaro-Kasa rasik no progresu fiziku 60% ona;
- Kompletu projetu rodoviáriu Suai-Beaço (PED 2015) – projetu ida ne’e fahe ba seksoens 4. Seksaun I Suai-Zumalai (Fatukai), progresu fiziku to’o ona 80%. Ba seksoens seluk, sei halo revizaun ba dezenho, inklui estudu rai. Iha Costa Sul, reabilita hela mós Salele-Zumalai (Harekain) no Zumalai-Bobonaro;
- Sei hare didiak ba projetu reabilitasaun Suai-Cassa-HatuUdo-Betano-Natarbora-Viqueque-Beaço (PED 2022);
- Estradas seluk ne’ebé iha hela prosesu konstrusaun: 1 - Maliana – Cailaco – Hatolia – Ermera; 2 - Tutuala-Valu; 3 - Manatuto-Lacro; 4 - Com – Cruzamento Fuiloro; 5 - Cruzamento Metinaro – Lacro; 6 - Tilomar – Cruzamento Fatumean; 7 - Ainaro – Bobonaro; 8 - Baucau – Venilale – Ossu – Viqueque (fase de concurso publico); 9 - Aituto – Hatubulico – Letefoho – Gleno (faze de estudo de viabilidade e desenho detalhado);
- Estradas ne’ebé seidak no prezisa atu halo: 1 - Iliomar – Uato Carbau; 2 - UatoCarbau – UatoLari-Viqueque; 3- Viqueque – Lacluta; 4-Dilor – Natarbora – Betano – Same; 5-Manatuto – Lacro; 6 - Aileu – Liquidoe; 7 - Cruzamento Remexio – Remexio; 8 -Suai – Fatululik; 9 -Lospalos – Lore – Iliomar; 10 -Cruzamento Lolotoe – Lolotoe; 11 - Ainaro – Hatu Udo, no sst.

3.3 Água e Saneamento Básico

Um claro reforço no investimento, para o acesso à água potável e saneamento básico, é inadiável. A ausência destas infraestruturas afeta gravemente a saúde pública e a qualidade de vida das populações, potenciando a propagação de doenças, a mortalidade e o deficiente desenvolvimento das crianças.

3.3 Bé-mós no Saneamentu Báziku

Investimentu iha asesu ba Bé-mós no Saneamentu báziku labele adia (ka dada) tan. Laiha infraestrutur ida ne’e maka sei afeta ba saúde públika, inklui hadaet moras, mate, no dezentimentu ladiak ba labarik sira.

Investir em água e saneamento, é investir em saúde, educação, no meio ambiente e no crescimento económico, melhorando as oportunidades de emprego e a produtividade do País. O investimento estratégico, nestas áreas, é essencial para o crescimento económico e para o bem-estar da população. Neste âmbito, o Governo reconhece que não tem havido um investimento substancial neste setor até à data, e encara o investimento em saneamento básico como uma prioridade, também enquanto forma sustentável de combate à pobreza.

Os objetivos do Governo, nesta área, são:

- Providenciar acesso generalizado, seguro e sustentável ao abastecimento de água, seja para o consumo privado de todos os cidadãos, seja também para a agricultura, comércio e indústria;
- Melhorar os indicadores na área da saúde, educação, desenvolvimento social e económico, através da provisão do acesso a água potável e saneamento básico, em todo o País;
- Assegurar que todos os timorenses tenham acesso a saneamento básico melhorado, em todo o país, através de um sistema de esgotos autossuficientes e de qualidade, incluindo a construção de centros de tratamento, e providenciando o acesso a instalações sanitárias públicas na capital e nos municípios;
- Assegurar sistemas de drenagem de qualidade em Dili e em todos os municípios;
- Investir na reabilitação, melhoria e alargamento dos sistemas de irrigação, sobretudo nas áreas rurais, em coordenação estreita com o setor da agricultura, por forma a assegurar a autossuficiência alimentar e o combate à malnutrição no País;
- Assegurar a formação técnica dos timorenses no setor da água e saneamento básico e a capacitação institucional das entidades e organismos que gerem, implementam, monitorizam e fiscalizam o setor;
- Criar mecanismos de resiliência perante as alterações climáticas e prevenir os possíveis efeitos das mesmas nas infraestruturas de água e saneamento.

Para a concretização destes objetivos, o Governo irá desenvolver as seguintes ações e alcançar as seguintes metas:

- Assegurar que 75% da população rural de Timor-Leste tem acesso à água potável fiável e sustentável (PED 2015);
- Assegurar que todas as escolas públicas estarão ligadas à água potável canalizada (PED 2020);
- Criar mecanismos de coordenação intersectorial para desenvolver um plano estratégico e consistente de gestão de água;
- Aprovar e implementar o Plano de Investimento, Políticas e Reforma Institucional 2018-2030, a fim de dar cumprimento

Investe iha Bé-mós no Saneamentu, ne'e investe iha Saúde, Edukasaun, iha meu ambiente no iha kresimentu ekonómiku, inklui hadia oportunidade ba empregu no produtividade Nasaun nian. Investimentu estratéjiku ba área hirak ne'e, importante tebes ba kresimentu ekonómiku no ba moris diak populasaun nian. Iha biban ida ne'e, Governu rekonhese katak, laiha (ka seidak iha) investimentu substansial ida ba setor ida ne'e to'ogora, no hatene katak investimentu iha Saneamentu Báziku hanesan prioridade ida, nomós hanesan forma ida hodi halakon kiak.

Objetivus husi Governu, ba iha área ida ne'e, maka:

- Fo'ogasesu Bé-mós ho Abastesimentu nebé seguru no sustentável, ba konsumu privadu sidadauns hotu-hotu, nune'e mos ba agrikultura, komérsiu no indústria;
- Hadi'a indikadores iha área Saúde, Edukasaun no iha dezenvolvimentu sosial no ekonómiku, liuhosi fasilidades de asesu ba Bé-mós no Saneamentu Báziku, iha teritóriu tomak;
- Asegura katak timor-oan hotu hetan asesu ba Saneamentu Báziku ne'ebé diak, iha teritóriu tomak, liuhosi sistema esgotos nebé autosuficientes no ho qualidade, inklui konstrusaun Sentrus de tratamentu, no sei fô asesu ba instalasoens sanitárias públicas, iha Kapital no iha Munisípius;
- Asegura sistemas drenajen ho qualidade, iha Dili no iha Munisipius tomak;
- Investe iha reabilitasaun, hadi'a no loke tan sistemas irigasaun, liu-liu iha áreas rurais, liu husi kordenasaun nebé diak ho sektor Agrikultura, hodi asegura autosufisiensia hahán no halakon malnutrisaun iha País;
- Asegura formasaun téknika ba timor-oan sira, iha setor Bé no Saneamentu Báziku no asegura kapasitasaun institucional ba entidades no organismos ne'ebé jere, implementa, monitoriza no fiskaliza setor ne'e;
- Kria mekanismus nebé diak atu hasoru mudansas klimátikas no atu prevene efeitos nebé ladi'ak ba infraestruturas bé-mós no saneamentu ninan.

Atu konkretiza objetivus hirak ne'e, Governu sei dezenvolve aksoens hirak tuir mai, hodi alkansa metas nebé trasa:

- Asegura katak 75% populasaun rural, iha Timor-Leste, hetan asesu, ne'ebé diak no sustentável, ba Bé-mós (PED 2015);
- Asegura katak Eskolas Públicas hotu-hotu sei hetan kanalizasaun ba Bé-mós (PED 2020);
- Kria mekanismus koordinasaun intersectorial, hodi dezenvolve planu estratéjiku ida ne'ebé consistente ba jestaun Bé-mós;
- Aprova no implementa Planu de Investimentu, Políticas no

às metas definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e do 6º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este plano identificará os investimentos necessários para o abastecimento de água e saneamento em todo o País, bem como a legislação necessária para o setor, prevendo ainda a criação de uma entidade pública, na esfera da administração indireta do Estado, como um Instituto Público ou uma Empresa Pública;

- Desenvolver e implementar estudos, análises e planos de investimento adicionais, que orientem a tomada de decisão sobre as melhores opções para investir no setor da água;
- Desenvolver e implementar estudos, análises e planos de investimento adicionais, que orientem as melhores opções de sustentabilidade para a manutenção e operação dos sistemas de abastecimento de água;
- Aprovar a Política Nacional para a Gestão dos Recursos Hídricos;
- Aprovar a Política Nacional para o Abastecimento de Água;
- Aprovar o quadro legal necessário para a implementação das políticas de gestão de recursos hídricos e abastecimento de água;
- Implementar o Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento de Díli e das restantes capitais municipais;
- Reformar o modelo institucional do setor, enquanto setor público com maior autonomia eficiência e sustentabilidade, para a implementação da estratégia do Governo e para uma efetiva regulação técnica e económica;
- Identificar novas fontes de água, incluindo a dessalinização, construção de reservatórios e instalações de tratamento de águas em todo o território nacional e continuar a expandir a rede de abastecimento de água em todo o território nacional;
- Rever a política e os projetos relacionados com os sistemas de irrigação, de acordo com técnicas e metodologias mais modernas, para a construção de sistemas de irrigação mais fiáveis e resilientes perante as condições climáticas, incluindo sistemas de irrigação com base em águas subterrâneas;
- Assegurar que todas as áreas urbanas municipais dispõem de instalações sanitárias melhoradas (PED 2020);
- Conectar todas as habitações aos sistemas de esgotos existentes em Díli e, quando não for possível, garantir a conexão a fossas sépticas ou acesso a instalações sanitárias comunitárias (PED 2020);
- Melhorar a coordenação com os parceiros de desenvolvimento nos projetos de cooperação, no âmbito da provisão de abastecimento e gestão de águas e saneamento nas áreas rurais, por forma a garantir os investimentos imprescindíveis nas comunidades rurais;

Reforma Institucional 2018-2030, hodi kumpre metas hirak ne'ebé define ona iha PED no iha Objektivu VI husi Objektivus ba Dezenvolvimentu Sustentável (ODS). Planu ida ne'e, sei identifika investmentus nebé presiza ba abastesimentu Bé-mós no Saneamentu iha território tomak, hanesan mós lejislasaun ne'ebé nesesária ba setor ida ne'e, no hodi prevé ona kriasaun identidade pública ida, tuir rejime administrasaun indireta Estadu nian, hanesan Institutu Públiku ka Empreza Públika.

- Dezenvolve estudus, análizes no planus investimentu, ne'ebé orienta ba foti desizaun kona-ba opsoens nebé diak liu atu investe iha sektor Bé;
- Dezenvolve no implementa estudus, análizes no planus investimentu, ne'ebé orienta ba hili opsoens kona-ba sustentabilidade nebé diak liu, ba manutensaun no operasaun sistema abastesimentu Bé-mós;
- Aprova Política Nasiona ba Jestaun Rekursus Hídrikus;
- Aprova Política Nasiona ba Abastesimentu Bé-mós;
- Aprova kuadru legal ne'ebé presiza, hodi halo implementasaun ba políticas jestaun rekursus hídrikus nian no abastesimentu Bé-mós;
- Implementa Planu Diretor kona-ba Abastesimentu Água no Saneamentu Díli no iha kapitais munisípais sira seluk;
- Halo revizaun ba política no projetus hirak ne'ebé relaciona ho sistemas irigasaun, tuir técnicas no metodolojia ne'ebé moderna, ba konstrusaun sistemas irigasaun ne'ebé diak liu no rezistente hasoru mudansas klimatikas, inklui sistema irigasaun ho baze lori Bé husi rai okos (subterrâneo);
- Identifika fontes foun Bé nian, inklui desalinizasaun, konstrusaun rezervatórios no instalasoens ba tratamentu Bé, iha território nasional tomak no kontinua loke tan rede abastesimentu Bé iha território nasional tomak;
- Asegura katak áreas urbanas munisípais iha instalasoens sanitárias ho kondisoens diak (PED 2020);
- Halo koneksaun/ligasaun sistema esgotu ba uma hotu-hotu ne'ebé eziste iha Díli no, wainhira la bele, garante nia ligasaun ba fosa séptika ka asesu ba instalasaun sanitária comunitária nian (PED 2020);
- Hadi'a koordenasaun ho parseirus dezenvolvimentu, iha projetus kooperasaun iha âmbito abastesimentu no jestaun Bé no Saneamentu iha áreas rurais, hodi garante investmentus ne'ebé importante iha comunidade rurais;

- Aprovar e implementar um Política Tarifária que inclua tarifas diferenciadas para os diferentes consumidores, tanto particulares como comerciais e industriais;
 - Desenvolver infraestruturas apropriadas, incluindo sistemas de operação e manutenção, para a recolha, tratamento e eliminação de esgotos (PED 2020);
 - Melhorar a monitorização e os sistemas de controlo de recolha e tratamento de águas residuais das instalações públicas, comerciais, industriais, sociais e residenciais;
 - Implementar a legislação e regulamentos em vigor e desenvolver sistemas integrados de gestão dos resíduos sólidos urbanos;
 - Implementar o Plano Mestre de Saneamento e Drenagem de Díli;
 - Melhorar os sistemas de drenagem em todos os municípios, assegurando a construção de sistemas de drenagem de águas pluviais (PED 2020);
 - Incrementar os projetos de formação profissional e capacitação institucional para o desenvolvimento das infraestruturas de água e saneamento básico, incluindo a manutenção e operacionalização dos sistemas, em coordenação intersetorial com as entidades governamentais relevantes;
 - Assegurar o desenvolvimento de mecanismos de monitorização, prevenção e ação sobre as alterações climáticas, com vista a minimizar os seus efeitos nas infraestruturas de água e saneamento básico, em coordenação intersetorial com as entidades governamentais relevantes.
- Aprova no implementa política tarifária ida ne'ebé inklui tarifa ne'ebé diferente ba konsumidores diferentes, husi particulares ba konsumidores komersiais no industriais;
 - Dezenvolve infraestruturas ne'ebé adekuaudu, inklui sistema operasaun no manutensaun hodi rekolha, tratamentu no hamós esgotus (PED 2020);
 - Hadi'a monitorizasaun no sistema kontrolu hodi rekolha no tratamentu ba Bé foer iha instalasoens públikas, komersiais, industriais, sosiais no rezidensiais;
 - Implementa legislasaun no regulamentus, ne'ebé vigora hela, hodi dezenvolve sistemas integradus ba jestaun ba sasán foer tós iha sidade laran;
 - Implementa Plano Mestre ba Saneamentu ho Drenagem iha Díli;
 - Hadi'a sistema Drenajen iha Munisípius hotu, hodi asegura konstrusaun sistemas drenajen ba bé udan-nian (PED 2020);
 - Dezenvolve projetus formasaun profesional no kapasitasaun institucional hodi dezenvolve infraestruturas ba Bé no Saneamentu Báziku, inklui manutensaun no operasionalizasaun ba sistemas hirak nê, liuhusi koordinasaun intersektorial ho entidades governamentais relevantes;
 - Asegura atu harí mekanismus ba monitorizasaun, prevensaun no aksoens kona-ba alterasaun klima, hodi hamenus ninia efeito iha infraestruturas Bé no saneamentu báziku, liu husi koordinasaun intersektorial ho entidades Governo nian ne'ebé relevantes.

3.4 Energia

O acesso ao fornecimento regular e fiável de eletricidade é um direito básico e o alicerce para o crescimento económico de Timor-Leste. Neste sentido, continuar a investir neste setor é crucial para melhorar a qualidade de vida dos timorenses e para apoiar o crescimento da indústria, comércio e turismo, contribuindo para o desenvolvimento económico e social nas áreas rurais e urbanas.

O Governo pretende, portanto, continuar a apostar na atualização e melhoria dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, ao mesmo tempo que investe na expansão dos sistemas de energia renovável.

3.4.1 Fornecimento de Eletricidade

O Governo irá dar prioridade às seguintes ações e metas:

- Assegurar que toda a população tenha acesso à eletricidade, 24 horas por dia, quer pela expansão do Programa de Eletrificação Nacional quer através da utilização de fontes de energia renovável (PED 2015) - Em todas as capitais dos Municípios, a população tem acesso à eletricidade 24 horas

3.4 Enerjia

Asesu ba forneshimentu eletrisidade, regular no fiável, sai núdar direitu báziku no aliserse ba kresimentu ekonómiku iha Timor-Leste. Ho ida ne'e, kontinua investe iha setór ida ne'e, krusial hodi hadi'a qualidade moris timoroan sira-nian no hodi fõ apoiu ba kresimentu Indústria, Komérsiu no Turizmu, hodi kontribui ba dezenvolvimentu ekonómiku ho sosiál, iha áreas rurais no urbanas.

Governu hakarak nafatin kontinua aposta iha hadi'a sistema tranzmisaun no distribuisaun enerjia elétrika, no mos investe iha espansaun sistema enerjia renovável.

3.4.1 Forneshimentu Eletrisidade

Governu sei fõ prioridade ba asaun no metas tuir mai:

- Asegura katak populasaun tomak hetan asesu ba eletrisidade, iha 24 oras loron loron, liuhosi espansaun Programa Eletrifikasaun nasionál no mos liuhosi uza fonte enerjia renovável (PED 2015) - Iha capitais Municípios hotu-hotu, populasaun iha asesu ba eletrisidade 24/oras por dia, nuné

por dia e assim também nos Postos Administrativos. Dos 452 sucos, 76% desses têm já acesso a eletricidade e assim também 64%, do total das aldeias, têm já acesso à eletricidade. Em relação a Ataúro, ainda não foi feito um estudo de viabilidade para poder concretizar um plano sustentável de eletrificação da ilha.

- Analisar o ponto de situação nas zonas rurais, especialmente nas áreas mais remotas, e desenvolver um plano concreto de eletrificação rural, incluindo a ligação a pequenas redes locais à rede nacional ou oferecer fontes de energia renovável;
- Rever o Programa de Eletrificação Nacional, fazendo uso do plano referido anteriormente, para melhorar a produção e distribuição de eletricidade em todo o país e continuar a instalação e manutenção das linhas de média e baixa tensão;
- Reorganizar o setor de eletricidade e implementar um novo plano para o país;
- Reestruturar a Eletricidade de a prestação de um melhor serviço e melhor fiscalização, visando a sua maior eficiência quer em termos operacionais, quer económicos;
- Aprovar e implementar um Política Tarifária que inclua tarifas diferenciadas para os diferentes consumidores, tanto particulares como comerciais e industriais.

3.4.2 Gás Natural

Timor-Leste tem acesso a vastas reservas de gás no Mar de Timor. A disponibilidade de gás natural para a produção de eletricidade tem o potencial de oferecer um combustível mais barato e limpo, comparando com os combustíveis líquidos. Em termos ambientais, para a mesma quantidade de eletricidade produzida, as emissões de carbono, da eletricidade produzida a gás natural, são consideravelmente mais baixas do que a eletricidade produzida a diesel.

Na sequência da assinatura do Tratado entre Timor-Leste e Austrália sobre as Fronteiras marítimas no Mar de Timor, o Governo vai iniciar as negociações com as companhias petrolíferas sobre o desenvolvimento do campo do Greater Sunrise e procurar garantir a construção de instalações de processamento de gás na costa sul de Timor-Leste. Neste âmbito, irá desenvolver estudos de viabilidade e sustentabilidade sobre a utilização do gás natural para a produção de eletricidade, realizando esforços para utilizar uma energia que seja menos dispendiosa e que tenha em conta as questões ambientais.

3.4.3 Energias Renováveis

As fontes de energia renováveis podem contribuir para o crescimento económico e reduzir os níveis de pobreza nas áreas rurais remotas. Adicionalmente, contribuem para um meio ambiente menos poluído e para mitigar os impactos das alterações climáticas, no cumprimento dos compromissos assumidos em convenções internacionais.

mós iha Postos Administrativos. Husi 442 sukus, 76% sukus hetan mós asesu ba eletricidade, hanesan mós 64%, husi total aldeias, iha ona asesu ba eletricidade. Kona-ba Atauro, seidauk halo duni estudo de viabilidade diak ida, atu bele konkretiza plano sustentável de eletrifikasaun ba ilha ida nebé.

- Analiza pontu situasaun iha zonas rurais, liu-liu iha áreas remotas, no desenvolve planu konkretu ida kona-ba eletrifikasaun rural, inklui liga redes ki'ikoan ba rede nasonal ka oferese fontes enerjia renovável;
- Hare'e fali Programa Eletrifikasaun Nasionál, liuhosi planu ne'ebé uza ona iha anteriór, hodi hadi'a produsaun no distribuisaun eletrisidade iha teritóriu tomak no kontinua halo instalasaun no manutensaun ba liñas média no baixa tensaun;
- Organiza fali setór Eletrisidade nian no implementa planu foun ida ba País;
- Reestrutura fali Eletrisidade Timor-Leste (EDTL), hodi garante prestasaun servisu di'ak no fiskalizaun di'ak, hodi haré ba efisiénsia boot iha operasionál no iha ekonómika;
- Aprova no implementa Política Tarifária ida ne'ebé inklui tarifas ne'ebé la hanesan ba konsumidores ketak-ketak, ba partikulares, no mos ba komersiais ho indústriais.

3.4.2 Gás Natural

Timor-Leste iha asesu ba rezervas barak hosi gás natural, iha Tasi Timor. Disponibilidade gás natural ba produsaun eletrisidade iha potencial atu oferese kombustível ida baratu no mós, kompara ho kombustível líkidu. Haré ba ambiente nian, ho kuantidade ne'ebé hanesan hosi eletrisidade produzida, emisaun carbono eletrisidade produzida husi gás natural ne'e, konsidera ki'ik liu, hosi eletrisidade ne'ebé produzida hosi diesel.

Ho ona asinatura tratadu entre Timor-Leste no Austrália konaba Fronteiras Maritimas iha Tasi Timor, Governu sei hahú negosiasaun ho companhias petrolíferas kona-ba desenvolvimentu kampu Greater Sunrise no buka atu garante konstrusaun ba instalasaun prosesamentu gás, iha Kosta Sul Timor-Leste nian. Iha âmbito ida ne'e, sei desenvolve estudo viabilidade ida kona-ba utilizaun gás natural hodi produz eletrisidade, sei halo esforsu hodi utiliza enerjia ne'ebé bele gasta menus no bele tulun iha problema ambiental.

3.4.3 Enerjia Renovável

Fonte Enerjia Renovável bele kontribui ba kresimemtu ekonómiku no hamenus nível kiak iha áreas rurais remotas. No mós kontribui ba ambiente nebé ladun poluídu no bele hamenus impaktu ba alterasaun klimátika. Tuir kompromisus ne'ebé asumi iha Konvensaun Internacional.

Neste âmbito, irão ser retomados os estudos com vista à implementação de projetos de produção de energias renováveis e não poluentes, tais como:

- Energia Hidroelétrica: produzida com recursos a cursos de água, de acordo com estudos de viabilidade sobre o potencial de projetos hidroelétricos;
- Energia Eólica: de acordo com os estudos preliminares já efetuados, sobretudo em regiões montanhosas, onde existe potencial para instalar turbinas eólicas, como os parques eólicos de Lariguto e Bobonaro;
- Energia solar: continuar a desenvolver estudos e a promover iniciativas que utilizem o clima favorável de Timor-Leste e as taxas de luz solar diárias, para a instalação de sistemas de produção de energia solar;
- Energia de Biomassa: incrementar os estudos e projetos para a produção de energia através de plantas, resíduos agrícolas e resíduos animais, bem como lixo doméstico e industrial, que podem ser transformados em biomassa e convertidos em eletricidade.

Assim, o Governo irá preconizar as seguintes ações:

- Estabelecer um Gabinete de Recursos Naturais Renováveis, que coordene as ações ao nível intersetorial, realize as análises e estudos de viabilidade relevantes a este setor e que seja responsável pela implementação dos projetos de energia renovável, incluindo a gestão, monitorização e avaliação (em parte, já incluído nos objetivos do PED);
- Continuar a investir no programa de eletrificação rural, através de apoio técnico e financeiro às comunidades, para a produção e utilização de fontes de energias renováveis;
- Assegurar que metade das necessidades, em termos de energia elétrica são geradas através de fontes de energia renovável (PED 2020);
- Retomar os estudos de viabilidade sobre o potencial de construção de Mini-Hídricas em todo o país;
- Construir as centrais de Lariguto e Bobonaro enquanto modelo de desenvolvimento eólico (PED 2015);
- Garantir que pelo menos cerca de 100.000 famílias têm acesso a sistemas de energia solar (PED 2020);
- Desenvolver o potencial da energia solar através do Centro Solar de Díli (PED 2015);
- Desenvolver um estudo de viabilidade para a construção de uma central termoelétrica para gerar energia a partir do lixo doméstico e industrial de Díli (PED 2015).

3.5 Transportes

Criar condições para o crescimento económico, e melhorando e aumentando a circulação de pessoas e bens, é fundamental para implementar a visão contida no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Iha âmbito ida ne'e, sei halo fali estudu hodi haré ba implementasaun projetu produsaun enerjia renovável ne'ebé la poluente, hanesan mós:

- Enerjia hidroeléktrika ne'ebé produz ho rekursu hosi Bé, tuir estudu viabilidade kona-ba potensial projetus hidroelétrikus.
- Enerjia Eólica: tuir estudus preliminares ne'ebé halo ona, liu-liu iha rejiaun foho, ne'ebé iha potensial hodi instala turbina eólica, hanesan mós parke eólica iha Lariguto no Bobonaro.
- Enerjia solar: kontinua dezenvolve estudus no promove inisiativa ne'ebé uza klima favorável Timor-Leste nian no taxa luz solar loron-loron, hodi halo instalasaun ba sistema produsaun enerjia solar.
- Enerjia Biomasa: dezenvolve estudus no projetus ba produsaun enerjia liuhosi ai-horis, lixu agríkola no lixu animal nian, hanesan mós lixu domestikiku no industrial, ne'ebé bele transforma ba biomasa no konverte ba electrisidade.

Nune'e, Governu sei hala'o asoens hirak hanesan tuir mai:

- Estabelese Gabinete Rekursus Naturais Renováveis, ne'ebé kordena asaun iha nível intersetorial, halo análise no estudus de viabilidade kona-ba setor ida ne'e, no ne'ebé sei responsabiliza ba implementasaun projetus enerjia renovável, inklui jestaun, monitorizasaun no avaliasaun (parte balun, inklui ona iha objetivus PED);
- Kontinua investe iha programa eletrifikasaun rural, liuhosi apoiu tékniku no finanseiru ba comunidade, hodi halo produsaun no utilizasaun fonte enerjia renovável;
- Asegura katak metade hosi nesesidade kona-ba enerjia elétrika ne'e sei jere liuhosi fonte enerjia renovável (PED 2020);
- Hala'o fali estudu viabilidade kona-ba potensial Mini-Hídricas iha teritóriu tomak;
- Harí Sentral Larigutu no Bobonaro, hanesan modelu ba dezvoltimentu eólico (PED 2015);
- Garante katak, pelu menus hosi 100.000 familias, bele asesu ba sistema enerjia solar (PED 2020);
- Dezenvolve poténsia enerjia solar, liuhosi Sentru Solar Díli (PED 2015); Dezenvolve estudu viabilidade ida ba konstrusaun sentral termoelétrica hodi jere enerjia hosi lixu domestikiku no industrial iha Díli. (PED 2015).

3.5 Transportes

Kria kondisaun ba kresimentu ekonómiku, hadia no aumenta sirkulasaun ema no sasán, ne'e fundamental hodi implementa vizaun ne'ebé hatúr iha Planu Estratéjiku Dezvoltimentu Nasional 2011-2030. Nune'e, urgente atu hadi'a sistema transportes terrestres, marítimus no aéreo no kria sistema previzaun meteorolójika ida ne'ebé, ho buat seluk tan, bele oferece seguransa liu-liu kona-ba sirkulasaun aérea.

Como tal, torna-se premente melhorar o sistema de transportes terrestres, marítimos e aéreos e criar um sistema de previsão meteorológica que, entre outras coisas, ofereça segurança sobretudo no que respeita à circulação aérea. Assim, o Governo vai rever o ponto de situação relativamente ao setor dos transportes, aprovar o Plano Mestre Integrado dos Transportes, melhorar a capacidade institucional do setor e capacitar e formar os recursos humanos necessários.

Irá continuar a produzir a legislação necessária e a implementar o quadro legal em vigor, de forma integrada, a fim de garantir a segurança dos transportes e assegurar a coordenação intersetorial.

O sistema de segurança dos transportes públicos será melhorado através da implementação de uma estrutura para registo, análise e relato de atividades relacionadas com o transporte que possam causar prejuízo, morte, perda ou danos à propriedade. A estrutura irá, entre outros, investigar acidentes de transporte e fornecer recomendações de segurança de transporte.

3.5.1 Transportes Terrestres

O Governo irá continuar a promover o desenvolvimento dos transportes terrestres, públicos e privados, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas e instalações de apoio. Isto inclui a sinalização rodoviária adequada e a garantia do seu cumprimento, que seja viável em todo o País.

Para as áreas urbanas, as medidas de gestão de tráfego serão atualizadas para responder às determinadas situações. As tecnologias de tráfego, como o uso de sistemas de transporte inovador (por exemplo, interseções sinalizadas modernas para a monitorização de tráfego), serão implantadas para melhor gestão de tráfego e promover a segurança dos passageiros. O Governo envidará esforços no sentido de desenvolver, aprovar e implementar uma política nacional de prevenção e segurança rodoviária.

O conforto e a segurança dos passageiros no transporte público serão melhorados. O sistema de transporte público de alta qualidade será introduzido em vias adequadas para que os passageiros tenham acesso a uma rede de transporte público mais confortável, eficiente e segura.

Ainda neste âmbito, e com vista ao melhoramento dos serviços dos transportes públicos disponíveis, o Governo irá realizar esforços no sentido da expansão e modernização de instalações de apoio, tais como terminais e os diversos serviços prestados ao público.

Procurará, ainda, assegurar um acompanhamento permanente dos operadores em atividade, encorajando a melhoria dos seus serviços e o cumprimento da legislação aplicável, a qual deverá ser sujeita a um processo de revisão com vista ao seu aperfeiçoamento.

3.5.2 Transportes Marítimos

O desenvolvimento de infraestruturas portuárias é fundamental

Ho ida ne'e, Governu sei haré fali pontu situasaun kona-ba sektor transportes, hodi aprova Planu Mestre Integradu Transportes nian, hadi'a kapasidade institucional iha sektor ida ne'e no fô kapasitasaun, hodi forma rekursus humanus ne'ebé presiza.

Sei kontinua mós atu produz Lei ne'ebé presiza no implementa kuadru legal ne'ebé vigora hela, ho forma integrada, atu garante seguransa transporte, no asegura kordenasaun intersetorial.

Sei hadi'a mos seguransa Sistema Transportes Públikus nian, liu husi implementasaun estrutura ida hodi rejista, analiza no hato'o relatoriu kona ba actividades nebé relasiona ho transportes, tamba bele hakanek, halakon vida, ou halakon ka estraga ema-nia sasán. Estrutura ne'e sei mos investiga asidentes transporte nian no hato'o rekomendasoens kona-ba seguransa rodoviária.

3.5.1 Transporte Terrestre

Governu sei kontinua dezenvolve Transportes Terrestres, inklui dezenvolventu infraestruturá no instalasoens de apoiu ba transportes terrestres, públiku no privadu. Ida ne'e inklui sinalizasaun rodoviária, ne'ebé adequada, no garante ba nia kumprimentu, iha País tomak.

Ba áreas urbanas, sei kontinua hadi'a medidas ba gestaun tráfiu, atu bele responde ba situasoens nebé mosu. Teknologia tráfiu nian hanesan utilizasaun sistema inovador ba transporte (hanesan, intersesoens nebé uza sinalizasaun moderna ona hodi halo monitorizasaun ba tráfegu) sei aplika hodi hadi'a gestaun tráfegu atu garante seguransa ba pasajeirus sira. Governu sei halo esforsus hodi dezenvolve, aprova no implementa política nacional id aba prevensaun no seguransa rodoviária.

Nun'e mos sei hadi'a kondisoens ba konfortu no seguransa ba pasajeirus iha transportes publikus. Sei haré mos atu introduz Sistema transportes publikus ho vias ka diresaun nebé proprias, hodi aumenta qualidade no fasilita pasajeirus sira bele hetan transporte publiku nebé komfortável, efisiente no mos seguru.

Iha âmbito ida ne'e mós, ho hanoin atu hadi'a servisu transporte públiku, nebé agora iha daudauk, Governu sei halo esforsu hodi loke tan no moderniza instalasoens de apoiu, hanesan terminais no mos fatin atendimento ba publiku.

Buka mós atu asegura akompanhamentu ne'ebé permanente ba operadores atividade ne'e nian, hodi enkoraja atu hadi'a sira-nia servisu no kumpre leis ne'ebé vigora, ida ne'ebé sei sujeita ba prosesu revizaun hodi hadia diak liu tan.

3.5.2 Transportes Marítimos

Dezenvolventu infraestruturá portuária, fundamental tebes

para permitir que Timor-Leste importe bens e equipamentos essenciais, com vista ao fortalecimento e à diversificação da economia nacional.

O investimento no sistema portuário do País continuará a acompanhar o desenvolvimento do Porto de Tibar. A eficiência operacional e as instalações portuárias regionais serão aprimoradas, incluindo o desenvolvimento de novos portos regionais, para garantir que o transporte marítimo continue sendo uma opção viável para o transporte de pessoas e cargas, e gerar ganhos económicos, especialmente para as comunidades de pescadores.

Neste sentido, o Governo irá:

- Construir uma base de fornecimento em Suai;
- Melhorar as instalações portuárias de Com e Ataúro;
- Construir uma instalação portuária em Kairabela, Vemasse, para facilitar o acesso ao mar e apoiar o setor do turismo;
- Implementar a Parceria Público Privada para a construção do Porto de Tibar, que será determinante para o desenvolvimento do comércio e da indústria do país;
- Assegurar o funcionamento do Porto de Tibar, enquanto principal instalação portuária do país;
- Viabilidade para a construção do porto de Manatuto e para a criação de uma linha marítima nacional, de forma a facilitar o transporte de cabotagem e a ligação costeira, bem como prestar serviços de transporte marítimo para pessoas e bens em vários pontos do litoral do país;
- Reestruturar e modernizar o Porto de Díli, para a sua conversão numa Marina da Cidade e Porto de Cruzeiros;
- Fortalecer o regulador e a autoridade marítima, incluindo a melhoria e modernização de seu padrão regulatório.

3.5.3 Transportes Aéreos

O transporte aéreo é o serviço chave para transportar pessoas e mercadorias de e para o nosso País. A sua segurança desempenha um papel crucial no desenvolvimento da nossa indústria de turismo, comércio e negócios. Para permitir um serviço aéreo mais fiável entre Timor-Leste e destinos regionais e internacionais, serão envidados esforços para criar as condições para mais voos regulares em mais opções de destinos de voo.

Para atender ao crescente aumento de passageiros, as melhorias planeadas do Aeroporto Presidente Nicolau Lobato serão implementadas.

Investir nos transportes aéreos é fundamental para responder à futura procura de tráfego aéreo, associado ao crescimento económico do país.

Para tal, o Governo irá:

atu permite katak Timor-Leste importa sasán no ekipamentus nebé presiza, hodi haforsa no diversifika ekonomia nasional.

Investimentu ba Sistema portuário Nasaun-nian sei haré tuir (ka akompanha) projeto Portu Tibar nian. Sei hadi'a diak liutan efisiensia operacional, inklui mos desenvolvimentu ka konstrusaun portus regionais foun, hodi asegura katak transporte marítimu sei kontinua hanesan opsau viavel ida ba transportasaun ema no sasán, hodi fo vantajem ekonómika, liu-liu ba comunidade peskadores sira.

Ho nune'e, Governu sei:

- Harí 'supply base' iha Suai;
- Hadi'a instalasaun portuária iha Com no Ataúro;
- Hari instalasoens portuárias iha Kairabela/Vemasse, hodi fasilita asesu ba Tasi no apoiu iha sektor turismu;
- Implementa Parserias Públiku-Privadas, hodi konstroe Portu Tibar, ne'ebé determinante ba dezvoltamentu komérsiu no indústria iha teritoriu tomak;
- Asegura funcionamentu Portu Tibar, núdar instalasaun prinsipal portuária Nasaun-nian;
- Hala'o estudo viabilidade ba konstrusaun portu Manatuto no ba kriasaun linha marítima nasional ida, hodi fasilita transporte husi portu ida ba portu seluk no ba ligasaun kosteira, nune'e mos hodi presta servisu transporte marítimu ba ema no sasan, iha pontus litorais (ka iha tasi ibun) barak, iha ita-nia País;
- Reestrutura no moderniza Portu Díli no muda ba Sidade Marina no Portu ba Kruzeiru nian;
- Haforsa regulador no Autoridade Marítima nian, inklui hadi'a no halo modernizasaun ba nia kuadru normativu.

3.5.3 Transportes Aéreos

Transporte aéreo sai nudar servisu-xave ida, ba movimentu ema no sasán mai ita-nia Rain no husi ita-nia Rain ba rai-liur. Nune'e, ninia seguransa hetan papel importante atu bele dudu dezvoltamentu industria turistika, komérsiu no negósius seluk. Atu bele hetan konfiansa ba ligasoens entre Timor-Leste no destinos regionais no internacionais, Governu sei esforsa atu kria kondisoens ba aumento voos regulares ho opsoens barak.

Atu atende ba kresimentu numeru pasajeirus nian, konstrusaun/espansaun Aeroportu Presidente Nicolau Lobatu sei hetan implementasaun.

Investe iha transporte aéreo ne'e fundamental, hodi responde ba tráfego aéreo barak iha futuro, nebé asosiadu ho kresimentu ekonómiku Nasaun nian,

ho ida ne'e, Governu sei:

- Implementar a Política Nacional de Aviação Civil;
 - Reformar a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL) como operador dos aeroportos de Timor-Leste, incluindo o desenvolvimento de uma análise sobre opções de reforço de capacidade na área de contratação e gestão;
 - Aumentar a capacidade da Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL) para a regulação efetiva do setor dos transportes aéreos;
 - Desenvolver o Plano Diretor do Aeroporto Internacional “Presidente Nicolau Lobato”, em Díli, e concluir a sua expansão, incluindo a pista e assegurar as condições necessárias para que o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato seja um aeroporto com padrões modernos e com capacidade para a circulação de cerca de um milhão de passageiros por ano;
 - Desenvolver o Plano Diretor do Aeroporto de Baucau, incluindo a reabilitação da pista;
 - Desenvolver estudos de viabilidade dos aeroportos municipais, em articulação com os Planos Diretores dos aeroportos internacionais, com o objetivo de completar uma rede de aeroportos municipais, totalmente operacionais, incluindo o Suai, Baucau, Oe-Cusse Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Same e Ataúro;
 - Operacionalizar o Aeroporto do Suai.
- Implementa Politika Nasional Aviasaun Sivil;
 - Reforma Administrasaun Aeroporto no Navegasaun Aérea Timor-Leste nian (ANATL) hanesan operador aeroportu Timor-Leste nian, inklui desenvolve análise kona-ba opsau iha reforsu ba kapasidade iha área kontratasaun no jestaun;
 - Aumenta kapasidade Autoridade Aviasaun Sivil Timor-Leste (AACTL) hodi regula didiak sektor transportes aéreos;
 - Dezenvolve Planu Diretor ba Aeroportu Internasional “Presidente Nicolau Lobato”, iha Díli, no halo hotu ninia espansaun, inklui pista no asegura kondisoens nesesárias, atu nune’e Aeroportu Nicolau Lobato sai Aeroportu ida ho padraun modernu no ho kapasidade ba sirkulasaun pasajeirus besik milhaun ida, iha kada tinan;
 - Dezenvolve Plano Diretor Aeroportu Baucau, inklui reabilitasaun ba nia pista;
 - Dezenvolve estudo viabilidade ba aeroportus munisipais, ne’ebé iha artikulasaun ho planu diretor aeroportu internasional nian, ho objetivu atu kompleta rede aeroportus munisipais, ne’ebé totalmente operasionais, inklui iha Suai, Baucau, Oecusse-Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Same no Ataúro;
 - Operasionaliza Aeroportu Suai nian.

3.6 Meteorologia

Continuar a desenvolver um sistema de meteorologia para apoiar as necessidades nas áreas de: Aviação Civil, navegação marítima, agricultura e outros serviços públicos.

Assim, o Governo vai encomendar um estudo para aferir da possibilidade da criação de um laboratório de meteorologia e aferir as necessidades em termos de recursos humanos, elaborar um estudo de investimento e ponderar a criação de mecanismos de cooperação bilateral, para passar a produzir estes dados e criar condições para disponibilizar informação meteorológica ao público.

3.7 Telecomunicações

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é uma ferramenta vital para possibilitar a economia digital, como um novo setor de crescimento económico, e para promover a boa governação. O Governo irá garantir que o País tenha uma rede de telecomunicações fiável, de qualidade e segura, crucial para o desenvolvimento socioeconómico da população timorense.

A infraestrutura de TIC do País melhorou significativamente, após a introdução de um mercado de telecomunicações competitivo em 2012. A cobertura de serviços móveis (rede 2G) passou para 96% das áreas de população, e o acesso a serviços de dados 3G estão agora disponíveis em todas as

3.6 Meteorologia

Atu continua desenvolver sistema de meteorologia ida, atu fô apoiu ba nesesidades iha áreas: Aviasaun Civil, Maritima, Agricultura no mos servisus públikus nian.

Nune’e, Governu sei husu (ka arranja) estudo ida, atu haré ba possibilidade atu kria Laboratóriu de Meteorolojia ida, no identifika nesesidades iha rekursus humanus, hodi elabora planu investimentu ida no tau hanoin ba kriasaun mekanismus ba kooperasaun bilateral, hodi komesa produz dadus ne’e no kria kondisaun hodi disponibiliza informasaun meteoróljika ba públiku.

3.7 Telekomunikaun

Teknologia Informasaun no Komunikaun (TIC) sai hanesan meio vital ida, atu bele fasilita Ekonomia Digital, núdar sektor foun ba kresimentu ekonomiku no mos ba promosaun ba boa-governasaun. Governu sei asegura katak ita-nia Nasaun iha rede telekomunikasoens nebé fiável (katak bele fiar ba), ho qualidade no segura, nebé krusial ba dezenvolvimentu sócio-ekonomiku ba populasaun Timor.

Infraestrutura TIC iha ita-nia Rain, hetan ona progresus signifkativus, depois de introdusaun ba merkadu telekomunikaun nebé iha konkorensia, hahú iha 2012. Kobertura ba servisus telefone (rede 2G) hetan ona 96% husi áreas hela fatin populasaun nian, no asesu ba servisu dadus 3G nian, disponivel ona iha Munisipius tomak, no mos servisu

municípios e a rede 4G foi recentemente lançada em centros urbanos. Tendo alcançado os serviços móveis, os novos desafios são desenvolver redes e serviços de banda larga.

O Governo irá continuar a desenvolver esforços para criar uma rede de telecomunicações moderna, que ligue as pessoas entre si, em Timor-Leste, e entre Timor-Leste e o mundo, tirando o máximo proveito dos avanços nas telecomunicações globais, incluindo a produção, difusão e uso do conhecimento.

O Governo tem, assim, como ações e metas:

- Implementar um sistema de cabo submarino de fibra óptica confiável, que ligue Timor-Leste a uma instalação de aterragem por cabo na região que permite ao País adquirir capacidade e linhas de transmissão competitivas, para conexão a um centro global de distribuição IP;
- Formular e implementar os planos necessários, tais como plano nacional de banda larga, plano nacional de segurança cibernética, plano de governo eletrónico, plano de infraestrutura para economia digital e plano de migração de televisão digital terrestre (DTTB), para fornecer a direção geral da política e orientar todas as intervenções de implantação e desenvolvimento de infraestrutura;
- Criar uma estrutura de segurança cibernética e infraestrutura crítica. Este Órgão funcionará como a Agência Nacional para a supervisão da estratégia de segurança cibernética, operações e o desenvolvimento de capacidade, bem como supervisionar a política, projeto e programa do desenvolvimento da infraestrutura crítica;
- Para acelerar a capacitação nas áreas de ciência e engenharia, necessárias para impulsionar o novo crescimento económico, o governo fortalecerá a Rede de Pesquisa e Ensino de Timor Leste (TLREN), incluindo a aplicação de banda larga dedicada ao sistema de cabos submarinos de TLREN para beneficiar as instituições de pesquisa e do ensino superior no país;
- Reforçar e capacitar a Autoridade Nacional de Comunicações (ANC), incluindo a melhoria e modernização do seu quadro normativo de modo a responder melhor aos avanços tecnológicos e às mudanças no cenário do mercado, considerando a convergência de tecnologias;
- Promover o desenvolvimento de uma Instalação do Internet Exchange neutro (“a carrier-neutral Internet exchange point”) para as operadoras garantirem transmissão de dados rápidas e seguras entre os fornecedores de serviços de Internet (ISPs) no país;
- Assegurar uma cobertura de telemóvel fiável, segura e acessível a todos os timorenses, incluindo nas áreas rurais;
- Fortalecer a capacidade de Equipas de Resposta a Incidentes de Segurança em Computadores (TL-CSIRT) para garantir o acesso a uma internet segura, acessível em todo o território nacional;

4G nian foin hahú dadaun iha Centros Urbanos. Ho resultadu nebé atinji ona, iha servisu telefone nian, dezafiu foun iha sektor Telekomunikasaun mak hanesan desenvolvimentu redes no servisu ba banda larga.

Governu Timor-Leste sei kontinua deenvolve esforsus, atu kria rede Telekomunikasoens ida ne’ebé moderna, hodi bele ema hotu iha ligasaun (ka koneksaun) ba malu, iha Timor-Leste, no entre Timor-Leste ho mundu, hodi hasai proveitu másimu hosi avansus iha telekomunikasaun global, inklui produsaun, difuzaun no hetan no uza konhesimentus ne’ebé iha.

Nune’e, Governu iha asaun no metas hanesan:

- Implementa sistema kabu submarinu (ka husi tasi-okos) ba fibra óptika, nebé konfiável, hodi liga Timor-Leste ba instalasaun (ka facilidades) aterrajem, liu husi kabu, iha Rejiaun, nebé permite ita-nia País hetan kapasidade no linhas de transmisaun nebé kompetitivu hodi fó koneksaun ba iha Sentru Global distribuisaun IP nian.
- Prepara no implementa planus sira nebe presiza, hanesan Planu Nasional ba Banda Larga, Planu Nasional ba Seguransa Sibernetika, Planu kona ba Governu Elektroniku, Planu Infraestrutura ba Economia Digital nian, no mos Planu ba Migrasaun Televizaun Digital Terrestre (DTTB) nian, atu bele sai matadalan ba diresaun jeral politika nian no bele orienta intervensoens kona-ba implantaun no desenvolvimentu infraestruturas;
- Atu kria estrutura ida ba Seguransa Sibernetika no infraestrutura kritika. Orgaun ida ne’e sei funciona hanesan Agência Nasional atu halo supervisaun ba estratéjia kona-ba seguransa sibernetika, operasoens no mos desenvolvimentu kapasidade, nune’e mos atu supervizona politika, projetu no programa de desenvolvimentu iha infraestrutura kritika ne’e;
- Atu promove kapasitasaun iha área Siénsia no Enjenharia, nebé presiza atu impulsiona (ka dudu) kresimentu ekonomiku foun, Governu sei haforsa Rede Peskisa no Ensino Nasional (TLREN) inklui aplika bandwidth ka banda larga, ba kedas sistema kabu submarino nian ba TLREN, hodi benefisia ka ajuda institusoens, peskiza nian ka ensinu superior nian, iha País;
- Reforsa no kapasita Autoridade Nasional Komunikasoens (ANC), inklui hadi’a no moderniza ninia quadru normativu, atu bele responde diak liu ba avansus teknolójikus no ba mudansas iha merkadu, relasiona ho konverjensia (ka tendensia atu ba fatin/hanoin/ida deit), iha teknolojia;
- Buka desenvolve instalasaun ba Internet Exchange neutral (“carrier-neutral Internet exchange point”) ba operadores sira atu bele garante transmisaun dadus nebé lais no seguru, entre forneseadores servisu Internet (ISPs) iha rai laran;
- Asegura kobertura ba telemóvel nebé fiável, segura no asesível ba timor-oan hotu, inklui iha áreas rurais;
- Haforsa kapasidade Ekipa Resposta ba Incidentes Seguransa Komputador nian (TL-CSIRT), hodi garante asesu seguru no asesível ba internet, iha teritóriu nasional tomak;

- Promover a ligação à internet de todo o sistema nacional de educação e de todo sistema nacional de saúde, enquanto setores prioritários;
- Estabelecer serviços de governo eletrónico para atualizar as redes do governo.

3.8 Serviço Postal

O serviço postal é um serviço público de grande importância que permite o envio de correspondência, livros, publicações e outros tipos de encomendas em território nacional, a preços relativamente acessíveis, bem como expedir correspondência e outros bens para o estrangeiro.

O Governo nesta área propõe-se a:

- Reformar e desenvolver os Correios de Timor-Leste, para serviços mais eficientes, céleres e acessíveis, ponderando a criação de polos municipais em ligação com os serviços centrais;
- Introduzir nas instalações de correios de Timor-Leste sistemas inovadores que permitam ter capacidade para a entrega das encomendas até ao nível de postos administrativos em todo o país;
- Desenvolver um Plano de Desenvolvimento de Serviço Postal, incluindo a sua expansão municipal.

4. PROSEGUIR COM O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

“Timor-Leste é um País de baixos rendimentos com um setor privado emergente, com diversificação económica limitada e concentrado sobretudo na produção agrícola. Todavia, o nosso País possui oportunidades económicas consideráveis e um potencial forte para se tornar uma Nação com rendimentos médios”.

Apesar de muitos progressos terem sido alcançados nesta área, Timor-Leste tem que continuar a investir no planeamento estratégico para uma economia moderna e diversificada. Potenciar os setores produtivos em torno de três indústrias essenciais – a agricultura, o turismo e o petróleo – através do estudo e aproveitamento dos recursos naturais existentes, aproveitando as mais-valias da localização geográfica e do perfil da população, é uma estratégia simples e acertada para conduzir à tão necessária diversificação económica e mitigar a dependência das receitas petrolíferas.

A criação de emprego e a promoção do empreendedorismo é, ao mesmo tempo, um fator e um resultado na prossecução deste desígnio de desenvolvimento económico, sendo que o Governo tem que criar condições para não estar alienado dos jovens, ao mesmo tempo que promove o setor privado, recursos estes que são fundamentais para aumentar a produtividade nacional e para criar oportunidades de crescimento económico sustentável. Para este efeito o Governo introduzirá mecanismos jurídicos e políticos que estimulem a criatividade, a inovação e a diversificação da economia nacional.

- Promove ligasaun iha internet ba Sistema Nasional Edukasaun nian tomak no mós ba Sistema Nasional de Saúde tomak, núdar sektore nebé primárius;
- Konstrui servisu Governu Elektróniku, hodi atualiza redes iha governu.

3.8 Servisu Postál

Servisu Postal núdar servisu públiku, importante tebes ida, ne’ebé permite haruka korrespondénsia, livrus, publikasoens no enkomentas selu-seluk, iha teritóriu nasional laran, ho presu ne’ebé asesível, hanesan mós haruka korrespondénsia no sasán ba estranjeiru.

Iha área ida ne’e, Governu iha hanoin atu:

- Reforma no desenvolve Correios de Timor-Leste, ba servisu ne’ebé efisiente liu, lais no asesível, ho hanoin atu kria pólos munisipais ho ligasaun ba Servisu Sentrais;
- Introduz ka hahú tau sistemas foun no modernus iha instalasoens CTL nian, nebé fô kapasidade atu bele haruka no entrega enkomentas to’o iha nivel postu administrativu, iha rai laran tomak;
- Desenvolve Planu Dezenvolvimentu Servisu Postal nian, inklui loka to’o iha Munisipius.

4. KONTINUA HO DEZENVOLVIMENTU EKONOMIKU

“Timor-Leste, sai País ho rendimentus kiik ho sektor privadu nebé emergente, ho diversifikasaun ekonómika limitada no konsentrada deit ba produsaun agríkola. Biar nune’e, itania País iha oportunidades ekonómikas nebé konsideráveis (boot no barak) no potensial ida forte atu sai Nasaun ida ho rendimentus médius”.

Apezarde progresus barak nebé alkansa tiha ona, iha área ida ne’e, Timor-Leste tenke continua investe iha Planeamentu Estratéjiku ba Ekonomia ida, moderna no diversifikada. Atu potencia (ka hakbiit) sektore produtivus hale’u indústrias esensiais tolu – agríkultura, turizmu no petróleo – liu-husi estudo no aproveitamentu rekursus naturais nebé tiha, hodi aproveita dadauk mais-valia nebé mai hosi lokalizasaun geográfika no hosi perfil populasaun nian, sai estratéjia simples no asertada ida, atu lori ba diversifikasaun ekonómika, ne’ebé nesesária teb-tebes no reduz dependénsia ba reseitas petrolíferas.

Kriasaun empregu no promosaun empiendedorizmu sai, au mezmz tempo, faktor no rezultadu ba materializa hanoin no vizaun kona-ba dezenvolvimentu ekonómiku ida ne’e, maske Governu tenke kria kondisoens hodi labele hadok fali jovens sira, hodi mós promove sektor privadu no rekursus hirak ne’e mak fundamental atu aumenta produtividade nasional, hodi kria oportunidade kresimentu ekonómiku nebé sustentável. Ba ida ne’e, Governu sei hatama mekanismu jurídku no polítiku hodi estimula criatividade, inovasaun no diversifikasaun ba ekonomia nasional.

O Governo de Timor-Leste irá neste sentido: transformar as suas riquezas naturais, venham elas dos seus solos ou dos seus mares, em segurança alimentar, em saúde, em produtividade e em oportunidades de criação de emprego. Irá também transformar os hidrocarbonetos em oportunidades de desenvolvimento e de bem-estar para toda a população, através do desenvolvimento de infraestruturas, do setor privado e da criação de emprego. Mas irá, ainda, transformar a riqueza das suas gentes, da sua paisagem natural e da sua cultura ímpar em empreendedorismo e em aumento de rendimentos em todo o país.

Para tal, é essencial desenvolver um Quadro Nacional de Planeamento, com vista à implementação de Polos de Desenvolvimento nas várias regiões do país, que defina as características próprias de cada região e o potencial de crescimento de cada setor e subsetor, de acordo com os recursos locais disponíveis, para a implementação de ações e estratégias de crescimento sustentável e de desenvolvimento equitativo em todo o país, sob o mote de que “se a natureza é rica, o povo não pode ser pobre”.

4.1 Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas

O desenvolvimento do setor primário é fundamental num país onde cerca de 75% da população reside em áreas rurais e onde os níveis de pobreza são ainda elevados, com todas as outras debilidades que estão associadas à pobreza.

O Governo considera, por isso, a agricultura como a base de desenvolvimento económico e social do País. A melhoria deste setor, associado à melhoria do setor das pescas e da produção animal, tem como resultado de curto prazo a melhoria da qualidade e bem-estar de todos os timorenses. Assim a meta do Governo é a de melhorar a segurança alimentar nacional, reduzir a pobreza rural, apoiar a transição da cultura de subsistência para a produção empresarial de produtos agrícolas, pecuários e de pescas, promover a sustentabilidade ambiental e a conservação dos recursos naturais de Timor-Leste.

4.1.1 Agricultura

A fim de cumprir o objetivo ao nível de segurança alimentar, o Governo vai expandir o setor agrícola, melhorar as práticas de cultivo e a produtividade agrária, desenvolver ações para melhorar a produção de culturas agrícolas específicas e sistemáticas, de acordo com o potencial de cada região do país, garantindo também o objetivo de desenvolver os setores produtivos da nação.

As metas e ações para esta área são:

- Investir na criação de um Laboratório Público de Investigação Agrícola, com vista ao desenvolvimento de programas de investigação para todos os principais produtos agrícolas de Timor-Leste. Pretende-se apostar, como prioridade, naqueles que oferecem maior potencial e que incluem o apoio às vertentes técnicas da produção agrícola,

Nune'e, Governo Timor-Leste sei: transforma ninia rikezas naturais, rikusoin hosi Rain no husi Tasi, ba iha seguransa aihán (seguransa alimentar), iha saúde, iha produtividade no iha oportunidade ba kriasaun empregu. Sei mos transforma hidrokarbonetus ba oportunidade de desenvimentu no morisdiak (bein-estar) ba populasaun tomak, liu-husi de desenvimentu infraestrutur, sektor privadu no kriasaun empregu. Maibé mós, sei transforma rikeza hosi nia emar sira, hosi ninia paizajen natural no hosi ninia kultura ímpar, ba empriendedorizmu no ba aumentu rendimentu iha País tomak.

Ba ne'e, esensial duni de desenvolve Kuadru Nasional Planeamentu ida, ho vizaun ba implementasaun Polus De desenvimentu, iha rejioens iha País laran, ne'ebé define karakteristiká própria rejiaun ida-idak nian no potencial kresimentu sektore no subsektore oi-oin, tuir lolós rekursus lokais ne'ebé disponíveis, atu implementa asoens no estratéjia ba kresimentu sustentável no no de desenvimentu ekuitativu (ka hanesan) iha País tomak, ho moto katak “se natureza ne'e rika, povu lalele sai kiak”.

4.1 Agricultura, Pecuária, Pescas no Florestas

De desenvimentu sektor primáriu sai fundamentál ba País, ida ne'ebé besik 75% hosi populasaun hela iha áreas rurais no, iha ne'ebé, nível pobreza (situasaun kiak) sei às tebes, ho debilidades (frakezas) seluk-tan nebé relaciona ho pobreza.

Tanba ne'e, Governu konsidera Agrikultura hanesan baze ba de desenvimentu ekonómiku no sosial País nian. Melhoramentu (maneira oinsá hadi'ak) sektor ida ne'e, iha ligasaun ho oinsá hadi'ak sektor peskas no produsaun animal, atu, iha tempu badak nia laran, hadi'a qualidade no moris diak ba timoroan tomak. Nune'e, metas (ka target) Governu nian, mak atu hadi'a seguransa aihán (*seguransa alimentar*) nasional, reduz pobreza rural, apoia tranzisaun hosi kultura (agrikultura) subsistênsia nian ba produsaun emprezarial ba produsus agrikolas, pekuárias no peskas nian, hodi promove sustentabilidade ambiental no konservasaun rekursus naturais Timor-Leste nian.

4.1.1 Agricultura

Atu hodi kumpre objetivu bân nível seguransa aihán (*seguransa alimentar*) nian Governu sei habelar sektór agrikola, hadiak prátika kultivu no produtividade agrarian nian sira, de desenvolve aksaun sira hodi hadiak produsaun kultura agrikola espesífika no sistemátika nian sira, tuir lolo'os ho potenciál hosi rejiaun ida-idak país nian, hodi garante mós objetivu atu de desenvolve nasaun nia sektór produtivu sira liuhusi involvimentu hosi parte relevante sira, inklui joven sira.

Metas no asoens, ba área ida ne'e, maka:

- Investe iha kriasaun Laboratóriu Públiku ba Investigasaun Agrikola, ho vizaun atu de desenvolve programa investiga-saun nian ba produsus agrikolas, nebé konsidera hanesan prinsipais iha Timor-Leste. Hakarak hahú, nudar prioridade, iha produsus nebé oferese potencial bo'ot liu no bele fõ apoiu ba vertentes técnicas iha produsaun agrikola, nebé

que garanta e identifique, através de análises, as tipicidades e qualidades dos solos, das águas, das plantas e das sementes, por forma a atingir a modernidade competitiva;

- Estabelecer um Instituto de Pesquisa e de Desenvolvimento Agrícola, constituído por agrónomos e técnicos, que pesquise, executem e supervisionem, em todo o território, as estratégias de implementação de sistemas de produção junto dos agricultores;
- Estabelecer um mecanismo de apoio à transição de uma agricultura de subsistência para uma agricultura moderna com orientação ao mercado;
- Melhorar a gestão de Escolas Técnicas Agrícolas (ETA) existentes no país, (Lautém, Manatuto, Bobonaro e Oe-Cusse Ambeno);
- Implementar novos programas de agricultura biológica, incluindo a aposta da sua comercialização ao nível internacional, através de campanhas de marketing;
- Implementar a Política Nacional de Segurança Alimentar;
- Reabilitar, expandir e melhorar a gestão dos sistemas de irrigação e o armazenamento de água, fundamental para o cultivo agrícola, revendo o inventário dos sistemas de irrigação existentes;
- Melhorar a gestão dos centros de manutenção aos tratores para garantir o funcionamento operacional do uso de tratores para apoiar agricultores;
- Fazer o mapeamento de zonas agro-ecológicas para a utilização sustentável das máquinas e dos equipamentos agrícolas com referência à estrutura física do solo;
- Continuar a investir em aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas para apoiar os agricultores;
- Melhorar o serviço dos de extensão agrícola e a gestão do programa de cedência de tratores agrícolas para apoiar os agricultores;
- Continuar a implementar sistema Mecanização Agrícola para apoiar os programas de extensificação, intensificação e diversificação para aumentar a produção e a produtividade agrícola;
- Encomendar estudos sobre o desenvolvimento de barragens em Timor-Leste e implementar projetos-piloto de barragem e aproveitamento de lençóis freáticos;
- Melhorar a gestão e manutenção dos solos para o cultivo, reforçando a formação aos agricultores e empresas agrícolas;
- Assegurar que Timor-Leste possa atingir 70% em termos de produção de arroz até 2023, melhorando ainda mais as técnicas e sistemas de produção de arroz;
- Criar condições para aumentar a área de arrozal irrigado, para atingir 50.000 hectares em 2023;

garante no identifika, liu-husi análizes, rai ida-idak nia tipu (ka kompozisaun) no ninia qualidade, nuné mós ba iha bé, ai-horis no fini (semente), hodi bele haré oin-sá atinje modernidade competitiva;

- Estabelece Institutu de Peskiza no Dezenvolvimentu Agríkola, nebé sei halibur Agrónomus no Téknikus, atu hala'o peskiza, ezekuta no supervizona, iha teritóriu tomak, estratéjias ba implementasaun sistema produsaun nian, hamutuk ho agrikultores sira;
- Estabelece mekanismu hodi apoia tranzisaun agrikultura subsisténsia ida ba iha agrikultura moderna ho orientasaun ba merkadu;
- Hadi'a jestaun iha Eskolas Téknikas Agríkolos (ETA) ne'ebé eziste ona (Lautém, Manatuto, Bobonaro no Oé-cusse Ambeno);
- Implementa programas foun kona-ba agrikultura biolójika, inklui aposta ba ninia komersializasaun iha nível internasional, liuhusi kampaña marketing nian;
- Implementa Política Nasional Seguransa Ai-hán (*Seguransa Alimentar*) nian;
- Reabilita, habelar/expande no hadi'ak jestaun ba sistemas irrigasaun no ba armazenamentu bé, fundamental ba kultivu agríkola, no halo revizaun ba inventáriu sistemas irigasaun nebé iha;
- Hadi'a jestaun ba Sentrus de Mnutensaun Tratores hodi garante funsionamentu operasional, iha uzu tratores atu tulun agrikultores sira;
- Halo mapeamentu kona-ba zonas agro-ekolójikas ba utilizasaun sustentável, ba mákinas no ekipamentus agríkolos, referénsia ba estrutura fizika rai-nian;
- Kontinua investe iha akizisaun no manutensaun mákinas no ekipamentus agríkolos au apoia agrikultores sira;
- Hadi'a ka hakbiit servisu husi Extensionistas no Tratoristas sira, hodi tulun agrikultores sira;
- Kontinua implementa sistema Mekanizasaun Agríkola, hodi apoia programas extensifikasaun, intensifikasaun no diversifikasaun, atu aumenta produsaun no produtividade agríkola;
- Kontinua halo estudus kona-ba hari barrajens iha Timor-Leste no implementa projetu-pilotu barrajen no aproveitamentu lensóis freátikus (katak bé-lihun iha rai-okos);
- Hadi'a jestaun no manutensaun rai ba kultivu, hodi hametintan formasaun ba agrikultores sira no empresas agríkolos;
- Asegura katak Timor-Leste bele atinji 70%, iha produsaun fós, to'o iha tinan 2023, hodi hetok hadi'a liu-tán téknikas no sistemas ba produsaun hare;
- Kria kondisoens atu aumenta área ba natar ne'ebé hetan irrigasaun, hodi atinji hektares 50.000, iha tinan 2023;

- Reforçar os serviços de estatística, informação e previsão agroclimática;
- Reforçar as instalações nos serviços de quarentena para implementar o protocolo, padrão, base de dados para SPS (sanitário e fitossanitário), para facilitar a importação e exportação dos produtos agrícolas;
- Continuar a promover o uso de sistemas específicos de produção de arroz, gestão de colheitas integradas e sistemas de intensificação de arroz;
- Continuar os esforços para reduzir as perdas na produção através do controle de pestes e na pós colheita através da melhoria dos sistemas de colheita, de moagem, e de gestão do armazenamento do arroz, de milho, outros cereais e produtos;
- Continuar a subsidiar os produtores de arroz, de milho e de outros produtos básicos para a compra de sementes, fertilizantes e pesticidas, de forma a aumentar a produtividade, bem como apoiar a melhoria da eficiência dos processos de pós recolha dos respetivos produtos;
- Prestar aconselhamento financeiro e assistência na comercialização do arroz, do milho, de outros cereais e demais produtos, aos respetivos produtores;
- Assegurar a área de cultivo de milho a atingir 76.500 hectares em 2023, ou aumentar a produtividade média do milho para 2,5 toneladas por hectare;
- Aumentar para mais do dobro a área cultivada com raízes e tubérculos, passando de 48.000 hectares para 80.000 hectares em 2023, e passando para 105.500 hectares até 2030;
- Continuar a investir em pesquisa, desenvolvimento e divulgação relativamente a variedades de culturas específicas de Timor-Leste, tais como os cereais (arroz, milho, trigo, cevada e centeio), a mandioca, a batata-doce e o feijão-verde;
- Introduzir zonas agrícolas para identificar as áreas mais adequadas ao cultivo e comercialização de milho e outros alimentos básicos, tais como a mandioca, o feijão-verde, a batata-doce e cereais diversos;
- Prestar formação a produtores de milho e de outros cereais, bem como outros alimentos básicos, no uso de maquinaria agrícola e técnicas de gestão agrícola, continuando a distribuir tratores manuais e a apoiar o seu uso;
- Integrar atividades agrícolas com empresas familiares, tais como o processamento de produtos agrícolas ou o uso de resíduos agrícolas para fertilizantes orgânicos e alimento para animais;
- Desenvolver e alargar programas especiais de apoio ao nível do milho, “shorgum”, raízes e tubérculos nas comunidades rurais;
- Reforsa Servisus Estatística, Informasaun no Previsaun agro-klimátika;
- Reforsa facilidades iha servisus kuarentena nian, atu implementa protokolu, padraun, baze dadus ba sanitáriu no fitosanitáriu (SPS), hodi fasilita importasaun no exportasaun produtus agríkolos;
- Kontinua promove atu uza sistemas espesifikus iha produsaun fós, iha jestaun kolheitas ne’ebé integradas no sistemas ba intensifikasaun fós;
- Kontinua iha esforsu atu reduz lakon ka (perda) iha produsaun liuhosi kontrolu pestes no iha pós-kolheita, liuhosi hadia sistema kolheita, dulas, no jestaun ba armazenamentu fós, batar, sereais no produktu seluk;
- Kontinua fo’o subsídiu ba produtores fós, batar no produtus bázikus seluk hodi hola sementes, fertilizantes no pestisidas, atu bele aumenta produtividade, nune’e mós atu apoia hadia efisiénsia iha prosesu depois de rekolha ba produktu sira ne’e resik;
- Fo aconselho financeiro no assistensia iha komersializasaun fós, batar no sereais no produtos sira seluk, ba produtores ida-idak;
- Asegura área kultivo ba batar atu bele atinje to’o 76.500 hectares iha tinan 2023, ka aumenta produtividade média batar ba 2,5 toneladas kada hectar;
- Aumenta ba dobro ‘area kultivu ho raiz no tubérlukus, hosi 48.000 hectares ba 80.000 hectares iha 2023, no ba to’o 105.500 hectares iha tinan 2030;
- Kontinua investe iha peskiza, dezvoltimentu no divulgasaun kona-ba variedades iha kuda-hare, ne’ebé espesifika ba Timor-Leste, hanesan mós sereais (fós, batar, trigo, sevada no senteu), ai-farina, fehuk-midar no koto-nurak;
- Introduz zonas agríkolos, atu identifika áreas ne’ebé adequadas liu ba kultivu no komersializasaun batar no alimentus bázikus seluk, hanesan aifarina, koto-nurak, fehuk-midar no sereais oiain;
- Fó formasaun ba produtores batar no sereais, ka produtores alimentus bázikus seluk, kona-ba uzu maquinaria agrícola no téknika jestaun agrícola nian, hodi kontinua fáhe tratores manuais no apoia ninia uzu;
- Integra atividades agríkolos ho empresas familiares, hanesan mós prosesamentu produtus agríkolos ka uzu rezíduos agríkolos hanesan fertilizantes orgánikus no alimentu ba animais;
- Desenvolve no loke tan programas espesiais atu apoiu ba batar, ‘shorgum’, ai-abut/raizes no tubérlukus, iha comunidades rurais;

- Desenvolver e promover sistemas de alimentação de gado, baseados em excedentes de milho, raízes e tubérculos;
- Investir na produção da fruta e produtos hortícolas por forma a substituir a importação, pelo menos até 50% em 2023 (PED dizia 2020), encorajando o fornecimento de frutos de valor elevado a mercados urbanos;
- Apoiar a produção de produtos hortícolas em grande escala, estrategicamente localizada perto dos centros urbanos, apostando em protocolos de fornecimento a mercados, restaurantes e hotéis;
- Elaborar pesquisas e estudos de investimento para aferir o potencial de desenvolvimento de hidroponia (técnica de cultivar plantas sem solo) no país, através de um projeto-piloto que permita a produção imediata de produtos hortícolas biológicos;
- Criar mais incentivos e continuar a apoiar os agricultores para a produção de culturas de rendimento, tais como o café, o coco, a baunilha, o caju, a soja, o amendoim, a pimenta, o açafreão, o gengibre, a canela, o colorau e a noz-moscada, entre outros, incluindo ainda o seu processamento e transformação em produtos domésticos, com vista a criar novos mercados;
- Fazer um levantamento da quantidade e qualidade de armazéns disponíveis para armazenamento de cereais e outros produtos agrícolas granulares, nomeadamente feijões, favas, ervilhas e sojas;
- Fortalecer a coordenação interministerial e a coordenação com outras instituições relevantes em relação à implementação e ao controlo dos serviços do sector agrícola.
- Aferir e investir com prioridade nas culturas de rendimento com maior potencial de serem promovidos à escala comercial;
- Desenvolve no promove sistemas alimentasaun ba karau, husi excedentes (ka saá-ida maka resta) husi batar, ai-abut/raízes no tubérkulus sira;
- Investe iha produsaun ai-fuan no produsus hortíkolos (ka modo-tahan) hodi substitui importasaun, pelumenus 50%, iha tinan 2023, hodi enkoraja fornimentu ai-fuan ho valór ás (ka folin bo'ot) ba merkadus urbanus;
- Apoia produsaun produsus hortíkolos (modo-tahan) ho eskala boot, nebé besik Sentrus urbanu, liu-husi protokolu ba fornimentu iha merkadu, restaurantes no hotéis;
- Elabora peskizas no estudus investimentu, kona-ba atu sukat (afere) potensial ba dezenvolvimntu Hidroponia nian (técnica kuda ai-horis la- ho rai), liu-husi projetu-pilotu ida ne'ebé permite produsaun imediata hosi produsus hortíkolos biológikus;
- Kria tán insentivus no kontinua apoia agrikultores sira atu produz culturas nebé bele fô rendimentu, hanesan kafé, nú, baunilha, kajú, fore-keli, fore-rai, pimenta, açafreão, gengibre (ai-lia), ai-kanela, kolorau no nóz moscada, inklui mós ninia prosesamentu no transformasaun ba iha produsus doméstikus, ho vizaun atu kria merkadu foun;
- Halo levantamentu ida konabá kuantidade no qualidade armazéns ne'ebé disponíveis ba armazenamentu (rai no halot) sereais no produsus agrikolas granulares, koto, favas, ervillas, fore-keli, no seluk-tan;
- Fortalese koordenasaun interministerial no koordenasaun ho instituisoens relevantes seluk, kona-ba implementasaun no kontrolu servisus iha sektor agrikola;
- Fo'no no investe, hanesan prioridade, iha culturas rendimentu nebé iha potensial bot atu hetan promosaun ba eskala komersial.

4.1.1.1 Cultura do Café

- Continuar a apoiar a produção e promoção do café orgânico e de alta qualidade, incluindo através da promoção do café Timor ao nível nacional e internacional;
- Melhorar a produção do café, através da reabilitação às plantações de café;
- Continuar a desenvolver estudos e programas de pesquisa adaptativa de café;
- Continuar a apoiar a Associação de Café Timor de Timor-Leste (ACTL) e, em parceria com o setor privado e com os parceiros de desenvolvimento, continuar a implementar o Plano de Desenvolvimento do Setor do Café;
- Criar Política e Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Café;
- Criar novos programas de promoção de indústrias domésticas, para processamento de resíduos de plantações,

4.1.1.1 Kultura kona-ba Kafé

- Continua apoia produsaun no promosaun Kafé orgáaniku ho qualidade diak, inklui mos liuhosi promosaun ba kafé Timor iha nível nasional no internacional;
- Hadia produsaun kafé, liuhosi reabilitasaun ba plantasaun kafé nian;
- Continua desenvolve estudus no programas kona-ba peskiza kona-ba kafé;
- Continua apoia Asosiasaun Kafé Timor Timor-Leste nian (ACTL) no, ho parseria ho sektor privadu no parseirus dezenvolvimentus, kontinua implementa Planu Dezenvolvimentu Sektor Kafé nian;
- Kria Política no Estratéjia Nasional ba dezenvolvimentu kafé nian;
- Kria programas founs kona-ba promosaun indústrias doméstikas nian, iha prosesamentu rezíduos iha

especialmente café, em fertilizantes orgânicos e alimentos para animais, e dos resíduos de plantações de coco em materiais e bens domésticos;

plantasoens, liu-liu kafê, ba fertilizantes orgánikus no hahán ba animais, no hosi rezíduos iha plantasaun nú ba material no sasán (beins) doméstikus.

4.1.2 Pecuária

O setor da criação de animais no país tem o grande potencial de contribuir para a melhoria nutrição do povo timorense, quer através do acesso e consumo a carne fresca, quer de laticínios.

Para melhorar este setor, é necessário investir em rações acessíveis e de qualidade e assegurar a vacinação e desparasitação dos animais. Atualmente os excedentes e resíduos da produção agrícola não são suficientes para criar uma indústria doméstica de processamento de ração para animais, o que significa que, se houver melhorias na agricultura, como o aumento do cultivo, ou se passar a haver fontes de proteínas disponíveis através de resíduos de peixes, poderá haver uma melhoria substancial também na área da pecuária.

O Governo pretende aumentar a produção animal em 20% até 2023, com o objetivo de diminuir as importações de produtos animais do estrangeiro. As metas e ações a alcançar para o desenvolvimento da pecuária são:

- Continuar a investir nas campanhas de vacinação animal e fornecimento de vacinas gratuitas e expandir estes programas a todo o país;
- Implementar um sistema de gestão de controlo de doenças animais;
- Continuar a investir na aquisição e manutenção de máquinas e de equipamentos destinados à produção pecuária e de veterinária para apoiar os criadores de animais;
- Continuar as campanhas nacionais de divulgação sobre os cuidados básicos de saúde animal e melhoria da nutrição dos animais;
- Investir na educação e formação deste setor, para o estabelecimento de clínicas veterinárias com profissionais especializados, continuando também a desenvolver os Centros de Desenvolvimento e Treinamento Pecuário;
- Estabelecer as infraestruturas públicas necessárias de assistência veterinária, envolvendo os produtores de animais;
- Estabelecer um Centro de Investigação de Produção Animal, para aferir quais as espécies, por exemplo de gado, que melhor se adaptam às condições de Timor-Leste, melhorar a qualidade genética, técnicas de reprodução seletiva e contribuir para melhorar outros parâmetros de produção, tais como taxas de mortalidade, taxas de parto e ganhos diários de peso vivo;
- Apoiar o estabelecimento de uma Associação de Criadores de Gados, facilitando o seu estabelecimento e respetivas políticas e iniciativas;

4.1.2 Pekuária

Sektor kriasaun animais, iha País, iha potensial bot atu kontribui ba melhoria iha nutrisaun ba povu timor, tantu liu-husi asesu no konsumu ba na'an freska, no mós hosi susuben (laktisíniu).

Atu hadi'a sektor ida ne'e, nesesáriu atu investe iha rasoens (animal-nia hahán) ne'ebé asesíveis (ka fásil atu hetan) no ho qualidade, hodi asegura vasinasaun no desparazitasaun animais. Agora dadaun, excedentes no resíduos husi produsaun agríkola, la sufisiente atu kria indústria doméstika ba prosesamentu rasaun ba animias, ida ne'e signífika katak, karik iha melhoria iha agrikultura, hanesan aumentu iha kultivu, ka karik iha ona fontes proteina nian, ne'ebé disponíveis, liuhusi rezíduos ikan-nian, sei bele iha melhoria nebé substansial (ka boot), iha área Pekuária.

Governu buka atu Aumenta produsaun animal, ba 20%, to'ó tinan 2023, ho objetivu atu hamenus importasaun produsus animais hosi estranjeiru. Metas no asoens atu alkansa dezvoltamentu Pekuária nian maka:

- Kontinua investe iha kampañas vasinasaun animal no fornecimentu vasinás gratuitas no habelar programas hirak ne'e, ba teritóriu tomak;
- Implementa sistema jestaun kontrolu ida ba animal nia moras;
- Kontinua investe iha akizisaun no manutensaun mákina no ekipamentu pekuária no veterinária nian hodi apoia ema sira ne'ebé hakiak animál;
- Kontinua kampañas nasionais ba divulgasaun kona-ba kuidadus bázikus saúde animal nian na melhoria iha nutrisaun animal;
- Investe iha edukasaun no formasaun sektor ida ne'e, ba estabelesimentu klinikas veterinárias ho profissionais espesializadus, hodi kontinua mós dezvoltave Sentrus Dezvoltamentu no Treinamentu Pekuáriu;
- Estabelese infraestruturas públikas, ne'ebé nesesárias ba assistência veterinária, hodi envolve produtores ba animal sira nian;
- Estabelese Sentru de Investigasaun ba Produsaun Animal, atu hatene lolós espésies, por ezemplu karau, ne'ebé bele adapta diak liu ba kondisoens Timor-Leste nian, hadi'a qualidade jenétika nian, téknikas reproduasaun seletiva nian, no kontribui hodi hadi'a parâmetrus (sasukat) seluk ba produsaun, hanesan taxa mortalidade, taxa hahoris no aumenta todan iha loro-loron;
- Apoia estabelesimentu Asosiasaun Haki'ak Karau (Asosiasaun Kriadores de Gadu), hodi fasilita ninia atividades no nia polítikas no inisiativas;

- Apoiar o estabelecimento de matadouros certificados em todo o país, bem como a sua prestação de serviços de abate e distribuição para talhos e outros privados, com capacidade técnica e tecnológica, para além do Matadouro Nacional de Tibar;
- Desenvolver sistemas especiais de produção de aves e porcos;
- Promover a criação de pequenas empresas de apoio à pecuária, incluindo infraestruturas de refrigeração, triagem, processamento e embalagem de carne, com vista ao desenvolvimento de uma indústria pecuária segura e de qualidade;
- Realizar campanhas de demonstração de processamento de resíduos animais em fertilizantes orgânicos;
- Promover o acesso a instituições financeiras e a cooperação com investidores;
- Assegurar o estabelecimento de parcerias com o setor privado, nacional e internacional, para o crescimento deste setor no país;
- Incrementar a transformação e exportação de produtos da pecuária (como por exemplo, a criação de búfalos para a produção de leite e queijo);
- Criação de serviços descentralizados de apoio aos produtores locais, com vista ao esclarecimento de dúvidas, socialização de campanhas veterinárias (vacinação, doenças, técnicas, etc.) e controlo da população de cada espécie;
- Continuar a desenvolver pastagem e formulação de rações de animais;
- Continuar a investir no sistema de criação de animais do tradicional ao semi-intensivo e intensivo, e na capacitação aos técnicos e agricultores.
- Apoiar o estabelecimento de matadouros, nebé hetan sertifikadu, iha País tomak, nune'e mós ho ninia prestasaun servisu abate (oho animal nian) no distribuisaun ba talhus no fatin seluk, ho kapasidade téknika no teknológika, alien de Matadouru Nasional Tibar nian;
- Desenvolve sistema espesial ba produsaun manu no fahi;
- Promove kriausaun empresas ki'ik atu apoi pekuária, inklui infraestrutur refrijerasaun nian, triajem, prosesamentu no embalajem (ka fálun) na'an, ho vizaun ba desenvolvimentu indústria pekuária ida, nebé segura no ho qualidade;
- Hala' o kampañas hodi hatudu no hanorin oin-sá halo proses aka trnsforma rezíduos animais ba fertilizante orgániku;
- Promove asesu ba Instituisoens financeiras no promove kooperasaun ho investidores sira;
- Asegura estabelesimentu parserias ho sektor privadu, nasional no internasional, ba kresimentu sektor Pekuariu iha País;
- Inkrementa (haburas) prosesu transformasaun no exportasaun ba produsu pekuária nian (hanesan, haki'ak karau-timór ba produsaun susu-ben no keiju);
- Kriausaun servisu descentralizadus hodi fô apoiu ba produtores locais, kona-ba esklaresimentu dúvidas, sosializasaun ba kampañas veterinárias (vasinasaun, moras, no buat seluk-tan) no kona-ba kontrolu populasaun hosi espésie ida-idak;
- Continua desenvolve pastajen (animal hán fatin) no formulasaun rasoens (hahán) ba animal nian;
- Continua investe iha sistema kriausaun animal, hosi sistema tradisional ba semi-intensivu no intensivu, no kapasitasaun ba téknikus no agrikultores sira;

4.1.3 Pescas

Timor-Leste tem uma linha costeira com mais de 700 km e uma Zona Económica Exclusiva com cerca de 72.000 km², o que significa o acesso a recursos marítimos com um grande potencial de exploração no âmbito do setor das pescas, sendo que apenas o Município de Aileu e de Ermera não têm acesso à costa.

Por outro lado, junto à costa podem ainda ser desenvolvidas atividades de aquacultura, tais como a extração de algas e a criação de camarão, abalone, caranguejos e ostras, o que irá contribuir para a criação de rendimentos das comunidades costeiras.

É, no entanto, importante desenvolver estratégias neste setor, que tenham em consideração os diferentes recursos existentes e as formas de exploração possíveis, já que:

i) O mar a norte de Timor-Leste, apresenta como características principais uma pequena plataforma costeira, associada à

4.1.3 Peskas

Timor-Leste iha linha kosteira ida, liu Km 700, no Zona Ekonómika Eskluziva ida ho besik Km² 72.000², ne'ebé signifika asesu ba rekursus maritimus (rekursu tasi nian) ho potensial bo'ot ida ba explorasaun, iha âmbito sektor peskas nian, tamba Munisípius rua deit, Aileu ho Ermera, mak laiha asesu ba kosta (tasi ninin).

Iha lidun seluk, besik ba tasi-ibun (costa) sei bele tán desenvolve atividades akuakultura nian, hanesan hasai budu-tasi no hakiak boek, abalone, kadiuk, pérolas no ostras, ne'ebé kontribui ba kriausaun rendimentus ba comunidades ne'ebé hela iha tasi-ibun.

Nune'e, importante atu desenvolve estratéjias, iha sektor ida ne'e, hodi konsidera rekursus oioin ne'ebé eziste no oin-sá bele halo explorasaun, tamba:

i) Tasi, husi kosta Tasifeto nian, apresenta nudar karakteristikas boot mak plataforma kosteira ki'ik, ne'ebé liga ho prezensa

presença de corais com temperaturas elevadas, à depleção de nutrientes pelo fraco aporte de águas pelas ribeiras e inexistência de ressurgências marítimas, o que também significa que tem um baixo recrutamento de espécies comerciais, pela baixa produção de fito plâncton, devida ao nível reduzido de oxigénio e elevada temperatura, e ainda, a redução significativa das áreas de maternidade, os mangais.

- ii) O mar a Sul de Timor-Leste, com maior intensidade de ondulação e mais exposto aos ventos e sem a proteção de múltiplas ilhas indonésias, tem maior aporte de nutrientes, quer através das ribeiras, quer através de fenómenos de ressurgência que, devido a uma plataforma continental mais extensa, permite conservar na zona de exposição à luz, os nutrientes capazes de permitir a produção primária do fito plâncton.

Timor-Leste, apesar de insular, não tem uma larga tradição de pesca. Isto é muitas vezes justificado pela tradição cultural e ancestral mas, também, por causa das condições do meio envolvente: fraca capacidade de exploração do mar do norte e, perigosidade da pesca com recursos nativos, no mar do Sul. Por outro lado, estudos apontam para o facto de que, mesmo tendo vindo a aumentar nos últimos anos o esforço da pesca, nomeadamente o número de pescadores ativos e o número de embarcações, a totalidade de capturas não sobe proporcionalmente ao aumento do esforço da pesca, o que pode significar que o país pode vir a esgotar a capacidade do meio, ou, pouca capacidade de crescimento, sem danificação do meio. Há, por isso, a necessidade de estudar e implementar estratégias de aproximação, que aumentem a produção de pescado de uma forma sustentável.

Neste âmbito, o Governo irá:

- Rever os estudos elaborados sobre o setor das pescas, para identificar ações e estratégias prioritárias para o crescimento do setor, aferindo sobre a superação de constrangimentos atuais e ações para o incremento das pescas no futuro (aparentemente foram elaborados estudos no âmbito de cooperação internacional em articulação com o “Coral Triangle Partnership” e o “Analyses of the Current Situation and Potential for Agriculture Development in TL” da Direção Nacional de Pescas e Aquacultura);
- Regulamentar e controlar a pesca, incluindo malhagem mínima de redes, defesos, espécies protegidas e outras formas de proteger as espécies e evitar capturas de animais, antes que estes possam realizar a sua reprodução e, portanto, o repovoamento natural. Irá ainda ser reforçada legislação que reduza a pesca ilegal, sobretudo de barcos estrangeiros e a definição de zonas vigiadas;
- Promover campanhas, junto dos pescadores e das suas comunidades, sobre técnicas de pescas que apresentem menos riscos de delapidação da capacidade de produção de pescado e do meio envolvente;

hosi ahuruin ho temperaturas nebé ás, nutrientes, nebé to’o ba tasi hosi mota, mós menus ona no la iha nutrientes ne’ebé moris hikas hosi tasi, ne’ebé mos signifika katak possibilidade ba espésies komersiais kiik tebes, ho tan produsaun *fitoplâncton* nebé ki’ik, tanba nível oxijéniu reduzidu tebes ho temperatura nebé ás, no, la haluha, redusaun nebé boot ba área maternidade, área ho ai-parapa.

- ii) Tasi, husi fali kosta Tasimane nian, hasoru laloran nebé boot no maka’as tebes, expostu liu na anin tamba la hetan proteisaun husi ilhas indonésias, nebé barak hanesan iha Tasifeto, maibé hetan nutrientes barak liu, nebé bá husi mota no mós husi fenomenu resurjênsia, tanba ninia plataforma kontinental naruk no luan tebes, hodi permite, iha zona nebé exposta ba naroman, bele konsrva nutrientes nebé bele hala’o produsaun primária ba *fitoplâncton*.

Timor-Leste, maski ilha ida, la iha tradisaun boot kona-ba tiha ikan. Ida ne’e, dala barak, bele justifika ho tradisaun kultural, husi kedas bei-ala sira, maibé, liuliu, tanba kondisoens nebé povu hasoru: kapasidade explorasaun tasi fraka tebes, iha Tasifeto ka Tasimane, no iha ne’e, tasi perigozu liu ba korakora. Hosi parte seluk, estudus hatudu katak, mezmuke iha dadauk ona aumentu iha esforsu ba Peskas, iha tinan hirak ikus ne’e, liu-liu aumentu iha número peskadores ne’ebé aktivus no número de embarkasaun, numeru total iha kaptura (kaer ikan) kiik nafatin tetu ba esforsus iha peska, no ida ne’e bele signifika katak País sei esgota nia kapasidade husi meius, ka kapasidade kresimentu nian sei oitoan, mesmu ke la estraga nia meius. Ne’e duni, iha nesiedade atu estuda no implementa estratégias aproximasaun, hodi aumenta produsaun peskadu nian, ho forma ida ne’ebé sustentável.

Iha âmbito ida ne’e, Governu sei:

- Haré hikas fali estudus nebé elaboradus ona ba sektor Peskas, atu identifika asoens no estratégias prioritárias ba kresimentu sektor nian, hodi hare oin-sá supera (ka ultrpassa) tiha obstáculos nebé iha hela, no asoens atu aumenta peskas iha futuro, tuir estudus nebé iha kona-ba kooperasaun internacional, ho artikulasaun ho “Parseria Triângulu Koral /Coral Triangle Partnership” no “Análize ba Situaun Aktual no Potensial ba Dezenvolvimentu Agrikultura iha Timor-Leste/*Analyses of the Current Situation and Potential for Agriculture Development in TL*”, hosi Diresaun Nasional Peskas no Akuakultura;
- Regula no kontrola Peskas, inklui tamanhu ba rede (kaer ikan), defezus (pescas proibidas), espésies protejidas no formas seluk hodi proteje espésies no oin-sá evita kaptura (kaer) animais antes de bele halo (ka realiza) reproduisaun no, nune’e, bele mós ajuda repovoamentu natural. Sei reforsa liu-tán lejislasaun ne’ebé bele reduz peska ilegal, liu-liu husi ró-ahi estrangeiru no definisaun kona-ba zona vijjada;
- Promove kampañas hamutuk ho peskadores sira no sira-nia comunidade, kona-ba técnicas peska nian, ne’ebé apresenta menus risku ba delapidasaun (ka estraga) kapasidade produsaun peskadu-nian no estraga meu nebé hale’u;

- Promover o consumo de peixe no país, de forma sustentável, através de campanhas de sensibilização para o seu valor nutritivo, com o objetivo de aumentar o seu consumo para 10kg/pessoa/ano;
- Investir na formação de recursos humanos na área de pescas e aquacultura, para apoiar os serviços técnicos no mar e na aquacultura;
- Investir na pesca de alto-mar com orientação para a futura exportação, continuando a desenvolver centros de pesca ao longo da costa, e o acesso a melhores barcos, equipamento e formação;
- Criação de uma rede de conservação do pescado para o aproveitamento total do pescado capturado, permitindo também o aumento do esforço de captura, e com tal garantir o escoamento do mesmo;
- Estabelecer ligações a mercados e à exportação, também através de sistemas de transporte e centros de refrigeração, entre zonas de pescas e pontos de venda e exportação;
- Estabelecer centros de demonstração sobre o uso de sistemas eletrónicos de controlo de pescas e do corte, processamento, transporte e armazenamento de produtos de pesca;
- Desenvolver processos alternativos de conservação do pescado, tais como a salga, a fumagem ou a secagem;
- Articular com as outras entidades governamentais relevantes para garantir a preservação dos peixes e de outros ambientes marinhos, definindo-se, entre outras coisas, os locais adequados à pesca comercial;
- Estabelecer um Centro Marinho de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste;
- Operacionalizar o Centro de Formação de Aquacultura de Liquiçá, iniciando a formação a técnicos de pescas, pescadores, aquicultores e jovens;
- Continuar a investir no desenvolvimento de infraestruturas básicas, tais como portos, cais e locais de atracagem;
- Desenvolver estudos e pesquisas adicionais para a produção em aquacultura, para consumo interno e para exportação;
- Desenvolver diferentes tipos de atividades de aquacultura, em água doce, salobra e salgada;
- Garantir pelo menos 3 tipos de atividades de aquacultura a apoiar as atividades costeiras;
- Elaborar estudos com vista ao estabelecimento de uma entidade de administração indireta do Estado para a área das pescas e aquacultura, como por exemplo o Instituto Nacional das Pescas e Aquacultura, que para além disso poderá ser fonte de promoção e de motivação do investimento privado;
- Promove konsumu ikan iha ita-nia País, ho forma sustentá-vel, liu-husi kampañas sensibilizasaun konabá ninia valor nutritivu, ho objetivu atu aumenta ninia konsumu ba 10kg/ema/tinan;
- Investe iha formasaun rekursus umanus nian, iha área peskas no akuakultura, hodi apoia servisus téknikus, iha tasi no iha akuakultura;
- Investe iha peska tasi-klaran, ho orientasaun ba esportasaun futura nian, hodi kontinua dezenvolve sentru Peskas tui tasi-ibun, no asesu ba ró nebé di'ak liu, ekipamentu no formasaun;
- Kriasaun rede (ka Sistema) konservasaun peskadu nian, ba aproveitamentu total peskadu nebé kaer, hodi permite mós aumentu esforsus iha kaptura (kaer), tamba garante ona eskoamentu;
- Estabelese ligasaun ba merkadus no ba exportasaun, no mós liu-husi sistema transporte no sentru refrijersaun, entre zonas peska no fatin fa'an no esportasaun nian;
- Estabelese Sentrus demonstrasaun kona-ba oin-sá uza sistema elektróniku ba kontrolu iha peska (ka kaer) no ba korte (ka ko'a), prosesamentu, transporte no armazenamentu ba produktu peskas;
- Dezenvolve prosesus alternativus ba konservasaun peskadu, hanesan salga, fumajrm (tamu) no sekajem (ka hamaran);
- Artikula ho entidades governamentais, ne'ebé relevantes, hodi garante prezervasaun ikan nian no ambiente tasi-nian, hodi define mós lokais, ne'ebé adequadu ba peska komersial;
- Estabelese Sentru Mariñu ba Investigasaun no Dezenvolvementu Timor-Leste;
- Operasionaliza Sentru Formasaun Akuakultura, iha Liquiçá, hodi inisia formasaun ba téknikus ba peskas, peskadores, akikultores no jovens sira;
- Kontinua investe iha dezenvolvementu infraestruturas bázikas, hanesan portus, kais no fatin Ró atraka;
- Dezenvolve estudos no peskizas adisionais ba produsaun iha akuakultura, ba konsumu internu no ba exportasaun;
- Dezenvolve tipus oi-oin ba atividades akuakultura nian, iha bé-midar, bé-foer (salobra) no bé-mer (tasi ben);
- Garante, pelumenus tipu 3, ba atividades akuakultura, hodi apoia atividades kosteiras;
- Elabora estudus, atu bele estabelese Entidade Administra-saun Indireta Estadu, ba área Peskas no Akuakultura, hanesan, Institutu Nasional Peskas no Akuakultura, nebé bele mós sai fonte promosaun no motivasaun ba investimentu privadu;

- Estabelecer um mercado de exportação de peixe, para produtos da pesca e da aquacultura;
- Criação de uma lota, com respetivos equipamentos de refrigeração, através da qual o Estado possa fazer cumprir critérios de qualidade e de segurança alimentar, bem como a razoabilidade dos preços praticados, proporcionando ao setor o acompanhamento e a organização que ainda não tem. Tal, seria um fator de confiança junto dos consumidores particulares e estabelecimentos de restauração.
- Rever as licenças comerciais existentes e definir a exploração dos recursos marinhos no médio e longo prazo para assegurar e garantir a economia do país;
- Continuar a investir em aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos de pescas e aquacultura;
- Estabelece merkadu exportasaun ikan nian ida, ba produsus peskas no akuakultura;
- Kriasaun fatin fa'an ikan nian ida, ho ekipamentus refrijerasaun nian rasik, iha ne'ebé Estadu bele haruka kumpri kritérius kona-ba qualidade no seguransa ai-hán (seguransa alimentar) nian, nune'e mos bele hare ba razoabilidade presu (katak, labele sa'e liu no labele tun liu), hodi fó ba sektór ne'e oin-sá akompañia no organiza, buat ne'ebé seidauk iha. Ida ne'e, sei sai faktor konfiansa nian, ba konsumidores partikules sira no estabesimentus restaurasaun nian (ka restaurantes).
- Haré hikas lisensas komersiais ne'ebé iha tiha ona, no define explorasaun rekursus mariñus, iha tempu médiu no tempu naruk, hodi asegura no garante ekonomia País nian;
- Continua investe iha akizisaun no manutensaun mákinas no ekipamentus peskas no akuakultura.

4.1.4 Produção Florestal

A gestão florestal sustentável para os recursos florestais de Timor-Leste não é fundamental para as famílias e as comunidades que dependem deste recurso para alimento, combustível e criação de rendimento, tal como para os agricultores considerar sobre o efeito de desflorestação na erosão ou escorregamento de terras e na captação de água, se isso não existir, não existirá produção agrícola.

Timor-Leste já perdeu a sua floresta nativa, como pau-teca, mogno, e sândalo, que prejudiquem a vida selvagem e diminuam a fonte de alimentação. Por isso, é urgente, ao Governo, atuar com consistência na proteção às áreas de floresta nacional, que representam cerca de 50% da área terrestre do país, de forma para que este setor seja rentável economicamente, mas também sustentável.

O Governo está empenhado nestas seguintes ações:

- Continuar a implementar os Planos de Conservação Florestal, já aprovados em 2012, para promover a reflorestação e agroflorestal para práticas sustentáveis em todo o território, incluindo o mapeamento e a inventariação das espécies florestais;
- Continuar a implementar os quadros legais, incluindo a Lei de Base Florestal, já promulgada em 2017, sobre a gestão e a proteção dos recursos florestais;
- Implementar os Planos de Investimento Florestal, incluindo a identificação de mercados potenciais e vantagens comparativas de Timor-Leste sobre os produtos florestais de grande valor;
- Desenvolver e capacitar o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura de Timor-Leste, para reforçar o investimento e a pesquisa em todos os sub-setores agrícolas, incluindo os produtos florestais;

4.1.4 Produsaun Florestal

Jestaun florestal sustentável ba rekursus florestais Timor-Leste nian, la sai fundamental ba famílias no comunidades, ne'ebé depende ba rekursu ida ne'e ba hán, kombustível no kriasaun rendimentu, hanesan mós ba agrikultores sira konsidera (ka hanoin) kona-ba efeitu deflorestasaun nian iha erozaun ka rai-monu no iha kaptasaun bé nian, se ida ne'e la iha, maka produsaun agrícola sei la iha.

Timor-Leste lakon tiha ona ninia floresta nativa (ai rai-nian kedas), hanesan ai-teka, mognu (ka mahoni) no ai-kameli, no, hó ida ne'e, prejudika tiha vida selvajen no hamenus tiha fonte alimentasaun. Tanbá ne'e, sai urjente ba Governu atu atua ho konsistênsia iha protesaun ba áreas floresta nasional, ne'ebé representa besik 50% hosi área terrestre País-nian, protesaun ida ne'ebé bele halo setor ne'e sai rentável ekonómikamente no hetan sustentabilidade.

Nune'e, Governu empenhadu iha asoens tuir mai:

- Continua implementa Planus ba Konservasaun Florestal, nebe aprovado ona iha 2012, hodi promove reflorestasaun no agro-florestal ba práticas sustentáveis iha teritóriu tomak, inklui mapeamentu no inventarizasaun ba espécies florestais;
- Continua implementa kuadrus legais, inklui Lei de Base Florestal, nebe promulga ona iha 2017, kona-ba jestaun no protesaun ba rekursus florestais;
- Implementa Planus de Investimentu Florestal, inklui identifi-fika merkadus potensiais no vantajens komparativas, ba Timor-Leste, kona-ba produsus florestais ho valor ne'ebé bot;
- Desenvolve no kapasita Instituto de Peskiza no Dezenvolvimentu de Agrikultura, hodi reforsa investimentu no peskiza ba subsektors agrícolas hotu-hotu, inklui produsus florestais;

- Continuar a desenvolver os centros de viveiros permanentes e viveiros comunitários para apoiar a comunidade com mudas (de Sândalo, Cedro-Vermelho, Pau-teca, Mogno, Pau-rosa/Ai-Na'a, Bambu, etc.) que possam ser desenvolvidos para fornecer matérias-primas para pequenas indústrias e carpintarias de produção de mobiliários;
- Plantar 1 milhão de árvores, anualmente, em todo o território;
- Continuar a implementar a Política e Estratégia de Comercialização de Bambu;
- Continuar a investir na produção e na comercialização de bambu que além da utilização versátil e rentável, contribui também para travar/impedir a erosão ou deslizamento de terras e estragos ao solo;
- Promover a formação técnica e administrativa aos profissionais florestais;
- Continuar a reforçar a coordenação intersetorial, principalmente na gestão de recursos naturais de forma sustentável e promover o Sistema Nacional das Áreas Protegidas e dos Parques Nacionais e da Conservação de Biodiversidade.
- Fazer a reabilitação das áreas de mangal nas linhas costeiras de Timor-Leste para proteção das comunidades e da biodiversidade costeira;
- Promoção da gestão das áreas de bacias hidrográficas através de um sistema de gestão dos recursos naturais baseado nas necessidades das comunidades;
- Continuar a investir na aquisição e manutenção das máquinas e dos equipamentos destinados à gestão florestal.
- Continua desenvolve Centros ba Viveiros Permanentes no Viveiros komunitarios, hodi fo apoiu ai-horis ba comunidade (Ai-kameli, cedro-vermelho, Ai-teka, mogno, pau-rosa/Ai-ná, Bambu, nsst) nebé bele desenvolve, hodi fornese materiais primas ba indústrias ki'ik no ba karpintarias ba produsaun mobiliarios;
- Kuda ai, milhaun 1 iha tinan-tinan, iha territoriu tomak;
- Continua implementa Politika no Estratéjia Komersializasaun Nasional ba Bambú ka Au;
- Continua investe iha produsaun no komersializasaun bambú, material ida nebé versátil tebes no rentável duni, no mós tamba Au kontribui hodi halakon erozaun/rai-monu ka delokamentu/rai-halai no mós estragus seluk ba rai;
- Promove formasaun teknika no administrativa ba profissionais florestais;
- Continua haforsa kordenasaun intersetorial, liu-liu jestaun rekursus naturais. Ho forma sustentável. No promove Sistema Nasional ba Áreas Protejidas no Parkes Nasionais no Konservasaun Biodiversidade;
- Halo reabilitasaun ba “área mangal” iha linha kosteira Timor-Leste hodi proteje comunidade sira no biodiversidade kosteira;
- Promosaun jestaun ba área basias hidrográficas, liuhosi sistema jestaun rekursus naturais ne'ebé bazeadu iha nesidades comunidades sira nian;
- Continua investe iha akizisaun no manutensaun máquinas ne'ebé destinadu ba jestaun florestal.
 - * *Resurjénsia - Bé sa'e' hosi superfisie okos tasi nian*
 - * *Fitoplankton – comunidade mikrorganismu vegetal, ne'ebé sai baze hahán iha Tasi okos no oceano*

4.2 Petróleo e Recursos Minerais

Um dos pilares do desenvolvimento económico futuro de Timor-Leste é o setor do petróleo e recursos minerais, o qual irá garantir que a riqueza dos recursos naturais será utilizada para construir a Nação e proporcionar o progresso e o bem-estar a todo o povo timorense.

A visão nacional, constante do Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030) é a de que a infraestrutura necessária para o desenvolvimento petrolífero deve ser implementada na costa sul do país e que sirva para gerar dividendos económicos diretos para toda a população, quer através das atividades da indústria petrolífera e criação de postos de trabalho conexos, quer através do desenvolvimento de infraestruturas de apoio na costa sul de Timor-Leste.

Este desenvolvimento, denominado de Projeto Tasi Mane, é um programa plurianual que visa a criação de três polos industriais, considerados a espinha dorsal da indústria petrolífera timorense.

4.2 Petróleo ho Rekursus Minerais

Pilar ida mós ba desenvolvimentu ekonómiku futuru Timor-Leste nian, mak setór Petróleo ho Rekursus Minerais, ne'ebé sei garante katak rikeza (ka rikusoin) husi rekursus naturais sei utiliza hodi konstroe (ka harii) Nasaun no proporsiona progresu no bein-estar ba povu timor tomak.

Vizaun nasional, ne'ebé temi iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu (2011-2030), mak ida ne'ebé dehan katak infraestrutura ne'ebé nesésaria (ka presiza tebetebes) ba desenvolvimentu petrolíferu, tenki implementa iha Kosta Sul, ne'ebé sei serve hodi kria dividendus ekonómikus, nebé diretus ba populasaun tomak, liuhosi atividades indústria petrolífera ho kriaun postus trabalhu koneksus (ka ne'ebé iha ligasaun ba malu), no mos liu hosi desenvolvimentu infraestruturas apoiu ba Kosta Sul Timor-Leste.

Dezenvolvimentu ida ne'e, ne'ebé temi ho naran Projetu Tasi Mane, hanesan programa plurianual ida ho vizaun atu kria polus (ka sentrus) industriais tolu, ne'ebé konsidera hanesan espiña dorsal (ka suporte prinsipal) ba indústria petrolífera timor-nian.

A curto prazo e para concretizar esta visão, o Governo irá continuar empenhado nas negociações com as empresas envolvidas no processo relativo ao Greater Sunrise, para concretização do regime especial para os Campos do Greater Sunrise, previsto no Tratado de delimitação de fronteiras marítimas entre Timor-Leste e a Austrália, que foi assinado em Março de 2018.

O projeto Tasi Mane irá contribuir não só para o desenvolvimento da Costa Sul em geral, e da indústria petrolífera em particular, mas, também, abrangerá um vasto leque de impactos económicos diretos e indiretos ao nível nacional, regional e local, ao proporcionar benefícios económicos derivados da exploração dos recursos naturais de Timor-Leste.

Este projeto aumentará o Produto Interno Bruto (PIB) nacional e os lucros de exportação, ao mesmo tempo que criará oportunidades de emprego durante a construção e operação das infraestruturas conexas, além de funcionar como um catalisador do desenvolvimento da Costa Sul. Prevê-se que até 10.000 postos de trabalho diretos sejam gerados, a partir do projeto Tasi Mane, e mais de 50.000 postos de trabalho indiretos possam ser criados, com a transformação do setor petrolífero, da fase atual de pura extração para uma fase mais avançada de industrialização e criação de valor acrescentado.

Adicionalmente, o Projeto Tasi Mane irá gerar benefícios indiretos, influenciando um maior desempenho económico do país, como resultado da dinamização de outros setores industriais. O investimento realizado pelos participantes no projeto, bem como pelos trabalhadores, Governo e beneficiários privados, produzirá “efeitos multiplicadores” na medida em que as atividades económicas associadas ao projeto causarão um impacto na economia em geral, resultante sobretudo da aquisição de bens e serviços adicionais, tanto pelos trabalhadores, como pelas empresas, direta ou indiretamente, envolvidas no projeto. O investimento em ativos físicos produtivos (tais como instalações de produção de energia elétrica, estradas e aeroportos) e ativos sociais (como por exemplo, a construção de novos polos urbanos e de ensino, a melhoria nos serviços de educação e saúde) poderão igualmente beneficiar a economia, através da maximização da produtividade dos fatores económicos. Um dos impactos significativos do projeto prende-se com as oportunidades que proporcionará aos negócios locais. Estas oportunidades incluem a subcontratação de serviços como restauração, engenharia, segurança, fornecimento de combustível, serviços de gestão, profissionais e técnicos.

A TIMOR GAP continuará a estar mandatada pelo Governo para gerir e administrar o projeto Tasi Mane. Esta Empresa Pública apoiará a criação de indústrias de suporte, e o desenvolvimento dos recursos humanos necessários a uma operacionalização eficiente do setor petrolífero. Prevê-se que a construção destas infraestruturas básicas impulsione e incentive investimentos comerciais, em outros projetos e áreas, incorporados na área de impacto do Tasi Mane. Esta realidade transformará o caráter do atual setor petrolífero de Timor-Leste de uma dimensão simplesmente extrativa, permitindo a sua evolução para num setor petrolífero de maior valor acrescentado, e de cariz mais industrial e diversificado, incluindo o desenvolvimento de uma refinaria e polo da

Ba kurtu-prazu, atu konkretiza vizaun ida ne'e, Governu sei continua haka'as-an iha negosiasoens ho emprezas ne'ebé envolve iha prosesu Greater Sunrise nian, hodi konkretiza rejime espesial ba Kampu Greater Sunrise, ne'ebé prevê tiha ona iha Tratadu kona-ba delimitasaun fronteiras marítimas entre Timor-Leste ho Austrália, ne'ebé asina iha Marsu 2018.

Projetu Tasi Mane ne'e sei kontribui la-ós de'it ba dezentovimentu kosta sul ein-jerál, no liu-liu ba indústria petrolífera, maibé mos sei abranje (ka kobre) impaktus ekonómikus, diretus no indiretus, lubun boot ida, iha nível nasional, rejional no lokal, hodi fô benefisius ne'ebé mai husi explorasaun rekursus naturais Timor-Leste nian.

Projetu ida ne'e sei aumenta Produitu Internu Brutu (PIB) nasional ho lukrus husi exportasaun, no mos sei kria oportunidades ba empregu durante konstrusaun ho operasaun infraestruturas ne'ebé koneksas (ka ligadas), aleinde funsiona hanesan katalizador (ka dinamizador) ida ba dezentovimentu Kosta Sul. Prevê katak sei hamosu to'o 10.000 postus de trabalho diretus, husi projetu Tasi Mane, no liu 50.000 postus de trabalho indiretus sei bele kria ho transformasaun setor petrolíferu, husi faze atual hanesan halo de'it extrasau, ba faze avansada liu ho ona industrializasaun ho kriasaun valór akresentadu (katak sei hamosu tan benefisius seluk no reseitas).

Aleinde ne'e, Projetu Tasi Mane ne'e sei fô benefisius indiretus, hodi influensia dezempênu ekonómiku ne'ebé boot liu ba País, hanesan rezultadu husi dinamizasaun setóres industriais seluk. Investimentu ne'ebé partisipantes, iha projetu ne'e, halo, no husi trabalhadores sira, husi Governu no husi benefisiárius privadus sira, sei produz “efeitus multiplikadores” (ka barak tebes), tanba atividades ekonómikas ne'ebé asosia ho projetu ne'e sei fô impaktu ba ekonomia ein-jerál, ne'ebé sei mai husi akizisaun ba beins no servisus adisionais, husi trabalhadores, no mos husi emprezas, ne'ebé direta ka indiretamente, envolve-an iha projetu. Investimentu iha ativos fizikus ne'ebé produtivus (hanesan instalasoens ba produsaun enerjia elétrika, estradas ho aeroportus) ho ativos sosiais (hanesan ezemplu, konstrusaun pólus (ka sentrus) foun, tantu urbanus no mos ba ensinu no hadi'a servisus edukasaun ho saúde), sei bele mos benefisia ekonomia liuhosi maksimizasaun iha produtividade husi fatores ekonómikus oioin. Impaktu significativu ida mós, husi projetu ne'e, mak hanesan oportunidades ne'ebé sei mosu ba negósius lokais. Oportunidades hirak ne'e, inklui subkontrataasaun ba servisus hanesan restaurasaun, enjeñaria, seguransa, fornecimentu kombustível, servisus jestaun, profisionais ho téknikus.

TIMOR GAP sei continua hala'o mandatu husi Governu, atu jere no administra projetu Tasi Mane. Empeza Pública ida ne'e sei apoia kriasaun indústrias de suporte, no apoia dezentovimentus rekursus umanus nesésarius ba operacionalizasaun ne'ebé efisiente husi setor petrolíferu. Prevê katak konstrusaun infraestruturas bázikas hirak ne'e, bele impulsiona (ka dudu) no insentiva investimentus komersiais iha projetus seluk no áreas ne'ebé inkorpora (ka tama hotu) iha área ne'ebé hetan impaktu husi Tasi Mane. Realidade ida ne'e transforma caráter atual setor petrolíferu Timor-Leste nian, ne'ebé ho dimensaun (ka karakter) extrativa deit, hodi permite nia evolusaun ba setor petrolíferu ida ne'ebé ho valor akresentadu boot, no ho karíz (ka natureza) industrial

indústria petroquímica em Betano, e da fábrica de Gás Natural Liquefeito (“GNL”).

O Governo de Timor-Leste, enquanto proponente e promotor do projeto integrado Tasi Mane, participará no financiamento de alguns destes projetos, assim como das infraestruturas básicas, como por exemplo, o aeroporto e a base logística do Suai. Os restantes projetos do Tasi Mane serão construídos e desenvolvidos com base em regime de ‘project finance’ e outras formas de investimento privado ou investimento misto.

Neste sentido, o Governo irá continuar a desenvolver estudos e planos de investimento, considerando todas as envolvidas necessárias à realização deste projeto, incluindo estudos de impacto ambiental, por forma a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e humano.

Projeto Tasi Mane é constituído pelos seguintes polos de desenvolvimento:

4.2.1. Desenvolvimento de uma Base Logística no Suai

Irá ser construída e operacionalizada uma base logística no Suai, situada em Camanasa, Município de Covalima, a qual incorpora a construção de instalações logísticas e marítimas. Esta base irá servir para apoiar todas as atividades petrolíferas, conduzidas na Área Exclusiva de Timor-Leste e em áreas adjacentes no Mar de Timor, bem como outras atividades económicas gerais, comerciais e industriais.

A Base Logística do Suai servirá, igualmente, como um ponto de entrada para apoio à gestão da cadeia de abastecimento das atividades dos outros dois agrupamentos industriais, nomeadamente, a refinaria e o complexo petroquímico e a fábrica de GNL.

Esta base logística irá ainda abranger:

- Instalações terrestres – edifícios de operações, armazéns cobertos, mini bases terrestres, parque de armazenagem de combustível, depósitos de armazenagem de água, sistema de gestão de resíduos, zonas de estacionamento, instalações recreativas e comunitárias, entre outros;
- Instalações marítimas - três pontes-cais que consistem na ponte-cais principal, ponte-cais para barcas e rampa para embarcações de desembarque, apoiadas por um posto de atracação de rebocadores, posto de acostagem para embarcações de passageiros e um quebra-mar com ligação à costa que facultará um abrigo das ondas, criando um porto calmo, seguro e protegido para as instalações;

Este projeto terá um enorme impacto social já que será uma plataforma impulsionadora de novas oportunidades de trabalho, gerando centenas de postos de trabalho, apoiando o desenvolvimento económico nacional, e melhorando potencialmente as competências da mão-de-obra local, em áreas como o fabrico de aço, construção civil, construção marítima, engenharia mecânica e elétrica, entre outros. Prevê-se ainda que outras indústrias não-petrolíferas, tais como a pesca comercial, possam beneficiar das instalações marítimas.

no diversifikadu liu, inklui dezentovimentu refinaria ida ho pólu indústria petrokimika, no fábrica Gás Natural Likefeito (“GNL”).

Governu Timor-Leste, núdar proponente no promotor ba projetu integradu Tasi Mane, sei partisipa iha finansiamentu ba projetus balun, no mos iha infraestruturas bázikas, hanesan ezemplu, aeroportu ho baze lojística Suai. Projetus seluk iha Tasi Mane sei konstroe no dezentolve ho baze iha rejime ‘project finance’ no ho formas investimentu privadu seluktán no investimentu mistu.

Nune’e, Governu sei kontinua dezentolve estudus ho planus investimentu, hodi konsidera envolventes (ka buat) hotu-hotu ne’ebé presiza ba realizasaun projetu ne’e, inklui estudus kona-ba impaktu ambiental, atu bele minimiza impaktus negativus iha meu ambiente no umanu.

Projetu Tasi Mane ne’e konstituídu (ka kompostu) husi pólus dezentovimentu hanesan tuir mai:

4.2.1 Dezentovimentu Baze Lojística ida

Sei konstroe no operacionaliza baze lojística ida iha Suai, nia fatin mak iha Camanasa, Munisípiu Covalima, ne’ebé sei inklui konstrusaun instalasoens lojísticas no marítimas. Baze ida ne’e sei serve atu apoia atividades petrolíferas tomak, ne’ebé hala’o iha Área Eskluziva Timor-Leste nian no iha áreas adjacentes iha Tasi Timor, no mós atividades ekonómikas jerais, komersiais no industriais seluktán.

Baze Lojística iha Suai ne’e sei serve mos hanesan pontu entrada ida ba jestaun kadeia (ka rede) abastesimentu (ka forneseimentu) atividades husi agrupamentus industriais rua seluk, hanesan, refinaria ho kompleksu petrokímiku ida ho fábrica GNL ida.

Baze lojística ida ne’e sei abranje mos:

- Instalasoens terrestres – edifisius ba operasoens nian, armazéns kobertus, mini bases terrestres, parke armazenajen kombustível nian, depózitus armazenajen bee nian, sistema jestaun ba rezíduus ka lixu, zonas estasionamentu, instalasoens rekreativas no komunitárias, entre buat seluk;
- Instalasoens marítimas - ponte-kais tolu mak hanesan ponte-kais prinsipál, ponte-kais ba ró-barkasas no rampa (ka fatin) ba embarkasoens dezembarke nian, ne’ebé apoia ho postu atrakasaun ba rebokadores, postu akostajen (ka sadere nian) ba embarkasoens pasajeirus ho kebra-mar (ka muru boot) ne’ebé liga ba Kosta, hosi sátan no fahe laloran, hodi portu ida ne’e bele kalmu (ka hakmatek), seguru no protejidu ba instalasoens iha rai-laran;

Projetu ida ne’e sei iha impaktu sosial boot tebetebes, tamba sei sai hanesan plataforma impulsionadora ida, hodi loke oportunidades trabalhu, jera/kria postus de trabalhu atus-ba-atus, hodi apoia dezentovimentu ekonómiku nasional, no hadi’a maka’as kompetênsias maun-de-obra lokal, iha áreas hanesan fabríku besi-asu, konstrusaun sivil, konstrusaun marítima, enjeñaria mekânica no elétrika, entre buat seluk. Prevê mos katak indústrias naun-petrolíferas seluk, hanesan peska komersial, bele mos benefisia ho instalasoens marítimas hirak ne’e.

Foram realizados estudos de impacto ambiental e respetivas consultas públicas relativas a este projeto, tendo sido concedida a licença ambiental em 2013 e posteriormente renovada em 2015.

4.2.2 Desenvolvimento de uma Refinaria Petrolífera e de um Complexo Petroquímico

O segundo polo de desenvolvimento do Projeto Tasi Mane é composto pela Refinaria de Petróleo e o Complexo Petroquímico de Betano, localizados na costa do município de Manufahi. Estas instalações destinam-se a converter o condensado, transportado para o local a partir dos campos do Mar de Timor, numa variedade de combustíveis e outros produtos petrolíferos refinados. Prevê-se que o projeto torne Timor-Leste autossuficiente no que respeita ao fornecimento de gasolina sem chumbo e diesel, com margem para satisfazer um aumento futuro da procura doméstica.

O complexo da refinaria dispõe de uma área de aproximadamente 230 hectares. A principal instalação da refinaria consiste na unidade de processamento e unidades de apoio, tais como unidades de utilidades, unidade de tratamento de resíduos, reservatórios de matéria-prima e produtos petrolíferos, água para o combate a incêndios e aterro destinado à gestão de resíduos sólidos. O complexo irá dispor de instalações de apoio, como por exemplo, armazéns, edifício de operações, edifício de administração, laboratório, gabinete de segurança e combate a incêndios e refeitório. A água destinada às operações da refinaria será canalizada para o local a partir de uma fonte hídrica situada a 10 km da refinaria.

A etapa inicial da fase de desenvolvimento irá estabelecer uma refinaria para produção de combustíveis, não só para consumo doméstico (diesel, gasolina, GPL e Nafta), como também para exportação. O polo da refinaria em Betano será concretizado através de uma parceria comercial, na qual a TIMOR GAP desempenhará o papel de principal dinamizador para o desenvolvimento do projeto.

Estudos de viabilidade para este projeto já foram desenvolvidos, assim como estudos de impacto ambiental, tendo também já sido realizadas consultas públicas. Neste momento, aguarda-se a licença ambiental para o arranque do projeto.

4.2.3 Desenvolvimento de uma Fábrica de Gás Natural Liquefeito

O Governo continua empenhado em desenvolver o gás proveniente do campo do Greater Sunrise, através da construção de um gasoduto submerso até à costa sul de Timor-Leste, e construção e operação de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) a fim de se proceder ao seu processamento.

Este agrupamento incorporará o complexo da fábrica de GNL, incluindo as instalações marítimas associadas, assim como novas áreas urbanas. O aeroporto existente em Viqueque será reabilitado de modo a dispor de capacidade para operar deslocações “fly-in-fly-out” (FIFO) dos trabalhadores ao serviço dos operadores de GNL, servindo igualmente como um aeroporto regional.

Halo tiha ona estudus kona-ba impaktu ambiental ho mós hala’o ona konsultas públikas, relasiona ho projetu ne’e, no mos hetan ona lisensa ambiental, iha 2013 no hafoin renova fali iha 2015.

4.2.2 Dezenvolvimentu Refinaria Petrolífera ho Kompleksu Petrokímiku ida

Pólu dezenvolvimentu Daruak ba Projetu Tasi Mane, kompostu husi Refinaria Petróleu no Kompleksu Petrokímiku iha Betano, ne’ebé lokaliza iha kosta Munisípiu Manufahi nian. Instalasoens hirak ne’e mak sei konverte (ka transforma) Mina-rai kondensadu, ne’ebé mai husi Tasi Timor, ba kombustíveis oi-oin no ba produsus petrolíferus refinadus seluk. Prevê mos katak projetu ne’e sei halo Timor-Leste sai autosufisiente, relasionadu ho fornesimentu gazolina, ne’ebé la iha xumbu, ho diezel, ho marjen (ka espasu) atu satisfaz (ka responde ba) aumentu iha prokura doméstika, iha futuro.

Kompleksu refinaria ne’e, hari iha área boot ida ho serkade 230 ektares. Instalasaun prinsipal refinaria ne’e nian, konsiste husi unidade prosesamentu ida no unidades apoiu, hanesan unidades ba utilidades, unidade ba tratamentu rezíduos, rezervatórius ba matéria-prima nian no produsus petrolíferus, rezervatório bé ba kombate insêndius no aterru ba jestaun rezíduos sólídus (ka maran). Kompleksu ne’e sei iha instalasoens apoiu, hanesan armazéns, edifísiu operasoens, edifísiu administrasaun, laboratóriu, gabinete seguransa no kombate insêndius ho refeitóriu (ka han-fatin). Bé, ne’ebé hodi halo operasoens refinaria, sei kanaliza husi bee-matan ne’ebé dok 10 km husi refinaria.

Iha etapa inisiál faze dezenvolvimentu ida ne’e, sei estabelese refinaria ida ba produsaun kombustíveis, tantu ba konsumu doméstiku (diezel, gazolina, GPL ho Nafta), nune’e mos ba exportasaun. Pólu refinaria iha Betano sei konkretiza, liuhosi parseria komersial, ne’ebé TIMOR GAP mak sei dezempeña papel prinsipal, hanesan dinamizadór ba dezenvolvimentu projetu ne’e.

Estudus viabilidade kona-ba projetu ida ne’e dezenvolve tiha ona, nune’e mos estudus kona-ba impaktu ambiental, no realiza mos ona konsultas públikas. Oras ne’e daudaun, hein hela lisensa ambiental, atu hahú projetu.

4.2.3 Dezenvolvimentu Fábrica Gás Natural Likefeito

Governu sei kontinua haka’as-an atu dezenvolve gás, ne’ebé mai husi kampu Greater Sunrise, liuhosi konstrusaun gazodutu (ka kadoras gás nian) ne’ebé liuhusi tasi okos to’o iha kosta Sul Timor-Leste, no konstrusaun no operasaun fábrica Gás Natural Likefeito (GNL) ida, hodi hala’o prosesamentu.

Agrupamentu ida ne’e sei inkorpora kompleksu fábrica GNL nian, inklui instalasoens marítimas ne’ebé asosiadas (ka koneksas), nune’e mos ho áreas urbanas foun. Aeroportu iha Viqueque sei reabilita atu bele iha kapasidade atu opera (ka hala’o) dezlokamentus “fly-in-fly-out” (FIFO) ba trabalhadores ne’ebé servisu ba operadores GNL, hodi serve mos hanesan aeroportu rejional ida.

4.2.4 Desenvolvimento da Zona Costeira do Sul

Irão ser construídas e/ou operacionalizadas as infraestruturas necessárias para suportar a indústria petrolífera, fazendo a ligação entre os três agrupamentos ou polos petrolíferos. Isto incluirá:

- Novas cidades, para alojar os trabalhadores do setor e para realojar os residentes locais;
- Uma autoestrada com o propósito de ligar os três agrupamentos referidos e apoiar o crescimento da indústria petrolífera ao longo da costa sul, permitindo o desenvolvimento económico geral e a melhoria de vida das populações. Esta autoestrada inclui a construção de mais de uma dúzia de pontes principais; Um porto multifuncional no Suai, para apoiar a base logística;
- Um aeroporto no Suai, que já foi concluído, para operações seguras de aeronaves ligeiras e helicópteros, para apoiar as atividades petrolíferas. Este aeroporto irá melhorar o transporte de passageiros e mercadorias, incluindo um terminal com instalações de alfândegas e imigração, quartel de bombeiros e um heliporto com instalações de serviços aéreos de ambulância.

Ainda neste setor, o Governo irá:

- Continuar a formar quadros profissionais e técnicos e atribuir bolsas de estudo para as áreas especializadas conexas ao setor petrolífero;
- Continuar a capacitar as comunidades dos municípios que estarão mais diretamente envolvidas no projeto Tasi Mane;
- Desenvolver um mecanismo para o uso de gás natural nas atividades económicas do país;
- Estabelecer a companhia nacional mineira Murak-Rai Timor-Leste S.A., que vai zelar pelos interesses do Estado nas atividades de exploração dos recursos minerais do país;
- Aumentar as atividades de estudo, pesquisa e promoção contínua dentro do país e no exterior, de forma a maximizar o investimento tanto no setor petrolífero como no setor mineiro;
- Garantir a conformidade com a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE), continuando a submeter os relatórios necessários;
- Assegurar sinergias e cooperação internacional, no âmbito do setor dos recursos energéticos;
- Continuar o trabalho de pesquisa e desenvolvimento de petróleo e gás, nas áreas terrestres e marítimas de Timor-Leste, através da TIMOR GAP e seus parceiros, ou outros investidores interessados;
- Assegurar que as receitas provenientes da exploração de petróleo e gás natural contribuem para a industrialização do país e para o desenvolvimento de outras atividades económicas nacionais, e aumento das exportações;

4.2.4 Desenvolvimento Zona Costeira Sul

Sei konstroe no/ou operasionaliza infraestruturas ne'ebé nesesárias, hodi suporta indústria petrolífera, halo ligasaun entre agrupamentus ou pólus petrolíferus tolu né. Ida ne'e sei inklui:

- Sidades foun, hodi aloja ka simu trabalhadores setór nian no hodi realoja rezidentes lokais;
- Autoestrada ida ho propóztu liga agrupamentus tolu ne'ebé refere no apoia kresimentu indústria petrolífera iha kosta sul tomak, hodi permite desenvolvimento ekonómiku jerál no hadi'a populasoens tomak nia moris. Autoestrada ida ne'e inklui mos serkade 28 pontes prinsipais lubuk ida;
- Portu multifuncional ida iha Suai, hodi apoia baze lojistika ida ne'ebé;
- Aeroportu iha Suai, ne'ebé halo hotu ona, ba operasoens seguras aeronaves lijeiras (ka ki'ik) ho elikópterus nian, hodi apoia atividades petrolíferas. Aeroportu ida ne'e sei reforsa transporte pasajeirus no merkadorias, inklui terminal ida ho instalasoens alfândegas ho imigrasaun nian, kuartél ba bombeirus, heliportu ida ho mós instalasoens servisus aéreus ba ambulânsia.

Nafatin iha setór ida ne'e, Governu sei:

- Continua forma kuadrus profisionais no téknikus no fó bolsas estudo ba áreas espesializadas, ne'ebé iha ligasaun ho setor petrolíferu;
- Continua kapasita comunidades iha Munisipius, ne'ebé envolvidus diretamente iha Projetu Tasi Mane ne'e;
- Dezenvolve mekanizmu ida kona-ba uzu gás natural iha atividades ekonómikas país nian;
- Estabelese kompañia nasional mineira Murak-Rai Timor-Leste S.A, ne'ebé sei tau-matan ba interesas Estadu nian, iha atividades explorasaun rekursus minerais país nian;
- Aumenta atividades estudo, peskiza ho promosaun ne'ebé halo nafatin iha rai-laran no rai-li'ur, atu bele maksimiza investimentu iha setor petrolíferu no mos iha setor mineiru;
- Garante konformidade (ka kumprimentu) ba Transparênsia husi Indústrias Extrativas (ITIE), hodi continua hato'o relatórius nesesários;
- Asegura sinerjias ho kooperasaun internacional, iha âmbito setor rekursus enerjétikus;
- Continua trabalhus de peskiza no desenvolvimento petróleu no gás nian, iha áreas terrestres no marítimas (ka tasi laran) Timor-Leste nian, liuhosi TIMOR GAP ho ninia parseirus, ou investidores interesadus seluktán;
- Asegura katak reseitas ne'ebé mai husi explorasaun petróleu ho gás natural bele kontribui ba industrializasaun país no ba desenvolvimento atividades ekonómikas nasionais seluk, no aumentu iha exportasoens;

- Desenvolver legislação adicional e regulamentação vocacionada para a gestão eficiente e transparente de todas as atividades relacionadas com a exploração de recursos petrolíferos e minerais em Timor-Leste, incluindo:
 - (a) A revisão da Lei das Atividades Petrolíferas e demais legislação complementar;
 - (b) Aprovação do Código Mineiro e do contrato modelo para condução de operações mineiras e legislação e regulamentação complementar;
 - (c) Aprovar e implementar a legislação necessária para assegurar a implementação das disposições previstas no Tratado de Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália, nomeadamente no que respeita à transição de campos petrolíferos da anterior Área de Desenvolvimento Conjunto Petrolífero para a jurisdição exclusiva de Timor-Leste.
 - (d) O estabelecimento de um Fundo Mineral para assegurar uma melhor administração das receitas recolhidas com as atividades minerais no país.
- Dezenolve lejislasaun adisional no regulamentasaun kona-ba jestaun ne'ebé efisiente no transparente, iha atividades tomak ne'ebé relasiona ho explorasaun rekursus petrolíferus ho minerais iha Timor-Leste, inklui:
 - (a) Revizaun ba Lei kona-ba Atividades Petrolíferas ho lejislasaun komplementar seluk;
 - (b) Aprovasaun ba Kódigu Mineiru no kontratu modelu, hodi hala'o operasoens mineiras, ho lejislasaun no regulamentasaun komplementar;
 - (c) Aprova no implementa lejislasaun nesesária atu asegura implementasaun ba dispozisoens ne'ebé prevê ona iha Tratadu ba Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste ho Austrália, hanesan kona-ba tranzisaun husi kampus petrolíferus husi Área Dezenvolvimentu Konjuntu Petrolíferu ida uluk, ba fali jurisdisaun ekkluziva Timor-Leste nian.
 - (d) Estabelesimentu Fundu Mineral ida, atu asegura administrasaun ne'ebé di'ak liu ba reseitas ne'ebé hetan husi atividades minerais iha País.

4.3 Turismo

O turismo é um importante motor de desenvolvimento de atividades económicas, contribuindo também para a salvaguarda do património natural e cultural de Timor-Leste.

Com uma beleza natural incomparável, uma história rica e um património cultural único, Timor-Leste tem todas as condições para desenvolver um setor turístico original, que envolva sobretudo o seu povo e crie empresas e oportunidades de emprego diversificadas.

O Governo irá, de forma planeada e organizada, desenvolver uma estratégia para o turismo na região, sem pretender competir com o turismo massificado do Sudeste Asiático, mas podendo criar sinergias com outras localidades na região, tais como com as Flores, Molucas e Kupang, a fim de criar e desenvolver pacotes turísticos que atraiam visitantes da Indonésia, da Austrália e de outros países da Ásia e do Pacífico.

Poderá ainda apostar num turismo sustentado em laços históricos e culturais comuns, incluindo o denominador comum da língua portuguesa, promovendo iniciativas no âmbito dos países da CPLP. Contudo, e considerando ainda a posição estratégica onde Timor-Leste está inserido no quadro da ASEAN e Austrália, importa também potenciar as relações históricas e culturais seculares que unem os povos lusos-asiáticos presentes na região, nomeadamente de Malaca, Sri Lanka, Macau, Bangucoque, Goa, entre outros. O Governo irá, assim, apostar na promoção de iniciativas inovadoras, fazendo de Timor-Leste um centro cultural e ponto de encontro entre estes povos, inclusive através da realização da 2ª Conferência das Comunidades Luso-Asiáticas em Timor-Leste.

O Turismo timorense poderá contar com as seguintes vantagens competitivas:

4.3 Turizmu

Turizmu, hanesan motór importante ba dezenvolvimentu atividades ekonómikas, hodi kontribui mos ba salvaguarda ka defeza patrimóniu natural no kultural Timor-Leste nian.

Ho beleza (ka nia furak) natural ne'ebé la kompara ho seluk, ho istória ida ne'ebé rika tebetebes no patrimóniu kultural ida úniku, Timor-Leste iha kondisoens tomak atu dezenvolve ninia setor turístiku orijinal duni, ne'ebé envolve liu-liu nia povu rasik no kria emprezas ho oportunidades empregu ne'ebé diversifikadas.

Governu sei, ho forma planeada no organizada, dezenvolve estratéjia ida ba turizmu iha rejiaun, no la buka kompete ho turizmu boot iha Sudeste Aiátiku, mas bele kria sinerjias ho localidades seluk iha rejiaun, hanesan Flores, Molucas no Kupang, atu dezenvolve pakotes turistikus ne'ebé bele atrai vizitantes husi Indonésia, husi Austrália no husi paízes seluk iha Ázia ho Pasífiku.

Bele mos aposta iha turizmu ne'ebé bazeia ba lasus istórikus no culturais komuns, inklui denominador komun husi lian portugueza, hodi promove inisiativas iha âmbito paízes CPLP. Maibé, no tanba konsidera mos pozisaun estratéjika Timor-Leste nian iha quadru ASEAN, presiza mos loke dalan ba relasoens istórikas no culturais sekulares ne'ebé liga povus luzo-aziátikus iha rejiaun, hanesan Melaka, Sri Lanka, Macau, Bangucoque, Goa, entre seluk. Governu, nun'e, sei aposta iha promosaun inisiativas inovadoras, hodi halo Timor-Leste sai sentru kultural ho pontu enkontru entre povus sira ne'e, inkluzive liuhosi realizasaun 2ª Konferênsia Comunidades Luzo-Aziáticas iha Timor-Leste.

Timor-nia turizmu bele konta ho vantajens competitivas, hanesan tuir mai:

- i) É um dos raros países católicos da região, praticando rituais católicos que poderão servir como atrativo para turistas católicos na região;
- ii) É um país com uma história única e recente, com vários locais simbólicos para visitar;
- iii) Tem um grande potencial para desenvolver o turismo de montanha e proporcionar atividades desportivas e de aventura que servem de atrativo a uma camada importante de turistas;
- iv) Possui uma longa costa e praias bonitas e ricas em biodiversidade, com grande potencial para o desenvolvimento de desportos, aventura e atividades marítimas, incluindo o snorkeling e o mergulho;
- v) É um dos países inseridos na Iniciativa do Triângulo do Coral, que visa proteger a abundância e a diversidade da vida marinha nas águas de Timor-Leste, com especial atenção para a área em torno da ilha de Ataúro, hoje reconhecida como o local subaquático com maior biodiversidade do mundo;
- vi) Contém uma gastronomia única e em expansão, com fusão de várias outras tradições gastronómicas;
- vii) Mantém comunidades ancestrais, ainda em contexto natural, que poderão ser visitadas e estudadas, quer na perspetiva turística, quer antropológica e académica, o que poderá ainda contribuir para a consolidação da identidade nacional, que se reflita nas propostas e produtos turísticos apresentados;
- viii) A sua paisagem ainda inexplorada e as condições naturais e bem preservadas do meio ambiente, são um importante catalizador para o desenvolvimento do turismo comunitário e ecológico;
- ix) Está no seu processo de adesão plena à ASEAN, o que permitirá aumentar os seus esforços de promoção em mercados próximos;
- x) Está ainda localizado numa posição estratégica, um destino tropical na região asiática que é a mais populosa do mundo;
- xi) Finalmente, Timor-Leste tem um dos índices mais baixos de criminalidade do mundo.
- i) Hanesan país katóliku ida iha rejiaun, ne'ebe pratika rituais katólikus ne'ebé bele serve hanesan atrativu ba turistas katólikus husi rejiaun;
- ii) Hanesan país ida ho istória únika no resente (ka sei foun hela), ho fatin simbólikus barak atu vizita;
- iii) Iha potencial boot tebes atu dezenvolve turizmu foho nian no proporsiona atividades desportivas no aventura nian, ne'ebé serve hanesan atrativu ba kamada ida importante husi turistas;
- iv) Iha kosta nebé naruk ho praias ne'ebé furak no nakonu ho biodiversidade, nebé iha potencial boot ba dezenvolvimentu desportus, aventura no atividades marítimas, inklui 'snorkeling' ho mergulhu (ka luku);
- v) País ida ne'ebé halo mós parte ba Inisiativa Triângulu Koral, hodi proteje abundansia ho diversidade vida mariña iha bee laran Timor-Leste nian, ho atensaun espesial ba área hale'u ilha Ataúro, ohin-loron rekoñesida hanesan lokal subakuátiku ho biodiversidade boot liuhotu iha mundu;
- vi) Iha ninia gastronomia únika ne'ebé iha expansaun (ka buka aumenta liután) kahur ho tradisoens gastronómikas seluk;
- vii) Mantein comunidades ancestrais (ka husi tempu bei'ala sira), nebé sei iha ninia ambiente natural, ne'ebé ema bele vizita no estuda, husi perspetiva turístika, ou antropolójika no akadémika, buat ne'ebé sei bele kontribui mos ba konsolidasaun identidade nasional, ne'ebé reflete iha propostas no iha produsutus turístikus ne'ebé apresenta;
- viii) Nia paizajen, ne'ebe seidauk explora no kondisoens naturais ne'ebé sei prezerva didi'ak ninia meu ambiente, ne'e hanesan katalizador importante ida ba dezenvolvimentu turizmu komunitáriu no ekolójiku;
- ix) Timor-Leste sei iha hela nia prosesu adezaun plena ba ASEAN, ne'ebé sei permite aumenta nia esforsus ba promosaun iha merkadus ne'ebé besik;
- x) Lokalizada mos iha pozisaun estratéjika ida (destinu tropikal no iha rejiaun aziátika ne'ebé populasaun barak liu iha mundu);
- xi) Finalmente, Timor-Leste iha índise ki'ik liu, iha mundu, kona-ba kriminalidade.

Assim, num mercado global que procura ofertas turísticas novas e autênticas, Timor-Leste pode posicionar-se com grande competitividade, sobretudo na região, pautando pela diferença. É necessário, no entanto, desenvolver uma estratégia eficaz de atração turística, onde a promoção e o marketing serão fundamentais para afirmar esta competitividade.

Para já, numa primeira abordagem, poderá investir-se na promoção dos seguintes tipos de turismo:

- Turismo Comunitário e Ecológico;
- Turismo Aventura (incluindo montanhismo, mergulho e snorkeling e outros desportos radicais);

Nune'e, iha merkadu global ida ne'ebé buka ofertas turístikas ne'ebe foun no autêntikas, Timor-Leste bele hatúr nia-an ho competitividade boot, liu-liu iha rejiaun, haré ba nia diferença. Maibé, nesésáriu atu dezenvolve estratéjia efikaz ida ba atrasaun turístika, ne'ebé promosaun ho marketing sai fundamentais hodi hatudu competitividade ne'e.

Tanba ne'e, iha abordajen dahuluk, sei bele investe iha promosaun ba tipus turizmu hanesan:

- Turizmu Komunitáriu no Ekolójiku;
- Turizmu Aventura (inklui montaizmu ka sa'e foho, mergulhu ka luku no snorkeling ho tan desportus radikais seluk);

- Turismo Religioso;
- Turismo Histórico e Cultural;
- Turismo Etnográfico;
- Turismo de Lazer e Balnear.

Neste âmbito, o Governo propõe-se a alcançar as seguintes metas e a implementar as seguintes ações:

- Aumentar o número de turistas no país, para o máximo potencial sustentável, para o número estimado de 450.000 turistas por ano, aumentando assim as receitas internas;
- Implementar a Política Nacional de Turismo, para assegurar um crescimento efetivo, eficiente e sustentável do setor do turismo;
- Finalizar e implementar um plano de ação pormenorizado com todas as medidas e ações específicas para a promoção do desenvolvimento do turismo;
- Implementação do regime jurídico sobre Jogos, e criação do regime jurídico específico dos Casinos;
- Criação da Marina de Díli, através da implementação do projeto “Marina Square” em Bidau Lecidere e do projeto de Frente Marítima de Díli, tornando esta frente-mar um espaço aprazível, de lazer e diversão para toda a população e para os turistas que nos visitam;
- Reabilitação da orla marítima de Díli, entre a Avenida de Portugal (Av. dos Coqueiros) até à nova marina de Díli,
- Cooperar com o Ministério da Administração Estatal e com o Ministério das Obras Públicas na requalificação dos jardins e espaços verdes existentes nos aglomerados populacionais;
- Continuar a melhorar e a implementar a legislação e regulamentos referentes ao setor do turismo;
- Continuar a investir nas infraestruturas básicas (aeroportos, portos, estradas, telecomunicações, etc.) e nas infraestruturas turísticas (hotelaria, restauração, equipamentos culturais e recreativos);
- Reformar as condições e serviços prestados no Aeroporto Internacional de Díli, garantido que os turistas são bem acolhidos, com serviços profissionais e de qualidade, melhorando assim as “primeiras impressões”, na entrada do país;
- Estabelecer o Centro de Formação em Turismo e Hotelaria em Díli (PED);
- Reconhecer o Mercado do Tais, no centro de Díli, como um dos principais e mais visitados pontos turísticos da cidade, dignificando o espaço e valorizando o trabalho dos seus comerciantes, envolvendo-os na projeção de um edifício acolhedor e enquadrado na natureza da sua missão, com os devidos equipamentos de apoio, cafetaria, e área museológica e de interpretação relativa à manufatura dos Tais;

- Turizmu Relijiozu;
- Turizmu Istóriu no Kultural;
- Turizmu Etnográfiku;
- Turizmu Lazer no Balnear ka hari’is tasi.

Iha âmbito ida ne’e, Governu hakarak alkansa metas, hanesan tuir mai, no implementa asoens hanesan:

- Aumenta número turistas iha país, ba potencial máximo ne’ebé sustentável, ba número estimadu 450.000 turistas kada tinan, hodi nune’e aumenta reseitas internas;
- Implementa Política Nasional ba Turizmu, hodi asegura kresimentu ne’ebé efetivu, efisiente no sustentável husi setor turizmu;
- Finaliza no implementa planu asaun ida ne’ebé pormenori-zadu ho nia medidas no asoens espesifikas tomak ba promosaun kona-ba desenvolvimento turizmu;
- Implementasaun rejime jurídku sobre jogus, no kriaasaun rejime jurídku espesífiku kona-ba casinos;
- Kriaasaun Marina Dili, liuhosi implementasaun Projetu “Marina Square” iha Bidau Lecidere no Projetu Frente Marítima Dili (Av. Dos Coqueiros), atu nune’e fatin iha tasi ibun sai espasu diak, lazer no diversaun ba populasaun tomak no ba turistas ne’ebé mai vizita Timor-Leste;
- Reabilita oral marítima (Tasi ibun) Dili, entre Avenida Portugal (Av. Dos Coqueiros) to’o iha marina Dili foun;
- Koopera ho Ministériu Administrasaun Estatal no Ministériu Obras Públikas hodi halo requalifikasaun ba jardins no espasu verde iha populasaun sira;
- Kontinua hadi’a no implementa lejislasaun no regulamentus kona-ba setor turizmu;
- Kontinua investe iha infraestruturas bázikas (aeroportus, portus, estradas, telekomunikasoens, etc) no iha infraestruturas turísticas (otelaria, restaurasaun, ekipamentus culturais no rekreativus);
- Reforma kondisoens ho servisu ne’ebé halo iha Aeroportu Internacional Díli, garante katak simu di’ak duni turistas sira, ho servisu profisionais no ho qualidade, hodi nune’e hadi’a “primeiras impresoes” bain-hira ema tama iha país;
- Estabelese Sentru Formasaun Turizmu no Otelaria iha Díli (PED);
- Rekoñese Merkadu Tais, iha sentru Díli, hanesan pontu turístiku prinsipal ida ne’ebé ema vizita barak liu, hodi dignifika espasu fatin ne’e no valoriza komersiantes sira- nia servisu, hodi envolve sira iha projesaun kona-ba edifisiu ida ne’ebé furak hodi simu ema, ne’ebé enkuadra duni iha nia misaun, ho ekipamentus apoiu ne’ebé di’ak, kafetaria, no área muzeolójika no interpretasaun kona-ba manufatura Tais;

- Continuar a assegurar a formação técnica na área do turismo em todo o país, orientada para os vários tipos e atividades turísticas (turismo religioso, turismo comunitário e ecológico, turismo de aventura, etc.);
- Melhorar a sinalização e materiais promocionais turísticos, em todo o país, para atrair e orientar os turistas;
- Construir e dinamizar Parques de Gestão de Crocodilos, aumentando a segurança das praias e, ao mesmo tempo, preservando a espécie e promovendo a atração turística de um animal que é uma representação formal simbólica da identidade timorense;
- Continuar a desenvolver pacotes turísticos abrangentes de acordo com as Zonas Turísticas Oriental, Central e Ocidental;
- Fomentar o diálogo interministerial permanente, na medida em que o Turismo se encontra dependente de um conjunto de condições ao nível de segurança, saúde, obras públicas, ambiente, desporto, cultura, entre outras, que se conjugam para a forma como se promove o país e se recebem os visitantes;
- Melhorar a coordenação intersectorial para o desenvolvimento de áreas conexas à promoção do setor turístico;
- Melhorar a coordenação e reforçar parcerias com o setor privado no desenvolvimento de infraestruturas e ofertas turísticas;
- Expandir os Centros de Informações Turísticas, para em todos os Municípios (PED 2015);
- Alargar o Programa de Turismo Comunitário a todos os Municípios;
- Rever, melhorar e dinamizar o sítio de internet www.timorleste.tl e os materiais promocionais sobre Timor-Leste e garantir a sua máxima divulgação, na região e no mundo;
- Continuar a realizar estudos de viabilidade e a implementar os projetos de turismo histórico, incluindo a formação dos respetivos guias turísticos;
- Continuar a implementar os eventos turísticos anuais, nacionais e internacionais, tais como o desfile de Carnaval, a regata entre Darwin-Díli, o Tour de Timor e a Caravana Artística e Festival de Danças e Músicas Tradicionais e Festival de Gastronomia;
- Reforçar os mecanismos de coordenação intersectorial com vista à promoção e ao desenvolvimento do sector do turismo;
- Continua a assegurar a formação técnica na área do turismo em todo o país, orientada para os vários tipos e atividades turísticas (turismo religioso, turismo comunitário e ecológico, turismo de aventura, etc.);
- Hadi'a sinalizasaun no materiais promosaun turístika nian, iha país laran, para bele atrai no orienta turista sira;
- Harii no dinamiza Parkes Jestaun ba Lafaek, hodi aumenta seguransa iha praias (ka tasi-ibun) no mos prezerva espésie no promove atrasaun turístika husi animal ida ne'ebé sai hanesan reprezentasaun formal simbólíka identidade timor-nian;
- Continua desenvolve pakotes turístikus abranjentes, tuir Zonas Turísticas Oriental, Sentral no Osidental;
- Fomenta diálogo interministerial permanente, tanba Turizmu sei dependente ba konjuntu kondisoens iha nível seguransa, saúde, obras públikas, ambiente, desportu, kultura, entre buat seluk, ne'ebé konjuga hamutuk hodi buka forma oinsá promove país no ban-hira simu vizitantes;
- Hadi'a a koordenasaun intersectorial atu desenvolve áreas nebé liga ba malu, iha promosaun ba setor turístiku;
- Hadi'a koordenasaun no reforsa parserias ho setor privadu iha desenvolvimentu infraestruturas no ofertas turísticas;
- Expande ka habelar Sentrus Informasoens Turísticas, ba Munisípius hotu-hotu (PED 2015);
- Alarga Programa kona-ba Turizmu Komunitáriu ba Munisípius hotu-hotu;
- Haree di'ak fali, hadi'a no dinamiza website 'www.timorleste.tl' ho materiais promosaun nian kona-ba Timor-Leste no garante nia divulgasaun máxima, iha rejiaun no iha mundu;
- Continua realiza estudus de viabilidade hodi implementa projetus turizmu históriku nian, inklui formasaun ba guias turísticos;
- Continua implementa eventus turístikus anuais, nasionais no internacionais, hanesan desfile Karnaval, regata (ka halai-taru ró) entre Darwin-Díli, Tour de Timor ho Karavana Artístika, Festival Dansas no Muzikas tradisionais no Festival Gastronomia;
- Reforsa mekanismu koordenasaun intersectorial hodi halo promosaun no desenvolvimentu sector turismo nian.

4.4 Comércio

A formulação de políticas comerciais irá permitir o escoamento dos produtos do setor primário e secundário, ao nível nacional e internacional, sendo que o aumento da exportação dos produtos gera riquezas para a indústria e, conseqüentemente, o seu crescimento.

4.4 Komérsiu

Formulasaun políticas komersiais sei permite escoamentu produs husi setor primáriu no sekundáriu nian, iha nível nasional ho internasional, tanba aumentu iha exportasaun produs bele jera (ka kria) rikezas ba indústria no, konsekuentemente (katak, ho ida ne'e), ninia kresimentu.

O Governo irá continuar a implementar medidas em termos de regulação das atividades comerciais e aprovar políticas para a expansão dos mercados, incluindo a divulgação de produtos de valor económico acrescentado, através de estratégias de marketing e de relações públicas que promovam Timor-Leste e os seus produtos na região e no mundo.

Neste âmbito, o Governo irá:

- Fortalecer o papel do setor privado comercial;
- Reforçar o Centro Logístico Nacional;
- Rever e expandir os projetos de construção de armazéns de trânsito de mercadorias na zona fronteiriça terrestre;
- Construir mercados municipais de qualidade;
- Desenvolver mecanismos de promoção, divulgação, marketing e distribuição física de produtos nacionais;
- Finalizar o processo de adesão, enquanto membro pleno, da Organização Mundial do Comércio;
- Construir centros comerciais que venham a apoiar as zonas de desenvolvimento regional, de acordo com o Quadro Nacional de Planeamento;
- Investir na formação e capacitação do setor privado, por forma a melhorar a competitividade nacional e internacional;
- Aumentar as ações de inspeção e fiscalização das atividades comerciais;
- Reforçar a capacidade da Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar (AIFAESA), para o controlo de qualidade, as condições de transporte e de salubridade dos géneros alimentares e dos locais de produção e comercialização, incluindo a introdução do “livro de reclamações” em estabelecimentos comerciais, inicialmente ainda como projeto-piloto para se fazer a devida avaliação quanto à sua real ou não aplicação;
- Reforçar e capacitar os serviços da Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste I.P (TradeInvest);
- Reforçar e capacitar os Serviços de Registo e Verificação Empresarial (SERVE);
- Implementar e melhorar o quadro legal relativo às atividades comerciais.

4.5 Indústria

A visão de um Timor-Leste, com uma economia moderna e diversificada, irá depender, conforme mencionado anteriormente, do investimento efetuado no crescimento de três indústrias principais: a agricultura, o turismo e o petróleo, já que possui vantagens consideráveis ao nível destas indústrias devido aos seus recursos naturais, localização geográfica e perfil económico.

Governu sei kontinua implementa medidas hodi regula atividades komersiais no aprova politikas ba expansaun merkadus, inklui divulgasaun produsus ho valor ekonómiku akresentadu, liuhosi estratéjias merkadu-nian ho relasoens públikas ne'ebé bele promove Timor-Leste ho nia produsus iha rejiaun no iha mundu.

Iha âmbito ida ne'e, Governu sei:

- Fortalese ka hametin papel setor privadu komersial;
- Reforsa Sentru Lojistiku Nasional;
- Haré di'ak fali no expande (ka habelar) projetus konstrusaun armazéns ba trânzitu merkadorias iha zona fronteira terrestre;
- Hari merkadus munisipais ho kualidade;
- Dezenvolve mekanizmus promosaun, divulgasaun, marketing no distribuisaun fizika produsus nasionais;
- Finaliza prosesu adezaun, hanesan membru plenu, iha Organizasaun Mundial Komérsiu (Timor-Leste agora ne'e iha estatutu hanesan atualmente membru observador OMC);
- Hari sentrus komersiais, ne'ebé bele apoia zonas dezvoltamentu rejional, tuir Kuadru Nasional Planeamentu;
- Investe iha formasaun no kapasitasaun iha setor privadu, atu bele hadi'a competitividade nasional e internasional;
- Aumenta asoens iha inspesaun no fiskalizaun atividades komersiais;
- Reforsa kapasidade Autoridade Inspeasaun no Fiskalizaun ba Atividade Ekonómika, Sanitária no Alimentar (AIFESA), ba kontrolu kona-ba kualidade, kondisoens transporte no salubridade jénerus alimentares no fatin produsaun no komersializasaun, inklui introdusaun “livru reklamasoens” iha estabelesimentus komersiais, sei hanesan projetu-pilotu, atu bele avalia se iha sentidu atu kesi ho lei no habelar ba estabelesimentus privadus no públikus tomak;
- Reforsa no kapasita servisu Ajênsia ba Promosaun Investimentu no Exportasaun Timor-Leste I.P (TradeInvest);
- Reforsa no kapasita Servisu Rejistu no Verifikasaun Emprezarial (SERVE);
- Implementa no hadi'a kuadru legal, relaciona ho atividades komersiais.

4.5 Indústria

Vizaun kona-ba Timor-Leste ho ekonomia ida ne'ebé moderna no diversifikada sei depende, tuir buat ne'ebé temi uluk ona, ba investimentu ne'ebé halo iha kresimentu indústrias prinsipais: agrikultura, turizmu ho petróleo, tanba iha vantajens boot iha nível indústria sira ne'e, haré ba rekursus naturais nebe iha, lokalizasaun jeográfika no perfil ekonómiku.

No entanto, Timor-Leste tem todas as condições para desenvolver outras indústrias, que sejam subsidiárias do desenvolvimento dos setores primários de produção.

A agroindústria, ou seja, a transformação de carnes, laticínios, peixe e produtos agrícolas em subprodutos de excelência, de natureza biológica, poderá dar origem a marcas de referência com potencial exportador para mercados seletos e de preço mais elevado.

Timor-Leste poderá ainda apostar na transformação de matéria-prima para embalagem de produtos, mobiliário, construção civil, entre outros, multiplicando as oportunidades de transformação dos variados recursos naturais, visando o abastecimento local, reduzindo a necessidade de importação, mas, também, com vista à exportação de produtos originais e de valor acrescentado.

Com o desenvolvimento do setor agrícola, há condições para uma maior produção cerealífera, hortofrutícola e pecuária, de tipo semi-intensiva e, muito em particular, extensiva. Se associarmos este crescimento à promoção da agroindústria, isto poderá conduzir ao desenvolvimento sustentável do país, já que potenciamos o desenvolvimento espontâneo de mercados comerciais de proximidade e possivelmente a sua distribuição ao nível nacional, otimizando os recursos endógenos e protegendo o meio-ambiente, respeitando a capacidade de autorregeneração do ecossistema.

Através do crescimento do setor industrial de forma planeada, o Governo pode assim promover os seguintes objetivos:

- Aumentar a oferta de bens de consumo, essenciais ao bem-estar das comunidades locais;
- Criar oportunidades de emprego;
- Impulsionar e valorizar o desenvolvimento do setor primário: agricultura, pescas, pecuária e florestas;
- Desenvolver pequenas e médias empresas, recorrendo aos recursos humanos e materiais locais;
- Incrementar o papel do setor privado no desenvolvimento rural;
- Contribuir para a redução dos bens importados, através do aumento de produção de bens nacionais de qualidade;
- Preservar o meio-ambiente, garantindo que as áreas industriais minimizem os impactos nocivos no ambiente e disponham de abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos e um sistema de esgotos adequados para os resíduos industriais.

O Governo irá, assim, apostar na indústria como um dos motores determinantes de desenvolvimento económico nacional, alavancado no desenvolvimento rural, através das seguintes principais ações:

- Finalizar a Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria com base no Quadro Nacional de Planeamento, determinando as prioridades de produção face aos recursos

Maibé, Timor-Leste iha kondisoens tomak atu dezenvolve indústrias subsidiárias seluk ba dezenvolvimentu setores primários produsaun.

Agroindústria, ne'ebé signifika transformasaun na'an, latisínus (ka produsus husi susu-been), ikan ho produsus agríkolos ba fali subprodus ho exelénsia, ho natureza biolójika, bele hamosu markas referénsia ho potensia exportasaun ba merkadus seletus (ka espesiais) ho presu ne'ebé ás liu.

Timor-Leste bele mos aposta iha transformasaun matéria-prima ba embalamentu produsus, mobiliáriu, konstrusaun sivil, entre buat seluk, hodi multiplika ka aumenta oportunidades transformasaun rekursus naturais oioin, ba abastesimentu lokal, reduz nesesidade husi importasaun, hodi ba ona exportasaun produsus orijiniais ho valor akresentadu.

Ho dezenvolvimentu setor agríkolos, sei mosu mos kondisoens ba produsaun sereais ne'ebé boot liu, ortofrutíkolas no pekuária, ho tipu hanesan semi-intensiva no, liu-liu, extensiva. Se ita asosia (ka liga) kresimentu ne'e ho promosaun agroindústria, ida ne'e bele lori ita ba dezenvolvimentu sustentável país ne'e nian, tanba ita bele potensia (ka loke dalan ba) dezenvolvimentu espontáneu iha merkadus komersiais lokais no bele mos halo nia distribuisaun iha nível nasional, hodi otimizá rekursus endójeneus (ka internus), proteje meu-ambiente hodi respeita kapasidade auto-rejenerasaun ekosistema nian.

Lihosi kresimentu setor industrial tuir planu ne'ebé iha, Governu bele promove objetivus hirak ne'e:

- Aumenta oferta beins konsumu esensiais ba bein-estar comunidades lokais nian;
- Kria oportunidades ba emprego;
- Impulsiona (ka dudu ba oin) no valoriza dezenvolvimentu setor primáriu: agríkulatura, peskas, pekuária no florestas;
- Dezenvolve pequenas ho médias emprezas, aproveita rekursus umanus no materiais lokais;
- Inkrementa (ka dezenvolve) papEl setor privadu no dezenvolvimentu rural;
- Kontribui ba redusaun beins importadus, liuhosi aumentu produsaun beins nasionais ho qualidade;
- Prezerva meu-ambiente, garante katak áreas industriais bele minimiza impaktus aat iha ambiente no iha abastesimentu ba bee, rekolha rezíduus sólíduus ho sistema esgotus ne'ebé adekuadus ba rezíduus industriais.

Nune'e, Governu sei aposta iha indústria hanesan motor determinante ida, ba dezenvolvimentu ekonómiku nasional, nebé iha nia baze iha dezenvolvimentu rural, liuhosi prinsipais asoens, hanesan tuir mai:

- Finaliza Política Nacional kona-ba Dezenvolvimentu Indústria ho baze iha Kuadru Nasional Planeamentu, hodi determina prioridades produsaun, tuir rekursus disponíveis

disponíveis, incluindo a seleção de produtos prioritários para o consumo interno e para exportação;

- Proceder à revisão do quadro legal no âmbito da propriedade industrial, licenciamento industrial, incluindo questões relacionadas com a localização de unidades e parques industriais, garantindo a preservação ambiental;
- Continuar o apoio e a atribuição de concessões públicas a pequenas indústrias;
- Apoiar a instalação de unidades de produção industrial, designadamente das agroindústrias e promover centros de incubadoras industriais;
- Promover a criação e desenvolvimento de parques industriais, de acordo com o Quadro Nacional de Planeamento;
- Estabelecer o Parque Industrial de Tibar (foi realizado o estudo de viabilidade do Parque Industrial de Tibar, para garantir o armazenamento dos produtos para importação/exportação bem como os produtos locais para substituir os produtos importados);
- Implementar um cadastro de propriedade industrial;
- Prestar apoio técnico e financeiro com vista a reforçar o estabelecimento de micro, pequenas e médias empresas e indústrias;
- Desenvolver formação empresarial e técnica para micro, pequenas e médias empresas e indústrias;
- Introduzir novas tecnologias no setor primário e secundário, com vista ao desenvolvimento da agroindústria;
- Desenvolver campanhas junto dos agricultores e dos produtores agrícolas, com vista à transição das atividades primárias para as atividades industriais, garantindo o envolvimento e motivação dos mesmos;
- Desenvolver parcerias com o setor privado, nacional e internacional, para a cooperação neste setor, também para a transferência de conhecimentos científicos e técnicos;
- Coordenar com as entidades governamentais relevantes, nomeadamente o Ministério da Educação, para a introdução de currículos com vista à produção agroindustrial, nomeadamente ao nível do Ensino Secundário Técnico-Vocacional;
- Continuar a investir nos pequenos projetos industriais de produção de sal, óleo de coco e sabão, especiarias e água engarrafada, entre outros;
- Operacionalizar, reforçar e expandir a indústria de reciclagem de plástico em Timor-Leste;
- Reforçar a produção e implementação de legislação que tenha em conta a proteção ambiental no âmbito do crescimento do setor industrial.

(ka nebé iha), inklui selesaun produsus prioritárius ba konsumu internu no ba exportasaun;

- Halo revizaun ba kuadru legal, iha âmbito propriedade industrial, lisensiamentu industrial, inklui kestoens relaciona ho lokalizasaun unidades no parkes industriais, atu garante prezersasaun ambiental;
- Kontinua apoia atribuisaun konsesoens públikas ba pekenas indústrias;
- Apoia instalasaun unidades produsaun industrial, hanesan agroindústrias no promove sentrus ba inkubadoras industriais;
- Promove kriasaun no dezentovimentu parkes industriais, tuir Kuadru Nasional ba Planeamentu;
- Estabelese Parke Industrial Tibar (estudu viabilidade kona-ba Parke Industrial Tibar, atu garante armazenamentu produsus importasaun/exportasaun no mos produsus lokais hodi substitui produsus importadus, estudu ne'e iha tiha ona);
- Implementa kadastru kona-ba propriedade industrial;
- Presta (ka fô) apoiu tékniku no financeiro, hodi reforsa estabesimentu mikro, pekenas no médias emprezas no indústrias;
- Dezentolve formasaun emprezarial no téknika ba mikro, pekenas no médias emprezas no indústrias;
- Introdúz teknolojias foun iha setor primáriu no sekundáriu ba dezentovimentu agroindústria;
- Dezentolve kampañas ba agrikultores no produtures agrikolas kona-ba tranzisaun atividades primárias ba atividades industriais, hodi garante sira-nia envolvimentu no motivasaun;
- Dezentolve parserias ho setor privadu, nasional no internasional, ba kooperasaun iha setor ne'e, no mos ba transférênsia koñesimentus sientífikus no téknikus;
- Koordena ho entidades governamentais relevantes, hanesan Ministériu Edukasaun, kona-ba introdusaun kurrikulus ba produsaun agroindustrial, hanesan iha nível Ensinu Sekundáriu Tékniku-Vokasional;
- Kontinua investe iha projetus industriais ki'ik, hanesan ba produsaun masin, mina-nuu, sabaun, espesiarias ho bee iha botir, entre buat seluk;
- Operasionaliza, reforsa no expande (ka habelar) indústria resiklajen ba plástiku iha Timor-Leste;
- Reforsa produsaun ho implementasaun lejislasaun ne'ebé konsidera protesasaun ambientál iha âmbito kresimentu setor industrial.

4.6 Setor Privado

De acordo com os Censos de 2015, cerca de 51,24% da população tem menos de 20 anos. Tal significa que, nos próximos 5 a 10 anos, entrarão no mercado de trabalho muitas centenas de milhares de jovens, com a legítima aspiração de criar o seu modo de vida de forma digna e inserida numa economia justa e que valorize o seu trabalho. Nesta conjuntura, o setor privado, independentemente da sua vocação e dimensão, é e será um dos principais motores da economia nacional, garantindo a criação de emprego e, como tal, constituindo um dos maiores fatores de combate à pobreza, melhorando o capital social da nação.

Uma economia privada, saudável, sustentada e com prestação de contas rigorosas, fornecerá ao país, muito para além dos elementos estatísticos para a boa orientação da gestão nacional, grande parte da receita fiscal, que será determinante para sustentar o orçamento geral do Estado e solucionar os principais problemas sociais de Timor-Leste.

Diversificar a economia é, pois, uma das principais metas a atingir por este Governo, sendo necessário criar as condições fiscais e burocráticas que permitam uma maior predisposição ao investidor nacional e internacional para apostar no País. Por outro lado, todas as políticas transversais que incluem o desenvolvimento do capital social, o desenvolvimento de infraestruturas e o desenvolvimento do setor de governação, são indissociáveis para impulsionar o desenvolvimento económico e criar condições para o empreendedorismo.

Ainda neste âmbito, o desenvolvimento do Quadro Nacional de Planeamento, com vista à criação de Polos de Desenvolvimento e de Zonas Económicas Especiais, irá ser fundamental para instalar “áreas empresariais” ou “zonas industriais” no País, de acordo com as especificidades e potencialidades próprias de cada região, e, a partir daí, atrair o setor privado e criar emprego de forma sustentável:

- Melhorar as políticas de empreendedorismo nacionais, que incluam a valorização e a educação para o empreendedorismo, remover os obstáculos e apoiar o empreendedorismo, abrangendo ainda o acesso à informação e ao know-how;
- Criar um Centro para o Apoio ao Empreendedorismo, para a prestação de serviços de suporte e apoio a novos negócios;
- Desenvolver estudos para a atribuição de incentivos ao setor privado, nomeadamente para apoiar a criação e crescimento de pequenas empresas;
- Desenvolver estudos e reformar o quadro legal do setor financeiro (revogar leis da UNTAET ainda em vigor, prevenir abusos financeiros, etc.);
- Elaborar os estudos de investimento e plano de negócios, com vista ao estabelecimento de um Banco de Investimento de Timor-Leste, enquanto parceiro estratégico do Estado na promoção de investimentos públicos, o qual irá incrementar também o empreendedorismo e, por consequência, o surgimento de empresas nacionais e internacionais;

4.6 Setor Privadu

Tuir Sensus 2015, Timor-Leste iha besik 51,24% husi populasaun ho idade menus tinan 20. Ida ne'e signifika katak, iha tinan 5 to tinan 10 tuir mai, sei tama iha merkadu trabalhu jovens, rihun ba rihun, ho aspirasaun atu prepara sira-nia moris ida nebe dignu no halo parte iha ekonomia ida justa ne'ebé valoriza sira-nia servisu. Iha conjuntura ida ne'e, setor privadu, independentemente (katak, la haree ba) nia vokasaun no dimensaun, sei sai hanesan motor prinsipal iha ita-nia ekonomia nasional, nebe garante kriaunsaun empregu, nune'e, sai fator boot hodi halakon kiak no hadia kapital sosial ba nasaun.

Ekonomia privada ida saudável, ne'ebé bele hamrik ho di'ak ho prestasaun kontas ne'ebé rigoroza (ka tenki di'ak), sei fô ba país, la ós deit elementus estatistikus hodi orienta ba jestaun nasional, kontributu boot hosi reseita fiscal, ne'ebé determinante atu sustenta orsamentu jeral Estado, nune'e mós fô solusaun ba problemas sosiais iha Timor-Leste.

Diversifika ekonomia sai objektivu prinsipal ba Governu ida ne'e, ne'ebé nesesáriu atu kria kondisoens fiskais no burokráticas, ne'ebé permite (ka halo) investidores sira, nasionais ka internasionais, iha vontade atu aposta (ka mai investe) iha ita-nia Rai. Nune'e mós, políticas transversais hotu-hotu, ne'ebé haree ba dezentovimentu ba kapital sosial, ba dezentovimentu infraestruturas no mós ba dezentovimentu iha setor governasaun nian, políticas sira ne'e la' o hamutuk mak impulsiona (ka dudu) dezentovimentu ekonómiku no kria kondisoens ba empriendedorismu.

Nafatin iha kontestu ida ne'e, dezentovimentu ba Kuadru Nasional Planeamentu, ho objetivu atu kria Pólus Dezentovimentu no Zonas Ekonómikas Espesiais, sai fundamental hodi hari'i “áreas empresariais” ka “zonas industriais” iha País, tuir spesifisidades (ida-idak nian) no potencialidades iha rejiaun ida-idak, no hosi ne'e, bele dada setor privadu no kria emprego ne'ebé sustentável:

- Hadi'a políticas empriendedorismu nasional, ne'ebé inklui valorizasaun no edukasaun ba empriendedorismu, reduz tiha obstáculos no fô apoiu ba empreendedorismu, ne'ebé abranje mós asesu ba iha internet no ba “know-how”;
- Kria Sentru hodi fô Apoiu ba Empriendedorismu, ba prestasaun servisu hodi suporta no apoiu ba negócios foun;
- Dezentolve estudus ba atribuisaun insentivus ba setor privadu, liu-liu apoiu ba kriaunsaun no kresimentu ba empresas ki'ik;
- Dezentolve estudus no reforma kuadru legal iha setor financeiru (revoga lei UNTAET nian ne'ebé sei vigora, hodi prevene abuzus financeirus, nsst);
- Elabora estudus investimentu no planu negócios, ho objetivu hari'i Banku Investimentu ida iha Timor-Leste, hanesan parseiru estratéjiku ba Estadu, iha promosaun ba investimentus públikus, ne'ebé sei aumenta empriendedorismu no, husi ne'e, empresas nasionais no internasionais bele mosu tan;

- Realizar estudos para a regulação de seguros e promover o desenvolvimento deste setor, com vista à criação de seguradoras nacionais;
- Reforçar as instituições responsáveis pela produção de estatísticas nacionais rigorosas, para informar o Setor Privado, nacional e internacional;
- Atualizar, a cada dois anos, o “Guia do Investidor”;
- Ampliar e reforçar as capacidades do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE);
- Ampliar e reforçar as capacidades do SERVE e TradeInvest e garantir a atualização e melhoria dos serviços prestados, incluindo através dos seus sítios de internet (www.serve.gov.tl e www.investtimor-leste.com);
- Continuar a reforçar a TradeInvest, a qual tem promovido investimentos importantes para o desenvolvimento do setor privado, por exemplo através dos grandes projetos como a “Heineken”, “TL Cement” e o “Pelikan Paradise”. Estes grandes investimentos contribuem para o grande objetivo de Timor-Leste de criação de mais postos de trabalho para os timorenses, para o aumento dos rendimentos familiares e para aumentar as receitas do Estado.
- Promover a criação e o desenvolvimento de cooperativas, sobretudo nas áreas rurais, as quais farão parte integrante do pacote de desenvolvimento da economia rural, por forma a capacitar o empreendedorismo e a incentivar pequenas empresas de setores produtivos, sobretudo na área da agricultura, pescas e pecuária, criando para tal um ambiente favorável à criação de cooperativas e apoiando a expansão das cooperativas existentes, de forma sustentável;
- Incentivar e apoiar a criação de micro e médias empresas, com especial enfoque no desenvolvimento de áreas rurais, através de programas de capacitação, acesso a crédito e criação de mercados;
- Reforçar as instituições responsáveis pela produção de estatísticas nacionais rigorosas, para informar o Setor Privado, nacional e internacional;
- Continuar a desenvolver o programa “Incubadora de Negócios” permitindo o acesso ao financiamento de negócios, de acordo com os critérios e as prioridades definidas pelo Governo;
- Rever e implementar o Guia de Reforma e Fomento Económico, que visa facilitar o investimento privado, promover a diversificação económica e criar empregos sustentáveis;
- Assegurar o investimento contínuo e reforçado na formação profissional, transversal a todas as atividades estratégicas do país, por forma a desenvolver uma carteira nacional de profissionais qualificados que suportem a iniciativa privada;
- Continuar a desenvolver e a participar em iniciativas, eventos e conferências internacionais para a promoção de
- Halo estudus kona-ba regulasaun ba seguros no promove dezvoltimentu iha setor ida ne’e, hodi permite hamosu seguradoras nasionais;
- Reforsa instituisoens ne’ebé responsáveis ba produisaun estatistika nasional ne’ebé rigorosa, hodi informa setor privadu nasional no internasional;
- Atualiza, iha tinan rua-rua, “Guia do Investidor”;
- Haboot no reforsa kapasidades Institutu de Apoio ba Dezenvolvimentu Emprezarial (IADE);
- Haboot no reforsa kapasidade SERVE nian no Tradeinvest no garante atualizasaun no hadi’a servisu ne’ebé fô liuhosi nia Websites (‘www.serve.gov.tl’ no ‘www.investtimor-leste.com’);
- Kontinua reforsa TradelInvest, ne’ebé promove investimentus importantes ba dezvoltimentu iha setor privadu, ezemplu liuhosi projetu boot sira hanesan “Heineken”, “TL Cement” no “Pelikan Paradise”. Investimentos boot sira ne’e kontribui ba objetivu Timor-Leste atu halo kriasaun postus de trabalho barak liu tan ba timor-oan, hodi nune’e hasa’e rendimentus ba familia no aumenta reseitas ba Estadu;
- Promove Kriasaun no dezvoltimentu kooperativas, liu-liu iha áreas rurais, ne’ebé halo parte integrante ba pakote dezvoltimentu ekonomia rural, hodi kapasita empriededorismu no insentiva empresas kiik iha setors produtivus, liu-liu iha áreas agrikultura, peska no pekuária, nune’e atu kria ambiente ne’ebé diak ba kriasaun kooperativas no fô apoiu ba espansaun kooperativas ne’ebé iha tiha ona, ho forma sustentavel;
- Insentiva no apoia kriasaun mikro no médias empresas, ho atensaun espesial ba dezvoltimentu iha áreas rurais, liuhosi programas kapasitasaun, assesu ba kréditu no kriasaun merkadu;
- Reforsa instituisoens sira ne’ebé responsáveis ba estatísticas nasionais, bele sai rigorozu liu, atu bele fô sai ba Setor Privadu, nasional no internasional;
- Kontinua dezvoltolve programa “Incubadora de Negócios”, hodi nune’e permite assesu ba finansiamentu negócios, tuir krítérius no prioridade ne’ebé define ona husi Governu;
- Hare’e fali no implementa ‘Guia de Reforma no Fomentu Ekonómiko’, tinan 2015 nian, atu fasilta investimentu privadu, promove diversifikasaun ekonómika no kria empregu sustentável;
- Hametin investimentu ne’ebé kontínuo no reforsa iha formasaun profesional, ne’ebé transversal ba atividades estratéjikas Nasaun nian, atu nune’e dezvoltolve karteira nasional ba profisionais kualifikadus ne’ebé suporta insiativa privada;
- Kontinua dezvoltolve no partisipa iha inisiativas, eventus no konferénsias internasionais ba promosaun parseries

- parcerias estratégicas, entre empresas timorenses e empresas internacionais;
 - Melhorar a comunicação e as parcerias estratégicas entre o setor público e o setor privado, para um melhor alinhamento de prioridades e para que o setor privado possa ser um melhor parceiro estratégico do Governo;
 - Continuar a capitalizar o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste;
 - Continuar a cooperar com a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste;
 - Continuar a investir na TIA-GT (Timor-Leste, Indonésia & Austrália Growth Triangle) e a apoiar a constituição da plataforma de desenvolvimento económico integrado sub-regional e a formalização de uma estratégia para este triângulo de crescimento, o qual potenciará o investimento privado no país, através das sinergias criadas entre empresas/indústrias, cooperativas e Câmaras de Comércio e Indústria dos três Países;
 - Continuar a rever e a produzir nova legislação que promova o desenvolvimento do setor privado, de forma eficiente, transparente e sustentável;
 - Melhorar sistemas e procedimentos, de forma harmonizada e simplificada, incluindo a disponibilização de formulários e documentos legíveis, e em várias línguas de trabalho, necessários à relação comercial entre o Estado e os investidores;
 - Produzir um guia abrangente com toda a informação e legislação atualizada e relevante para o investimento do setor privado;
 - Regulamentar e implementar a nova Lei de Migração e Asilo, de forma a permitir o processamento eficiente e eficaz de vistos, para investidores e trabalhadores estrangeiros;
 - Regulamentar e implementar a nova Lei das Terras e Propriedades, para reforçar a segurança jurídica relativamente à propriedade e assegurar a confiança por parte dos investidores;
 - Criar condições para capacitar e melhorar a secção comercial dos Tribunais por forma a garantir o cumprimento de contratos comerciais e ouvir e resolver disputas comerciais, de forma eficiente, célere e justa.
- estratégikas entre empresas timor-oan no empresas internasionais;
 - Hadi'a komunikasaun no hadi'a parserias estratéjikas entre setor públiku no privadu, hodi halo alinhamentu ba prioridades, atu nune'e setor privadu bele sai parseiru estratéjiku ida diak-liu ba Governu;
 - Kontinua kapitaliza Banku Nasional de Comercio de Timor Leste;
 - Kontinua koopera ho Kámara Komérsiu no Indústria de Timor Leste;
 - Kontinua investe iha TIA-GT (Timor-Leste, Indonézia & Austrália Growth Triangle) no fõ apoiu atu estabelese plataforma ba dezenvolvimentu ekonómiku sub-rejional ne'ebé integradu no ba formalizasaun estratéjia ba kressimentu iha triángulu ne'e, ida ne'ebé sei potencia (ka dudu maka'as) investimentu privadu iha rai laran, liuhosi esforsu no kooperasaun ne'ebé kria ba empresas/indústrias, kooperativa no Kámara Komérsiu no Indústria husi Países tolu ne'e;
 - Kontinua revê no produz legislasaun foun, atu bele promove dezenvolvimentu iha setor privadu, ne'ebé efisiene, transparente no sustentável;
 - Hadi'a sistemas no prosedimentus, nebé armoniza ba malu no simples, inklui mós disponibilizasaun formulárius no dokumentus, ne'ebé fásil atu lé no iha 'linguas-de-trabalho' oin-oin, ne'ebé hare dehan nesesárius duni ba relasaun komersial entre ita-nia Estado ho investidores sira;
 - Produz Guia ida ne'ebé abranjante ho informasaun tomak no mós legislasaun ne'ebé atualizada no relevante, ba investimentu husi setor privadu;
 - Regula no implementa Lei foun ba Migrasaun no Asilo, ne'ebé permite prosesamentu efisiene no efikaz, ba vistus ba investidores no trabalhadores estranjeirus;
 - Regula no implementa Lei foun ba Terras no Propriedades, hodi reforsa seguransa jurídika kona-ba propriedade no asegura konfiansa hosi investidores sira;
 - Kria kondisoens atu kapasita no hadi'a seksaun komersial iha Tribunais, atu bele garante kumprimentu ba kontratus komersiais no rona no mós resolve disputas komersiais, ho efisienia, lalais no justu.

4.7 Emprego

As mudanças estruturais que se querem implementar na economia irão fornecer oportunidades de emprego para o povo timorense. À medida que a economia cresce e que é possível transformar o setor agrícola e o setor privado para uma maior produtividade, bem como enquanto o investimento na educação e saúde constrói uma força de trabalho mais qualificada, os timorenses irão passar a contribuir mais fortemente para o crescimento da economia.

4.7 Empregu

Mudansas estruturais ne'ebé hakarak implementa iha ekonomia sei fõ oportunidades de empregu ba timor-oan. Wain-hira ekonomia ne'e aumenta daudaun no bain-hira bele transforma daudaun ona setor agríkola no setor privadu, hodi dudu produtividade nebé bot liu ona, hanesan mós wain-hira investimentu iha edukasaun no saúde harí daudauk forsa-de-trabalhu ida ne'ebé kualifikada ona, Timor-oan sira sei kontribui maka'as liu-tan ba kresimentu ekonomia.

À medida que a economia se desenvolve, o setor dos serviços tende a expandir-se e este aumento corresponde a maiores oportunidades de criação de emprego, com especial enfoque para as mulheres. Também é previsto que, ao tornar-se economicamente mais forte, o País tende a reduzir o número de postos de trabalho precários. Estes incluem aqueles que trabalham por conta própria, aqueles que não têm um salário mínimo mensal garantido e, ainda, aqueles que exercem as suas funções com um baixo nível de condições de segurança no trabalho. O Governo pretende reduzir, nos próximos anos, o nível de emprego precário em Timor-Leste.

A política do Governo para o setor do emprego está vertida em todo o seu programa, já que os investimentos nos vários setores de desenvolvimento irão contribuir para uma força de trabalho mais saudável e produtiva, uma força de trabalho mais educada e qualificada e, ainda, com a diversificação da produção nacional, irão surgir maiores oportunidades de criação de emprego.

O Governo irá:

- Rever, aprovar e implementar a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030, que pretende aumentar a procura do mercado de trabalho, melhorar a oferta do mercado de trabalho e continuar a fortalecer as instituições do mercado de trabalho;
- Promover a criação de empregos para os jovens, adultos e mulheres, assegurando sempre o princípio de igualdade de oportunidades, independentemente do género;
- Criar mecanismos para combater o trabalho precário, incluindo através da monitorização a empresas e entidades empregadoras, bem como garantir a implementação dos regulamentos laborais e dos esquemas de proteção social;
- Expandir o número de trabalhadores a trabalhar no estrangeiro, reforçando os protocolos de cooperação e melhorando a monitorização destes processos e acompanhamento dos trabalhadores;
- Estabelecer um Centro de Emprego e Orientação Profissional em cada município (PED 2020);
- Regular a Lei do Trabalho e reforçar os mecanismos de diálogo para o aumento da produtividade;
- Melhorar os mecanismos de resolução de conflitos no trabalho, incluindo através de mecanismos de mediação e conciliação;
- Elevar a qualificação dos trabalhadores, especialmente dos mais jovens, com o objetivo de aumentar a competitividade destes no mercado de trabalho internacional.

4.8 Cooperativas

As cooperativas, em particular as cooperativas agrícolas, são de importância estratégica para o desenvolvimento nacional. A formação de cooperativas é uma forma de encorajar o

Wain-hira ekonomia ne'e dezenvolve, maka setor servisu sei aumenta no aumenta ida ne'e korresponde ba oportunidades boot liu ba kriasaun empregu, ho perspetiva (ka hanoin) espesial ba feto sira. No mós, bele prevê katak bain-hira Nasaun ne'e sai ekonomikamente forte liu, maka sei hamenus número hosi postus-de-trabalhu prekáriu (katak, la estável, metin). Iha ne'e, inklui mós sira ne'ebé servisu ho konta rasik, sira ne'ebé la-iha salariu mínimu fulan-fulan ne'ebé garantidu ona, nomós sira ne'ebé ezerse sira-nia funsaun ho nível kondisoens seguransa-de-trabalhu, nebé kiik. Governu hakarak hamenus, iha tinan hirak mai ne'e, nível empregu ne'ebé la estável iha Timor-Leste.

Política Governu nian ba setor empregu, bele haree iha ninia programa, tamba investmentus iha setores dezenvolvimentu oi-oin, mak sei kontribui ba forsa-de-trabalhu ne'ebé saudável liu no produtiva, forsa-de-trabalhu ne'ebé edukada liu no kualifikada no, ho diversifikasaun iha produsaun nasional, sei mosu oportunidades barak ba kriasaun empregu.

Governu sei:

- Haree fali (ka revê), aprova no implementa Estratégia Nasional Empregu nian 2017-2030, ne'ebé hakarak aumenta prokura iha merkadu trabalho, hadi'a oferta merkadu trabalho no kontinua hametin instituisoens merkado-de-trabalho;
- Promove kriasaun empregu ba jovens, ba adultus no ba feto sira, hodi asegura sempre prinsipiu igualdade ba oportunidades, iha kestaun jéneru;
- Kria mekanismus hodi kombat servisu prekáriu (ka la permanente), inklui liu-hosi monitorizasaun ba empresas no entidades empregadoras (ka nebé fô servisu), hanesan mos garante implementasaun ba regulamentus laborais no eskema bas protesasaun sosial;
- Aumenta tan número trabalhador timoroan, nebé bá servisu iha estranjeiru, reforsa tan protokolus koperasaun no hadi'a monitorizasaun ba prosesu sira ne'e no akompanhamentu ba traballadores sira;
- Estabelese Sentru de Empregu no Orientasaun Profisional iha Munisipiu ida-idak (PED 2020);
- Regula Lei do Trabalhador no reforsa mekanismus diálogo hodi aumenta produtividade;
- Hadi'a mekanismus kona-ba rezolusaun konflitus nebé mosu iha servisu, inklui liu-hosi mekanismus ba mediasaun no konsiliaasaun;
- Aumenta kualifikasaun trabalhador sira, liu-liu ba jovens sira, ho objetivu atu aumenta kompetividade sira nian iha merkadu trabalho internacional.

4.8 Kooperativas

Kooperativas, liu-liu kooperativas agrícolas, iha importânsia estratéjika ba dezenvolvimentu nasional. Harii kooperativas ne'e hanesan forma ida atu enkoraja kresimentu setor privadu

crescimento do setor privado nas zonas rurais e estimular a participação ativa no sistema económico nacional.

O Governo irá continuar a investir na formação de recursos humanos e na capacidade institucional, ao nível das cooperativas, e a conceder ferramentas e equipamentos, matérias-primas e concessões pecuniárias que permitam melhorar as suas infraestruturas e aumentar a qualidade dos seus produtos, com vista inclusivamente à expansão de mercados e aumento das atividades do comércio.

Incrementar e socializar ideias e possíveis projetos junto das famílias e comunidades, poderá ser também uma forma de criar condições para o seu próprio desenvolvimento. Algumas destas podem ser:

- i) Produção de Mel: Timor-Leste produz mel e cera que podem ser aproveitados para o desenvolvimento de cooperativas e consequentemente para a melhoria da economia familiar. Uma aposta organizada na produção de mel, com o apoio de uma cooperativa, poderá ser uma contribuição importante para a economia familiar.
- ii) Produção de Pão: investir em sementeiras de sequeiro, especialmente para o trigo e 'shorgum', como ainda para a cevada e centeio para a produção de farinha e de pão, pode ser uma estratégia importante de benefício direto para as famílias e comunidades. Apoiar a produção de cereais e as técnicas de moagem e consequentemente cooperativas de panificação (ou mais tarde a sua industrialização) também com vista à sua distribuição nas escolas, pode ser uma aposta viável.
- iii) Produção de lacticínios: o investimento na pecuária, sobretudo da criação de gado, poderá incentivar os produtores a transformarem o leite obtido das vacas e búfalos em leite e em iogurtes e outros derivados, contribuindo para a melhoria da nutrição e da economia familiar.

O Governo nesta área continuará a:

- Prestar apoio e concessões públicas a cooperativas que conduzam atividades do setor privado em diversas áreas;
- Incentivar movimentos cooperativos, associativos e mutualistas para garantir a participação comunitária e beneficiar a dinâmica do terceiro setor, na luta contra as desigualdades sociais e económicas;
- Incentivar respostas organizadas da sociedade civil a necessidades sociais, através da concessão de bens e da prestação de serviços e uma utilização social dos excedentes obtidos;
- Facilitar o acesso ao crédito às cooperativas;
- Reforçar os sistemas de acesso a crédito a cooperativas de crédito, incluindo a simplificação dos processos;
- Promover o intercâmbio entre cooperativas;
- Incentivar o fornecimento de matérias-primas produzidas

iha zonas rurais no estimula (ka insentiva) partisipasaun ativa iha sistema ekonómiku nasional.

Governu sei kontinua investe iha formasaun rekursus umanus no kapasidade institusional, iha nível kooperativas no providensia ferramentas no ekipamentus, matérias-primas no konsesoens pekuniárias (ka finanseiras) ne'ebé permite hadi'ania infraestruturas no aumenta kualidade husi nia produs, ho hanoin halo mos expansaun merkadus no aumentu iha atividades komérsiu.

Inkrementa (ka dezenvolve) no sosializa ideias ho projetus ne'ebé bele iha, ba famílias ho comunidades, ne'e hanesan mos forma ida hodi kria kondisoens ba sira-nia dezenvolventu rasik. Buat sira ne'e balun, mak hanesan:

- i) Produsaun Bani-Been: Timor-Leste produz rasik bani-been ho lilin ne'ebé bele aproveita ba dezenvolventu kooperativas, ne'ebé hadi'ania ekonomia familiár. Aposta ida ne'ebé organiza didi'ak iha produsaun bani-been, ho apoiu husi cooperativa, bele hanesan mos kontribuisaun importante ida ba ekonomia familiar.
- ii) Produsaun Paun: investe iha sementeiras sekeiru, katak fini ba rai-maran, liu-liu ba trigu no 'shorgum', no mos ba sevada ho senteu ba produsaun fariña paun nian, bele hanesan estrátjia importante ida ho benefisiu diretu ba famílias ho comunidades. Apoia produsaun sereais no téknikas moajen (ka dulas nian), ho nia kooperativas panifikasaun (ka halo/tunu paun), (ou, tuir mai, nia industrializasaun), hodi halo mos distribuisaun ba eskolas, ida ne'e hanesan aposta di'ak ida hotu.
- iii) Produsaun laktisínus (katak, husi susu-been): investimentu iha pekuária, liu-liu ba kriaun gadu, bele insentiva produtores sira atu transforma susu-been karau-vaka nian ba 'iogurtes' ka buat seluktán, hodi kontribui hadi'ania ekonomia familiar.

Governu, iha área ida ne'e, sei kontinua:

- Presta (ka fõ) apoiu no konsesoens públicas ba kooperativas, ne'ebé hala'o atividades setor privadu iha áreas oioin;
- Insentiva movimentus kooperativus, asosiativus na mutualista atu bele garante partisipasaun komunitária no ajuda dinâmika nebé mosu iha terseiru setor (ka setor datolu), iha luta hasoru dezigualdades sosiais no ekonómikas;
- Insentiva respostas ne'ebé organizadas, husi sociedade sivil, ba nesesidades sosiais, liuhosi konsesaun beins no prestasaun servisus, no utilizasaun sosial ba exedentes ne'ebé hetan;
- Fasilita asesu ba kréditu ba kooperativas;
- Reforsa sistemas kona-ba asesu ba kréditu, ba kooperativas kréditu, inklui simplifikasaun iha prosesus sira né;
- Promove intercâmbiu entre cooperativas;
- Insentiva forneshimentu matérias-primas ne'ebé produz liu

pelas cooperativas para as indústrias de cada setor, e para distribuição/venda direta aos consumidores;

- Propor e construir e reabilitar Centros de Armazenamento locais conforme as necessidades de produção das cooperativas e de acordo com as necessidades existentes;
- Incentivar o fornecimento de bens alimentares e outros, produzidos pelas cooperativas, para a merenda escolar;
- Coordenar com o Centro Logístico Nacional e o setor privado na aquisição da produção das cooperativas;
- Promover a capacitação das cooperativas, através de formação técnica capaz de as tornar mais eficientes.

4.9 Ambiente

Segundo a Constituição da República, todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o proteger e melhorar em prol das gerações vindouras. O Estado reconhece a necessidade de preservar e valorizar os recursos naturais. O Estado deve promover as ações de defesa do meio ambiente e salvaguardar o desenvolvimento sustentável da economia.

O povo timorense tem uma forte ligação ao meio ambiente que o rodeia, não só por questões relacionadas com a sobrevivência mas também por razões culturais e antropológicas. No entanto, para além das causas naturais, como a chuva, a exploração desequilibrada, ou mesmo a destruição do meio ambiente, tem vindo a provocar a erosão crónica dos solos, incluindo através do excessivo abate de árvores e florestas, a realização de queimadas e a falta de planeamento e monitorização das atividades agrícolas e de construção de infraestruturas.

A erosão e os deslizamentos de terra causam a degradação dos solos e danos à captação da água, diminuindo a quantidade e qualidade de águas subterrâneas e ameaçando a vida selvagem e os recursos alimentares. Por outro lado, hábitos socioeconómicos como a utilização de lenha para cozinhar e a poluição atmosférica causada pelas emissões automóveis e motorizadas e os fogos florestais, têm vindo a contribuir para o aumento de doenças respiratórias.

Também as alterações climáticas com a consequente subida no nível do mar e as condições meteorológicas extremas, que levam a inundações, insegurança alimentar, alteração na composição química e temperatura do mar que afeta os recifes de coral, constituem um desafio ambiental sério, ao qual Timor-Leste tem que dar resposta e criar mecanismos de prevenção.

Ressalva-se que este é um desafio acrescido para Timor-Leste, considerando a sua fase embrionária de desenvolvimento, com a franca necessidade do crescimento de indústrias de suporte ao crescimento económico. No entanto, sublinha-se também que a contribuição de Timor-Leste para o problema das alterações climáticas é minúscula, já que Timor-Leste é um dos países que menos emite dióxido de carbono, em contraste com as nações emergentes e desenvolvidas.

hosi kooperativas sira ba indústrias setor ida-idak, no ba distribuisaun ka sosa direta ba konsumidor sira;

- Propoin no konstrói no reabilita Sentru Armazenamentu lokal konforme nesidade produsaun hosi kooperativa sira no tuir nesidades ne'ebé iha;
- Insentiva fornimentu bens alimentares no sira seluk ne'ebé produz hosi kooperativas, ba merenda escolar;
- Koordena ho Centro Nacional Lojística (CNL) no setor privadu ba akizisaun produsaun kooperativas sira;
- Promove kapasitasaun ba kooperativas, liu husi formasaun téknika oi-oin atu kooperativas bele jere rasik ho efisiénsia no efikaz.

4.9 Ambiente

Tuir Konstituisaun Repúblika, ema hotu-hotu iha direitu ba ambiente vida umana, ne'ebé sadiu no ekolojikamente ekilibradu, no mós iha dever atu proteje no hadi'a ba jerasoens vindouras (ka aban-bainrua nian). Estadu rekoñese katak prezisa prezerva no fô valor ba rekursus naturais. Estadu tenke promove asoens ba defeza meu-ambiente no salvaguarda de desenvolvimentu sustentável ba ekonomia.

Povu timor iha ligasaun ne'ebé forte ho meu-ambiente, ne'ebé hadulas nia, la-ós de'it tanba kestoens relaciona ho sobrevivénsia (ka tahan moris) maibé mos tanba razões culturais ho antropológikas. Maibé, aleinde kauzas naturais, hanesan udan, explorasaun ne'ebé dezekilibrada, ou mezmu destruisaun meu-ambiente, nebé, durante ne'e, provoka erozaun beibeik ba rai, inklui hahalok hanesan tá demais ai no sobu ai-laran boot sira, sunu rai no la iha planeamentu ho monitorizasaun ba atividades agrícolas no konstrusaun infraestruturas.

Erozaun (ka rai monu) no dezlizamentus (ka rai halai), mak kauza degradasaun ba rai no estraga mos kaptasaun bé, hodi hamenus kuantidade no qualidade bé husi rai-okos no ameasa vida selvajen ho rekursus alimentares. Husi sikun seluk, ábitus (ka lisan) sosioekonómikus hanesan uza ai-maran hodi te'in no poluisaun (ka hafo'er atmosfera) tanba emisoens (ka suar) husi kareta ho motorizadas no sunu ai-laran, buat sira ne'e hotu mak kontribui hodi aumenta doensas respiratórias (ka moras dada-iis nian).

Nune'e mos, alterasoens klimáticas ne'ebé halo nível tasi sa'e ás no hamosu kondisoens meteorológikas ne'ebé aat tebetebes, hodi provoka inundasoens, inseguransa alimentar, alterasaun iha kompozisaun kímika ho temperatura tasi ne'ebé afeta resifes koral (ka fatuk ahu-ruin) iha tasi, buat sira ne'e hotu mak sai hanesan dezafiu ambiental sériu ida, ne'ebé Timor-Leste tenke fô resposta no kria mekanizmus prevensaun.

Bele dehan katak ne'e hanesan dezafiu ida tan ba Timor-Leste, haree ba nia faze embrionária (foin hahú) iha de desenvolvimentu, ne'ebé prezisa tebes duni kresimentu indústrias de suporte (ka hodi fô apoiu) ba kresimentu ekonómiku. Maibé, bele subliña mos katak kontribuisaun Timor-Leste ba problema alterasoens klimáticas, ne'e ki'ik tebes duni, tanba Timor-Leste país ida ne'ebé ladún hasai 'dióksidu de karbonu', la hanesan ho nasoens emergentes no desenvolvidas.

É ainda importante referir que a defesa e conservação do meio ambiente, incluindo a promoção de biodiversidade, é um contributo importante para o desenvolvimento de uma indústria com forte potencial, ou seja, o crescimento do setor turístico.

Neste sentido, o Governo irá prosseguir os seguintes objetivos prioritários na área do ambiente:

- Rever e reforçar um quadro institucional e legal ambiental para o uso sustentável dos recursos naturais, incluindo um melhor planeamento e monitorização dos setores transversais ao desenvolvimento do país, que previna a deterioração ambiental e melhore a gestão ambiental do país;
- Promover campanhas sobre as questões ambientais e desenvolver conteúdos e ações que permitam uma educação ambiental generalizada, focada na preservação do ambiente, para crianças, jovens, adultos e comunidades;
- Implementar o Plano Nacional de Ordenamento do Território, bem como a respetiva legislação, incluindo a realização de estudos e levantamentos de avaliação e impacto ambiental, antes da construção de grandes projetos;
- Melhorar a coordenação intersetorial por forma a incluir as preocupações ambientais nos programas de desenvolvimento do país, incluindo as áreas da agricultura e pescas, desenvolvimento de infraestruturas, turismo e exploração dos recursos energéticos;
- Capacitar e melhorar as instituições e organismos responsáveis pela gestão, monitorização e fiscalização das questões ambientais, com prioridade para as localidades e áreas de intervenção de maior risco de degradação ambiental;
- Reforçar as parcerias nacionais e internacionais para uma melhor gestão ambiental.

Para tal, o Governo propõe-se a desenvolver as seguintes ações:

- Implementar o regime jurídico de gestão, proteção e conservação ambiental, incluindo as estratégias e planos de ação aprovados (incluindo a legislação de biodiversidade nacional, proteção de animais selvagens, etc.);
- Continuar a acompanhar e subscrever os acordos, programas e mecanismos internacionais relacionados com a gestão e conservação do ambiente e alterações climáticas, incluindo a sua tradução em legislação nacional e implementação das medidas e normas adotadas (diminuição da emissão de HCFC, a Convenção de Viena sobre o ozono, convenções internacionais UNFCCC, UNCCD, UNCBD, Acordo de Paris, etc.);
- Continuar o programa de reflorestação de todas as áreas degradadas, especialmente as áreas inclinadas em torno de Díli e outras consideradas prioritárias;

Importante mos atu refere iha ne'e katak defeza ho konservasaun meu ambiente, inklui promosaun biodiversidade, sai hanesan kontributu importante ba de desenvimentu indústria ida ho potenciál maka'as, katak, kresimentu setor turistiku.

Tanba ne'e, Governu sei kontinua ho objetivus prioritárius ba area ambiental, hanesan tuir mai:

- Haree di'ak fali no reforsa kuadru institucional no legal ambiente nian, kona-ba uzu sustentável rekursus naturais, inklui planeamentu ne'ebé di'ak liu, ho monitorizasaun setores transversais ba de desenvimentu país-nian, hodi prevene deteriorasaun (ka degradasaun) ambiental no hadi'a jestaun ambiental país ne'e nian;
- Promove kampañas kona-ba kestoens ambientais no desenvolve konteúdos ho asoens, ne'ebe permite edukasaun ambiental ida ne'ebé jeneralizada, ba labarik sira, jovens, adultus ho comunidades, liu-liu kona-ba prezervasaun ambiente;
- Hahú implementa Planu Nasional ba Ordenamentu Territóriu, hanesan mós lejislasaun nebé presiza, hodi inklui realizasaun estudus ho levantamentus kona-ba avaliasaun no impaktu ambiental, antezde konstrusaun projetus boboot;
- Hadi'a koordenasau intersetórial, atu nune'e bele inklui preokupasoens ambientais iha programas de desenvimentu País, inklui áreas agrikultura no peskas, de desenvimentu infraestruturas, turizmu ho explorasaun rekursus enerjétkus;
- Kapasita no hadi'a instituisoens no organizmus ne'ebé responsáveis ba jestaun, monitorizasaun no fiskalizasaun kona-ba kestoens ambientais, ho prioridade ba lokalidades (ka fatin) no áreas intervensaun, ne'ebé ho risku boot liu ba degradasaun ambiental;
- Reforsa parserias nasionais no internasionais ba jestaun ambiental ne'ebé di'ak liu.

Tanba ne'e, Governu propoen atu desenvolve asoens, hanesan tuir mai:

- Implementa rejime jurídku kona-ba jestaun, protesaun ho konservasaun ambiental, inklui estratéjias ho planus asaun ne'ebé aprova tiha ona, inklui lejislasaun kona-ba biodiversidade nasional, protesaun animais selvajens ka fuik, nsst;
- Kontinua akompañia no subskreve akordus, programas no mekanizmus internasionais, ne'ebé relaciona ho jestaun no konservasaun ambiente no alterasoens klimáticas, inklui nia tradusaun iha lejislasaun nasional no implementasaun medidas no normas, ne'ebé adota tiha ona (diminuisaun emisaun HCFC, Konvensaun Viena kona-ba ozono, Konvensaun Internacional UNFCCC, UNCCD, UNCBD, Akordu Paris, no sst);
- Kontinua programa reflorestasaun ba áreas degradadas ka ne'ebé estraga ona, liu-liu áreas hanesan foho-lolon sira hadulas Díli no seluktán ne'ebé konsidera prioritárias;

- Implementar a 100% os viveiros comunitários nos próximos 5 anos, com a continuação da plantação de 1 milhão de árvores todos os anos, em todo o país;
- Introduzir novos programas e campanhas de redução de queimadas e incêndios florestais durante a época seca, incluindo a substituição gradual do uso da lenha enquanto fonte de energia;
- Realizar estudos sobre o recurso a energias renováveis e continuar a implementar projetos-piloto de energias renováveis, recorrendo a fontes eólicas, solares, hidroelétricas e outras fontes renováveis;
- Produzir um documento estratégico sobre energias renováveis, em coordenação com a entidade responsável pelo setor da eletricidade, com vista à implementação da energia limpa;
- Desenvolver o programa de recolha e tratamento de resíduos (sólidos e líquidos) em todo o país, com prioridade para a área de Díli;
- Continuar a assegurar a implementação do Prémio Suco Saudável e desenvolver o Prémio “Habali Ambiente” para as entidades comerciais, industriais e privadas que promovam o princípio do poluidor-pagador, conservação da biodiversidade, redução das emissões de carbono ou outras medidas que visem a melhoria do ambiente;
- Desenvolver e implementar o regulamento de controlo da poluição do ar, ruído e solo e poluição atmosférica dos gases emitidos pelos veículos;
- Continuar a investir na capacidade dos recursos humanos na área do controlo ambiental, incluindo o uso de novas metodologias e testes ambientais;
- Estabelecer um laboratório ambiental para conduzir testes ambientais e a respetiva inspeção, monitorização e fiscalização;
- Produzir estatísticas ambientais sobre Timor-Leste e assegurar a sua divulgação, quer para a tomada de decisão do executivo, quer para o conhecimento alargado do público em geral;
- Rever o Plano Nacional do Ordenamento do Território e respetiva legislação, antes da sua aprovação, aferindo sobre os impactos ambientais;
- Implementar a Estratégia Nacional para a mitigação do lixo marinho;
- Implementar a Estratégia e o Plano de Ação sobre Biodiversidade Nacional;
- Trabalhar em conjunto com a CPLP no compromisso de desenvolver a “Estratégia da CPLP para os Oceanos”, que é transversal a áreas como o ambiente e a economia;
- Continuar a investir numa extensa rede de parques terrestres
- Implementa 100% viveiros komunitários, iha tinan 5 oin mai, ho kontinuasaun ba plantasaun ai, milhaun 1 tinan-tinan, iha país tomak;
- Introduz (ka hatama) programas foun ho kampañas kona-ba redusaun sunu rai no sunu ai-laran, durante época (ka tempu) rai-maran, inklui substitui (ka troka) neineik ábitu uza ai-maran hanesan fonte enerjia;
- Realiza estudus kona-ba rekursu ba enerjias renováveis no continua implementa projetus-pilotu kona-ba enerjias renováveis, hodi rekorre ba (ka uza fali) fontes eólicas (ka husi anin), solares (ka husi loro-manas), idroelétrikas (ka husi bé) no fontes renováveis seluk;
- Produz dokumentu estratéjiku ida kona-ba enerjias renováveis, halo koordenasau ho entidade ne’ebé responsável ba setor eletrisidade, ba implementasaun enerjia limpa (ka moos);
- Dezenvolve programa kona-ba rekolha no tratamentu reziduuus sólídu no líkidus (ka maran no bén) iha país tomak, ho prioridade ba área Díli;
- Continua aseguara implementasaun prémiu Suku Saudável no dezenvolve Prémio “Habaki Ambiente” ba entidades komersiais, industriais no privadus, atu promove prinsípiu poluidor-pagador, konservasaun ba biodiversidade, redusaun ba emisaun karbonu ka medida ne’ebé ho objetivu hadia ambiente;
- Dezenvolve no Implementa regulamentus kona-ba kontrolu poluisaun ar, ruídu (ka tarutu) no rai, ho mós poluisaun atmosférica (ka lalehan) tanba gazes (ka suar fo’er) ne’ebé sai husi veikulus;
- Continua investe iha kapasidade rekursus umanus iha área kontrolu ambiental, inklui uzu metodolojias foun ho testes ambientais;
- Estabelese laboratóriu ambiental ida, hodi halo testes ambientais ho ninia inspesaun, monotorizasaun no fiskalizaun rasik;
- Produz estatísticas ambientais kona-ba Timor-Leste no aseguara nia divulgasaun, tantu ba Ezekutivu hodi bele foti desizaun, hanesan mos ba koñesimentu públiku ein-jeral;
- Elabora ka prepara planus kona-ba Plano de Ordenamentu do Territóriu, ho ninia lejislasaun, hodi avalia kona-ba impaktus ambientais;
- Implementa Estratéjia Nasional ba mitigasaun ka redusaun lixu (ka fo’er) husi tasi;
- Implementa Estratéjia ho Planu Asaun kona-ba Biodiversidade Nasional;
- Servisu hamutuk ho CPLP, iha kompromisu atu dezenvolve “Estratéjia CPLP nian kona-ba Oseanus”, buat ne’ebé transversal ba áreas hanesan ambiente no ekonomia;
- Continua investe iha rede boot id aba parkes nasionais,

e marinhos nacionais que protejam amostras representativas da biodiversidade do país;

- Incentivar um maior conhecimento sobre a proteção ambiental e princípios ambientais nos currículos do ensino formal, bem como promover campanhas e ações através do ensino não formal;
- Continuar a implementar o programa “Escola Verde” que introduz o conceito e prática de sustentabilidade ambiental, junto das escolas do ensino primário e secundário, no território nacional, como atividade extracurricular;
- Desenvolver o Sistema Nacional de Áreas Protegidas e de Parques Nacionais e Conservação da Biodiversidade, incluindo a aprovação de planos de gestão integrada e sustentável, nomeadamente para o Parque Nacional “Nino Konis Santana”, o Parque Nacional “Xanana Gusmão” e o Jardim Botânico “Francisco Xavier do Amaral”;
- Desenvolver a coordenação entre a entidade governamental com responsabilidade pelo setor ambiental e a entidade governamental com responsabilidade sobre o setor do turismo, com vista à criação de programas de proteção de ecossistemas específicos, nomeadamente tartarugas, corais, etc.;
- Implementar a “Política de Zero Plástico” em todo o território e desenvolver programas eficazes de combate ao plástico, com vista à sua substituição sempre que possível, incluindo a sensibilização para os malefícios do uso do plástico, sobretudo para a degradação dos mares de Timor, bem como desenvolver a indústria de reciclagem de plástico.
- Promover um sistema de controlo da população de crocodilos por forma a minimizar as ameaças e ataques;
- Continuar a identificação e levantamento dos dados sobre a biodiversidade, incluindo o mapeamento dos ecossistemas das diferentes áreas de biodiversidades terrestres, marítimas, lacustres, áreas húmidas e outros ecossistemas em risco;
- Promover e reforçar as boas práticas culturais que visem a proteção ambiental, a conservação da natureza, a proteção dos locais com património de biodiversidade relevante;

5. PROSEGUIR COM A CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

“Timor-Leste é um País de baixos rendimentos com um setor privado emergente, com diversificação económica limitada e concentrado sobretudo na produção agrícola. Todavia, o nosso País possui oportunidades económicas consideráveis e um potencial forte para se tornar uma Nação com rendimentos médios”.

Apesar de muitos progressos terem sido alcançados nesta área, Timor-Leste tem que continuar a investir no planeamento estratégico para uma economia moderna e diversificada. Potenciar os setores produtivos, em torno de quatro indústrias

terrestres no maríñus, ne’ebé bele proteje amostras representativas biodiversidade país nian;

- Insentiva koñesimentu ne’ebé boot liu, kona-ba protesaun ambiental no princípios ambientais, iha kurríkulus iha ensinu formal, no mos promove kampañas ho asoens liuhusi ensinu naun-formal
- Kontinua implementa programa “Eskola Verde”, ne’ebé introduz conseitu ho prátika kona-ba sustentabilidade ambiental, iha eskolas ensinu primáriu no sekundáriu, iha territóriu nasional, hanesan atividade extrakurrikular ida;
- Dezenvolve Sistema Nasional kona-ba Áreas Protejidas no Parkes Nasionais no Konservasaun Biodiversidade, inklui aprovasaun planus jestaun integrada no sustentável, hanesan ba Parke Nasional “Nino Konis Santana”, Parke Nasional “Xanana Gusmão” ho Jardim Botâniku “Francisco Xavier do Amaral”;
- Dezenvolve koordenasaun entre entidade governamental ho responsabilidade ba setor ambiental no entidade governamental ne’ebé ho responsabilidade kona-ba setor turizmu, hodi kria programas kona-ba protesaun ekosistemas espesífikus, hanesan tartarugas (ka lenuk), no korais (ka ahu-ruin), etc.;
- Implementa “Polítika Zero Plástiku” iha territóriu tomak no dezenvolve programas ne’ebe efikazes, hodi kombate plástiku, hodi halo nia substituisaun bain-hira bele, inklui sensibilizasaun kona-ba perigu uza plástiku, liu-liu tanba degradasaun (ka estraga) tasi Timor, no mos oinsá dezenvolve indústria resiklajen ba plástiku;
- Promove sistema de jestaun ida ba Crocodilo ka Lafaek hodi minimiza no kombate atake ka ameasa hosi Lafaek sira;
- Kontinua halo identifikasaun no levantamento ba dadus kona-ba rikeza biodiversidade, inklui mapeamentu ekosistema hosi biodiversidade oin-oin iha Rai leten, Tasi Laran, fatin bokon sira no ekosistema seluk ne’ebé iha risiko boot;
- Promove no reforsa prátika kultural ne’ebé diak kona-ba protesaun ambiental, halo konservasaun ba natureza, protesaun ba fatin patrimóniu ho biodiversidade ne’ebé relevante.

5. KONTINUA HO KONSOLIDASAUN GOVERNATIVA

“Timor-Leste, nasaun ida nebé sei iha rendimentos kiik, ho setor privado ne’ebé foin hahú desenvolve-an ho mós diversifikasaun ekonómika nebé limitada, ekonomia nebé konsentradu liu iha produsaun agríkola. Maibé ita-nia nasaun iha oportunidades ekonómikas no iha potensial boot, atu sai Nasaun ida ho rendimentus médius”.

Maski progressus barak maka hetan ona iha área ekonomia, Timor-Leste tenki continúa investe iha planeamentu estratéjiku hodi la’o ba ekonomia ida moderna no diversifikada. Estratéjia, simples no lós, atu promove diversifikasaun ekonómika no

essenciais – a agricultura, o turismo, o petróleo e as minerais e a manufatureira – através do estudo e aproveitamento dos recursos naturais existentes, aproveitando as mais-valias da localização geográfica e do perfil da população, é uma estratégia simples e acertada para conduzir à tão necessária diversificação económica e mitigar a dependência das receitas petrolíferas.

A criação de emprego e a promoção do empreendedorismo é, ao mesmo tempo, um fator e um resultado na prossecução deste desígnio de desenvolvimento económico, sendo que o Governo tem que criar condições para não estar alienado dos jovens, ao mesmo tempo que promove o setor privado, recursos estes que são fundamentais para aumentar a produtividade nacional e para criar oportunidades de crescimento económico sustentável.

O Governo de Timor-Leste irá neste sentido: transformar as suas riquezas naturais, venham elas dos seus solos ou dos seus mares, em segurança alimentar, em saúde, em produtividade e em oportunidades de criação de emprego. Irá também transformar os hidrocarbonetos em oportunidades de desenvolvimento e de bem-estar para toda a população, através do desenvolvimento de infraestruturas, do setor privado e da criação de emprego. Mas irá, ainda, transformar a riqueza das suas gentes, da sua paisagem natural e da sua cultura ímpar em empreendedorismo e em aumento de rendimentos em todo o país.

Para tal, é essencial desenvolver um Quadro Nacional de Planeamento, com vista à implementação de Polos de Desenvolvimento nas várias regiões do país, que defina as características próprias de cada região e o potencial de crescimento de cada setor e subsetor, de acordo com os recursos locais disponíveis, para a implementação de ações e estratégias de crescimento sustentável e de desenvolvimento equitativo em todo o país, sob o mote de que “se a natureza é rica, o povo não pode ser pobre”.

5.1 POLÍTICA MACROECONÓMICA

Um dos objetivos da política macroeconómica do VIII Governo é criar campo de trabalho para todos, nomeadamente jovens e o bem-estar a toda a população. Assim, o Governo tem, como alvo, criar no mínimo 60,000 campos de trabalho novos e manter a taxa de desemprego num só dígito, reduzir taxa de pobreza mínima para 10%, durante os próximos cinco anos.

Com vista a atingir estes objetivos, a política macroeconómica irá orientar sobretudo no desenvolvimento económico com um crescimento elevado, inclusivo e sustentável, na diversificação da economia através do desenvolvimento dos setores produtivos (agricultura, turismo, petróleo e minerais e indústria manufatureira), na promoção do investimento do setor privado, para fortalecer a sustentabilidade fiscal e desenvolver a indústria financeira.

Durante os próximos cinco anos, o Governo pretende atingir uma média de crescimento económico acima dos 7%, com a elevada contribuição do setor privado nos setores produtivos. O Governo irá criar condições para aumentar o investimento do setor privado no mínimo 10% cada ano, com vista a contribuir

hamenus dependência ba reseitas mina-rai, maka atu potencia (ka fó kbit) ba Setores produtivos hanesan indústrias 4 importantes - agrikultura, turismo, petróleo no minerais no manufatureira, liu husi estudus atu aproveita rekursos naturais nebé iha, mais-valias husi pozisaun geográfika no husi perfil populasaun nian.

Nudar fator no resultadu husi hanoin no buka atu desenvolve objetivu ne'e, mak kriasaun empregu no promosaun empreendedorismo, ne'e duni Governu tenki kria kondisoens ba jovens, enkuantu promove mos setor privado, tamba rekursus rua ne'e mak sei aumenta produtividade nasional no kria oportunidades ba krescimento ekonómiko ne'ebé sustentável.

Tan ne'e, Governo sei transforma riku-soin naturais, iha rai-laran ka iha tasi-laran, ba seguransa alimentar, ba saúde, ba produtividade no ba oportunidades kriasaun empregu. Nune'e mós sei transforma hidrokarbonetos (ka mina-rai nebé todan) ba oportunidades desenvolvimentu infraestruturas, oportunidades ba setor privadu no ba kriasaun empregu. Maibé, sei transforma mós rikeza nebé iha nia emar, nudar timoroan, transforma paizajem natural no ninia kultura ímpar (ka únika) ba emprededorismu no ba aumentu rendimentus iha País tomak.

Ba ida ne'e, esensial mos atu desenvolve Kuadru Nasional de Planeamento ida kona-ba Polos (ka Sentrus) Desenvolvimento, iha rejioens balun iha ita-nia Rain, ne'ebé sei define karakteristikas rasik iha rejiaun ida-idak no potencial ba kresimentu husi sektor ida-idak no subsektore, tuir rekursus disponíveis (ka iha) iha fatin-fatin, atu implementa asoens no estratégias kona-ba kresimentu sustentável no ba desenvolvimentu ekuitativu iha País tomak, tuir mote ne'ebé hateten katak “*se natureza rika duni, povo labele sai kiak*”.

5.1 POLÍTICA MAKROECONÓMICA

Objetivo ida iha política makroekonómika husi VIII Governo, maka atu kria kampu serviço ba ema hotu, liu-liu ba jovens no ba moris diak ba povo tomak. Nune'e, Governo nia alvo maka atu kria, no mínimo, 60,000 kampo-de-servisu foun no atu mantein taxa badak ba dezempregu, no hamenus taxa kiak, minimu 10%, durante tinan lima oin mai.

Atu atinje objetivos hirak né, política makroekonómika sei orienta liu-liu ba desenvolvimentu ekonómiku ho kresimentu nebé boot, inklusivu no sustentável, ba diversifikasaun ekonomia liu-husi desenvolvimentu setores produtivos (agrikultura, turismo, petróleo no minerais, no industria manufatureira), promosaun ba investmentu husi setor privado no hametin sustentabilidade fiskal no desenvolve indústria financeira.

Durante tinan lima oin mai, Governo hakarak atinje média kresimentu ekonómiku liu 7%, ho kontribuisaun boot husi investmentu sector privadu iha sectores produtivos. Governo sei kria kondisoens ba investmentu, aumenta investmentu husi setor privado, no minimu 10% kada tinan, hodi kontribui

para a diversificação da economia, aumentar a base de imposto, viabilizando assim os objetivos de sustentabilidade fiscal, e contribuir para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Governo desenvolverá, em primeiro lugar, as infraestruturas, os recursos humanos e reforçar as instituições públicas, enquanto pré-condição para viabilizar a implementação política macroeconómica a fim de atingir os seus objetivos. Enquanto pré-condição para estimular o desenvolvimento de outros setores, o Governo irá continuar a desenvolver as infraestruturas com o objetivo de dar suporte ao crescimento económico e fortalecer a produtividade e a conectividade.

5.2 Setor Financeiro

A indústria financeira em Timor-Leste limita-se apenas ao setor bancário e o mercado financeiro é ainda inexistente. O Mercado Financeiro facilita a ocorrência do dinheiro, através dos que possuem mais capital (surplus) aos que mais necessitam, através do mecanismo direto e indireto. Um Mercado Financeiro abrangente e transparente facilita o investimento nos setores produtivos e impulsiona o crescimento económico. O Governo irá trabalhar com as entidades relevantes, nomeadamente o Banco Central de Timor-Leste (BCTL), no sentido de promover o desenvolvimento da indústria financeira, através da criação do ambiente favorável, facilitando as atividades comerciais do setor bancário, das instituições de seguros, das instituições de microcrédito e do mercado financeiro em Timor-Leste.

A política de desenvolvimento da indústria financeira irá contribuir para a mudança na estrutura da economia, que depende largamente das despesas públicas (*public sector driven economy*) para uma economia sustentável, sustentada com as atividades do setor privado (*private sector driven economy*).

Neste âmbito, o Governo irá também:

- Promover o estabelecimento de um regime geral de garantias reais sobre bens móveis, bem como o registo de ativos;
- Rever o regime legal do setor financeiro de Timor-Leste e revogar a legislação desatualizada que ainda se encontra em vigor;
- Criação de um regime financeiro coerente com o atual quadro legal e institucional, evitando o abuso no setor financeiro;
- Realizar estudos com vista ao desenvolvimento do setor de seguros, essencial ao desenvolvimento do investimento do setor privado.

5.2.1 Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL)

O desenvolvimento do setor privado em Timor-Leste não progride, em larga medida porque se limita a projetos do Estado e não tem acesso ao crédito e financiamento a um prazo longo e com juros acessíveis. As empresas necessitam de crédito para investir. A procura ao crédito é maior em Timor-Leste, a

atu diversifika ekonomia, aumenta baze ba imposto, hodi nune'e bele viabiliza objetivo kona-ba sustentabilidade fiskal, no kontribui ba deenvolvimentu ne'ebé inkluzivu no sustentável.

Governo sei desenvolve uluk infraestruturas, rekursos humanos no hametin instituisoens públicas, núdar pré-kondisaun atu viabiliza implementasaun política makroekonómika, hodi atinje ninia objetivus. Núdar pré-kondisaun atu estimula deenvolvimento iha setores sira seluk, Governo sei kontinua deenvolve infraestruturas ho objetivo atu suporta kresimento ekonómiku no atu hametin produtividade, konektividade, asesu no afordabilidade (katak bele hola).

5.2 Setor Financeiru

Indústria financeira iha Timor-Leste sei limitadu hela ba setor bankáriu no seidauk iha merkadu finanseiru. Merkadu finanseiru fasilita osan naksulik husi ema sira ne'ebé iha osan liu (*surplus*) ba sira ne'ebé presiza osan, liu-husi mekanismu diretu no indiretu. Merkadu finanseiru ida luan no transparente, mak fasilita investimentu iha setores produtivus no dudu kresimentu ekonómiku. Governo sei servisu hamutuk ho entidades relevantes sira, liu-liu ho Banco Central Timor-Leste (BCTL) atu promove deenvolvimentu industria finanseira liu-husi kria ambiente favorável hodi fasilita atividades komersiais husi sector bankáriu, instituisoens seguros, instituisoens ba mikro kréditu no merkadu finanseiru iha Timor-leste.

Política deenvolvimentu ba industria finanseira ne'e sei kontribui ba mudansa iha estrutura ekonomia nian, ne'ebé sei depende maka'as ba despesa publica (*public sector driven economy*) ba ekonomia ida ne'ebé sustentável tamba sustenta ho atividades setor privado nian (*private sector driven economy*).

Iha âmbito ida n'ee, Governo mós sei:

- Promove estabelecimento rejime jeral ida atu fó garantias reais (ka los) kona-ba sasán móvel, no mós rejisto ba rikusoins;
- Hadi'a rejime legal ba setor finanseiru iha Timor-Leste, no mós hadi'a lejislasoens tuan ne'ebé agora dadaun sei utiliza;
- Kria rejime finanseiru ida ne'ebé koerente ho quadru legal no institucional ne'ebé iha, hodi evita prátika ne'ebé la-diak iha setor finanseiru;
- Halo estudus kona-ba deenvolvimentu setor seguro (ka 'asuransi'), ne'ebé esensial ba deenvolvimentu husi investimentu setor privadu nian.

5.2.1 Banku Deenvolvimentu Timor-Leste (BDTL)

Deenvolvimentu setor privado iha Timor-Leste la-la'ó ho máximu, tamba limitasaun ka la-ia asesu ba kcréditu no ba finansiamentu ho durasun tempu naruk ho juros ne'ebé aessíveis. Emprezas sira presiza kréditu hodi investe. Iha prokura (katak buka, hakarak, presiza) ne'ebé boot ba kréditu,

fim de reabilitar os hotéis, facilitar os retalhistas na compra de bens, com variedade e em grandes quantidades, facilitar as empresas de construção civil na aquisição dos seus equipamentos e para a construção de habitação e escritórios. Apesar de os bancos comerciais iniciarem um aumento e liquidez no sistema bancário, o crédito ao setor privado continua menos de 14% do total de ativos. Os bancos existentes apenas concedem crédito às organizações internacionais e às empresas do seu país de origem e aos setores que muito dependem do contrato do Governo e do investimento público.

O Governo irá estabelecer um Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL), com o objetivo de facilitar o acesso ao financiamento a longo prazo, com taxas de juros acessíveis. Este Banco irá dar oportunidade para as empresas timorenses se sustentarem e criar muito emprego, construir as infraestruturas e por conseguinte contribuir para uma diversificação económica. Este Banco terá o enfoque especial para atender as procuras ao crédito nas áreas estratégicas da Nação, tendo relação com o crescimento do setor privado e o desenvolvimento do mercado financeiro. O Estado será o “Dono” do banco e, ainda terá a contribuição do capital timorense. Este banco terá as diretivas de investimento claras e rigorosas, tendo operações administrativas e comerciais independentes e o padrão de boa governação elevada.

5.2.2 Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL)

O acesso ao crédito continua a gerar problema às pequenas empresas e aos timorenses, incluindo os que habitam nas áreas rurais. A falta de crédito impede que as pequenas empresas possam expandir, limitando as capacidades dos timorenses para o estabelecimento de empresas, criando, por conseguinte, barreira para o crescimento da economia. O BNCTL tem de expandir o seu serviço nos municípios e nos postos administrativos através do banco móvel. O Governo irá continuar a apoiar o BNCTL e a sua expansão, com vista a servir a nossa população, através da prestação de serviços bancários e créditos, fornecendo o acesso aos serviços financeiros a todos os timorenses, bem como as empresas micro, pequenas e médias, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. O Governo irá continuar a dar apoio ao serviço do Banco Central e do Banco comercial, com vista a facilitar um sistema bancário abrangente, acessível a todos os cidadãos, incluindo, em tais esforços como “Mobile Phone Banking” e “inclusão financeira”.

5.2.3 Micro e União de Crédito

Os esforços para gerar em Timor-Leste uma economia nacional sustentada passa muito pelos incentivos criados em torno da criação de microempresas ou, melhor ainda, de empresas familiares.

Há diversas instituições micro e união de crédito já estabelecidas que já concederam serviços de crédito a muita população. O Governo irá continuar no sentido de ajudar estas instituições para expandirem os seus serviços e facilitar melhor às populações o acesso ao crédito, sobretudo as micro e pequenas empresas em áreas rurais.

iha Timor-Leste, atu hadi’a ka halo hotéis, atu fasilita retalhistas sira bele sosa sasán oin-oin no barak liu-tan, atu emprezas konstrusaun sivil bele sosa ekipamentus no atu ema harii uma no eskritórius. Maski bankus komersiais hahú iha aumentu no iha likidez iha sistema bankáriua, maibé kréditu ba setor privado menus husi 14%, husi total ativos. Bankus sira, ne’ebé funsiona iha Timor-Leste, fõ deit kréditu ba organizasoens internacionais no ba emprezas husi sira-nia rain no ba deit setores ne’ebé depende maka’as ba kontratu ho Governu no ba investimentu públiku.

Governo sei estabeselese Banco Desenvolvimento Timor-Leste (BDTL), hodi bele fõ asesu ba finansimentu longo-prazu (ka tempo-naruk) ho taxa juros ne’ebé asesível. Banku ida ne’e sei fõ oportunidade ba emprezas timor hodi hamrik, emprega ema barak, harii infraestruturas no, nune’e, kontribui ba diversifikasaun ekonómika. Banku ida ne’e sei foka liu ba hatán demandas ba kréditu iha áreas estratéjika Nasaun-nian, ne’ebé iha relasaun ho kresimentu setor privadu nian no ba dezenvolvimentu merkadu finanseiru. Estado maka sei sai na’in ba Banku ida ne’e, ho kontribuisaun kapital timor-nian. Banku ida ne’e sei iha diretivas ba investimento klaras no rigorozas, ho operasoens administrativas no komersial ne’ebé independentes ho padraun ba boa-governasaun ne’ebe ás.

5.2.2 Banco Nacional Comércio Timor-Leste (BNCTL)

Asesu ba crédito continua sai problema emprezas ki’ik no ba Timor-oan sira, inclui sira ne’ebé hela iha áreas rurais. Falta kréditu mak impede emprezas ki’ik atu bele aumenta sira-nia kbit, limita Timor-oan sira-nia kapasidade atu kria emprezas no, tamba ne’e, impede kresimentu ekonomia. BNCTL buka haluan daun-daun ninia servisu, iha munisípius no mos iha postos administrativus, liu-husi banku móvel. Governo sei continua fõ apoio ba BNCTL no ba ninia alargamento atu servi ita-nia populasaun tomak, liu-husi prestasaun servisus bankárius no kréditus, hodi fõ asesu ba servisus finanseirus ba Timor-oan sira no ba emprezas mikro, ki’ik no médias, tanto iha áreas urbanas no mos iha áreas rurais. Governo mós sei continua fõ apoio ba servisu Banco Central nian no banco komersial, hodi fasilita sistema bankáriu ida abranjente no asesível ba ema hotu, inklui esforsus kona-ba “Mobile Phone Banking” no “inklusaun finanseira”.

5.2.3 Mikro no Uniaun de Crédito

Esforços atu haburas ekonomia nasional ne’ebé sustentáveis, sei halo liu-husi fõ insentivus atu kria mikro-emprezas no emprezas familiares. Atu realiza ida nee, governo sei implementa política ne’ebé sei facilita criação empresas kiik no suporta sira nia atividades negócios.

Iha tiha ona instituisoens mikro no uniaun de crédito lubuk ida, nebé fõ ona servisu crédito ba populasaun barak. Governo sei continua tulun instituisoens hirak né, hodi habelar liu-tan sira-nia servisu no fasilita diak liu-tan populasaun hodi hetan kréditu, liu-liu emprezas mikro no ki’ik iha áreas rurais.

5.2.4 Política Monetária – Preparação da Moeda

A moeda é um instrumento financeiro que assume o papel importante no desenvolvimento de um país, nomeadamente no desempenho do valor da moeda que Timor-Leste utiliza face a outras moedas. O Governo, através do Ministério das Finanças, irá em conjunto com o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) realizar estudos e análises profundas sobre as vantagens e desvantagens da utilização da moeda Dólar ou do uso de uma moeda própria.

5.3 Finanças Públicas

As Finanças Públicas são um fator importante para o processo de desenvolvimento em Timor-Leste. Assim sendo, irá continuar a melhorar e fortalecer a gestão das finanças públicas com transparência, responsabilidade, eficiência e sustentabilidade, como um dos programas principais que este governo irá implementar durante o seu mandato.

A Promoção da gestão das finanças públicas para melhor será efetuada através de “Reforma à Gestão das Finanças Públicas”, fortalecendo a gestão e expandir a implementação das Parcerias Público-Privadas, estabelecer uma boa política e gestão às dívidas públicas (empréstimos), manter uma boa e prudente gestão do Fundo Petrolífero e, ainda fazer uma boa gestão dos Fundos públicos, incluindo o Fundo da Segurança Social.

5.3.1 Reforma da Gestão das Finanças Públicas

A Reforma Fiscal recentemente implementada pelo VI Governo Constitucional, será substituída pela “Reforma Fiscal e da Gestão das Finanças Públicas”. Esta mudança será introduzida, já que o Governo se compromete para fazer reforma de forma compreensiva na área das Finanças públicas, com vista a aumentar as receitas para o Estado, fortalecendo e promovendo a transparência e responsabilidade na política fiscal e na gestão financeira.

A reforma da gestão das finanças públicas será realizada através da diversificação financeira às áreas de receitas e despesas, melhorando o aprovisionamento e fortalecendo a descentralização financeira e orçamentação com base no programa.

5.3.2 Reforma Tributária

Através da diversificação de receitas, o Governo pretende atingir os 18% de receitas domésticas do total de “Produto Interno Bruto (PIB)” em 2023 (estabelecendo desde já a meta de atingir os 15% até 2020). Isto é imprescindível para se libertar da nossa dependência nas receitas do Fundo Petrolífero. Tendo em vista atingir este objetivo, o Governo irá continuar a melhorar a administração, os recursos humanos, o sistema e as infraestruturas para as Autoridades de Imposto das Alfândegas, fazer revisão à Lei do Imposto e introduzir a lei para “Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

5.2.4 Política Monetária – Preparasaun Moeda

Moeda núde instrumento financeiro, ne’ebé assume papel importante iha desenvimentu Nasaun ida-nian, liu-liu iha dezentpenho ba valor husi moeda ne’ebé Timor-Leste uza hasoru moedas seluk. Governo, liu-husi Ministério Finanças, sei servisu hamutuk ho Banco Central Timor-Leste (BCTL), atu halo estudo no análise kle’an kona-ba vantajens no desvantajeens husi utilizasaun moeda Dólar ou uza moeda rasik. Rezultadu husi estudo ne’e maka sei determina kona-ba Timor-Leste atu kontinua uza moeda Dólar ou kria nia moeda rasik.

5.3 Finansas Públicas

Finansas Públicas maka fator importante ida ba prosesu desenvolvimento iha Timor-Leste. Nune’e, sei kontinua hadi’a no hametin jestaun finansas públicas ne’ebé iha transparénsia, responsabilidade, efisiénsia, efikásia no sustentabilidaden núde programa prinsipal ida, nebé Governo sei implementa durante ninia mandato.

Atu promove jestaun finansas públicas sai diak liu-tan, sei halo liu-husi “Reforma ba Gestão Finanças Públicas”, hodi hametin jestaun no habelar implementasaun Parcerias Publico-Privadas, no hasai política ida ke diak no jestaun diak ba dívidas públicas (empréstimos), mantein jestaun di’ak no prudente ba Fundo Mina-rai, no halo jestaun di’ak ba fundos públicos, inclui ba Fundo Seguransa Sosial.

5.3.1 Reforma Jestaun Finansas Públicas

Reforma Fiskal, nebé hahú implementa iha mandato VI Governo, sei troka ho “Reforma Fiskal no Jestaun Finansas Públicas”. Mudansa ida ne’e sei introduz, tamba Governo komprometido atu halo reforma nebé kompreensiva, iha área Finansas Públicas nian, hodi aumenta reseitas ba Estado, no hametin transparénsia no efisiénsia iha política fiskal no jestaun finanseira.

Reforma jestaun finansas publikas sei hala’o liu-husi halo diversifikasaun finanseira, iha área reseitas no despezas, hodi hadi’a aprovizionamentu, no hametin descentralizasaun finanseira no orsamentu nebé bazeia ba programa.

5.3.2 Reforma impostos no taxas

Liu-husi diversifikasaun reseitas, Governo hakarak hetan to’o 18% iha reseitas doméstikas, husi total “Produto Interno Bruto (PIB)” iha 2023 (Estabelese ona meta atu atinje to’o tinan 2020). Ida ne’e importante tebes, hodi hahú hakore-an husi dependénsia ba reseitas husi Fundo Mina-rai. Atu atinji objetivo ida ne’e, Governo sei kontinua hadi’a administrasaun, rekursus humanos, sistema no infraestruturas ba Autoridades de Imposto iha Alfândega, halo revizaun ba Lei do Imposto no introduz lei kona-ba “Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

Por outro lado, o Governo pretende aumentar as receitas através de uma maior eficiência e eficácia na cobrança fiscal mas mantendo a carga fiscal neutra e competitiva na Região, através da identificação e regulamentação das potenciais receitas existentes e através da melhoria das capacidades das instituições públicas que têm como objetivo efetuar a coleta fiscal (nacionais e municipais).

Um dos objetivos principais da diversificação das receitas será aumentar as receitas e facilitar o desenvolvimento socioeconómico, o investimento e criação de emprego. Neste sentido, este programa é parte integrante do programa do Governo com vista a desenvolver e diversificar a economia.

Assegurar a instalação dos órgãos, serviços e pessoal da Autoridade Tributária e da Autoridade Aduaneira, através das respetivas Comissões Instaladoras.

5.3.3 Eficiência e Eficácia da Despesa Pública

O Governo, neste âmbito, irá assegurar para que as despesas públicas sejam realizadas de forma efetiva, eficaz, transparente e que pelas quais responde. Neste sentido, irá continuar a fortalecer a descentralização financeira às instituições públicas e às autoridades regionais e municipais, reforçando as capacidades das instituições públicas, tais como: Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), Secretariado dos Grandes Projetos e Comissão Nacional do Aproveitamento (CNA) a fim de finalizar, processar e fazer a supervisão dos projetos com rigor, atualizar e aplicar o sistema informático financeiro e transparência a todas as entidades públicas, incluindo RAEOA e ZEESM, fazendo interligação do sistema informático utilizado pelas instituições relevantes no setor público com o sistema informático financeiro, bem como atualizar e melhorar a Lei do Orçamento e Gestão Financeira e Lei do Aproveitamento, transformando de forma gradual o sistema de contabilidade do Estado a partir do “cash basis system” ao “accrual basis system” e continuar a implementar o princípio de “orçamentação por programas”.

Será implementado, ainda, o regime dos profissionais na gestão das finanças públicas para fortalecer os recursos humanos na área das finanças, com vista a assegurar que os recursos financeiros públicos sejam geridos com rigor para financiar o processo de construção do Estado e da Nação.

5.3.4 Orçamentação por Programas

As despesas públicas terão um grande impacto, na medida em que os orçamentos do Estado financiam as atividades já estabelecidas. Neste âmbito, a política sobre “orçamentação por programas” continuará a ser implementada em todas as instituições públicas, desde o nacional até aos municípios.

Assim, o Governo implementará este compromisso como uma componente da Reforma da Gestão das Finanças Públicas, já que este Governo pretende criar um sistema de interligação entre o orçamento e planeamento, que visa definir os objetivos, alvos e impactos do serviço público às populações, a curto, médio e longo prazo.

Iha parte seluk, Governo hakarak aumenta mak reseitas, liu-husi efisiénsia no efikásia boot liu iha kobransa fiskal, maibé mantein karga fiskal ida neutra no kompetitiva iha rejiaun, liuhosi identifika no regula potênsias nebé iha ba reseitas no hadi’a kapasidade instituisoens públikas nian, ho objetivu atu halo koleasaun reseitas, husi nível nasional to’o munisípius.

Objetivu prinsipal ida, husi diversifikasaun reseitas maka atu aumenta reseitas no facilita dezvoltimentu sosioekonómiku, investimentu no kriaasaun emprego. Nuné, programa ida ne’e sai nudar parte integrante husi programa Governo-nian atu dezvoltolve no diversifika ekonomia.

Asegura instalasaun órgauns sira, servisu no pessoal Autoridade Tributária no Autoridade Aduaneira, liuhosi Komisaun Instaladora ida-idak.

5.3.3 Efisiénsia no Efikásia iha Despeza Publika

Iha asuntu ida ne’e, Governo sei assegura katak despezas públicas tenki halo ho forma efetiva, efikaz, transparente atu bele hatan. Nune’e, sei continua hametin descentralizasaun finanseira ba instituisoens públicas no ba Autoridades regionais no municipais, hodi reforsa kapasidade iha instituisoens públicas, hanesan: Ajênsia Dezenvolvimentu Nasional (ADN), Sekretariadu Grandes Projetos no Komisaun Nasional Aproveitamento (CNA), hodi prepara, prosesa no halo supervizionamentu ho rigor ba projetos, atualiza no aplika sistema informátiko-finanseiru no ho transparênsia ba entidades públicas hotuhotu, inklui RAEOA no ZEESM, halo interligasaun (*interface*) sistema informátiku ho sistema informátiku finanseiru, nebé instituisoens relevantes, iha setor publiku, utiliza daudaun, nune’e mós, atualiza no hadi’a Lei Orçamento no Gestão Financeira no Lei Aproveitamento, hodi gradualmente transforma sistema contabilidade Estado nian, husi “*cash basis system*” ba “*accrual basis system*” no continua implementa política “orsamento tenki bazeia ba programa”.

Sei implementa mós rejime profissionais iha jestaun finansas públicas, atu hametin rekursos humanos iha área finansas, hodi assegura katak rekursus finanseirus públikus hetan jestaun nebé rigoroza duni, hodi bele finansia prosesu konstrusaun Estado no Nasaun.

5.3.4 Orsamentu Bazeia ba Programa

Despezas públicas sei hetan impacto boot, tamba orsamento Estado maka sei finansia atividades nebé estabesele ona. Nune’e, política kona-ba “orsamento tenki bazeia ba programa” sei continua implementa iha instituisoens públicas hotu-hotu, husi nasional to’o munisípius.

Nune’e, Governu sei implementa kompromisu ida ne’e, nudar componente ida husi Reforma Gestão Finanças Públicas, tamba Governo hakarak kria sistema interligasaun entre orsamento no planeamentu, ne’ebé sei define objetivos nebé klarus, alvos no impactos husi servisu publiku ba populasaun, iha tempo badak, médio no naruk.

5.3.5 Aprovisionamento e Transparência nas Finanças Públicas

Um dos importantes componentes da Reforma da Gestão das Finanças Públicas é o processo de aprovisionamento público. Continuar a melhorar a capacidade das instituições públicas e fazer revisão à Lei do Aprovisionamento como um compromisso que será implementado neste mandato.

As Leis e regras do aprovisionamento serão revistas e atualizadas, por forma a assegurar o processo de aprovisionamento público a nível nacional, regional e municipal, realizando de forma eficaz, transparente, sem discriminação, bem como facilitar o desenvolvimento do setor privado, nomeadamente o setor privado local. Estas revisões são necessárias para fazer ajustamento das leis e regras do aprovisionamento por fases e num processo de desenvolvimento envolvente.

O Governo, tem, também, o grande compromisso de continuar a promover a transparência e responsabilização para as finanças públicas, a partir das seguintes ações:

- Continuar a desenvolver a Gestão de Finanças Públicas eletrónica e a promover transparência através do Portal da Transparência do Orçamento, o Portal de Aprovisionamento Eletrónico, o Portal da Transparência das Ajudas e o Portal de Resultados do Governo;
- Estabelecer uma coordenação com as entidades relevantes, que vise uma auditoria regular para as despesas públicas;
- Continuar a fortalecer a cooperação com o Tribunal de Contas para promover transparência e responsabilização das despesas públicas;
- Reforçar os órgãos de inspeção, nomeadamente o Gabinete do Inspetor-Geral do Estado, por forma a aumentar e melhorar as inspeções e auditorias às entidades públicas, de forma responsável e independente.

5.3.6 Empréstimos

O Governo irá continuar a fazer uma gestão com rigor ao dinheiro já emprestado e o que será emprestado no futuro. O dinheiro, que será emprestado das instituições financeiras e/ou do mercado financeiro, será utilizado apenas para financiar o investimento nos setores produtivos, e que não será maior que a capacidade do governo para reembolso no futuro.

Assim, será continuada a política de empréstimos para se obter dinheiro barato (juros a baixo de 3%) para financiar projetos de infraestruturas com retorno económico, financeiro e social maior, com vista a estimular o desenvolvimento e facilitar o processo de diversificação económica. Tendo em consideração melhorar a capacidade das instituições públicas relevantes para supervisionar e assegurar a qualidade de investimento.

5.3.7 Parcerias Público-Privadas (PPPs)

A modalidade PPP irá continuar a promover o processo de

5.3.5 Aproxionamento no Transparência iha Finansas Públikas

Componente importante ida husi Reforma Gestão Finanças Públikas maka prosesu aprovizionamento públikuo. Sei kontinua hadi'a capacidade instituisoens públikas nian no halo revizaun ba Lei Aprovizionamento, nudar kompromisu ida nebé sei implementa iha mandato ida ne'e.

Sei revê no atualiza Lei no regras aprovizionamento nian, hodi assegura katak prosesu aprovizionamentu públiku. Iha nível nasional, rejional no munisipal, sei hala'o ho efikásia, transparência no la-iha diskriminasaun, atu fasilita dezvoltimentu setor privadu nian, liu-liu setor privado lokal. Presiza duni halo revizoens hirak ne'e, atu bela halo ajustamentu fazeadu ba leis no regras aprovizionamento ho prosesu dezvoltimentu ne'ebé iha.

Governo mos iha compromisso boot atu kontinua promove transparência no responsabilizasaun ba finansas públikas, liu-husi asoens tuir mai:

- Kontinua dezvoltolve Gestão Finanças Publicas electrónica no promove transparência liu-husi Portal Transparência Orsamento nian, Portal Aprovisionamento Electróniku, Portal Transparência ba Ajuda externa no Portal ba Rezultadus Governu nian;
- Halo koordenação ho entidades relevantes atu hala'o auditoria regular ba despesas públikas;
- Kontinua hametin kooperação ho Tribunal de Contas, hodi promove transparência no responsabilizasaun;
- Hakbiit órgaos inspesaun nian, hanesan Gabinete Inspetor Geral do Estado, atu aumenta no hadi'a inspesoens no auditorias ba entidades publikas, ho responsabilidade no independensia.

5.3.6 Empréstimos

Governo sei kontinua halo gestão diak ba osan ne'ebé simu ona nudar emprestimu no ba osan ne'ebé sei tama, liu-husi emprestimu, iha futuro oin mai. Osan nebé atu empresta husi instituisoens financeiras ka husi merkadu finanseiru, sei utiliza deit atu finansia investimentus iha setores produtivos, no sei la boot liu kapasidade Governu-nian atu selu iha futuro.

Nune'e, Governu sei kontinua ho política empréstimu hodi hetan osan barato (funan empréstimu nian tenki menus husi 3%) atu finansia projetos infraestruturas, nebé sei fô retornus ekonómiku, finanseiru no sosial boot, hodi estimula dezvoltimento no fasilita prosesu diversifikasaun ekonomia. Sei fô atensaun boot ba hadi'a kapasidade iha instituisoens públikas relevantes, hodi superviziona no assegura qualidade ba investimento.

5.3.7 Parcerias Público-Privadas (PPP)

Modalidade PPP sei kontinua hala'o, iha prosesu diversifika-

diversificação das despesas para financiar investimentos importantes. O Governo irá identificar os projetos a partir dos setores com grande potência para criar efeitos multiplicativos variados, assim como irá negociar com os investidores para estabelecer parcerias que visem o investimento.

Neste contexto, terá que continuar a aperfeiçoar as leis e regras, bem como as capacidades da Unidade PPP no Ministério das Finanças, por forma a fazer uma boa gestão ao investimento do Porto Tibar que é financiado com a modalidade PPP. Assim como, fazer com que a Unidade PPP tenha capacidade para identificar projetos estratégicos, mediante negociação com o setor privado e gerir o portfólio do PPP com rigor.

5.3.8 Participação do Setor Público no Investimento Privado (Participação Equitativa)

Timor-Leste é considerado um dos países de grande risco para o investimento privado, e para a diversificação financeira (receitas e despesas), por forma a promover investimentos e criação de empregos, o governo promoverá programas de “equity participation” ou participação em “ações” para o investimento do setor privado. Timor-Leste possui Fundo Petrolífero que é investido no mercado internacional, com o retorno médio anual de 3%, assim, o Governo compra as ações do setor privado, quando o investimento é feito em Timor-Leste e o investimento tem um retorno financeiro e económico elevado.

Tendo em vista viabilizar este compromisso, o Governo fortalecerá as capacidades das empresas estatais existentes, por forma a orientá-las a exercer bem para efeitos financeiros e económicos para o Estado, promovendo o estabelecimento e as atividades das empresas estatais para os setores produtivos, e estabelecer o “Timor-Leste Investment Corporation (TLIC) e capitalizar as companhias estatais, como Timor-GAP, por plano de negócios.

O mecanismo de diversificação financeira, a partir do “Equity Participation”, pretende ser implementado pelo governo, já que estimulará investimentos do setor privado, promover o desenvolvimento das infraestruturas, e contribuir para a diversificação da economia e criação do emprego, com vista a arrecadar receitas para o Estado.

5.3.9 Investimentos de Timor-Leste (TLIC)

O Governo irá estabelecer a TLIC, com vista a exercer funções como companhia estatal para o investimento. A TLIC será financiada pelo governo para este pode efetuar investimentos comerciais que permitam um grande retorno financeiro ou que permitam efeitos multiplicativos para o desenvolvimento socioeconómico. A prioridade será dada, em primeiro lugar, ao investimento interno no país.

Como empresa estatal para o investimento, a TLIC poderá também fazer capitalização das outras companhias públicas como parte das suas atividades comerciais. Em princípio, a decisão do investimento que TLIC faz, deve ser baseada no princípio e objetivos comerciais.

saun despezas atu finansia investmentus importantes. Governo sei identifika projetos husi setores nebé iha potênsia boot atu hamosu efeitos multiplikadores barak, no sei negocia ho investidores sira atu estabeselese parserias nebé lori investimento.

Iha ne’e, sei kontinua hadi’a liu-tan leis no regras, no mós kapasidades husi Unidade PPP, iha Ministério Finanças, hodi halo jestaun nebé diak ba investimento porto Tibar, ne’ebé hetan finansiamentu ho modalidade PPP. Nune’e mos, sei aumenta kbiit Unidade PPP nian, atu iha kapasidade hobebele identifika projetos estratéjkus, halo negosiasaun ho setor privado no jere portfólio PPP ho rigor.

5.3.8 Participasaun Setor Públiku iha Investimento Privado (Equity Participation)

Tamba Timor-Leste sei konsidera hanesan Nasaun ida ho risku boot ba investimento privado no ba diversifikasaun financeira (reseitas no despezas), atu atrai investimento no kria emprego, Governo sei promove programa “equity participation” ka partisipasaun iha “ações” ba iha investmentus husi setor privado. Timor-Leste iha Fundo Mina-rai ne’ebé investe daudauk iha merkado financeiro internacional, ho retorno médio anual 3%, nune’e, Governo hola “ações” setor privado nian, kuandu investimento ne’e mai iha Timor-Leste no investimentu fô retornu financeiro no ekonómiku ne’ebé boot.

Atu viabiliza compromisso ida nee, Governo sei hametin kapasidade emprezas estatais nebé iha no orienta sira atu haknaar-án ho diak hodi fô rezultadus financeiros no ekonómikus ba Estado, promove estabelesimento no atividades emprezas estatais ba setores produtivos, estabelece “Timor-Leste Investimento Corporation (TLIC) “ no kapitaliza companhias estatais hanesan Timor-GAP, bazeia ba sira-nia plano negócios.

Governo hakarak implementa mekanismu ba diversifikasaun financeira, liu-husi “Equity Participation”, tamba sei estimula investimento husi setor privado, promove desenvolvimento infraestruturas, kontribui ba diversifikasaun ekonomia, ba kriaun emprego no hatama reseitas ba Estado.

5.3.9 Timor-Leste Investment Corporation (TLIC)

Governo sei estabesele TLIC, hodi hala’o knaar nudar companhia estatal ba investimento. TLIC sei hetan kapitalizasaun husi Governo, atu halo investimento komersial ne’ebé sei hamosu retornu financeiro boot, no mos halo investimento ba projetos sira nebé iha efeitos multiplikativos barak ba desenvolvimento socioekonómiku. Sei fô prioridade, uluk liu, ba investimento iha rai-laran.

Nudar companhia estatal ba investimento, TLIC mos bele halo kapitalizasaun ba companhias estatais seluk, nudar parte ida husi ninia atividades komersiais. Em princípio, desizaun ba investimento nebé TLIC halo, tenki bazeia ba prinsipius no objetivus komersiais.

5.3.10 Gestão do Fundo Petrolífero

O Governo, irá, assim, continuar a trabalhar, em conjunto com o Parlamento Nacional e o Banco Central de Timor-Leste, por forma a manter uma boa gestão do Fundo Petrolífero, como único recurso financeiro para Timor-Leste. Este compromisso irá refletir-se através da política do governo para manter uma boa governação com transparência, sustentabilidade e investimento prudente para o Fundo Petrolífero.

O sistema de “check and balance” será fortalecido, com vista a assegurar que a utilização do Fundo petrolífero para fazer face às necessidades do Estado deve ter sempre a autorização do Parlamento Nacional. Por outro lado, o Fundo Petrolífero irá continuar a ser investido com rigor e prudência no mercado financeiro (títulos e ações) pois a lei orienta que o retorno seja maior. Neste sentido, a sustentabilidade do Fundo será fortalecido, a partir da orçamentação e despesas públicas que são racionais, eficazes e eficientes, para se fazer uma boa gestão ao “cash flow” do tesouro.

5.3.11 Gestão do Fundo da Segurança Social e do Fundo dos Veteranos

O Governo pretende criar uma boa proteção social a todos os cidadãos. Assim, será assegurado um programa de assistência social existente, mediante ajustamento ao nível de assistência financeira por necessidade existente e fazer uma boa gestão ao fundo da segurança social que vise assegurar a sua sustentabilidade.

A segurança social é um compromisso do Governo para fortalecer o desenvolvimento inclusivo. Assim, será estabelecida a “Instituição da Segurança Social”, com o objetivo de gerir o serviço e o fundo da segurança social com cuidado, tendo em conta a sustentabilidade e transparência para o Fundo, e assegurar o direito dos beneficiários a longo prazo.

Por outro lado, o Governo ainda irá realizar estudos relacionados com o estabelecimento do Fundo dos Veteranos, como um compromisso para melhorar a qualidade de vida dos veteranos e assegurar a sustentabilidade da assistência financeira aos veteranos a longo prazo. O estabelecimento do Fundo dos Veteranos será sujeito ao resultado dos estudos efetuados

5.3.12 Gestão do Património do Estado

O processo de construção do Estado, que continua a passos largos, resulta já para o aumento no património do Estado móvel e imóvel, a nível nacional, regional e nos municípios. Assim, este Governo pretende aperfeiçoar a gestão para estes patrimónios do Estado.

Tendo em vista fazer uma boa gestão ao património do Estado, a política do Governo é estabelecer uma instituição dedicada para coordenar com as instituições públicas relevantes e fazer a gestão de todos os patrimónios, móveis e imóveis. A Gestão ao património do Estado inclui estabelecer uma Central de Base de dados a todos os patrimónios do estado, que define, regularmente, valores e depreciação do património, bem como faz uma boa gestão para utilização e arrenda dos patrimónios.

5.3.10 Jestaun ba Fundo Mina-rai

Governo sei kontinua servisu hamutuk ho Parlamento Nacional no Banco Central Timor-Leste (BCTL), hodi mantein jestaun di’ak ba Fundo Mina-rai, nebé sai nudar úniku rekursu finanseiru ba Timor-Leste. Kompromisu ida ne’e sei reflete husi política Governo nian atu mantein governasaun di’ak ho transparênsia, sustentabilidade no investimento prudente ba Fundo Mina-rai.

Sei hametin sistema “*check and balance*”, atu assegura katak utilizaosun osan, husi Fundo Mina-rai ba nesidades Estadonian, tenki liu-husi autorizasaun husi Parlamento Nacional. Iha parte seluk, Fundo Mina-rai sei kontinua investe ho rigor no prudensia, iha merkado financeiro (títulos no ações) tuir lei haruka, hodi fô retorno ne’ebé boot. Nune’e, sei hametin sustentabilidade ba Fundo, liu-husi orsamentasaun no despezas públikas ne’ebé rasonais, efikazes no efisientes, no halo jestaun di’ak ba “*cash flow*” Tesouru nian.

5.3.11 Jestaun Fundo Seguransa Sosial no Fundo ba Veteranos

Governo hakarak kria bazes nebé di’ak ba protesaun sosial ba sidadauns tomak. Nune’e, sei hametin programa assistênsia sosial ne’ebé iha, liu-husi halo ajustamento ba nível assistênsia finanseira tuir nesidade, nebé iha hela, no halo jestaun di’ak ba Fundo Seguransa Sosial hodi assegura nia sustentabilidade.

Seguransa sosial, sai núdar kompromisu Governo-nian atu hametin dezenvolvimentu inlluzivo. Nune’e, sei estabese “Instituição da Segurança Social”, hodi jere servisu no Fundo Seguransa Sosial ho di’ak, atu iha sustentabilidade no transparênsia ba Fundo ne’e, no assegura direito nebé beneficiários sira hetan, ba tempo naruk.

Iha parte seluk, Governo mos sei halo estudus kona-ba estabesimentu Fundo Veteranos, núdar kompromisso ida atu hadi’a diak liu-tan veteranos sira-nia moris no assegura sustentabilidade iha assistênsia finanseira ba veteranos sira, iha tempo naruk. Estabesimento Fundo Veteranos ne’e sei sujeito ba rezultadu husi estudus ne’ebé halo.

5.3.12 Jestaun ba Património Estado

Processo konstrusaun Estado, nebé kontinua la’o ba oin ho diak, rezulta ona ba aumento iha património Estado nian, iha bens móveis no imóveis iha nível nasional, rejional no munisipal. Nune’e, Governo ida ne’e hakarak halo jestaun di’ak liu-tan ba património Estado hirak né.

Atu halo jestaun ida di’ak ba património Estado, política Governo nian maka atu harii instituisaun ida dedikada deit ba koordensaun ho instituisoens públicas relevantes, hodi halo jestaun ba património, iha móveis no imóveis tomak. Jestauno ba património Estado inklui estabese sentral ida ba baze de dados kona-ba património Estado tomak, hodi define regularmente valores no depresiasaun ba património ne’e, no halo jestaun di’ak ba utilizaosun ka ba aluga patrimónios sira né.

6. BOA GOVERNAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

A boa governação e um setor público profissional, competente e eficiente, são condições essenciais para a prestação de serviços públicos e para a implementação das políticas e ações enunciadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e no Programa do Governo. Aumentar a confiança na governação, implica necessariamente elevar o desempenho do setor público, até porque este, num primeiro momento, é o principal motor de crescimento económico nacional.

A realização de auditorias e a criação de mecanismos eficazes para garantir a transparência das instituições públicas e a responsabilização independente das suas ações são o principal garante de uma boa governação. A boa governação, por sua vez, contribui para prevenir a corrupção a todos os níveis da sociedade.

O Governo irá promover, como tal, os princípios de transparência, responsabilização, integridade e liderança, através de mecanismos de gestão de riscos, responsabilidade baseada nos resultados, sistemas de reclamações e, fundamentalmente, uso adequado dos fundos públicos.

O Governo, para promover a boa governação e combater a corrupção, irá desenvolver as seguintes ações:

- Reforçar os órgãos de inspeção, nomeadamente o Gabinete do Inspetor-Geral do Estado, por forma a aumentar e melhorar as inspeções e auditorias às entidades públicas, de forma responsável e independente;
- Investir no reforço de capacidades da Comissão Anti-Corrupção, incrementando sobretudo iniciativas de prevenção à corrupção, incluindo campanhas de educação cívica;
- Investir no reforço de capacidades da Comissão da Função Pública e continuar a promover uma cultura de gestão de desempenho e o recrutamento e progressão de carreira com base no mérito;
- Fortalecer a cooperação com o Tribunal de Contas, prestando todas as informações e contas solicitadas, para uma maior responsabilidade, responsabilização e transparência;
- Desenvolver e implementar um Código de Conduta para os Membros do Governo (PED);
- Adotar tecnologia de informação moderna, na função pública, para apoiar a coesão do Governo e as iniciativas de Governo Eletrónico (PED 2020);
- Rever a legislação existente e aumentar a legislação preventiva e de combate à corrupção;
- Estabelecer planos de ação específicos de combate à corrupção, de acordo com os setores e as instituições a que se destinam;

6. BOA GOVERNANÇA UNO KOMBATE BAKORUPSAUN

Boa governança un ho setor públiku profissional, competente no eficiente, maka bele hatúr kondisoens nebé bázikas ba prestasaun servisu públikus nian no ba implementasaun política hotu-hotu no asoens nebé hakerek ona iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu no mós ba implementasaun Programa Governu-nian.

Atu aumenta konfiansa ba governansaun, tenki nesesariamente hasa'e dezempenhu iha setor públiku, liuliu tamba dezempenhu ne'e maka sai prinsipal motor ba kresimentu ekonómiku nasional, husi ninia inísiu kedas. Hala'õ auditorias no harí mekanismus nebé efíkazes atu garante transparénsia iha instituisoens públikas no ba responsabilizasaun nebé la ka'et ho nia asoens, mak sai hanesan garantia boot ida ba boa governansaun. Boa governansaun mós, iha nia papel rasik, sei kontribui hodi prevene korrupsaun iha níveis hotu-hotu iha sosiedade laran.

Governu sei promove, hanesan temi ona, prinsipius transparénsia nian, responsabilizasaun, integridade no lideransa, liu-hosi mekanismus ba jestaun de riskus, responsabilidade nebé bazeia ba rezultadus, no mós ba sistemas reklamasaun nian no, liuliu, ba uzu nebé adekuaudu (ka lós) ba fundus públikus.

Governu, atu promove boa governansaun no combate korrupsaun, sei dezenvolve asoens hirak tuir mai ne'e:

- Reforsa Órgauns inspesaun nian, li-liu Gabinete Inspetor-Jeral Estadu, hodi aumenta no hadi'a inspesoens no auditorias, nebé responsáveis no independents, ba entidades públicas;
- Investe atu reforsa kapasidade Komisaun Anti-Korrupsaun, liu-liu hodi promove iniciativas kona-ba prevensaun ba korrupsaun, inklui kampanhas edukasaun sívika nian;
- Investe atu reforsa kapasidade hosi Komisaun Funsau Públika no kontinua promove kultura ba jestaun kona-ba dezempenhu no ba rekrutamentu no mós ba progresau kareira, ho baze iha méritu;
- Hametin kooperasaun ho Tribunal de Kontas, hodi hato'õ informasoens hotu-hotu no kontas nebé Tribunal husu, atu garante responsabilizasaun nebé boot no transparénsia;
- Dezenvolve no implementa Kódigu de Konduta ba Membrus Governu hotu (PED);
- Uza teknolojia informasaun moderna nian, iha funsau públika, hodi apoia koezaun iha Governu no iniciativas hosi Governu Eletróniku (PED 2020);
- Haré fali Lei nebé eziste ona no aumenta lejislasau preventiva no kombate korrupsaun nian;
- Estabelese planus espesífikus de asaun, hodi kombate korrupsaun, tuir setores no instituisoens nebé define;

- Realizar campanhas anticorrupção não só ao nível da administração pública, mas também nas escolas e ao público em geral, enquanto forma preventiva e educacional para as futuras gerações;
- Promover sistemas de reclamações e de auscultação da população, promovendo formulários de reclamação e implementação de questionários ao público;
- Desenvolver uma base de dados sobre as instituições públicas e privadas envolvidas em corrupção, para efetiva monitorização;
- Continuar a implementar uma política legislativa que vise a qualidade da legislação, a sua simplicidade, sistematização e acessibilidade;
- Melhorar o acesso e conhecimento à legislação nacional, através da melhoria da publicação e da contínua distribuição de coletâneas, organizadas por setores, bem como a sua disponibilização bilingue e a sua divulgação online;
- Reforçar as instituições responsáveis pela produção de estatísticas nacionais, para melhor informar as tomadas de decisão, para que estas sejam tomadas com base em informações rigorosas que permitam monitorizar e avaliar o verdadeiro desempenho do setor público na prestação de serviços públicos e o real retrato da nação;
- Melhorar a comunicação interna no Governo, tanto entre os vários organismos governamentais como dentro de cada um, reduzindo a informalidade dos processos que afetam a transferência de conhecimentos e a prestação de contas. O reforço da comunicação irá ainda contribuir para diminuir a duplicação de atividades, funções e responsabilidades sobre um mesmo programa, o que eventualmente dilui a responsabilização;
- Reforçar a implementação do Roteiro da Orçamentação por Programas para Timor-Leste, o qual deve ligar o Plano ao Orçamento, em todos os organismos governamentais;
- Fortalecer as capacidades de planeamento, monitorização e avaliação em todos os organismos governamentais, incluindo também um esforço maior de formação dos recursos humanos para que a dificuldade generalizada em lidar com conceitos relacionados com o Planeamento, Monitorização e Avaliação, não prejudique a qualidade de informação e a implementação do roteiro da orçamentação por programas;
- Implementar iniciativas que contribuam para uma cultura de desempenho e responsabilização, com cadeias hierárquicas e atribuição de responsabilidades, de forma institucionalizada;
- Rever a Lei da Pensão Vitalícia, para que este regime seja integrado no Regime de Segurança Social Contributivo, relativamente às pensões dos novos membros dos Órgãos de Soberania.
- Hala' o kampanha antikorrupsaun, tantu iha nível administrasaun públika, maibé mós iha eskolas no ba públiku em jeral, hanesan forma preventiva no edukasional ba jerasoens futuras;
- Promove sistemas ba reklamasau no ba rona populasaun, hodi promove formularius reklamasau no implementasaun ba kestionárius ka perguntas ba públiku;
- Dezenvolve baze de dados kona-ba instituisoens públicas no privadas, ne'ebé envolve ona iha korrupsaun, hodi halo monitorizasaun nebé efetiva;
- Kontinua implementa política legislativa ida, hodi hare ba qualidade lejislasau nian, nia simplisidade no nia sistematizasaun no mós kona-ba asesu ba lejislasoens ne'e;
- Hadi'a asesu no konhesimentu kona-ba lejislasau nasional, liu-hosi hadi'a publikasaun no liu-husi distribuisaun, nebé tenki beibeik, ba kolectâneas (ka kompilasaun) ne'ebé organizada tuir setores, hanesan mós nia disponibilizasaun bilinge (iha lian rua) no ninia divulgasaun 'online';
- Reforsa instituisoens ne'ebé responsáveis ba produsaun estatiskas nasionais, hodi bele informa di'ak liu-tan kona-ba tomadas desizaun, atu desizoens sira ne'e hasai ka halo ho baze ba informasoens nebé rigorozas, hodi permite monitoriza no avalia dezempenhu nebé real, husi setor públiku iha prestasaun servisus públikus no mós bele hetan retratu real Nasaun-nian;
- Hadi'a komunikasaun interna iha Governu, tantu entre organizmus governamentais hanesan mós iha ida-idak nian, hodi hamenus informalidade ba prosesus ne'ebé afeta ba transferénsia konhesimentus no prestasaun de kontas. Reforsa iha komunikasaun sei kontribui mós hodi hamenus duplikasaun ba atividades, funsoens no responsabilidades ba programa ida hanesan, ne'ebé eventualmente halo halakon responsabilizasaun;
- Reforsa implementasaun Roteiru ba Orsamentasaun tuir Programas ba Timor-Leste, iha nebé Planu tenke liga ho Orsamentu, iha organizmus governamentais hotu;
- Hametin kapasidades iha planeamento, monitorizasaun no avaliausaun iha organizmus governamentais hotu-hotu, inklui mós esforsu boot liu-tan iha formasaun ba rekursus humanus, atu nune'e difikuldade nebé jeral (katakat hotu-hotu hetan ka iha) atu kompriende no implementa konseitus ne'ebé relaciona ho Planeamentu, Monitorizasaun no Avaliasaun, sei la prejudika qualidade iha informasaun no kona-ba implementasaun roteiro ba orsamentasaun tuir programas;
- Implementa inisiativas ne'ebé kontribui ba kultura de dezempenhu no responsabilizasaun, tuir estrutura hierárkika no atribuisaun kona-ba responsabilidades, nebé institucionalizada ona;
- Haré fali Lei Pensaun Vitalisia, atu nune'e rejime ida ne'e bele integradu iha Rejime Seguransa Sosial Kontributivu, kona-ba pensoens ba membrus foun iha Órgauns Soberania.

6.1 Administração Pública

A melhoria da eficácia, eficiência e profissionalismo da ação da Administração Pública, para a prestação de melhores serviços públicos, é um fator crucial para a implementação das políticas e programas de desenvolvimento que levam à redução da pobreza e, conseqüentemente, ao progresso e bem-estar da população.

Por esta razão, reformar a Administração Pública, com vista à sua modernização e à implementação de medidas de boa governação, continua a ser um dos principais objetivos do Governo. A par disto, melhorar a liderança, a gestão e a capacidade de desempenho, a transparência e a responsabilização irá contribuir para prestação de melhores serviços públicos, com consequentes resultados no bem-estar e progresso da população e, naturalmente, no aumento da confiança nas instituições do Estado.

Os sucessivos Governos têm, por isso, apostado na Reforma da Administração Pública, com vista a um setor público sustentável. Este Governo irá continuar a desenvolver estes esforços garantindo a continuidade de reformas e programas em curso, assegurando a contínua promoção da eficiência, eficácia, transparência, produtividade e igualdade de género, no setor público.

Neste sentido, o Governo irá:

- Criar a Agência Nacional para a Reforma e Modernização da Administração Pública, que será responsável pela revisão e coordenação interministerial da implementação do Guia de Reforma e Modernização da Administração Pública;
- Criar mecanismos de coordenação e de cooperação entre a Agência Nacional para a Reforma e Modernização da Administração Pública, a Comissão da Função Pública, o Instituto Nacional da Administração Pública e os vários Departamentos Governamentais para a identificação das metas prioritárias, da legislação necessária e das ações a executar para a progressiva melhoria da organização e funcionamento da Administração Pública, para o aumento das qualificações dos recursos humanos das Administrações Públicas e para a melhoria da qualidade da prestação de bens e serviços públicos aos cidadãos;
- Rever e implementar a Política de Fortalecimento Institucional, incluindo a revisão da matriz organizacional das instituições;
- Aprovar e implementar o quadro jurídico da Organização da Administração Pública, devidamente harmonizado com a Política de Fortalecimento institucional e com o Guia de Reforma e Modernização da Administração Pública;
- Padronizar os sistemas, os processos e os procedimentos relativos ao funcionamento da Administração Pública, nomeadamente para o desempenho das funções comuns dos vários Departamentos Governamentais;

6.1 Administrasauñ Pùblika

Hadia efikásia, efisiénsia no profisionalismu iha asaun Administrasauñ Pùblika ba iha administrasauñ servisus públikus ne'ebé diak liu, ne'e fator ida krusial ba iha implementasauñ polítika no programa ba dezvoltamentu ne'ebé lori ba redusaun kiak no, ba progresu no moris diak populasaun sira-nian.

Ho razaun ida ne'e, reforma ba administrasauñ pùblika, hodi tama ba modernizasaun no ba iha implementasauñ medido ba boa governasaun, kontinua sai prinsipal objetivu Governu nian. Ho ida ne'e, hadia lideransa, jestaun no kapasidade dezempenhu, transparénsia no responsabilizasaun sei kontribui ba prestasaun servisus públikus ne'ebé diak, ho rezultadu ba iha moris diak no progresu populasaun sira-nian, no iha aumentu de konfiansa iha instituisoens Estadu.

Governus ne'ebé kaer ukun to'o agora, aposta iha Reforma Administrasauñ Pùblika, atu hetan setor públiku ida sustentável. Governu ida ne'e, sei kontinua dezvoltolve esforsus hodi garante continuidade ba reformas no programas ne'ebé la'o dau-daun, hodi asegura nafatin promosaun iha efisiénsia, efikásia, transparénsia, produtividade no igualdade de género, iha setor públiku.

Iha ámbitu ida ne'e, Governu sei:

- Estabelese Komisaun Nasional ba Reforma iha Administrasauñ Pùblika no aprova guia de Reforma ba Administrasauñ Pùblika tinan 2018-2023;
- Kria mecanismos de koordenasaun no kooperasaun entre Agência Nacional para a Reforma e Modernização da Administração Pública, Komisaun Funsauñ Pùblika, Institutu Nasional Administrasauñ Pùblika no Departamentos Governamentais sira seluk, atu identifika metas ne'ebé prioritárias, lejislasauñ ne'ebé nesesária no asoens nebé atu halo ba melhoria progressiva iha organizasaun no funsionamentu da Administrasauñ Pùblika nian, para hasa'e kualifikasoens Recursos humanos iha Administrações Públicas no ba melhoria iha qualidade kona-ba prestasaun servisus públikus ba sidadauns;
- Revê no implementa Política kona-ba Fortalesimentu Institucional, inklui halo revizaun ba matriz organizasional iha instituisoens hotu nia laran;
- Hala'o revizaun ba estrutura setor públiku hodi determina karik iha benefisiu hodi estabelese instituisoens autónomas, hodi hala'o funsauñ balun iha Estadu nian (PED2020);
- Haré fali ka revê no aprova kuadru jurídku ba Organizasaun iha Administrasauñ Pùblika, nebé hetan harmonizasaun ho política Fortalesimentu intitucional no ho Guia Reforma no Modernizasaun iha Administrasauñ Pùblika; Halo uniforme ba sistemas, prosesus no prosedimentus kona-ba funsionamentu Administrasauñ Pùblika nian, liuliu kona-ba dezempenhu iha servisus bai-bain, husi Departamentus governamentais tomak;

- Continuar a efetuar diagnósticos sobre a força de trabalho nas instituições públicas, para ajuste e melhoria do mapa de pessoal em cada uma das organizações, implementando ainda regras e procedimentos padronizados, incluindo no que respeita aos contratos de trabalho;
- Reforçar mecanismos que permitam o recrutamento com base no mérito, a progressão na carreira através de resultados de desempenho e mérito, incentivos à produtividade e oportunidades de formação e desenvolvimento institucional a todos os recursos humanos do setor público;
- Aprovar um programa nacional de formação dos recursos humanos da Administração Local do Estado com vista a melhorar a prestação de bens e serviços públicos locais;
- Rever, aprovar e implementar o Plano Estratégico da Comissão da Função Pública, de forma a garantir a harmonização do mesmo com o Guia da Reforma e da Modernização da Administração Pública e com a Política Nacional de Fortalecimento Institucional;
- Dotar o Instituto Nacional da Administração Pública das condições necessárias ao desempenho das suas funções, nomeadamente meios organizacionais, logísticos e financeiros, incluindo ainda a sua informatização, assegurando a sua afirmação enquanto Centro de Formação Profissional da Administração Pública;
- Reforçar o controlo e a gestão administrativa, financeira e patrimonial do Estado, através da Inspeção Geral do Estado, mediante a revisão do estatuto orgânico do IGE e a aprovação e implementação da lei de sistema de controlo interno da Administração Pública.
- Continua hala' o diagnóstikus kona-ba forza de trabalho iha instuioens públikas, hodi halo ajustamentu no hadi'a kuadru pesoal iha organizasaun ida-idak, no hodi implementa mós regras no prosedimentu ne'ebé padronizadus, inklui mós kontratus de trabalho;
- Reforsa mekanismu ne'ebé permite rekrutamentu ho baze iha méritu, progresau iha karreira, liuhosi rezultadus kona-ba dezempenhu no méritu, insentivus ba produtividade no oportunidades iha formasaun no dezenvolvimentu institusional ba rekursus humanus hotu iha setor públiku;
- Aprova programa nasional ida ba formasaun rekursus humanus iha Administrasaun Lokal Estadu nian hodi hadia prestasaun bens e servisu públiku iha lokal;
- Finaliza, aprova no implementa Planu Estratéjiku ba Komisaun da Funsau Públika, hodi garante armonizasaun husi Planu ne'e ho Guia da Reforma no Modernizasaun iha Administrasaun Públika ho Política Nasional de Fortalesimento Institucional;
- Tau iha Institutu Nasional de Administrasaun Públika kondisoens ne'ebé nesesárias ba dezempenhu iha sira-nia funsau, liu-liu iha ambiente organizasional, lojistika no finanseiru, inklui mós nia formalizasaun, hodi asegura nia afirmasaun núdar Centru formasaun profisional ba Administrasaun Públika;
- Reforsa kontrolu no jestaun administrative, finanseira no patrimonial Estadu nian, liuhosi Inspesau Jeral do Estadu, ho revizaun ba estatutu juridiku IGE nian no aprovasaun ho implementasaun lei de sistema ba kontrolu internu iha Administrasaun públika.

6.2 Descentralização

A modernização da Administração Pública e a elevação da sua eficácia e eficiência inclui necessariamente a sua descentralização e desconcentração. A transferência de atribuições, competências e responsabilidades aos órgãos locais e municipais, capacitando-os e criando condições para que possam prestar serviços de qualidade, é um dos aspetos fundamentais do processo de descentralização.

Isto, para além de elevar a participação democrática, contribuirá ainda para o desenvolvimento do setor privado ao nível municipal e rural, para que todos contribuam para o seu próprio desenvolvimento e, em última instância, para o desenvolvimento integrado e sustentável da Nação.

O Ordenamento do Território e o Quadro Nacional de Planeamento irão ser abordadas numa perspetiva complementar e integrada, também tendo em conta as Políticas de Descentralização Administrativa e Autonomia Local, por forma a garantir o desenvolvimento sustentável, equilibrado e equitativo da Nação.

Neste âmbito, o Governo irá:

- Promover a aprovação pelo Parlamento Nacional da Lei do

6.2 Desentralizasaun

Modernizasaun iha Administrasaun Públika no hasa'e nia efikásia no efisiénsia, inklui, núdar nesesidade ida, desentralizasaun no deskonsentrasaun. Transferénsia iha atribuisaun, kompeténsia no responsabilidade ba iha órgauns lokais no munisipais, hodi hakbiit sira no hodi kria kondisoens ne'ebé bele fô servisus ho kualidade, ne'e sai núdar aspetu fundamental iha prosesu desentralizasaun.

Ida ne'e, aleinde hasa'e partisipasaun demokrátika, sei kontribui mós ba dezenvolvimentu iha setor privadu iha nível munisipal no rural, atu ema hotu partisipa ba nia dezenvolvimentu rasik no, ikus liu, ba iha dezenvolvimentu ne'ebé integradu no sustentável Nasaun nian.

Temas hanesan Ordenamentu do Territóriu no Kuadru Nasional de Planeamentu sei hetan abordajen husi perspetiva ida komplementar no integrada, hodi tau em konta Política Desentralizasaun Administrativa no Autonomia Lokal, atu garante, ba Nasaun tomak, dezenvolvimentu sustentável, ekilibradu no ekuitativu ka hanesan.

Iha âmbito ida ne'e, Governu sei:

- Promove aprovasaun, husi Parlamentu Nasional, ba Lei do

Poder Local e da Descentralização Administrativa, da Lei Eleitoral Municipal, da Lei das Finanças, do Património e do Aproveitamento Municipais e das Leis de Instituição, em concreto, dos Municípios;

- Rever o quadro jurídico de organização e de funcionamento das Autoridades Municipais e das Administrações Municipais, dando continuidade à estratégia de descentralização administrativa subjacente à aprovação do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de Março;
- Continuar a executar a estratégia de descentralização administrativa, convertendo as Administrações Municipais de Aileu, Ermera e Liquiçá em Autoridades Municipais, dotadas de personalidade jurídica e de autonomia financeira, a partir do ano 2019;
- Rever e aprovar os Planos de Desenvolvimento Municipal, dos doze municípios, de harmonia com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e com o Programa do Governo, os quais servirão de referência para a elaboração dos Planos de Ação Anual, Planos de Investimento Municipal e Orçamentos Municipais;
- Aprovar e implementar os diplomas ministeriais conjuntos para a execução local dos programas governamentais delegados nos órgãos da Administração Local;
- Aprovar e implementar os despachos ministeriais conjuntos que aprovam os programas de formação dos funcionários da Administração Local para a implementação dos programas governamentais cuja execução incumbe às Autoridades e Administrações Municipais;
- Reforçar a alocação de fundos nos orçamentos municipais, com vista à existência dos meios financeiros necessários para o aumento da quantidade e da qualidade dos bens e serviços públicos, prestados através dos serviços da Administração Local;
- Proceder ao levantamento das necessidades da Administração Local em matéria de recursos humanos e delinear e implementar programas de capacitação dos servidores públicos locais;
- Aprovar e implementar um programa de reafetação dos recursos humanos pelas Administrações Públicas, assegurando uma distribuição equitativa dos mesmos, em função das necessidades existentes em cada serviço;
- Organizar faseadamente as eleições para os órgãos representativos do Poder Local durante os anos 2021, 2022 e 2023, tomando em consideração as condições existentes em cada município;
- Aprovar e implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Local, devidamente harmonizada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030;
- Rever o enquadramento jurídico do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal, simplificando os procedimentos de programação e de execução dos investimentos públicos, financiados através deste programa, e reforçando as competências dos órgãos da Administração Local na implementação dos mesmos;

Poder Lokal no Desentralizasaun Administrativa, ba Lei Eleitoral Municipal, ba Lei Finansas, Patrimóniu no Aproveitamento Munisipais no ba Leis atu estabelese Munisipios;

- Revê kuadru juridiku kona-ba organizasaun no funcionamentu Autoridades Munisipais no Administrasoens Munisipais, hodi fó continuidade ba estratéjia desentralizasaun administrativa nebé prevê ho aprovasaun Dec-Lei n.o 3/2016, 16 de Marsu;
- Sei kontinua ezekuta estratéjia desentralizasaun administrativa, hodi Administrasoens Munisipais iha Aileu, Ermera ho Likisá, sai ona nudar Autoridades Munisipais, ho personalidade jurídika no autonomia finanseira, hahú iha tinan 2019;
- Revê no aprova Planos de Desenvolvimento Munisipal, Munisipius 12 nian, hodi armoniza ho PED 2011-2030 no ho Programa Governu nian, tamba ne'e mak sei sai referênsia ka mata-dalan atu elabora Planus Asaun Anual, Planus Investimentu Munisipal no Orsamentus Munisipais;
- Prova no implementa Diplomas ministeriais conjuntos, hodi loke dalan ba ezekusaun local ba programas husi governu nebé delega ba órgauns Administrasaun Lokal;
- Aprova no implementa Despachos ministeriais conjuntos, kona-ba programas formasaun ba funcionarius Administra-saun Lokal nian, hodi bele implementa programas husi governu nebé Autoridades no Administrasoens Munisipais maka sei ezekuta;
- Reforsa alokasaun fundus ba orsamentos munisipais, nune'e bele ajuda servisus Administrasaun local nian hodi presta servisus barak liu no ho qualidade;
- Halo levantamentou ba nesesidades Administrasaun Lokal nian, kona-ba rekursus humanus no halo planu atu implementa programas hodi kapasita servidores públikus lokais;
- Aprova no implementa programa ida oin-sá bele rekoloka rekursus humanus husi Administrasaun Públika, hodi assegura distrinuisaun rekursus humanus nebé ekuitativa, tuir nesesidades orgaun ka departamento ida-idak;
- Organiza fazeadamente eleisoens ba Órgauns representativus Poder Lokal nian, iha tinan 2021, 2022 no 2023, tuir kondisoens nebé munisipiu ida-idak apresenta;
- Aprova no implementa Politika Nasional Dezenvolvimento Lokal, nebé haktuir duni PED 2011-2030;
- Revê enkuadramentu juridiku Planeamentu ba Dezenvolvimento Integrado Munisipal, hodi simplifika prosedimentos iha programasaun no ezekusaun investmentus públikus, nebé hetan finansimentu husi programa ne'e, no atu reforsa kompetensias ba órgauns Administrasaun Lokal nian, iha implementasaun programas hirak né;

- Rever o enquadramento jurídico do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, no sentido de reforçar a participação dos órgãos dos Sucos nos procedimentos de programação, de execução, de supervisão e de avaliação da qualidade dos projetos financiados através deste programa;
- Aprovar e implementar o quadro jurídico do Planeamento de Desenvolvimento Comunitário, assegurando o financiamento da execução dos Planos de Desenvolvimento Comunitário através do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos;
- Rever o regime jurídico dos incentivos materiais e financeiros às organizações comunitárias, de forma a aumentar os meios materiais e financeiros dos Sucos, para a prestação de bens e serviços aos membros das comunidades locais;
- Aprovar um diploma legal para a regulamentação da Lei dos Sucos, de forma a operacionalizar o exercício das competências que, nesta lei, se estabelecem para as organizações comunitárias e facilitando a coordenação entre os Sucos, a Administração do Estado e as autarquias municipais;
- Aprovar um diploma legal sobre a celebração de contratos interadministrativos entre a Administração do Estado, as autarquias municipais e os Sucos, com vista a viabilizar a possibilidade de aumentar a prestação de bens e serviços através dos Sucos, de acordo com a capacidade concreta de cada organização comunitária;
- Rever e executar um Programa Nacional de Capacitação das Lideranças Comunitárias.
- Revê enquadramentu juridiku Programa Nasional Dezenvolvementu Sukus, atu reforsa partisipasaun husi órgauns Sukus nian, iha prosedimentus programasaun, ezekusaun, supervizaun no avaliaun ba qualidade projetus, nebé hetan finansiamentu, liu husi PNDS;
- Aprova no implementa quadru juridiku ba Planeamentu Dezenvolvementu Komunitáriu, hodi asegura finansiamentu ba ezekusaun Planus Dezenvolvementu Komunitáriu, liu husi PNDS;
- Revê rejime juridiku kona-ba insentivus materiais no finanseirus ba organizasoens komunitárias, hodi aumenta kbit material no finanseiru ba Sukus, nune'e bele fô prestasaun bens no servisus ba membrus comunidades lokais nian;
- Aprova diploma legal ida atu regulamenta Lei dos Sukus, nune'e bele operacionaliza ezersisiu kompetensias, nebé temi ona iha Lei ne'e, hodi facilita koordinasaun entre Sukus no Administrasaun Estadu nian no autarkias munisipais;
- Aprova diploma legal ida kona-ba halo kontratus interadministrativus entre Administrasaun Estadu no autarkies munisipais no sukus, hodi ajuda diak liu tan prestasaun bens no servisus, liu husi Sukus, tuir kbit ka kapasidade konkreta ka real iha organizasaun komunitaria ida-idak;
- Revê no ezekuta Programa Nasional ba Kapasitasaun Lideransas Komunitarias.

6.3 Administração Eleitoral

O processo de reconciliação nacional e de construção do nosso Estado de Direito Democrático beneficiou, em larga medida, da capacidade do nosso país de organizar e levar a efeito a realização de eleições livres e democráticas. O profissionalismo e isenção dos órgãos da Administração Eleitoral foram reconhecidos, ao longo dos anos, por observadores nacionais e internacionais. O nosso Povo tem, aliás, plena confiança de que os resultados, que vão sendo apurados em cada eleição, constituem uma expressão fiel da vontade popular.

Também a nível internacional, existe confiança no nosso sistema eleitoral, sendo o nosso Estado reconhecido pela Comunidade Internacional como uma verdadeira democracia. Este facto é, aliás, demonstrado pelas solicitações que, ao longo dos últimos anos, foram dirigidas ao nosso Estado para que apoie tecnicamente a organização e a realização de eleições noutros Estados, designadamente, na República da Guiné-Bissau, na República Democrática de São Tomé e Príncipe e na República Centro-Africana.

A qualidade e capacidade da nossa Administração Eleitoral deve, no entanto, continuar a ser assegurada e fortalecida, não só através do apoio à realização de atividades de formação e qualificação dos nossos técnicos eleitorais, mas também através da revisão e atualização da nossa legislação eleitoral,

6.3 Administrasaun Eleitoral

Prosesu rekonsiliaun nasional no konstrusaun ita-nia Estadu de Direitu Demokrátiku bele la' o ho di' ak, tamba kapasidade ita-nia Rain atu organiza no realiza duni eleisoens livres no demokrátikas. Iha tinan hirak né, observadores nasionais no internacionais rekonhese duni Profisionalismu no izensaun husi Órgauns Administrasaun Eleitoral nian. Ita-nia Povo iha mós konfiansa tomak katak rezultadus nebé hetan apuramentu, iha prosesus eleiorais, mak sai duni nudar expresaun lolós ba vontade popular.

Nune'e mós, iha nível internacional, iha duni konfiansa ba ita-nia Sistema eleitoral, hodi Komunidade Internacional rekonhese ita-nia Estadu nudar demokrasia nebé lós duni ka verdadeira. Tamba faktu ida ne'e, maka iha pedidus ba ita-nia Estadu, durante tinan hirak né, atu bá fô apoio tékniku iha organizasaun no realizasaun eleisoens iha Estadus seluk, hanesan Guiné-Bisau, S. Tomé e Príncipe no Repúblika Centro-Africana.

Maibé ita tenki assegura nafatin no fortalese liu tan qualidade no kapasidade ba ita-nia Administrasaun Eleitoral, la ós deit husi apoiu ba atividades formasaun no kualifikasaun ita-nia téknikus eleitorais sira-nian, nune'e mós liu-husi revizaun ba ita-nia lejislasaun eleitoral, atu bele klarifika tiha aspetus nebé

de forma a clarificar aspetos que possam ter sido mais controvertidos ou de difícil aplicação, como também através da sua atualização, de forma a que mantenha a sua capacidade de responder aos desafios que contemporaneamente se colocam ao nosso sistema eleitoral.

Neste âmbito, o Governo irá:

- Promover a organização e realização de um Curso de Gestão e Administração Eleitoral, com vista a reforçar as capacidades técnicas dos profissionais dos órgãos da Administração Eleitoral;
- Proceder a uma atualização geral da Base de Dados do Recenseamento Eleitoral, de forma a eliminar as situações de múltipla inscrição de eleitores e as inscrições dos eleitores que entretanto faleceram;
- Promover a aprovação, pelo Parlamento Nacional, de um Código Eleitoral que condense, num único diploma legal, todas as normas jurídicas conformadoras da organização e realização das eleições para Presidente da República e dos Deputados ao Parlamento Nacional.

6.4 Ordenamento do Território

Parte da estratégia de desenvolvimento do capital social, também através da prestação de melhores serviços, está relacionada com a capacidade do Governo em definir o processo de organização do espaço onde a população vive, por forma a propiciar uma ocupação, utilização e transformação do ambiente de acordo com as suas potencialidades.

É, neste sentido, que é prioridade deste Governo implementar a Lei de Bases do Ordenamento do Território e o esboço do Plano Nacional do Ordenamento do Território, e aprovar a respetiva legislação, para que seja definido, de forma equilibrada e estratégica, a utilização do espaço para o desenvolvimento de atividades humanas, de forma sustentável, tendo em consideração aspetos económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais.

A Lei de Bases prevê a existência de dois grandes tipos de instrumentos de planeamento territorial: os de âmbito nacional e os de âmbito municipal. A sua aprovação permite definir especificamente os princípios orientadores e objetivos da Administração, identificar os diversos interesses públicos com dimensão territorial, utilizar instrumentos de planeamento territorial como meio da Administração Pública, bem como definir a tipologia e os objetivos a que os mesmos devem seguir, a médio e longo prazo.

No âmbito do setor económico, e para o seu sucesso e crescimento sustentável, o Governo irá desenvolver um Quadro Nacional de Planeamento, com vista à implementação de Polos de Desenvolvimento e Zonas Especiais de Economia Social de Mercado, nas várias regiões do país, com base nas características próprias de cada região e de acordo com os recursos locais disponíveis, para a implementação de ações e estratégias de crescimento sustentável.

bele sai kontroversus ka difisil atu aplika, no liu-husi atualizasaun nebé bele fó kbit atu responde ba dezafius, que bele mosu, iha ita-nia Sistema eleitoral.

Nune'e, maka Governu sei:

- Promove organizasaun no realizasaun Curso ida ba Jestaun no Administrasaun Eleitoral, atu nune'e reforsa kapasidades téknikas ba profissionais sira iha órgauns Administrasaun Eleitoral;
- Halo atualizasaun jeral ba Baze de Dados do Resenseamentu Eleitoral, atu elimina ka halakon tiha situasoens nebé hamosu inskrisaun repetida ka liu dala ida ba eleitores no mós inskrisoens ba eleitores, nebé mate tiha ona;
- Promove aprovasaun, husi Parlamentu Nasional, ba Código Eleitoral ida, nebé halibur, iha diploma legal ida deit, normas jurídkas hotuhotu, nebé hare ba organizasaun no realizasaun eleisoens ba Presidente da República hanesan mós ba Deputados ba Parlamento Nasional.

6.4 Ordenamentu Teritóriu

Parte hosi estratéjia dezvoltimentu, iha kapital social, sei relasiona ho kapasidade Governu atu defini prosesu organizasaun ba espasu ne'ebé populasaun hela ba, hodi bele okupa, bele utiliza no transforma ba ambiente diak ida, tuir sira-nia potencialidade.

Ho ida ne'e, maka prioridade Governu ida ne'e nian atu implementa Lei de Bases de Ordenamentu do Território no halo esbosu ba Planu Nasional de Ordenamentu de Teritóriu no aprova ninia lejislasaun, atu bele defini, ho forma ida equilibrada no estratéjika, utilizasaun ba espasu iha dezvoltimentu atividades umanas (ka emar-nian), ho forma sustentável, hodi konsidera aspetus ekonómikus, sosiais, kulturalis, polítikus no ambientais.

Lei de Baze prevé ezisténsia tipu rua kona-ba instrumentus ba planeamentu territorial: husi âmbito nasional no âmbito munisipal. Ninia aprovasaun permite define, lolós, prinsípios orientadoes no obejktivus hosi Administrasaun, identifika interes publikus oi-oin ho dimensaun territorial, utiliza instrumentus kona-ba planeamentu territorial, núdar meiu ba Administrasaun Públika, nune'e mós defini tipulojia no obejktivus nebé tenke la'o tuir, iha tempu médiu no naruk.

Iha âmbito setor ekonómiku, na ba nia susesu no kresimentu sustentável, Governu sei dezvoltolve Kuadru Nasional de Planeamentu, atu implementa Pólus Dezvoltimentu no Zonas Espesiais Ekonomia Sosial ba Merkadu, iha Timor-Leste, iha fatin sira nebé bele potensial, tuir rekursus lokais nebé karik iha, hodi implementa asoens konkretas tuir estratéjias ba kresimentu sustentável.

Este Quadro Nacional de Planeamento irá, naturalmente, ser desenvolvido em estreita ligação com a Política Nacional de Ordenamento do Território.

O Governo propõe-se a:

- Elaborar o quadro institucional e legal necessário ao Ordenamento do Território Nacional, que deverá incluir o plano nacional de ordenamento do território, os planos setoriais de ordenamento de território, os planos diretores das grandes cidades, os planos diretores municipais e os planos urbanísticos e de loteamento;
- Elaborar um plano de urbanização rural, providenciando às populações acesso rodoviário, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso a mercados e eletricidade de forma estratégica (PED 2022);
- Promover a elaboração e implementação de planos de execução urbanística com vista à revitalização sistemática da malha urbana, de forma faseada e integrada em, coordenação entre os vários sectores com impacto no uso do solo;
- Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, no sentido de se desenvolverem transportes terrestres e para garantir um desenvolvimento sustentável e uma proteção adequada do meio ambiente. Esta política visa ainda que os municípios elaborem e apresentem os respetivos planos de mobilidade urbana, para o planeamento e crescimento das cidades de forma ordenada, dando prioridade aos meios de transporte não motorizados e aos serviços de transporte público coletivo;
- Implementar o Plano de Ordenamento do Território da Ilha de Ataúro, para o desenvolvimento económico e social da Ilha, para a concretização dos objetivos que presidiram à criação de Zonas Especiais de Economia Social de Mercado;
- Continuar a implementar os diplomas sobre a toponímia para a cidade de Dili, o regime jurídico da toponímia e numeração da polícia ao nível municipal.

6.5 Desenvolvimento Rural

A transformação social e económica das zonas rurais, promovendo a qualidade de vida de todos os timorenses, mesmo aqueles que vivem em áreas remotas e de difícil acesso e, possivelmente, os mais necessitados, é um dos principais objetivos deste Governo.

Para cumprir este objetivo o Governo vai atuar de forma coordenada e ao nível intersectorial, o que implica que todas as políticas e investimentos setoriais abordarão a questão do desenvolvimento rural de uma forma transversal. Num País pequeno, como Timor-Leste, a existência de assimetrias regionais e desigualdades sociais e económicas é uma incoerência que representa uma enorme perda de oportunidades.

Kuadru Nasional ba Planementu ida ne'e sei kesi no dezenvolve tuir Política Nasional Ordenamentu Territóriu.

Governu sei:

- Elabora kuadru institucional no Leis ne'ebé presiza, ba iha ordenamentu territóriu nasional, nebé tenki inklui planu nasional ordenamentu territóriu, planu sektorial ba ordenamentu territóriu, planu diretor ba sidades bot, planu diretor ba munisípius no planu urbanístiku ho nia divizaun;
- Elabora planu urbanizasaun rural, hodi fô ba populasaun asesu rodoviário, Bé no sanementu, eskolas, klínicas saúde nian, asesu ba merkadu no eletrisidade (PED 2022);
- Promove elaborasaun no implementasaun ba planus ezeekusaun urbanístika, ho objetivu revitaliza sistemátika iha sidades urbanas, tuir faze no integradu ho koordinasaun entre setor sira ne'ebé iha impaktu ho utilizasaun rai;
- Implementa Política Nasional ba Mobilidade Urbana, hodi dezenvolve transportes terrestres no hodi garante dezenvolvimentu nebé sustentável no iha protesau nebé adequada ba meu-ambiente. Política ida ne'e iha objetivu atu munisípius elabora no apresenta ida-idak nia planu mobilidade urbana rasik, ba planeamentu no kresimentu sidade ho forma ordenada, hodi fô prioridade ba meus transporte la motorizadus no ba servisus transporte públiku kolektiv;
- Implementa Planu Ordenamentu do Territóriu iha Ilha Ataúro, ba dezenvolvimentu ekonómiku no sosiál iha nebé, hodi konkretiza objetivus hirak nebé lori ba kriaun Zona Espesial Economia Sosial de Merkadu;
- Kontinua implementa diplomas kona-ba toponímia ba sidade Dili, rejime jurídku ba toponímia no halo numerasaun polísia nian, iha munisípius.

6.5 Dezenvolvimentu Rural

Transformasaun sosial no ekonómika iha zona rural sira, hodi promove qualidade moris ba timor-oan hotu, to'o sira ne'ebé hela área remota no asesu difísil, karik ba sira ne'ebé presiza tebes, núdar prinsipal objetivu Governu ida ne'e nian.

Atu kumpre ba objetivus hirak ne'e, Governu sei halo ho forma ne'ebé koordinada no iha nível intersektorial, ne'ebé implika ba polítikas hotu no investimentu sektorial sira, ne'ebé sei koalía kona-ba dezenvolvimentu rural ho forma transversal. Iha Nasaun ki'ik hanesan Timor-Leste, ezisténsia hosi asimetria rejional no dezigualdade sosial no ekonómika ne'e inkoerénsia ida ne'ebé reprezenta lakon bot iha oportunidade.

A criação de empregos locais é a melhor forma de elevar o nível de vida e bem-estar da população rural. Neste sentido, é fundamental investir no crescimento do setor privado nas áreas rurais, incluindo no apoio a pequenas e médias empresas e cooperativas, fomentando a participação destas no crescimento económico rural.

O Governo irá continuar a desenvolver um quadro nacional de planeamento, que tome em consideração as especificidades locais e os potenciais subsectores de desenvolvimento, ponderando as características locais e as práticas tradicionais, mas também os respetivos acessos a infraestruturas básicas, económicas e sociais e o acesso aos mercados.

É neste sentido, que se destacam as seguintes principais ações para o desenvolvimento rural:

- Implementar o Quadro Nacional de Planeamento, de forma a fazer face aos desafios de cada região e permitindo um crescimento sustentável e um desenvolvimento económico equitativo para todo o país;
- Construir, reabilitar e desenvolver infraestruturas básicas, económicas e sociais, em consulta e com o planeamento e envolvimento direto das comunidades;
- Melhorar o quadro legal e regulador que permita o desenvolvimento de iniciativas e projetos, ao nível das comunidades rurais;
- Desenvolver estudos para a criação de um ambiente propício ao investimento nas áreas rurais, nomeadamente a implementação de sistemas de microcrédito e outras formas de empréstimo, promoção de cooperativas ou negócios familiares, com prioridade para a produção agrícola e criação de mercados, também para produtos processados;
- Promover a capacitação institucional e a formação profissional a negócios familiares, cooperativas e pequenas e médias empresas nas zonas rurais;
- Melhorar o planeamento da atividade agrícola e de gestão dos solos e dos recursos naturais, incluindo a realização de estudos sobre as vantagens comparativas de cada região e o acesso a infraestruturas e aos mercados;
- Continuar a promover o desenvolvimento do setor privado nas áreas rurais, incluindo através de esquemas de incentivos e benefícios fiscais para o desenvolvimento do setor primário, projetos de transformação de produtos do setor privado em bens comerciais, desenvolvimento das tecnologias tradicionais com vista ao turismo e aos mercados, etc.;
- Continuar a promover o processo de descentralização e um governo local para a emancipação política, social e económica das localidades rurais;
- Desenvolver parcerias de cooperação internacional entre empresas agrícolas no sentido de melhorar as seguintes áreas: estudos de mercado, estratégias de comercialização, avaliação e planeamento de empresas, formação e assistência técnica, tecnologia e desenvolvimento de produtos e mecanismos de financiamento;

Iha âmbito ida ne'e, maka hatúr prinsipal aksaun ba dezentovimentu rural hanesan tuir mai:

Konstrói, reabilita no desenvolve infraestruturá bázika, ekonómika no sosial, iha konsulta ho planeamentu no envolvimentu diretu hosi comunidade sira;

- Hadia kuadru legal no regulador ne'ebé permite dezentovimentu ba inisiativa no projetu to'o nível comunidade rural sira;
- Desenvolve estudu kona-ba kriasaun ambiente ida apropriadu ba investimentu iha área rural, liu-liu implementasaun ba sistema mirkokréditu no forma empréstimu sira seluk, promosaun kooperativa ka negósiu familiar, ho prioridade ba produsaun agríkula no ba kriasaun merkadu, nomós ba produktu prosesadu sira;
- Promove kapasitasaun institucional no formasaun profisional ba negósiu familiar, kooperativa no empreza ki'ik na média iha zona rural sira;
- Hadia planeamentu ba aktividade agríkola no ba jestaun Rai no ba rekursu natural, inklui hala'ó estudu kona-ba vantajen komparativa iha kada rejiaun no asesu ba infraestruturá no ba merkadu;
- Kontinua promove dezentovimentu sektor privadu ha área rural sira, inklui liuhosi eskema insentivu sira no hosi benefisiu fiskais ba iha áreas agríkolos, plantasaun Bambú/florestal sira, aviarius no hakiak karau nomós teknolojia tradisional sira, hanesan fabriku hena;
- Kontinua promove prosesu desentralizasaun no governu lokal ba iha emansipasaun polítika, sosial no ekonómika iha lokalidade rural sira;
- Desenvolve parseria no kooperasaun internacional entre empreza agríkola hodi hadia áreas hirak tuir mai ne'e: estudu ba Merkadu, estratéjia komersializasaun, avaliasaun no planeamentu ba empreza sira, formasaun no asisténsia téknika, teknolojia no dezentovimentu produktu no mekanizmu finansiametu;

- Continuar a apoiar as empresas rurais com matérias-primas e equipamentos para o crescimento dos seus micro-negócios.

6.6 Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado

A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA), foi estabelecida para facilitar uma melhor sinergia, entre as instituições do Estado na região, com vista a permitir uma governação mais eficaz, a redução da pobreza e o bem-estar económico de toda a população.

As Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste (ZEESM) são um programa de desenvolvimento nacional, que visam o estabelecimento de zonas especiais de comércio de cariz social que permitirão o crescimento duma economia social de mercado, o que significa que as pessoas e as comunidades de uma determinada Região são os que recebem maiores benefícios, directos e indirectos.

Tendo em conta a rigidez de políticas adotadas, em Oe-Cusse, e o prolongado incumprimento dos procedimentos que orientam o Estado, no âmbito da Administração Pública e de boa governação, procedimentos que foram adotados, nestes últimos anos, por todas as instituições governamentais, este Governo vê uma necessidade premente de alterar o atual quadro jurídico, prevalecente naquela Região.

É de primordial importância uma separação de poderes entre a RAEOA e o ZEESM, a fim de habilitar a sociedade e a população local a ter uma palavra, a expressar os seus anseios e as suas expectativas, com vista a assegurar o espírito e o objetivo último da criação de Zonas Especiais de Economia Social de Mercado;

A participação efetiva da sociedade e das comunidades no processo de desenvolvimento, efetuado na sua região, é que se afirma como o fator determinante na busca de benefícios que recairão, obviamente, nas suas vidas, para um crescimento socioeconómico e cultural, responsável, transparente e sustentável.

Assim, o Governo irá continuar a investir nesta estrutura regional de governação, através de políticas inovadoras e apostando neste novo paradigma de desenvolvimento assente na economia social de mercado, prosseguindo, no entanto, com as seguintes ações:

- Separar os serviços prestados pela ZEESM das funções da Autoridade Administrativa Regional;
- Integrar os seus serviços de finanças no sistema nacional Free balance;
- Melhorar os sistemas de controlo e fiscalização, sobretudo no que respeita aos grandes projetos, sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- Melhorar os sistemas de aprovisionamento, garantindo o cumprimento do regime central de aprovisionamento;
- Efetuar uma auditoria imediata à RAEOA e ZEESM.

- Continua apoiu ba empreza agríkola rural sira ho matéria-prima (semente, fertilizasaun, nsst) no ekipamentu, nune'e mós ba indústria nsst.

6.6 Rejiaun Administrativa Especial Oe-Cusse Ambeno no Zona Especial ba Ekonomia Sosial Merkadu

Rejiaun Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno (RAEOA), estabete duni atu fasilita sinerjia nebé diak-liu entre instituisoens Estado nian iha Rejian ida nebé, ho hanoin katak sei permite governasaun ida efikaz liu, ajuda hamenus kiak no dudu bem-estar ekonómiku ba populasaun tomak.

Zonas Espesiais ba Ekonomia Sosial de Merkadu Timor-Leste (ZEESM TL) sai núdar programa ida ba dezvoltimentu nasional, ho objetivu atu estabetele zonas espesiais ba komérsiu ho ninia karáker social, ne'ebé sei permite kresimentu ekonomia social ba merkadu, katak ema ho populasaun husi rejiaun né maka sei simu benefisius, diretus no indiretus.

Haré ba politika tós, nebé hala'o iha Oe-Kusi, no ba tempu naruk demais ona iha nebé la kumpri tuir prosedimentus nebé orienta Estado tomak, iha kontektu Administrasaun Públika no boa-governasaun, prosedimentus nebé instituisoens governamentais hotu-hotu halo tuir no kumpre, maka Governu ida ne'e hare katak iha urjênsia atu altera quadru jurídku atual nebé prevalese iha Rejiaun ida nebé.

Importante tebes iha separasaun poderes entre RAEOA no ZEESM, hodi kapasita sociedade no populasaun lokal sira atu intervein, espresa sira nia hakarak no sira nia espetativa, hodi asegura espírito no objetivu ikus ba kriasaun Zonas Espesiais ba Ekonomia Sosial Merkadu.

Partisipasaun efetiva husi sociedade no husi comunidades sira iha prosesu dezvoltimentu, nebé hala'o iha ninia rejiaun laran, mak sai núdar fator determinante hodi haree, sukat no tetu kona-ba benefisius nebé sei mosu ba sira-nia vida, ba cresentu sosio-ekonomiku no kultural, responsável, transparente no sustentável.

Nune'e, Governu sei kontinua investe iha estrutura rejional governasaun ne'e, liu-husi politikas inovadoras no aposta ba paradigma foun ida ne'e, ba dezvoltimentu nebé nia baze iha ekonomia social de merkadu, maibé sei hala'o medidas tuir mai ne'e:

- Separa servisus nebé pertense ba ZEESM husi funsoens Autoridade Administrativa Rejional nian;
- Integra servisus finansas iha Rejiaun ne'e ba Sistema nacional FreeBalance;
- Hadi'a sistemas kontrolo no fiskalizaun, liuliu kona-ba grandes projetus, nebé tenki sujeitus ba fiskalizaun prévia husi Tribunal Kontas;
- Hadi'a sistemas aprovizionamentu, hodi garante kumpri-mentu ba rejime sentral aprovizionamentu nian;
- Halo auditoria ba RAEOA no ZEESM.

6.7 Governo Eletrónico

O Governo Eletrónico ou a Administração Pública Eletrónica permite informar e divulgar os serviços prestados e as informações produzidas pelo Governo à população em geral, fazendo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, assegurando uma boa governação, maior transparência nos processos e políticas públicas e, ao mesmo tempo, aproximando as pessoas dos órgãos governamentais e, como tal, a sua maior participação nas decisões tomadas pelos governantes.

O Governo irá apostar no desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, implementando a Política Nacional para as Tecnologias de Informação e Comunicação e criando as condições necessárias para que o Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação, recentemente criado, concretize a sua missão de gerir a rede informática do Governo e de outras entidades públicas com vista à modernização do Estado e a melhorar o funcionamento e a prestação de serviços das instituições públicas.

Parte fundamental desta estratégia é a modernização administrativa, desenvolvendo a mais-valia do Governo Eletrónico, incluindo o estabelecimento das plataformas de conectividade e acesso à internet em todas as instituições do Estado e do Governo.

Neste sentido, o Governo irá continuar a desenvolver esforços para aproximar o cidadão da administração pública, através do desenvolvimento do setor informático e tecnológico que permita, no futuro, um sistema moderno e eficaz de governação eletrónica.

Para tal, o Governo irá:

- Realizar estudos para o estabelecimento da gestão da rede informática do governo e de outras entidades públicas;
- Implementar a Política Nacional para as Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Adotar a tecnologia de informação moderna, na função pública, para apoiar a coesão do Governo e as iniciativas de Governo Eletrónico (PED 2020);
- Melhorar e atualizar continuamente o Portal Eletrónico do Governo, nomeadamente com informações sobre o País e as atividades governamentais, incluindo a ligação com todas as entidades governamentais e públicas;
- Fomentar a existência de portais eletrónicos para todas as entidades governamentais, com qualidade;
- Promover uma plataforma interativa com as entidades governamentais, inicialmente centralizada no Portal do Governo, onde o Governo abre um espaço para ouvir, debater e organizar informações relevantes à opinião pública;
- Iniciar conversações preliminares com os outros órgãos de soberania para a criação de um espaço de diálogo entre eles recorrendo à plataforma tecnológica;

6.7 Governu Eletróniku

Governu Eletróniku ka Administrasaun Públika Eletrónika, permite informa no divulga servisu, nebé presta tiha ona, no haglekan, ba populasaun em jeral, informasoens nebé Governu hasai, hodi uza teknolojia Informasaun no Komunikasaun, hodi asegura boa governasaun, transparénsia nebé bot-liu iha prosesus no polítikas públicas, no, au mesmu tempu, bele hakbesik ema ba órgauns governamentais, nune'e, bele iha sira-nia partisipasaun bot-liu iha desizoens ne'ebé governantes sira foti ka hasai.

Governu sei aposta iha dezvoltimentu iha Teknolojia de Informasaun no Komunikasaun, hodi implementa Política Nacional kona-ba Teknolojia Informasaun no Komunikasaun, nune'e bele kria dau-daun kondisoens nebé presiza atu Instituto de Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun, nebé foim estabelese, bele konkretiza nia misaun atu jere rede informátika Governu-nian no mós entidades públicas seluk nian, hodi hala'õ modernizasaun ba Estadu no hadi'a funsionamentu no prestasaun servisu iha instituisoens públicas.

Parte fundamental hosi estratéjia ne'e, maka modernizasaun administrativa, hodi desenvolve mais-valia husi Governu Eletróniku, inklui estabeleimentu plataforma ba konektividade no asesu ba internet, iha instuisoens Estadu no Governu.

Nune'e, Governu sei nafatin desenvolve esforsus atu aprosima sidadauns sira ba iha administrasaun pública, liu-hosi desenvolve setor informátiku no teknolójiku ne'ebé permite, iha futuro, sistema moderno no efikaz iha governasaun eletrónica.

Ba ida ne'e, Governu sei:

- Hala'õ estudus atu estabelese jestaun rede informátika governu nian no entidades públicas sira seluk;
- Implementa Política Nacional ba Teknolojias de Informasaun no Komunikasaun;
- Adota teknolojia de informasaun nebé moderna, iha funsaun pública, atu apoia koezaun iha Governu no apoia inisiativas ba Governu Eletróniku (PED 2020);
- Hadi'a no atualiza, ho forma kontinuada, Portal Eletróniku Governu nian, liu-liu informasaun kona-ba Rai laran no atividade governu nian, inklui ligasaun ho entidade governamental no pública sira seluk;
- Fomenta ezisténsia portais eletrónikus, ho qualidade, ba entidades governamentais hotu;
- Promove plataforma interativa ida ho entidades governamentais, nebé hetan sentralizasaun uluk iha Portal Governu, husi ne'ebé Governu loke espasu ida atu rona, halo debate no organiza informasoens nebé relevantes ba opiniaun pública;
- Hahú konversasoens preliminares ho órgauns soberania sira seluk, atu kria espasu ida ba diálogu entre órgeuns sira nê, liu-hosi plataforma tenolójika nian;

- Fazer um levantamento e promover a coordenação interministerial sobre as componentes do Governo eletrónico e os serviços e formulários que devem ser disponibilizados online no futuro;
- Continuar a desenvolver a Gestão de Finanças Públicas eletrónica e o Modelo de Transparência de Timor-Leste, através dos portais eletrónicos que permitem consultar as operações do Estado, incluindo o Portal de Transparência do Orçamento, o Portal de Aprovisionamento Eletrónico, o Portal de Transparência das Ajudas e o Portal de Resultados do Governo;
- Implementar gradualmente mais serviços de pagamentos online do Estado;
- Continuar a investir na criação de bases de dados eletrónicos, além da base de dados da Função Pública;

6.8 Justiça

Promover o Estado de Direito e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, continua a ser um grande desafio para Timor-Leste e comporta aspetos de grande complexidade. A consolidação do setor da justiça é, no entanto, de importância fundamental para a construção da paz e construção do Estado. É, também, um fator crucial para transmitir confiança e atrair investimento, no desenvolvimento da economia. Enfrentamos vários desafios que passam, resumidamente, por quadro legais deficientes ou desadequados à nossa realidade, infraestruturas insuficientes e dificuldades no que respeita à capacitação e qualificação dos nossos recursos humanos, condições fundamentais para permitir o acesso à justiça para todos.

O contexto histórico explica alguns dos desafios neste setor, destacando que uma parte dos profissionais no setor da Justiça não domina o sistema legal inspirado no modelo português, nem mesmo o domínio pleno da língua portuguesa, essencial para uma boa interpretação e aplicação das leis.

A fragilidade do sistema de justiça pode pôr em causa a própria construção do Estado e o desenvolvimento económico e social da nação. Não há confiança para investimento económico sem um sistema judicial que assegure o cumprimento da Lei. E, sem investimento, não há emprego e, sem emprego, não há paz. É, por isso mesmo, um tema que deve ser abordado com o respeito necessário pelas instituições e pela separação de poderes, mas também com urgência e seriedade.

É, portanto, objetivo deste Governo iniciar uma reforma profunda a esta instituição, o que levará tempo, dada a sua complexidade. Acreditamos que a cooperação institucional, num processo que seja inclusivo, e uma apropriação pelos decisores nacionais, poderão contribuir para a solução deste desafio, ou seja, para a consolidação de um sistema de Justiça eficaz, onde os processos, através dos quais ela é aplicada, sejam céleres, equilibrados, confiáveis, independentes e justos.

- Halo levantamentou no promove koordinasaun interministerial kona-ba komponentes Governu eletróniku ho servisu no formuláriu, ne'ebé tenke disponíveis 'online' iha futuru;
- Continua de desenvolve Jestaun Finansas Públikas eletrónika no Modelo Transparénsia iha Timor-Leste, liu-hosi portais eletrónikus, ne'ebé permite iha konsulta kona-ba operasoens Estadu-nian, inklui mós Portal Transparénsia kona-ba Orsamentu, Portal Aproxionamentu Eletróniku, Portal Transparénsia de Ajudas no Portal kona-ba Rezultadus Governu-nian;
- Implementa gradualmente servisu pagamentu 'online' ba Estadu;
- Continua investe iha kriasaun de baze-de-dadus eletrónikus (para além de baze de dadus Funsau Públika nian).

6.8 Justisa

Promove Estadu de Direitu no garante igualdade iha asesu justisa ba ema hotu, sai nafatin dezafiu boot ba Timor-Leste, nebé lori aspetus komplexus tebes. Mas, konsolidasaun iha setor justisa sai hanesan baze importante no fundamental ba konstrusaun paz no konstrusaun Estadu. Nomós, fator krusial ida atu transmiti konfiansa no atrai investimentu, ba desenvolvimentu ekonomia nian. Ita enfrenta dezafius barak ne'ebé, atu koalía badak deit, mosu husi kuadru kona-ba legislasoens (ka leis) nebé defisientes no la adekuadas ba ita nia realidade, kona-ba infraestruturas ne'ebé la sufisiente no kona-ba difikuldade iha kapasitasaun no kualifikasaun ita-nia rekursus humanus, ne'e hotu hanesan kondisoens fundamentais atu permite ema hotu hetan asesu ba justisa.

Ita iha kontestu históriku ida, nebé esplika didiak dezafius balun iha setor ida ne'e, hodi destaka katak parte balun hosi profisionais iha setor justisa la iha domínium iha sistema legal, sistema ne'ebé inspiradu husi modelu português, nune'e mós, la iha domínium plenu (ka diak) iha língua portuguesa, nudar kondisaun esensial tebes atu interpreta no aplika leis.

Fragilidade iha sistema justisa bele kria problemas boot ba prosesu 'konstrusaun Estadu' ne'e rasik no mós ba desenvolvimentu ekonómiku no sosial Nasaun nian. Sei la-iha konfiansa ba investimentu ekonómiku, wain-hira la-iha sistema judisial ne'ebé asegura kumprimentu ba Lei. No wain-hira la-iha investimentu, sei la-iha servisu no, se la-iha servisu, sei la-iha paz. Nune'e, maka tema ida ne'e tenke aborda, tuir duni respeito ne'ebé nesesáriu ba instituisoens no tuir respeito ba separasaun poderes, maibé mós ho urjénsia no seriedade.

Ho nune'e, Governu ida ne'e iha objetivu atu hahú reforma ne'ebé klean, iha instituisaun ida ne'e, hodi hatene katak reforma ne'e sei lori tempu, tamba ninia kompleksidade. Ami fiar katak kooperasaun institucional, iha prosesu ida ne'ebé inkluzivu, no iha apropriaasaun hosi sira ne'ebé iha knar atu foti desizoens nasionais, sei bele kontribui ba solusaun ba dezafiu ida ne'e, ka, ba iha konsolidasaun sistema de Justisa ida efikaz, iha ne'ebé prosesus, iha ne'ebé justisa sei aplika, sai prosesus nebé lalais, ekilibradus, bele fó konfiansa, independentes no justus duni.

Fazem, assim, parte dos principais objetivos do Governo:

- Consolidar a paz e a democracia, garantindo os direitos, deveres, liberdades e garantias fundamentais de todos os cidadãos;
- Introduzir uma reforma profunda no setor da justiça;
- Melhorar a eficiência, eficácia e a celeridade do exercício e da administração da justiça;
- Promover um setor judiciário profissional, competente, independente e transparente;
- Construir um quadro de recursos humanos no setor da justiça, competente, independente, profissional e experiente;
- Garantir a independência dos Tribunais, face aos demais órgãos de soberania;
- Promover e respeitar os direitos de todos os cidadãos, incluindo a ampliação de assistência jurídica aos cidadãos mais vulneráveis e desprotegidos, particularmente no que respeita ao acesso e à própria compreensão do sistema da justiça;
- Promover a confiança do povo e de outros cidadãos estrangeiros, incluindo investidores, no sistema de justiça.

O Governo, para prosseguir com os objetivos enunciados, irá implementar o seguinte, segundo as diferentes temáticas do setor:

a) No plano de desenvolvimento institucional, consolidar a administração da justiça, através do melhoramento da capacidade institucional e coordenação. E, para isso:

- Rever e atualizar o Plano Estratégico do Setor da Justiça (2011-2030), para uma reforma mais célere no setor da justiça;
- Promover a revisão das linhas de coordenação e planeamento integrado, estabelecer a Comissão Técnica para a revisão do PESJ e incentivar diálogos com os 'stakeholders' do Setor da Justiça sobre a política e resultados da implementação;
- Efetuar a reforma do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, como sendo um centro de excelência para os actores Judiciários e harmonizar a base legal sobre recrutamento dos magistrados e defensores públicos;
- Melhorar a coordenação do setor, assegurando que as suas instituições possuem uma perspectiva clara de como interagem e se complementam;
- Desconcentrar os serviços da justiça e criar mecanismos efetivos de facilitem o acesso de toda a população à justiça;

b) A reforma do quadro legal será feita através da consolidação

Hanesan parte ida mós husi nia objetivus prinsipais, maka Governu sei:

- Konsolida paz no demokrasia, hodi garante direitus, deveres, liberdades no garantias fundamentais ba sidadauns tomak;
- Introduz reforma ida nebé kle'an, iha setor justisa;
- Hadi'a efisiénsia, efikásia no servisu lalais, iha ezersísiu no iha administrasaun justisa nian;
- Promove setor judisiáriu ida nebé profesional, kompetente, independente no transparente;
- Harí kuadru ida ba rekursus humanus, iha setor justisa, ne'ebé kompetente, independente, profesional no esperiente;
- Garante independénsia husi tribunais iha nia relasaun ho órgauns soberania sira seluk;
- Promove no respeita direitus ba sidadauns hotu-hotu, inklui haluan asisténsia jurídika ba sidadauns nebé vulneráveis no desprotejidus, liu-liu kona-ba asesu no kompriensaun sistema justisa nian rasik;
- Promove konfiansa ba Sistema justisa, tantu husi povu tomak no mós husi sidadauns estrangeirus sira, nebé inklui investidores sira.

Atu realiza objetivus nebé temi iha leten, Governu sei implementa, tuir temáticas setor nian nebé oi-oin:

a) Iha planu desenvolvimento institucional, sei konsolida administrasaun justisa, liu-husi melhoria iha kapasidade institucional no koordensaun. Ba ida ne'e, sei:

- Revê no atualiza Planu Estratéjiku Setor Justisa nian (2011-2030), hodi hala'ο reforma ida ke lalais iha setor justisa;
- Sei haré fila fali (ka revê) linhas kordensaun no planeamentu integradu, no estabelese Komisaun Técnica atu halo revizaun ba PESJ no insentiva diálogos ho stakeholders Setor Justisa nian, kona-ba politikas no resultados husi implementasaun;
- Hala'ο reforma ba Centro Formação Jurídica no Judisiária - CFJJ, núdar Sentru de excelénsia ida ba atores judisiárius sira no armoniza baze legal kona-ba recrutamentu majistradus no defensores públikus sira-nian;
- Hadi'a kordensaun iha setor ida ne'e, hodi asegura katak ninia instituisoens sira hetan perspectiva nebé klara atu oin-sá sira interaje no komplementa malu;
- Deskonsentra servisu justisa no kria mekanismus nebé efikazes, atu fasilita asesu ba justisa husi populaun tomak.

b) Reforma ba kuadru legal, sei hala'ο husi konsolidasaun no

e harmonização dos quadros legais no sistema da Justiça e do Direito. E, para tal:

- Rever o conjunto de leis estruturantes para o setor da justiça já aprovadas e implementadas, completando as lacunas e melhorando a regulamentação sempre que necessário;
 - Completar o quadro legal do sistema judicial e proceder à revisão das leis existentes;
 - Rever as recomendações da Proposta de Política Pública e Estratégia da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, preparada pela Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, para definir um plano de implementação para a reforma estrutural da Administração da Justiça;
 - Preparar a proposta de lei da Organização Judiciária com vista a alargar o mapa judicial com novos estabelecimentos dos tribunais municipais;
 - Rever o Estatuto dos Magistrados e Defensores Públicos;
 - Implementar a Lei de Terras e Propriedades e finalizar o levantamento cadastral e o registo de bens imóveis;
 - Completar o pacote de Lei das Terras e preparar propostas de Lei do Registo Predial;
 - Propor a aprovação de legislação que permita melhorar o regime de gestão dos bens imóveis do Estado e o arrendamento dos bens imóveis do Estado aos particulares;
 - Reforçar a Política de Línguas no Setor da Justiça, com a implementação e reforço do Regime de Utilização de Línguas Oficiais no setor da justiça, que visa a adoção de um modelo bilingue para a elaboração de atos normativos, processos judiciais e o procedimento administrativo dos serviços da Justiça;
 - Introduzir o decreto-lei sobre a aplicação obrigatória bilingue (português e tétum) no setor da Justiça;
- c) O desenvolvimento dos recursos humanos na área da Justiça é crucial para um setor, com um papel inquestionável no processo de construção do Estado e da Nação. Assim, haverá que:
- Definir uma política e um plano estratégico de formação do quadro dos recursos humanos no setor da Justiça, crucial para a melhoria e consolidação do setor, com medidas de curto, médio e longo prazo e ponderando os aspetos fundamentais que têm vindo a obstaculizar a área da Justiça;
 - Assegurar a revisão dos processos de recrutamento, formação e afetação dos recursos humanos no setor da Justiça;
 - Continuar a desenvolver planos e a formar os recursos

armonizasaun ba kuadrus legais tomak iha Sistema Justisa no área Direitu. Nune'e, sei:

- Revê conjunto leis estruturantes, nebé aprova no implementa ona iha setor justisa, hodi haree ba sá-ida maka sei falta no hadi'a riha regulamentasoens, bainhira presiza;Kompleta kuadru legal iha Sistema judicial no hala'o revizaun ba leis sira nebé iha hela;
 - Revê rekomendasoens husi Proposta kona-ba Política Pública no Estratégia ba Reforma Legislativa no ba Setor Justisa, nebé prepara tiha ona husi Komisaun ba Reforma Legislativa no ba Setor Justisa, atu define planu de implementasaun id aba reforma estrutural iha administrasaun justisa;
 - Prepara proposta de lei ba organizasaun judisiária, hodi alarga (ka haluan) mapa judicial, ho estabelesimentu ba tribunais municipais foun;
 - Revê Estatuto Majistradus sira-nian no mós Defensores Públicos sira-nian;
 - Implementa Lei Terras e Propriedades no finaliza levantamentu kadastral no rejistu ba bens imóveis;
 - Completa tiha pakote Lei de Terras no prepara propostas de lei ba Rejistu Predial;
 - Propoin ba aprovasaun leis hirak ne'ebé hodi hadia rejime jestaun bens imóveis Estadu nian no arendamentu bens imóveis Estadu nian ba partikular sira;
 - Reforsa Política kona-ba Lian iha Setor Justisa, liu-husi implementasaun no reforsu husi Rejime de Utilizasaun kona-ba Línguas Oficiais iha setor justisa, hodi adopta modelu bilingue (ka lian rua) iha elaborasaun atus normativus, iha prosesus judisiais no iha prosedimentus administrativus ba servisus justisa-nian;
 - Introduz dekretu-lei kona-ba aplikasaun obrigatória ba lian rua (português no tetum) iha setor justisa.
- c) Dezenvolvimentu Rekursus umanus nian, krusial tebes ba Setor ida, ho nia knar nebé fundamental tebes iha prosesu harí Estadu no harí Nasaun. Nune'e, sei:
- Define política no planu estratéjiku ida ba formasaun iha kuadru rekursus umanus setor justisa nian, tanba ne'e krusial ba melhoria no konsolidasaun setor, ho medidas ba kurtu, médiu no longu prazu, hodi konsidera didial aspetus fundamentais nebé, to'o agora, difikulta hela área justisa;
 - Asegura revizaun ba prosesus rekrutamentu, formasaun no hatama rekursus umanus iha setor justisa;
 - Kontinua dezenvolve planus no hala'o formasaun

humanos necessários com vista ao estabelecimento futuro, a médio e longo prazo, de todas as instituições previstas na Constituição e na Lei;

- Fomentar a formação dos auditores da Câmara de Contas e juizes ao Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas;
- Assegurar a formação contínua e complementar para os Defensores Públicos e estabelecimento da ordem dos Advogados, independentemente da organização da ordem referida;
- Garantir a formação aos funcionários públicos, oficiais de justiça, técnicos de apoio administrativo no setor da justiça;
- Implementar a formação dos Notários e Conservadores do Registo e Notariado;
- Apoiar a formação aos técnicos cadastrais e reforçar o funcionamento da Comissão de Terras;
- Investir no Centro de Formação Jurídica e Judiciária e na melhoria das suas capacidades, para continuar a capacitação e formação dos profissionais do setor da justiça;
- Preparar o currículo do ensino e promover a reforma dos quadros de formadores/docentes no CFJJ;
- Continuar a formação dos magistrados, defensores públicos e advogados privados no CFJJ;
- Reforçar a capacidade dos Defensores Públicos e criar condições para a existência de advogados privados, profissionais e competentes, para melhorar a assistência jurídica efetiva e de qualidade;
- Promover a capacitação dos atores judiciais nacionais;
- Promover e capacitar a função do Inspetor Judicial;
- Reforçar o quadro de juizes em número suficiente para implementar todos os órgãos judiciários em funcionamento e os previstos, e recrutar e formar o pessoal para desempenhar funções administrativas de modo a libertar os juizes de tais tarefas;
- Formar Oficiais de Justiça para desempenharem cabalmente as suas funções;
- Formação académica de material de reintegração social, legal e treinamentos físicos aos guardas prisionais, bem como a formação especializada aos guardas prisionais no centro de reabilitação juvenil;
- Rever os critérios de recrutamento dos juizes internacionais, a fim de melhorar as funções de assessoria, formação e mentoria, para uma verdadeira transferência de conhecimentos e para que os juizes nacionais se apercebam melhor dessas funções de assessorial;

rekursus umanus, hodi haree ba iha futuro, ho médiu no longu prazu, bele estabese instituisoens hotu-hotu nebé previstas ona iha Konstituisaun no Lei;

- Insentiva formasaun ba auditores iha Kâmara de Kontas no ba juizes iha Tribunal Superior Administrativo, Fiskal no Kontas;
- Asegura formasaun nebé kontínua no formasaun komplementar ba Defensores Públikus no mós estabese Ordem dos Advogados, nebé la haree ba organizasoens oin-oin advogadus sira-nian;
- Garante formasaun ba funsionários públikus, ofisiais de justisa, téknikus de apoiu administrativu iha setor justisa;
- Implementa formasaun ba Notários, Konservadores Rejistu no Notariado;
- Apoiar formasaun ba téknikus cadastrais no reforsa funsionamentu Komisaun de Terras;
- Investe iha Centro de Formasaun Jurídika no Judisiária no ba hadi'a kapasidades iha Sentru ne'e, atu bele kontinua fó kapasitasaun no formasaun ba profissionais iha setor justisa;
- Prepara kurríkulu atu hanorin no haree mós atu reforma kuadrus ba formadores ka dosentes iha CFJJ;
- Kontinua formasaun ba majistradus, defensores públikus no advogadus privadus iha CFJJ;
- Reforsa kapasidade Defensores Públikus sira-nian no kria kondisoens ba advogadus privadus, profisionais no kompetentes, hodi hadi'a assistênsia jurídica, nebé tenki efetiva no ho qualidade;
- Promove kapasitasaun Atores Judiciais timoroan sira;
- Promove no kapasita funsaun Inspetor Judisial sira;
- Reforsa kuadru juizes ho número suficiente, atu preenxe órgauns judisiários nebé iha no hirak nebé sei estabese, no rekruta no forma pessoal atu kaer funsoens administrasaun nian, hodi liberta juizes sira husi servisus sira né;
- Forma Ofisiais de Justisa atu bele kaer ka hala'o didiak sira-nia servisu;
- Formasaun akadémika kona-ba reintegrasaun social, ho matéria legal no treinamentu ba guardas prisionais, no mós formasaun especializada ba guardas prisionais iha Sentru Reabilitasaun juvenil;
- Revê tiha kritérius kona-ba rekrutamentu ba juizes internacionais sira, hodi iha melhoria iha sira-nia funsaun assessorial nian, no formasaun no mentoria, atu nune'e bele iha transferênsia de konhesimentu lolós no mós atu juizes nasionais bele kompriende di'ak liu kona-ba servisu asesoria nian;

- O Conselho de Coordenação estabelecerá os mecanismos de recrutamento dos juristas internacionais antes de exercerem a profissão no setor da justiça timorense;
- d)** A necessidade de dotar o Sector com infraestruturas adequadas, apresenta-se como uma condição de extrema relevância. Para isso, haverá que:
- Investir na capacidade das instituições do setor da Justiça, para o melhor cumprimento dos seus mandatos, incluindo infraestruturas de apoio, equipamentos e informatização;
 - Construir o edifício de PCIC e do Supremo Tribunal de Justiça;
 - Finalizar a construção do edifício da delegação da Defensoria Pública nos municípios;
 - Construir residências para os guardas prisionais;
 - Reabilitar dos edifícios da Defensoria Pública, edifícios do Registos Civil/Conservatórias e de Terras e Propriedades nos municípios;
 - Construir o Centro de Reabilitação Juvenil;
 - Modernizar o setor da Justiça, incluindo infraestruturas, equipamentos e ferramentas, também processuais;
 - Instalar o sistema de IT e uma rede, com capacidade para cobrir todos os municípios do território nacional;
- e)** Com relação ao acesso à Justiça, fomentar a aproximação da Justiça aos cidadãos e, para tal:
- Assegurar a capacidade dos serviços prisionais para garantir a segurança e a melhoria das instalações prisionais, o cumprimento de normas internacionais e a reintegração dos prisioneiros nas comunidades;
 - Melhorar a capacidade dos serviços de registo e notariado para garantir a segurança do comércio jurídico e assegurar que os atos são executados de forma rápida e acessível aos cidadãos;
 - Melhorar a eficácia da gestão de cadastro de terras e o património imobiliário do Estado;
 - Continuar a implementar o alargamento da emissão de bilhetes de identidade a todos os municípios, e continuar a investir na emissão do Passaporte Eletrónico de Timor-Leste;
 - Expandir o programa de Clínicas de Acesso à Justiça por forma a abranger todos os municípios;
 - Rever o mapa do setor da justiça e implementar medidas que visem garantir, no futuro, a existência judicial em todos os municípios, com qualidade e profissionalismo;
- Konselhu de Koordensasaun mak sei estabese mekanismus ba rekrutamentu juristas internasionais, antes de sira mai servisu iha setor justisa iha ita rain.
- d)** Nesesidade ba infraestruturas nebé adequadas iha Setor Ida ne'e, boot tebe-tebes. Nune'e, sei:
- Investe iha kapasidade instituisoens setor justisa nian, atu bele kumpre didiak sira-nia mandate, inklui infraestruturas de apoiu, ekipamentus no informatizasaun;
 - Harí edifisiu ba PCIC no ba Supremu Tribunal Justisa;
 - Finaliza konstrusaun edifisiu ba delegasaun Defensoria Públika nian, iha munisípius;
 - Harí residênsia ba guardas prisionais;
 - Reabilita edifisius Defensoria Públika nian no edifisius Rejistu Sivil/Konservatórias no Terras e Propriedades, iha munisípius;
 - Harí Centro Reabilitasaun Juvenil;
 - Moderniza setor justisa, inklui infraestruturas, ekipamentus no ferramentas, no mós prosesuais;
 - Instala Sistema IT ho rede nebé bele kobre munisipius hotuhotu.
- e)** Relasiona ho asesu ba justisa, sei fomenta aprosimsaun husi justisa ba sidadauns sira no, atu ida ne'e akontese, sei:
- Asegura kapasidade servिसुs prisionais sira-nian, hodi garante seguransa no melhoria iha instalasoens prisionais, kumprimentu ba normas internasionais no ba reintegrasaun prizioneirus sira-nian iha comunidades;
 - Hadi'a kapasidade servिसुs rejistu no notariadu, hodi garante seguransa ba komérsiu jurídiku no asegura katak atus ezekuta duni ho lalais no bele iha asesu ba sidadauns sira;
 - Hadi'a efikásia iha jestaun ba kadastru Terras no património imobiliáriu Estadu nian;
 - Kontinua implementa prosesu atu haluan emisaun bilhetes de identidade ba munisípius hotu-hotu, no kontinua investe iha emisaun Pasaporte Eletróniku Timor-Leste nian;
 - Expande programa Klínika de Asesu ba Justisa, hodi agranje munisipius hotu-hotu;
 - Revê mapa setor justisa nian no implementa medidas atu bele garante, iha futuro, presensa judicial, ho qualidade no profesionalismu, iha munisipius hotu-hotu;

- Efetuar campanhas alargadas de divulgação do sistema de justiça, as leis e os direitos fundamentais dos cidadãos, para criar a confiança no sistema de Justiça e assegurar a perceção de “Justiça para todos”;

- Continuar a disseminação das leis, decretos-leis e diplomas legais com a finalidade de aumentar o conhecimento dos cidadãos;

f) Por último, uma matéria, que é transversal a todas as instituições do Sector da Justiça, é a boa governação, pois só dela poderá advir o bom desempenho da Justiça em prol do bem comum. Para isso, é preciso:

- Melhorar a capacidade dos órgãos de supervisão e controlo do sistema da Justiça, assegurando uma maior independência e a sua eficácia e eficiência (Conselhos Superiores e Tribunal de Contas);

- Reforçar o Conselho de Coordenação do Setor da Justiça, fortificando o funcionamento do Conselho Superior de Magistrados Judiciais, Ministério Público, Defensoria Pública e estabelecer o Conselho Superior do Tribunal de Contas;

- Garantir o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e procedimentos em matéria de planeamento, orçamentação, gestão financeira, aprovisionamento, logística e recursos humanos, incluindo o estabelecimento de sistemas coordenados de gestão de casos processuais;

- Melhorar a coordenação dentro do próprio setor da justiça e entre este setor e os restantes órgãos, sobretudo os mais relevantes à melhoria do setor da Justiça;

- Reforçar os serviços do Conselho de Coordenação do Setor da Justiça, harmonizando a base legal de modo a disponibilizar oportunidades aos ‘stakeholders’ para participar nas reuniões do Conselho de Coordenação;

- Continuar a reforçar a implementação de sistemas de gestão e de procedimentos, incluindo o sistema de gestão de casos processuais;

- Aperfeiçoar os mecanismos de cooperação internacional, alinhando as prioridades dos seus programas com as estratégias e prioridades do país;

- Continuar a promover a cooperação com os países da CPLP e da ASEAN e demais organizações internacionais na área da justiça, enquanto parceiros importantes para o desenvolvimento do setor da Justiça.

6.8.1 Polícia Científica de Investigação Criminal

- Melhorar a capacidade das ações de prevenção, deteção e investigação da Polícia Científica de Investigação Criminal;
- Investir em laboratórios e equipamentos científicos e criminais;

- Hala’o kampanhas boot atu divulga Sistema justisa, leis no direitos fundamentais sidadauns sira-nian, hodi kria konfiansa ba Sistema justisa no asegura kompreensaun nebé diak kona-ba ‘justisa ba ema hotu’;

- Kontinua disemina (ka halo sosializasaun) ba leis, dekretus-leis no diplomas legais atu aumenta konhesimentu husi sidadauns sira.

f) Ikus liu, matéria ida nebé transversal ba instituisoens tomak iha Setor Justisa, maka boa governasaun, tamba só ho ida ne’e, maka bele mosu dezempenhu di’ak iha justisa, nebé sei benefisia ema hotu. Ba ida ne’e, sei presiza:

- Melhora (ka hadi’a) kapasidade Órgaus supervizaun no kontrolo iha Sistema justisa, hodi asegura ninia independensia no mós ninia efikásia no efisiénsia (Konselhus Superiores no Tribunal de Kontas);

- Reforsa Konsehu de Koordenasau Setor de Justisa nian, hodi fortifika funsionamentu Konsehu Superior Majistradus Judisiais, Ministériu Públiku, Defensoria Públika no estabese Konsehu Superior Tribunal de Kontas;

- Garante aperfeisoamentu ba sistemas jestaun no prosedimentus nian, iha planeamentu, orsamentasaun, jestaun finanseira, aprovizionamentu, lojística no rekursus humanus, inklui estabese sistemas koordinadus ba jestaun kazus prosesuais nian;

- Hadi’a koordinasau iha setor justisa rasik no entre setor ne’e ho órgaus seluk, liuliu orgaus nebé relevantes ba hadi’a setor justisa;

- Reforsa servisu iha Konsehu de Koordenasau Setor Justisa, hodi armoniza tiha baze legal ida no fô oportunidades ba ‘stakeholders’ sira atu partisipa iha reunioens Konsehu Koordenasau nian;

- Kontinua reforsa implementasaun ba sistemas de jestaun no prosedimentus, inklui Sistema ba jestaun kazus prosesuais;

- Aperfeisoa (ka hadi’a diak liu-tan) mekanismus kona-ba kooperasaun internasional, nebé tenki alinha prioridades iha sira-nia programas ho estratégias no prioridades País nian;

- Kontinua promove kooperasaun ho países CPLP no ASEAN nian no ho organizasoens internacionais seluktan, iha área justisa, nudar parseirus importantes ba dezvoltimentu ba setor justisa.

6.8.1 Polísia Sientífika ba Investigasaun Kriminal

- Hadia kapasidade Polísia Sientífika ba Investigasaun Kriminal, iha asoens kona-ba prevensaun, detesaun no investigasaun;
- Investe iha laboratóriu no ekipamentus sientífikus no kriminais;

- Reforçar a formação na área de investigação criminal, nomeadamente através da cooperação bilateral com Escola da Polícia Judiciária Portuguesa.

- Reforça formasaun iha área investigasaun kriminal, liuhosi kooperasaun bilateral ho Eskola Polísia Judisiária husi Portugal.

6.9 Defesa e Segurança

O desenvolvimento de instituições de Defesa e de Segurança, transparentes, eficientes, competentes e profissionais, são fundamentais à manutenção da democracia e à consolidação da estabilidade e da paz, ao nível nacional e internacional.

Como tal, um setor de Defesa e Segurança forte tem vindo a ser construído, desde o primeiro momento da restauração da independência, com uma abordagem que toma em consideração as circunstâncias próprias do país, nomeadamente o seu passado de conflito recente, a sua juventude e inerente fragilidade.

Os desafios de reconstrução, incluindo a preparação dos recursos humanos, o desenvolvimento de um quadro legal sólido e consistente com as idiosincrasias locais e a disponibilização de equipamentos e infraestruturas necessárias às instituições de segurança nacional, têm vindo a ser abordados gradualmente pelos vários governos constituídos. O Governo irá, como tal, continuar a consolidar os progressos já alcançados, a corrigir os sistemas e imperfeições do setor, e a desenvolver novas estratégias que permitam a consolidação de um setor de Defesa e Segurança moderno e profissional.

Nestes objetivos, inclui-se o reforço da coordenação e da cooperação estreita entre as Forças de Defesa (F-FDTL) e as Forças de Segurança (PNTL), assegurando clareza e empenho de acordo com as respetivas responsabilidades e missões distintas.

O Governo irá ainda criar o Conselho de Segurança Nacional que será um órgão consultivo do Governo, com vista à prestação de aconselhamento e apoio às tomadas de decisão superior, e ainda com vista à elaboração de políticas e legislação que incluam matérias de defesa e segurança.

6.9.1 Defesa

As Forças Armadas de Timor-Leste, as FALINTIL-FDTL (F-FDTL), compostas exclusivamente de cidadãos nacionais, constitucionalmente estão responsabilizadas pela defesa militar. A sua missão principal é garantir a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional.

Além da sua missão principal, as F-FDTL podem ser empregues em outras missões de apoio às autoridades civis, no quadro do Sistema Integrado de Segurança Nacional, nos termos da Lei de Segurança Nacional, bem como no apoio à política externa do Estado, em operações de apoio à paz e humanitárias.

6.9 Defeza no Seguransa

Dezenvolvimentu iha Instituisoens Defeza no Seguransa, ne'ebé transparentes, efisientes, kompetentes no profisionais, sai fundamental ba manutensaun demokrasia no ba konsolidasaun estabilidade no paz, iha nível nasional no internacional.

Nune'e, setor Defeza no Seguransa ida ne'ebé forte, konstrói dau-daun hahú husi restaurasaun independénsia, ho abordajen ida ne'ebé tau iha konsiderasaun sirkunstánsias Nasaun nian, liu-liu hosi nia pasadu konflitu ne'ebé naruk no foin liu, ho Estadu nebé foin harí no ninia frajilidade.

Dezafiu iha rekonstrusaun, inklui preparasaun rekursus humanus, dezvoltimentu kuadru legal ida ne'ebé sólidu no consistente ho "idiosinkrasias" ka diferensas ka spesifisidades lokais no disponibilizasaun ekipamentus no infraestruturas, ne'ebé nesesáriu ba Instituisoens Seguransa nasional nian, hetan abordajen gradual hosi Instituisoens Governus nebé kaer ukun to'o agora.

Governu sei, ho ida ne'e, sei kontinua konsolida progresus ne'ebé alkansa ona, sei buka korrije sistemas no imperfeisoens iha setor ida ne'e, no sei dezvoltolve estratéjias foun ne'ebé permite konsolidasaun iha setor Defeza no Seguransa ida ne'ebé modernu no profisional.

Ho objetivus hirak ne'e, inklui reforsu iha koordinasaun no kooperasaun diak entre Forsas de Defeza (F-FDTL) no Forsas de Seguransa, hodi asegura ho klareza no empenhu, tuir responsabilidade ida-idak nian no misoens ida-idak nian nebé distintas ka keta-ketak.

Governu mós sei kria Konselhu Seguransa Nasionál ne'ebé sai núdar Órgaun Konsultivu ba Governu, hodi fõ prestasaun no akonselhamentu no apoiu ba tomada desizoens superiores, nomós hodi halo elaborasaun ba política no lejislasaun ne'ebé inklui matéria Defeza no Seguransa nian.

6.9.1 Defeza

Forsas Armadas Timor-Leste, FALINTIL-FDTL, ne'ebé forma hosi sidadauns nasionais de'it, tuir konstituisaun responsabiliza ba iha defeza militar. Nia misaun principal ne'e fokus liu atu garante independénsia nasional, integridade teritorial no liberdade nomós seguransa ba populasaun kontra agresaun ka ameasa esterna, tuir respeito ba orden konstitusional.

Alein de nia misaun principal, F-FDTL bele tau iha misaun de apoiu seluk ba autoridade sivil sira, iha kuadru sistema ne'ebé integradu iha Seguransa Nasionál, haktuir termus da Lei Seguransa Nasionál, nune'e mós iha apoiu ba política esterna Estadu nian, iha operasaun apoiu ba paz no humanitarius.

Tal como as Forças de Segurança, as Forças de Defesa são partidárias e devem obediência aos órgãos de soberania competentes, sendo-lhes vedada qualquer intervenção política.

No desenvolvimento do setor da Defesa, o Estado timorense reafirma a sua postura estratégica de defesa, baseada no respeito pelo Estado de Direito, prosseguindo a diplomacia e a dissuasão como forma de prevenir e resolver possíveis conflitos, mantendo, no entanto, a não renúncia ao uso da força nos termos da Carta das Nações Unidas necessária para garantir a independência nacional.

Esta abordagem implica investir nas Forças de Defesa para que estejam capacitadas para defender a Nação de ameaças externas, bem como habilitadas para contribuir para os esforços de cooperação regional e internacional, incluindo a preservação da paz e estabilidade nacional e internacional.

Neste contexto, o desenvolvimento da defesa terá em atenção uma leitura contemporânea do contexto geoestratégico internacional do século XXI, permeado por novos tipos de riscos e ameaças - agora difusas, multidimensionais e de caráter acentuadamente interno, tornando ténue a fronteira entre defesa e segurança. Exige-se, assim, uma leitura esclarecida do ambiente de segurança do século XXI, reavaliando o papel e funções da instituição da defesa do Estado Timorense e seu posicionamento nas relações externas nesta área, sobretudo no que diz respeito à segurança cooperativa e sua participação nas ações coletivas humanitárias e de paz no âmbito da Organização das Nações Unidas e outros fóruns internacionais.

De modo a consolidar a edificação do planeamento estratégico da defesa e militar, cujos documentos são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades essenciais das F-FDTL para o desempenho de suas missões, e para orientação do ciclo do planeamento de forças, a defesa dará continuidade à elaboração do edifício estruturante do planeamento estratégico da defesa e militar. Com a aprovação do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, a defesa irá cimentar o edifício estruturante do planeamento estratégico, consolidando a Diretiva Ministerial de Planeamento e Defesa Militar, o Conceito Estratégico Militar, as Missões das F-FDTL, o Sistema e Dispositivo de Forças e propor a Lei de Programação Militar, no caminho para a modernização e profissionalização das F-FDTL. Nesta ótica, o planeamento de forças serve o planeamento estratégico baseado numa avaliação das necessidades de defesa nacional conforme os riscos e ameaças identificados.

O Governo irá, ainda, assumir uma estratégia mais eficaz no que respeita à segurança geoestratégica marítima, considerando os eventos recentes em vários pontos do mundo, com o crescente aumento do terrorismo, mas também do tráfico humano e outros tipos de crime organizado. Por outro lado, considerando a posição geográfica de Timor-Leste, a sua extensa Zona Económica Exclusiva e a riqueza dos recursos naturais no mar, incluindo os recursos energéticos do Mar de Timor, é urgente o desenvolvimento da capacidade naval para que Timor-Leste esteja em condições de proteger e preservar os seus recursos e o seu povo.

Hanesan mós ho Forsas Seguransa, Forsas Defeza la-ia no la bele tama partidu no tenke obedese deit ba Órgauns Soberania kompetentes, ho tenki hadook-an hosi intervensaun polítika sa-ida deit.

Iha dezenvolvimentu setor Defeza, Estadu Timor reafirma nia postura estratéjika iha defeza, ne'ebé iha respeitu ba Estadu de Direito, hodi kontinua diplomasia no disuazaun, hanesan forma ida hodi prevene no rezolve konflitus ruma, maibé, mantein nafatin katak bele uza forsa tuir termus Karta Nasoens Unidas nian bain-hira nesesáriu duni atu garante independénsia nasional.

Abordajen ida ne'e implika atu investe iha Forsas Defeza hodi hetan kapasidade atu defende Nasaun hosi ameasas esternas, nune'e mós aptas atu kontribui ba esforsus iha kooperasaun rejional no internasional, inklui iha prezervasaun paz no estabilidade nasional no internasional.

Iha kontestu ida ne'e, dezenvolvimentu ba defeza sei tau atensaun ba iha leitura kontemporánea kona-ba kontestu jeoestratéjiku internasional sésulu XX nian, permeadu ho riskus foun no ameasa – agora ne'ebé difunde, multidimensionais no ho karakter liu-liu internu, hodi halo forte fronteira entre defeza no seguransa. Ezije mós, nune'e, leitura diak id aba ambiente seguransa iha sékulu XXI, atu halo fali avaliasaun ba papel no funsaun ba instituisaun defeza Estadu Timor no nia pozisaun iha relasaun esterna iha area ida ne'e, liu-liu koa-ba seguransa kooperativa no nia partisipasaun iha asaun koletiva humanitarian no paz iha âmbito organizasaun Nasoes Unidas no forum internasional sira seluk.

Atu konsolida metin liu tan planeamentu estratéjiku ba defeza no militar, ne'ebé nia dokumentu ne'e fundamental ba dezenvolvimentu iha kapasidade esensial F-FDTL nian, hodi hala'o sira nia misaun, no hodi fo'o orientasaun ba siklu planeamentu forsas, defeza sei fo'o continuidade ba elaborasaun edifisiu estruturante ba planeamentu estratéjiku defeza no militar nian. Ho aprovasaun Konseitu Estratéjiku ba Defeza no Seguransa Nasional, no defeza sei hametin edifisiu estruturante planeamentu estratéjiku nian hodi konsolida diretiva ministerial ba planeamentu no defeza militar, Konseitu Estratéjiku Militar, Misaun F-FDTL, Sistema no Dispozitivu forsas nian no propoin Lei Programasaun Militar nian, hodi moderniza no profesionaliza F-FDTL. Ho vizaun ida ne'e, planeamentu Forsas serve atu halo planeamentu estratéjiku ne'ebé bazeadu iha avaliasaun nesidade ba defeza nasional konforme risku no ameasa ne'ebé identifika ona.

Governu mós sei assume estratéjia nebé sei efikaz liu tan, kona-ba seguransa jeoestratéjika no marítima, ne'ebé konsidera eventus foin lalais ne'e iha parte barak iha mundu tomak, iha nebéh aktus terrorismu aumenta, nomós tráfikku humanu no krimes organizadus seluk. Iha parte seluk, konsidera katak pozisaun jeográfika Timor-Leste, ho ninia Zona Ekonómika Ezkluziva ne'ebé luan no nia rikeza iha rekursus naturais iha Tasi laran ne'ebé hale'u teritóriu tomak, inklui rekursus enerjétkus hosi Tasi Timor, sai urjente atu hare oin-sá dezenvolve kapasidade naval atu Timor-Leste iha kondisaun atu proteje no prezerva ninia rekursus no nia Povu.

Neste sentido, a defesa irá consolidar a legislação necessária para a edificação do Sistema de Autoridade Marítima de Timor-Leste (SAMTL) e da Autoridade Marítima Nacional, e implementar operacionalmente o seu funcionamento como entidade que exerce o poder público nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional e a função de estrutura superior de direção, administração e coordenação dos órgãos e serviços que atuam no âmbito do SAMTL.

O Governo, na área da defesa, irá prosseguir com o cumprimento dos seguintes objetivos:

- Defender a soberania nacional, a consolidação da paz e da estabilidade e promover a reconciliação e unidade nacional;
- Promover o serviço militar, enquanto dever patriótico, e inculcar nos profissionais do setor o sentido de modelo exemplar de cidadania e integridade;
- Envolver as F-FDTL no desenvolvimento económico, social e humano do país;
- Desenvolver ações de cooperação bilateral e multilateral para a promoção e preservação da paz e da estabilidade nacional, regional e mundial, no fortalecimento da segurança cooperativa;
- Assegurar a participação das F-FDTL em forças multinacionais e organizações internacionais, incluindo operações de manutenção de paz e operações humanitárias das Nações Unidas;
- Treinar e melhorar a capacidade das F-FDTL para o apoio a civis, sobretudo em caso de desastres naturais e outras emergências no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional;
- Capacitar a Componente Naval para a defesa, vigilância, controlo e fiscalização das atividades marítimas e portuárias no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima de Timor-Leste;
- Promover a edificação da Componente de Apoio Aéreo para participar de forma integrada na defesa militar do país, bem como patrulhar o espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil;
- Promover a edificação de todas as capacidades das F-FDTL identificadas no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional;
- Consolidar o edifício estruturante do Planeamento Estratégico da Defesa e Militar;
- Promover o estudo e a reflexão sobre a obrigatoriedade do serviço militar;
- Promover a participação das mulheres no setor da defesa, incluindo a criação de oportunidades de progressão nas carreiras, promovendo a igualdade de género.

Nune'e, Defeza sei konsolida lejislasaun ne'ebé nesesáriu hodi hadia Sistema Autoridade Marítima Timor-Leste (SAMTL) no Autoridade Marítima Nasional, no implementa operacionalmente nia funsiamentu hanesan entidade ne'ebé ezerse poder públiku iha espasu maritime, iha soberania no juridisaun nasional no ho funsaun estrutura superior diresaun nian, administrasaun no koordenasaun hosi órgaun no servisu ne'ebé hala'o iha ámbitu SAMTL.

Governu, iha área defeza, sei buka alkansa objetivus hirak tuir mai:

- Defende soberania nasional, konsolida paz no estabilidade no promove rekonsiliaaun no unidade nasional;
- Promove servisu militar, núdar dever patriótiku no inkute iha profissionais setor ida ne'e atu sai modelu ezemplar ba sidadania no integridade;
- Envolve F-FDTL iha dezvoltamentu ekonómiku, sosial no humanu País nian;
- Desenvolve asoens kooperasaun bilateral no multilateral, ba promosaun no prezervasaun ba paz no ba estabilidade nasional, rejional no mundial, iha fortesimentu ba seguransa koperativa;
- Asegura partisipasaun Forsas Armadas timor-nian iha forsas multinacionais no iha organizasoens internacionais, inklui operasoens ba manutensaun de paz no operasoens humanitárias husi Nasoens Unidas;
- Treina no hadia kapasidade Forsas Armadas atu fô apoiu ba populasaun sivil, liu-liu iha tempu dezastres naturais no kazu emergjénsia sira seluk, iha ámbitu sistema integradu seguransa nasional nian;
- Hasa'e kbit componente naval ba iha defeza, vijilánsia, kontrolu no fiskalizasaun ba atividades marítimas no portuária iha ámbitu sistema autoridade maritime Timor-Leste nian;
- Promove no hari'i Komponente Apoiu Aéreo Lijeiru hodi participa ho forma integrada iha defeza militar país, nune'e mós halo patrulha ba espasu aéreo nasional no participa iha misaun humanitarian sira hodi apoia ba populasaun sivil sira;
- Promove no hadia kapasidade hotu-hotu iha F-FDTL ne'ebé identifika ona iha Konseitu Estratéjiku Defeza no Seguransa Nasional;
- Elabora Konsneitu Estratéjiku Militar no Lei ba Programa-saun Militar nian;
- Haforsa edifisiu estruturante Planeamentu Estratéjiku Defeza no Militar nian;
- Promove estudo no reflesaun kona-ba obrigatoriedade ba servisu militar;
- Promove partisipasaun fetu iha setor Defeza, inklui fô oportunidades iha progressaun karreiras, ne'ebé promove igualdade ba jéneru.

Para a prossecução destes objetivos, irão ser levadas a cabo as seguintes ações:

- Assegurar que o setor da defesa, incluindo as F-FDTL, é credível, profissional e bem equipado, com versatilidade para a realização de uma série de missões e com vocação para participar nos esforços de segurança, estabilidade e desenvolvimento nacional (PED 2020);
- Rever e atualizar o “Estudo Estratégico Força-2020” e redefinir os planos de desenvolvimento e consolidação das F-FDTL, naquilo que ainda for necessário até à edificação dos documentos estruturantes do Planeamento Estratégico da Defesa e Militar;
- Implementar o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, incluindo a revisão e aprovação do respetivo quadro legal;
- Elaborar a Diretiva Ministerial de Planeamento e Defesa Militar, o Conceito Estratégico Militar, as Missões das F-FDTL, o Sistema e Dispositivo de Forças e propor a Lei de Programação Militar de modo a consolidar o ciclo do planeamento estratégico da defesa;
- Melhorar as infraestruturas e edificar novas instalações para todas as componentes, incluindo as principais bases territoriais e navais;
- Planear o estabelecimento de uma Academia Conjunta para as Forças de Defesa e as Forças e Serviços de Segurança;
- Construir Bairros Militares em diferentes localidades, sempre que necessário;
- Desenvolver estudos e planos de investimento para a construção de um Hospital dedicado à prestação de cuidados de saúde ao pessoal militar, policial e aos veteranos;
- Equipar as F-FDTL com equipamento, material e armamento moderno e de qualidade, em observância da legislação nacional e internacional em vigor;
- Implementar uma política de desenvolvimento integrado dos recursos humanos do setor da Defesa;
- Melhorar os processos de recrutamento militar, com base no mérito;
- Melhorar os sistemas e tecnologias de informação e desenvolver o sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informações;
- Incrementar a capacidade das Componentes operacionais, terrestre e naval;
- Dotar a Componente Naval com meios adequados ao cumprimento das suas missões;
- Estabelecer e capacitar a Autoridade Marítima Nacional com vista a assegurar a soberania nos espaços marítimos sob jurisdição nacional e defesa dos recursos marítimos;

Atu alkansa objetivus hirak ne’e, sei implementa asoens hirak tuir mai:

- Asegura atu setor Defeza, inklui F-FDTL, sai kredível, profesional no ekipadu ho diak, ho kbit boot no luan atu hala’o misoens oi-oin, hodi bele partisipa iha esforsu seguransa, estabilidade no dezvoltimentu nasional (PED 2020);
- Haré fali ka revê no atualiza “Estudu Estratéjiku Forsa-2020” no defini fali planu ba dezvoltimentu no konsolidasaun ba Forsas Armadas, iha buat ne’ebé presiza to’o estabesele dokumentus estruturante ba Planeamentu Estratéjiku Defeza no Militar;
- Implementa Konseitu Estratéjiku kona-ba Defeza no Seguransa Nasional, inklui revizaun no aprovasaun ba nia kuadru legal;
- Elabora Diretiva Ministerial ba Planemanetu no Defeza Militar, Konseitu Estratéjiku Militar, Misaun hirak F-FDTL nian, sistema no dispozitivu forsas sira nian no propin lei ba programasaun militar hodi konsolida siklu planeamentu estratéjiku defeza nian;
- Hadi’a infraestruturas no hari instalasoens foun ba komponentes tomak, inklui bazes territoriais no navais nebé prinsipais;
- Halo planu ba estabesimentu Akademia conjunta ba Forsas Defeza no Forsas sira no Servisu Seguransa nian;
- Hari’i Bairros Militares, iha fatin-fatin nebé sei identifika no presiza duni;
- Dezenvolve estudus no planus investimentu ba konstrusaun Hospital Militar Ida, ne’ebé dedika ba prestasaun kuidadus saúde pesoal militar, polisial, no veteranus sira;
- Abastese F-FDTL ho ekipamentu, material no armamentu modernu no ho qualidade, atu hare’e ba lejislasaun nasional no internacional ne’ebé vigora hela;
- Implementa política integrada ba dezvoltimentu ba rekursus humanus iha setor defeza;
- Hadi’a prosesus rekrutamentu militar, ho baze iha méritu;
- Hadi’a sistemas no teknolojia informasaun no dezenvolve sistema de Komandu, Kontrolu, Komunikasaun, Komputadores no Informasaun;
- Aumenta kapasidade ba komponentes operasionais, terrestre no naval;
- Abastese ka fô ba komponente naval meius ne’ebé adekuadus hodi hala’o ninia misaun;
- Estabesele no kapasita Autoridade Marítima Nasional, hodi asegura soberania no juridisaun nasional no defeza rekursus marítimus nian;

- Investir na formação de recursos humanos, civis e militares, para assegurar o bom funcionamento da Autoridade Marítima Nacional;
- Reforçar o desenvolvimento de Unidades de Forças Especiais;
- Dar início à edificação da Componente de Apoio Aéreo para participar de forma integrada na defesa militar do país, bem como patrulhar o espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil;
- Consolidar a cooperação bilateral e multilateral na área da defesa, promover parcerias estratégicas com países parceiros e contribuir para o desenvolvimento nacional e internacional;
- Criar oportunidades de treino e apoio logístico para aumentar a participação de elementos das F-FDTL nas operações de manutenção de paz e operações humanitárias das Nações Unidas;
- Reforçar a capacidade do setor da defesa em termos das unidades de engenharia e saúde, para a prestação de apoio às populações;
- Implementar o Sistema de Alerta Nacional e melhorar a capacidade de resposta a desastres naturais e emergências;
- Promover, juntamente com as Forças e Serviços de Segurança, bem como a Proteção Civil, exercícios conjuntos no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional;
- Continuar a desenvolver medidas e a implementar ações que conduzam a um processo de reforma justo e digno para os veteranos que ainda se encontrem no ativo.
- Investe iha formasaun ba rekursus humanus, sivil no militar sira, hodi aseguira funsionamentu ne'ebe diak ba Autoridade Marítima Nasional;
- Reforsa dezvoltimentu iha Unidades Forsas Especiais nian;
- Hahú hari'I Komponente apoiu aéreo hodi partisipa ho forma integrada iha defeza militar nasaun nian, hanesan mós halo patrulha ba espasu aéreo nasional no partisipa iha misaun humanitarian hodi apoia populasaun sivil sira;
- Konsolida kooperasaun bilateral no multilateral iha área Defeza, promove parseria estratéjika ho países parseirus no kontribui ba dezvoltimentu nasional no internasional;
- Kria oportunitades ba treinu no apoiu lojístiku hodi aumenta partisipasaun elementus F-FDTL iha operasoens ba manutensaun da paz no operasoens humanitárias Nasoens Unidas nian;
- Reforsa kapasidade iha setor Defeza, iha âmbito unidades de engenharia no saúde, hodi fõ prestasaun de apoiu ba populasaun sira;
- Implementa Sistema Alerta Nasional no had'ia kapasidade hodi hatán ba dezastres naturais no emergjensias;
- Promove hamutuk ho Forsa no Seervisus Seguransa, nune'e mós ba protesaun Sivil, ezersísu hamutuk iha âmbito sistema integradu Seguransa Nasional nian;
- Kontinua dezvoltolve medidas no implementa asoens ne'ebé bele lori ba iha prosesu reforma ida ne'ebé justu no dignu, ba Veteranus sira ne'ebé sei ativu hela iha F-FDTL.

6.9.2 Segurança

A Segurança, como uma das funções essenciais do Estado, é um pressuposto indispensável ao exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, dependendo da sua garantia à preservação da estabilidade da própria sociedade e o normal desenvolvimento da atividade económica.

Nos termos da Constituição a PNTL e os serviços de segurança estão mandatadas para defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna dos cidadãos, sendo rigorosamente apartidária e agindo de forma exemplar, em termos de respeito pelos direitos humanos.

Nesta medida, o Governo assume, como prioridade da sua ação, a adoção de políticas e de medidas concretas que continuem a contribuir para fazer de Timor-Leste um país mais seguro, reforçando a autoridade do Estado e o desenvolvimento e consolidação da eficácia das Forças e Serviços de Segurança, reconhecendo que este é um domínio em que a constituição do investimento apresenta, tanto a curto, como a médio e longo prazo, vantagens e benefícios exponenciais.

O Governo continuará, por isso, a implementar um plano

6.9.2 Seguransa

Seguransa, nudar funsaun ka dever essencial ida mós ba Estadu, sai hanesan kondisaun indispensável ba ezersísu direitos no liberdades fundamentais sidadauns sira-nian, no prezervasaun estabilidade iha sosiedade laran rasik no funsionamento normal atividade ekonomika, depende tebe-tebes ba garantia ida ne'e.

Tuir Konstituisaun, PNTL no servisus de Seguransa iha dever atu defende legalidade demokrátika no garante seguransa interna ba sidadauns, no Polísia no Forsas de Seguransa labele tama ka defende partidu ida, hodi bele atua ho forma ezemplar ka hodi sai nudar ezemplu, hatudu respeito ba ema hotu-hotu.

Nune'e, Governu assume, hanesan prioridade ba nia asaun, kaer politikas no medidas nebé konkretas hodi kontinua garante katak Timor-Leste País ida nebé seguru duni, hodi reforsa autoridade Estadu-nian, no hodi dezvoltolve no konsolida efikásia Forsas no Servisus de Seguransa, no rekonhese mós katak, iha área ida ne'e, investimentu sá-ida deit sei lori, iha kurtu, médiu no longu prazo, vantajens no benefisios nebé diak.

Governu mós sei kontinua implementa plano estratjiku

estratégico abrangente que responda aos objetivos estratégicos da sua realidade, que abrange questões relevantes como a prevenção dos riscos para a estabilidade social, o combate à criminalidade, a proteção civil e a sinistralidade rodoviária.

No setor da Segurança, o Governo irá continuar a implementar um plano abrangente, de longo prazo, assegurando que o setor de Segurança cumpra o seu papel primordial de servir o povo e garantir a paz, a segurança e a estabilidade.

O Governo quer garantir a prossecução dos seguintes objetivos:

- Desenvolver e rever o quadro legal das instituições dos setores da Segurança Interna e da Proteção Civil, de acordo com a política estabelecida no PED 2011-2030 e com Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional;
- Desenvolver a capacidade operacional das instituições da Segurança Interna e da Proteção Civil, melhorando o cumprimento das suas missões;
- Intensificar a desconcentração dos serviços, aproximando-os dos cidadãos em todo o território nacional;
- Continuar a apostar no reforço da Proteção Civil, através da efetiva implementação legal e operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Continuar a aperfeiçoar o Serviço de Migração, implementando as leis e os regulamentos em vigor, nomeadamente a nova Lei de Migração e Asilo;
- Reforçar a capacidade da Direção Nacional de Segurança Rodoviária, garantindo a existência de serviços acessíveis aos cidadãos e a adoção de regras e procedimentos na gestão e procedimento dos autos de contraordenação rodoviária;
- Aperfeiçoar os mecanismos internos de monitorização e reporte do cumprimento pelo respeito dos direitos humanos;
- Continuar a melhorar o sistema de prevenção e resolução de conflitos comunitários;
- Reforçar a formação e a especialização de recursos humanos, através de programas de estudos ou estágios, de média e longa duração, em instituições homólogas dos Estados-membros da CPLP;
- Reforçar a cooperação bilateral com os Estados-membros da CPLP e ASEAN em áreas de relevo, de competências especializadas e à prestação de assistência técnica;
- Avaliar, rever a atualizar o Plano Estratégico de Segurança Interna 2030, com vista a adequá-lo aos desafios atuais dos setores da Segurança Interna e da Proteção Civil;
- Implementar o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional e as capacidades identificadas para as Forças e Serviços de Segurança;

abranjente ida, nebé bele fô resposta ba objetivos estratéjikus, husi nia realidade rasik, no loke-an ba kestoens relevantes, hanesan prevensaun de riskus ba estabilidade social, kombat ba kriminalidade, protesaun civil no sinistralidade ka asidentes iha estrada.

Iha setor seguransa, Governu sei kontinua implementa planu ida abranjente, ba tempu naruk ka longo prazu, hodi asegura katak setor seguransa kumpre nia papel primordial atu servi povu no garante paz, seguransa no estabilidade.

Governu hakarak alkansa objetivos hirak tuir mai:

- Dezenvolve no hare'e hikas kuadru legal ba instituisoens iha setor seguransa interna no protesaun sivil, haktuir politika ne'ebé estabelese ona iha PED 2011-2030 no iha Konseitu Estratéjiku Defeza no Seguransa Nasional;
- Dezenvolve kapasidade operacional husi Instituisoens seguransa interna no protesaun sivil, hodi hadi'a sira iha kumprimentu misoens nebé simu;
- Intensifika deskonsentrasaun servisus, hodi hakbesik tan ba sidadauns sira, iha territoriu nasional tomak;
- Kontinua haré atu reforsa Protesaun Sivil, iha ninia implementasaun lolós tuir lei no iha área operacional husi Autoridade Nasional Protesaun Sivil;
- Kontinua hadi'a Servisus de Migrasaun, hodi implementa leis no regulamentus nebé vigora, liuliu Lei (foun) de Migrasaun e Asilu;
- Reforsa kapasidade Diresaun Nasional Seguransa Rodoviária, atu garante katak iha servisus asesiveis ba sidadauns sira no atu adopta regras no prosedimentus iha jestaun no prosesu halo autus ba kazu iha Estrada;
- Aperfeisoa mekanismus internus monitorizasaun nian no iha reporte kona-ba kumprimento ba respeito direitus humanus;
- Kontinua hadi'a Sistema prevensaun no rezolusaun ba konflitus komunitários;
- Reforsa formasaun no especializasaun iha Rekursus umanus, liu husi programas estudo ka estájius, ba media no longa durasaun, iha instituisoens hanesan iha Estados-membros CPLP;
- Reforsa kooperasaun bilateral ho Estados-membros CPLP ho ASEAN, iha áreas importantes ba kompetensias especializadas no iha assistênsia téknika;
- Avalia, revê no atualiza Plano Estratéjiku Seguransa Interna nian 2030, atu nuné bele ajusta ho dezafius atuais ka ohinloron nian, iha setores seguransa interna no protesaun sivil;
- Implementa Konseitu Estratéjiku ba Defeza no Seguransa Nasional no ba kapasidade ne'ebé identifika on aba iha forsas no servisu Seguransa nian;

- Aperfeiçoar os procedimentos e mecanismos de planeamento, orçamentação, gestão financeira, aprovisionamento, logística e recursos humanos, através da implementação das leis aplicáveis e da adoção de regras e procedimentos uniformes e transparente na prática dos atos respetivos;
- Assegurar a ordem e segurança de pessoas e bens, garantir a paz, a estabilidade e a harmonia social, prevenindo e combatendo a criminalidade;
- Garantir o respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos, na atuação das forças de segurança;
- Profissionalizar as Forças e Serviços de Segurança;
- Modernizar a Instituição, incluindo os sistemas e processos, adotando procedimentos modernos e eficientes, também fazendo uso das Tecnologias da Informação;
- Promover a participação das mulheres no setor da Segurança, incluindo a criação de oportunidades de progressão nas carreiras;
- Aperfeiçoar os procedimentos e mecanismos de planeamento, orçamentação, gestão financeira, aprovisionamento, logística e recursos humanos, através da implementação das leis aplicáveis e da adoção de regras e procedimentos uniformes e transparente na prática dos atos respetivos;
- Garantir o respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos, na atuação das forças de segurança;
- Profissionalizar as Forças e Serviços de Segurança;
- Modernizar a Instituição, incluindo os sistemas e processos, adotando procedimentos modernos e eficientes, também fazendo uso das Tecnologias da Informação;
- Promover a participação das mulheres no setor da Segurança, incluindo a criação de oportunidades de progressão nas carreiras;
- Garantir o respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos, na atuação das forças de segurança;
- Profissionalizar as Forças e Serviços de Segurança;
- Modernizar a Instituição, incluindo os sistemas e processos, adotando procedimentos modernos e eficientes, também fazendo uso das Tecnologias da Informação;
- Promover a participação das mulheres no setor da Segurança, incluindo a criação de oportunidades de progressão nas carreiras;

Para tal, irão ser desenvolvidas as seguintes ações:

- Assegurar que o setor da Segurança, incluindo a Polícia Nacional de Timor-Leste, e funciona com profissionais qualificados e responsáveis, apoiados por infraestruturas e equipamentos modernos, regidos por regulamentos que promovam a eficácia, a responsabilidade e a boa governação do setor (PED 2020);
- Continuar a implementar o Plano da Segurança Interna 2030, baseando nos seus objetivos estratégicos com o enfoque, a curto-prazo, na implementação da segunda fase dedicada ao “Alargamento e Desenvolvimento da Segurança Interna (2016-2020);
- Reformar o quadro legal para a modernização e melhoria da atuação da Polícia e das Direções Cíveis e Operacionais, de acordo com o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional e PED 2011-2030;
- Rever e reformar o quadro legal para o controlo efetivo das fronteiras terrestres e marítimas;
- Rever e atualizar o Regulamento da Disciplina da PNTL;
- Criar mecanismos de prevenção e gestão de conflitos para mudar atitudes e mentalidades, promover a democracia, a tolerância e o respeito pela diferença;
- Reforçar o modelo de policiamento comunitário e capacitar as Forças Policiais na resolução de conflitos, orientando os profissionais do setor para um modelo de policiamento que vise as comunidades;
- Garantir a implementação do Decreto-Lei das Artes Marciais e Armas Brancas, reforçar o estatuto da Comissão Reguladora de Artes Marciais (CRAM) e dar, também assim, continuidade à prática de policiamento comunitário (visibilidade, envolvimento e profissionalismo);
- Nune’e, sei desenvolve asoens hirak tuir mai:
 - Asegura atu setor seguransa, inklui mós Polísia Nasionál Timor-Leste, bele ona funsiona ho profisionais kualifikadus no responsáveis, ne’ebé hetan apoiu iha infraestruturas no ekipamentus modernus, no haktuir didiak regulamentus ne’ebé promove efikásia, responsabilidade no boa governasaun iha Setor ne’e (PED 2020);
 - Kontinua implementa Planu Estratéjiku ba Seguransa Interna tinan 2030, hodi tau maten liu ba tempu badak ka kurtu prazu, hodi implementa faze daruak, ne’ebé dedika ba “Alargamento no Dezenvolvimentu ba Segurança Interna” (2016-2020);
 - Reforma kuadru legal hodi halo modernizaun no hadi’a atuasaun polísia no diresoens sivil no operacional nian, haktuir Konseitu Estratéjiku ba Defeza no Seguransa Nasionál no PED 2011-2030;
 - Haré fali ka revê no halo reforma ba kuadru legal atu halo kontrolu efetivu ba iha fronteiras terrestre no marítima;
 - Revê no atualiza Regulamento de Disiplina PNTL nian;
 - Kria mekanizmu prevensaun no jestaun konfliktu atu muda atitudes no mentalidades, promove demokrasia, toleránsia no respeito ba diferença;
 - Reforsa modelu polisiamentu komunitáriu no kapasita forsas polisiais hodi buka rezolve konfliktus, hodi orienta profisionais iha setor ne’e ba modelu polisiamentu ida ne’ebé tau matan ba comunidades sira;
 - Garante iha implementasaun Decreto-Lei ba Artes Marsiais no Armas brankas, reforsa estatuto Komisaun Reguladora Artes Marsias (CRAM) no mós fó continuidade ba prátika polisiamentu komunitáriu, ho vizibilidade, envolvimentu no profisionismu);

- Aperfeiçoar a capacidade operacional na consolidação da segurança pública;
- Aperfeiçoar a capacidade operacional para a prevenção da criminalidade e investigação criminal;
- Reforçar a coordenação e cooperação entre a Polícia Nacional de Timor-Leste e a Polícia Científica de Investigação Criminal (que está na dependência do Ministério da Justiça);
- Reforçar a capacitação institucional e modernizar infraestruturas, equipamentos e as tecnologias de informação do setor, incluindo a informatização do sistema de recolha e tratamento das informações;
- Investir na capacitação das Forças de Segurança, no que respeita ao atendimento ao público, assegurando atendimento adequado a mulheres e crianças;
- Assegurar a existência de uma Unidade de Tráfego e Segurança Rodoviária bem formada e profissional nas estradas de todo o país, garantindo o cumprimento rigoroso do Código da Estrada (PED 2020);
- Promover a Direção Nacional da Segurança Rodoviária e diminuir a sinistralidade, intensificando ações policiais de prevenção e controlo, bem como através da promoção de campanhas abrangentes de educação rodoviária;
- Promover a educação cívica dos cidadãos, sobre a utilização das vias públicas e respetivas regras de trânsito, ao nível intersetorial;
- Rever e elaborar um quadro legal que harmonize e melhore a legislação rodoviária e elaborar um Plano Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária;
- Proteger e preservar o património do Estado de acordo com os objetivos aprovados;
- Continuar a desenvolver a cooperação bilateral e internacional com os parceiros de desenvolvimento, a fim de assegurar o desenvolvimento do setor;
- Continuar a investir em infraestruturas, incluindo edifícios civis, Comandos Municipais, esquadras e centros de formação.
- Hadi'a tan kapasidade operasional, iha konsolidasaun seguransa públika;
- Hadia diak liu kapasidade operasionál hodi halo prevensaun ba kriminalidade no investigasaun criminal (iha tutela Ministériu Justisa nian);
- Reforsa koordenasaun no kooperasaun entre Polisia Nasionál Timor-Leste no Polisia Sientífika ba Investigasaun Kriminal;
- Reforsa kapasitasaun institusionál no moderniza infraestruturas, ekipamentus no teknolojias informasaun iha setor, inklui mós tau iha informátika sistema rekolha no tratamentu ba informasaun;
- Investe iha kapasitasaun forsas seguransa kona-ba respeito iha atendimentu ba públiku, hodi asegura atendimentu ne'ebé adequadu ba Feto no labarik sira;
- Asegura ezisténsia Unidade Tráfegu no Seguransa Rodoviária ne'ebé formadu ho diak no profesionál, iha estradas rai laran tomak, nune'e garante kumprimentu ne'ebé rigorozu iha kódigu estrada (PED 2020);
- Promove Diresaun Nasional Seguransa Rodoviária no hamenus asidente, nune'e mós aumenta asaun Polisia sira nian, hodi prevene no kontrola, nune'e mós liuhosi promosaun kampanhas ne'ebé abranjente iha edukasaun rodoviária;
- Promove edukasaun sívika ba sidadauns hotu, kona-ba utilizasaun via públika no ba regras trázitu, iha nível intersetorial;
- Haré fali no elabora kuadru legal ida ne'ebé bele harmoniza no hadi'a lejislasaun rodoviária nian no elabora Planu Nasional kona-ba Prevensaun no Seguransa Rodoviária;
- Proteje no prezerva patromóniu Estadu, tuir objetivus ne'ebé aprovalu ona;
- Kontinua dezenvolve kooperasaun internacional ho parseirus dezenvolvimentu, hodi asegura dezenvolvimentu iha setor;
- Kontinua investe iha infraestruturas, inklui mós edifisiu sivil, eskuadras no sentrus formasaun.

6.9.3. Serviços de Migração

- Regulamentar a nova Lei n.º 11/2017, de 24 de Maio, sobre Migração e Asilo e elaborar uma nova “green list”;
- Aprovar os modelos e formulários necessários à implementação da Lei de Migração e Asilo;
- Regulamentar a organização, o conteúdo e o funcionamento do Sistema de Gestão das Fronteiras;
- Implementar uma rede digital própria de comunicações, para

6.9.3 Servisus Migrasaun

- Regulamenta Lei foun n.o 11/2017, 24 maiu, kona-ba Migrasaun no Asilu, no elabora ‘green list’ foun ida;
- Aprova modelos no formulárius nebé nesesárius atu implementa Lei Migrasaun no Azilu;
- Regulamenta organizasaun, konteúdu no funsionamentu ba Sistema de Jestaun Fronteiras;
- Implementa rede digital própria id aba komunikasoens ba

o Sistema de Gestão de Fronteiras, que permita a ligação entre a Direção Geral e Delegações Regionais e Postos Consulares;

- Estabelecer o conceito de fronteiras eletrónicas (E-Gates) nos principais postos das entradas;
- Rever o estatuto pessoal do Serviço de Migração, de modo a garantir aos funcionários a definição das funções e carreiras;
- Construir um edifício próprio para a Direção Geral do Serviço de Migração.
- Melhorar as infraestruturas e equipamentos dos Serviços de Migração nas fronteiras, para assegurar o controlo de entradas e saídas de cidadãos nacionais e estrangeiros;
- Regulamentar e implementar a nova Lei de Migração e Asilo;
- Formar e reforçar as capacidades dos profissionais dos Serviços de Migração e controlo de fronteiras.

6.9.4 Serviço Nacional de Inteligência

- Aprovar e implementar o Plano Estratégico do Serviço Nacional de Inteligência;
- Promover a formação dos recursos humanos e a capacitação institucional do Serviço Nacional de Inteligência;
- Dotar os serviços com meios adequados de pesquisa, recolha e análise de informações e dados, capacitando a instituição com equipamentos e meios tecnológicos necessários ao desempenho das suas funções;
- Promover a coordenação e cooperação com as Forças de Defesa e com as Forças de Segurança, para prevenção e combate a ameaças internas e externas;
- Promover a cooperação internacional entre o Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste e outras entidades congéneres de outros países.

6.9.5 Autoridade Nacional de Proteção Civil

- Elaborar a Lei de Base da Proteção Civil, de forma definir o enquadramento legal e operacional do Sistema Nacional de Proteção Civil;
- Desenvolver uma carreira profissional dos funcionários da Proteção Civil e Bombeiros, através da criação de um Estatuto próprio;
- Construir um edifício próprio para a Autoridade Nacional de Proteção Civil, dotado dos equipamentos necessários ao planeamento e coordenação das atividades de Proteção Civil e Bombeiros;

Sistema jestaun fronteiras, nebé permite ligasaun entre Diresaun Jeral no Delegasoens rejionais no Postos konsulares;

- Estabelese conseitu fronteiras elektronikas (E-Gates) iha postos pinsipais entrada ka ema tama mai;
- Revê estatuto pessoal Servisu Migrasaun nian, hodi garante iha definisaun klara kona-ba funsoens no karreiras ba funcionarios sira iha instituisaun né;
- Konstrói edifisiu próprio ida ba Diresaun Jeral do Servisu de Migrasaun;
- Hadi' a infraestruturas no ekipamentus iha servisu migrasaun iha fronteiras hodi asegura kontrolu ba tama-no-sai sidadauns nasionais no estranjeirus;
- Regula no implementa Lei Foun kona-ba Migrasaun no Asilo;
- Forma no reforsa kapasidades profisionais servisu migrasaun nian no kontrolu iha fronteiras.

6.9.4 Servisu Nasionál Intelijénsia

- Aprova no implementa Planu Estratéjiku Servisu Nasionál de intelijénsia;
- Promove formasaun rekursus humanus no kapasitasaun institucional, iha Servisu Nasionál de Intelijénsia;
- Adopta servisu ho meius ne'ebé adekuadus iha peskiza, rekolha no análise informasaun no dadus, hodi kapasita instituisaun ho ekipamentu no meius teknolójikus ne'ebé nesesáriu, ba dezempenhu ninia funsaun;
- Promove koordensaun no kooperasaun ho Forsas de Defeza no Forsas de Seguransa, atu prevene no hasoru ameasas internas ka esternas;
- Promove kooperasaun internacional entre Servisu Nasionál de Intelijénsia de Timor-Leste ho entidades konjéneres paizes seluk nian.

6.9.5 Autoridade Nasionál Protesaun Sivil

- Elabora ka halo Lei de Baze da Protesaun Sivil, hodi define enkuadramentu legal no operacional ba Sistema Nasionál de Protesaun Sivil;
- Dezenvolve kareira profisional ba funcionáriu Protesaun Sivil no Bombeirus sira, liuhosi kriasaun estatutu rasik;
- Harí edifisiu propio ba Autoridade Nasionál Protesaun Sivil, nebé iha ekipamentus nesesáriu ba planeamentu no koordensaun iha atividades protesaus sivil no bombeiros sira nian;
- Estabelese akordus kooperasaun bilateral, iha área Protesaun Sivil no Bombeiros;

- Organizar e implementar um sistema de número único de emergência, para os serviços de apoio policial, médico e bombeiros;
 - Estabelecer acordos de cooperação bilateral na área de Proteção Civil e Bombeiros;
 - Providenciar fundos disponíveis para as necessidades operacionais decorrentes de situações de emergência ou desastres naturais.
 - Desenvolver um programa de apoio à capacitação dos recursos humanos, assim como infraestruturas e equipamento necessário à atuação da Proteção Civil, incluindo um corpo organizado e profissional de Bombeiros, para que levem a cabo a sua missão com eficiência e responsabilidade (PED 2020);
 - Capacitar a Autoridade Nacional de Proteção Civil;
 - Desenvolver o Serviço Nacional de Bombeiros;
 - Rever e estabelecer um quadro legal da proteção civil, incluindo a aprovação da Lei de Bases da Proteção Civil;
 - Investir na formação dos profissionais das Instituições da Proteção Civil, incluindo os Bombeiros;
 - Criar mecanismos de alerta antecipado perante situações de desastres naturais e meios adequados de resposta e atuação.
- Organiza no implementa sistema número único emergência nian, ba servisu apoiu políisia, médikus no Bombeirus sira;
 - Estabelese akordu kooperasaun Bilateral iha area Protesaun Sivil no Bombeirus;
 - Providensia katak iha fundus, nebé alokadus, ba nesesidades operasionais nebé mosu husi situasaun emerjensia ka dezastres naturais;
 - Dezenvolve programa hodi apoiu ba kapasitasaun rekursus humanus, nune'e mós infraestruturas no ekipamentus ne'ebé presiza atu atua iha protesausn sivil, inklui mós Korpu de Bombeiros, organizadu no professional, atu bele lori sira-nia misaun servisu ho efiénsia no responsabilidade (PED 2020);
 - Kapasita Autoridade Nasional de Protesaun Sivil;
 - Dezenvolve Servisu Nasional Bombeirus;
 - Haré fali no estabelese kuadru legal ida kona-ba protesausn sivil, inklui mós iha aprovasaun Lei de Baze iha Protesaun Sivil;
 - Investe iha formasaun ba profisionais husi instituisaun Protesaun Sivil, inklui mós Bombeirus;
 - Kria mekanizmu Alerta, atu reaje no aviza molok iha situasaun dezastre natural, no meius adekuadus ba resposta no atuasaun.

6.10 Relações Internacionais e Política Externa

Timor-Leste é uma pequena Nação, com uma localização geográfica altamente estratégica, cuja segurança depende do estabelecimento de relações de amizade e de cooperação sólidas com países dos vários pontos do globo, mas, sobretudo, com os países vizinhos, os países da região e os países com os quais partilha laços culturais, históricos e de solidariedade de longa data, destacando-se naturalmente os países de língua oficial portuguesa.

Também, e consistente com os fundamentos constitucionais, Timor-Leste rege-se pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e independência, da soberania permanente dos povos sobre as suas riquezas e recursos naturais, da proteção dos direitos humanos, do respeito mútuo pela soberania, integridade territorial e igualdade entre Estados e da não ingerência nos assuntos internos dos Estados.

A história da independência nacional é indissociável dos atos de diplomacia, amizade e solidariedade de governos e povos de todo o mundo. O objetivo da política externa timorense não poderia ser outra que não continuar a manter e a reforçar as relações de amizade e de cooperação e a promover, na cena internacional, a reconciliação, a paz, a estabilidade, a justiça e uma ordem económica internacional que permita a realização destes objetivos e que contribua para reduzir a pobreza ao nível mundial.

6.10 Relasaun Internasional no Política Esterna

Timor-Leste hanesan Nasaun kiik ida, ho lokalizasaun jeográfika estratéjika tebes, ne'ebé nia seguransa depende ba estabelesimentu relasaun amizade no kooperasaun sólida ho países hosi fatin-fatin iha mundu, maibé, liu-liu, ho países vizinhos, paizess iha rejiaun no países ne'ebé Timor-Leste partilha lasus kulturais, istórikus no solidariedade hori uluk kedas, hodi fo hanoin kon-serteza kona-ba países ho língua ofisial portugeza.

Nomós consistente ho fundamentus konstituisaun nian, Timor-Leste kaer metin prinsípius kona-ba independénsia nasional, direitu povus sira nian ba autodeterminasaun no independénsia, soberania permanente povu-nian kona-ba ninia riku-soi no rekursus naturais, kona-ba protesausn ba direitus humanus, respeito malu iha soberania, integridade teritorial no mos kona-ba igualdade entre Estados no kona-ba labele iha interferénsia iha asuntos internus Estados nian.

História independénsia nasional labele hadok-an husi atus diplomátikus, amizade no solidariedade hosi governus no povus iha mundu tomak. Objetivu polítika externa timorense labele iha dalan seluk, se lae atu kontinua mantein no reforsa relasoens amizade no kooperasaun, hodi promove, iha palku internasional, rekonsiliaaun, paz, estabilidade, justisa no orden ekonómika internasional, ne'ebé bele permite atu hala'ó objetivus hirak ne'e, hodi kontribui hamenus kiak iha nível mundial.

Um país jovem e em desenvolvimento, como Timor-Leste, terá necessariamente que conduzir uma política externa que promova a cooperação bilateral e multilateral, potenciando parcerias culturais, económicas e comerciais com outros países, essenciais à captação de investimento e à capacitação das instituições e recursos humanos do país.

Neste contexto, o Governo preconizará os seguintes objetivos no âmbito das relações internacionais e da política externa:

- Promoção dos interesses nacionais e da imagem do país ao nível internacional;
- Fortalecer as relações de amizade, cooperação e solidariedade com todos os Estados, com base nos princípios constitucionais, e segundo a política de “zero inimigos”;
- Reforço dos laços de amizade e cooperação com os vizinhos mais próximos: a Indonésia e a Austrália;
- Privilegiar o reforço das relações internacionais com os quais Timor-Leste partilha laços históricos, culturais e de amizade, bem como a língua comum, designadamente os países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa;
- Reforçar a solidariedade, a cooperação e a agenda comum dos Países frágeis e afetados por conflito, particularmente com vista à implementação de iniciativas que levem ao desenvolvimento e à consolidação da paz e da estabilidade, no âmbito do G7+;
- Reforçar as relações internacionais com países empenhados em consolidar o seu desenvolvimento e defender a integridade territorial, tais como os Estados das Pequenas Ilhas do Pacífico em Desenvolvimento, bem como aqueles países empenhados no uso e controlo das suas riquezas em benefício dos seus povos;
- Reforçar as relações de amizade e de cooperação bilateral com os países do Sudeste Asiático, e a consolidação de embaixadas em todos os países membros da ASEAN, continuando também a promover as reformas nacionais que foram alinhadas às diretrizes desta Associação, continuando-se todos os esforços para que Timor-Leste se torne membro efetivo de pleno direito da ASEAN;
- Reforçar as relações de amizade e de cooperação bilateral com países amigos e importantes parceiros de desenvolvimento, tais como Portugal, Austrália, Indonésia, Estados Unidos da América, Cuba, Nova Zelândia, Japão, Coreia do Sul e a China, bem como com os restantes países BRICS, da CPLP, ASEAN e com os países da região do Golfo;
- Reforçar as relações de amizade e de cooperação com a Santa Sé e criar condições de implementação da Concordata;
- Preparar a adesão à Commonwealth;
- Consolidar os laços de amizade e de cooperação com os países da União Europeia, bem como continuar a apostar nos projetos de cooperação realizados em parceria com esta organização;

Nudar nasaun joven ida ne'ebé sei iha faze atu dezenvolve-an, Timor-Leste, tenke lori polítika esterna ida ne'ebé promove kooperasaun bilateral no multilateral, hodi loke dalan ba parserias kulturais, ekonómikas no komersiais ho nasoens sira seluk, liu-liu atu atrai investimentu no kapasitasaun ba instituisoens no ba rekursus humanus País ne'e nian.

Iha kontestu ida ne'e, Governu sei hamosu objetivus hirak tuir mai, iha ámbitu relasoens internasionais no polítika esterna:

- Promosaun ba interesen nasionais no ba imajen país-nian, iha nível internacional;
- Fortalese relasoens amizade, kooperasaun no solidariedade ho Estados hotu-hotu, tuir prinsípius konstitusionais no tuir polítika “zero inimigos”;
- Reforsa lasus amizade no kooperasaun ho vizinhos ne'ebé besik liu, hanesan Indonézia no Austrália;
- Fó atensaun liu atu reforsa relasoens internasionais ho Rai sira ne'ebé Timor-Leste partilha lasus histórikus, kulturais no amizade, nune'e mós ho sira nebé ita iha língua komun, hanesan comunidade Países de Língua Portuguesa;
- Reforsa solidariedade, kooperasaun no agenda komun ida ba países frájeis no afetados ho konflitu, liu-liu atu implementa inisiativas ne'ebé bele lori Rai sira né ba dalan dezenvolvimentu no ba konsolidasaun paz no estabilidade, iha ámbitu G7+;
- Reforsa relasoens internasionais ho países ne'ebé empenhadus (ka haka'as-an) atu konsolida sira-nia dezenvolvimentu no defende integridade teritorial, hanesan Estados husi Ilhas ki-kiik iha Pasífiku, ne'ebé buka hela hala'o sira dezenvolvimentu, nune'e mós ho países sira ne'ebé empenhadus atu uza no kontrola sira-nia rikeza, hodi fõ benefísius ba sira-nia povu;
- Reforsa relasoens amizade no kooperasaun bilateral ho países iha Sudeste Aziátiku, inklui loke tan no konsolida embaixada iha países membrus ASEAN nian, hodi continua promove reformas nasionais ne'ebé alinha ona ho diretrizes Asosiasaun ne'e nian, nune'e bele hatutan esforsus hotuhotu, atu Timor-Leste sai membru efetivu ho plenu direitu iha ASEAN;
- Reforsa relasoens amizade no kooperasaun bilateral ho países amigos nebé sai parseirus importantes ba dezenvolvimentu, hanesan Portugal, Austrália, Indonézia, Estados Unidos América, Kuba, Nova Zelândia, Japaun, Coreia do Sul, China, nune'e mós ho países nebé pretense ba BRICS, CPLP nune'e mós ho países hosi Rejiaun Golfo;
- Reforsa relasaun amizade no kooperasaun ho Santa Sé no kria kondisaun atu implementa Konkordata;
- Prepara adezaun ba Commonwealth;
- Konsolida lasus amizade no kooperasaun ho países iha Uniaun Europeia, nune'e mós continua aposta iha projetus kooperasaun ne'ebé hetan parseria ho organizasaun ida ne'e;

- Reforçar o envolvimento junto da Organização das Nações Unidas, nomeadamente em iniciativas e encontros que visem a paz, a reconciliação e o desenvolvimento económico e social de todos os povos do mundo, também continuando a promover a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a participação em debates construtivos com vista à reforma do Conselho de Segurança e, ainda, a participação das Forças Armadas e Policiais timorenses, nas operações de manutenção de paz e operações humanitárias da ONU;
- Defender os princípios fundamentais do Movimento dos Não Alinhados e da Carta das Nações Unidas, na preservação e promoção da paz mundial, através do diálogo e da diplomacia entre os Estados e evitar o uso da força na resolução de conflitos;
- Continuar a fortalecer o papel de Timor-Leste nas organizações regionais e internacionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, o Fórum Regional da ASEAN, o Diálogo do Pacífico Sudoeste, o Grupo de Estados Africanos das Caraíbas e do Pacífico, ACP-UE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Asiático para o Desenvolvimento, Asian Infrastructure Development Bank, Organização Mundial de Comércio, Bali Democracy Fórum, Melanesian Spearhead Group, Coral Triangle Initiative, e outras organizações internacionais.
- Reforça envolvimento Timor-Leste iha Organizasaun Nasoens Unidas, liu-liu iha inisiativas no enkontrus ne'ebé tau matan ba paz, rekonsiliausaun no dezvoltimentu ekonómiku no sosial povus mundu tomak nian, nune'e mós atu kontinua promove implementasaun Objektivu ba Dezenvolvimentu Sustentável, no partisipasaun iha debates konstrutivus, hodi halo reforma ba Konselhu Seguransa, nomós, kona-ba partisipasaun forsas armadas no polisiais timor-oan, iha operasoens ba manutensaun da paz no operasoens humanitárias husi ONU;
- Defende prinsípius fundamentais Movimentu Naun-Alinhadu no Karta das Nasoens Unidas, kona-ba prezervasaun no promosaun paz iha mundu, liuhosi diálogo no diplomasia entre Estados, hodi evita uza fali forsa atu rezolve konfliktus;
- Kontinua hametin papel Timor-Leste iha organizasoens rejionais no internasionais, hanesan Fórum das Ilhas do Pasífiku, Fórum Rejional ASEAN, Diálogo do Pasífiku Sudoeste, Grupu Estados Afrikanus ho Caraíbas no Pasífiku, ACP-UE, Banku Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banku Asiático ba Dezenvolvimentu, Asian Infrastructure Development Bank, Organizasaun Mundial ba Komérsiu, Bali Democracy Fórum, Melanesian Spearhead Group, Iniciativa Koral Triangle, no organizasoes internacionais sira seluk.

6.11 Delimitação de Fronteiras Terrestres e Marítimas

Timor-Leste é um país insular do Sudeste Asiático, situado entre dois vizinhos de maior dimensão. A norte, oeste e leste, fica o arquipélago indonésio. A sul, estende-se o vasto continente australiano, a cerca de 300 milhas náuticas através do Mar de Timor. Até ao passado dia 6 de março de 2018, não existiam fronteiras marítimas permanentes traçadas, com nenhum dos seus vizinhos, a Austrália e a Indonésia.

No âmbito da política externa, a delimitação de fronteiras, marítimas e terrestres, é uma prioridade, já que se trata de uma questão de soberania nacional. Foram, por isso, desde os primórdios da independência, desenvolvidos esforços para iniciar negociações quer com a Austrália, quer com a Indonésia, para a delimitação de fronteiras.

Esta é considerada uma questão de soberania, sobretudo para um país, que ofereceu todo o tipo de sacrifícios, durante cerca de 24 anos, na defesa da sua liberdade e independência. A última fronteira da luta timorense reside nos mares e oceanos que circundam Timor-Leste.

É importante reafirmar que, para o povo da ilha de Timor-Leste, os mares circundantes constituem parte integrante do seu modo de vida e têm, inclusivamente, um significado espiritual, já que reza a lenda que os timorenses são descendentes do crocodilo. O povo depende dos seus mares para o seu sustento e subsistência, através da pesca e da colheita de espécies marinhas. Também os recifes de coral e as íngremes escarpas submarinas, que circundam a ilha de Timor-Leste, são de grande importância, já que constituem uma importante atração para o desenvolvimento turístico.

6.11 Delimitasaun Fronteiras Terrestres no Marítimas

Timor-Leste, nasaun kosteira ida iha sudoeste aziátiku, situadu entre vizinhos rua nebé boot tebe-tebes. Husi norte, oeste no leste iha arquipélagu indonézio. Iha Sul, kontinente australianu nebé boot no luan, besik kuaze 300 milhas náutikas, hosi Tasi. To'o loron 6 fulan Marsu tinan 2018, laiha fronteiras marítimas permanentes, ho nia vizinhos rua ne'e, Austrália no Indonézia.

Iha âmbito politika externa, delimitasaun fronteiras, iha tasi no rai, sai prioridade ida, tanba ne'e kestaun soberania nasional. Ho ida ne'e, hori uluk kedas bain-hira hahú independénsia, Timor-Leste dezvoltolve esforsus atu hahú negosiasaun ho Austrália no Indonézia, hodi hetan delimitasaun ba fronteiras.

Ida ne'e sai hanesan kestaun soberania, liu-liu ba nasaun ida ne'ebé simu sakrifisius hotu, iha tinan 24 nia laran, atu defende ninia liberdade no independénsia. Fronteira ikus ba luta timor-nian maka iha tasi laran nebé hale'u Timor-Leste.

Importante mós atu afirma fali katak, ba povu Timor-Leste, nudar ilha. Tasi ne'ebé hale'u sai parte integrante ba iha nia moris loron – loron nian no ho nia signifikadu espiritual, hosi lenda ne'ebé hatete katak timor-oan sira mai hosi Avó-lafaek. Povu depende ba nia tasi, ba nia sustentu no subsisténsia rasik, liuhosi peska no kaer spesies husi tasi. No mós, resifes koral no fatuk lolon naruk no klean iha tasi-laran, ne'ebé hale'u ilha Timor-Leste, hetan importánsia boot tamba bele sai atrasaun diak tebe-tebes ba iha dezvoltimentu turístiku.

Por outro lado, o país está a desenvolver a sua indústria petrolífera e a atrair investimento com base nas suas vastas reservas de petróleo e gás, que se encontram no fundo marinho ao largo da costa sul. As atividades petrolíferas no Mar de Timor são atualmente reguladas por acordos provisórios de partilha de recursos com a Austrália, os quais refletem os termos de um tratado assinado pela Austrália e pela Indonésia, ainda durante o tempo da ocupação militar.

Por esta razão, desde que alcançou a Sua independência, fez parte de uma das principais prioridades para o País obter a delimitação permanente das suas fronteiras marítimas, em conformidade com o direito internacional. O estabelecimento de fronteiras marítimas permanentes irá permitir que Timor-Leste coloque, no mapa, as suas fronteiras terrestres e marítimas, internacionalmente reconhecidas, permitindo uma maior segurança e certeza para o desenvolvimento de uma série de indústrias e serviços, incluindo as áreas de segurança, imigração, pescas, turismo e alfândegas.

Por outro lado, poderá também impulsionar o desenvolvimento empresarial e o investimento, incluindo o setor petrolífero. O crescimento e a diversificação económica representam a construção de um futuro próspero, seguro e sustentável para Timor-Leste.

6.11.1 Indonésia

No curto prazo, o Governo irá reativar as negociações com a Indonésia para finalizar a delimitação das fronteiras terrestres, fechando assim os últimos dois segmentos (Oben/Bijael Sunan e Citrana), em Oe-Cusse, assegurando definitivamente os seus direitos de soberania sobre o território terrestre.

Relativamente à delimitação de fronteiras marítimas com a Indonésia, foram já iniciadas consultas formais e foi desenvolvido, por ambos os governos, um conjunto de princípios e orientações para as negociações e acordada a aplicação do direito internacional, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), para a definição de fronteiras marítimas entre os dois países.

Assim, o Governo irá retomar as negociações formais sobre as fronteiras marítimas, imediatamente após a delimitação final das fronteiras terrestres. No entanto, as discussões internas e a preparação de documentação política, técnica e legal, que irá orientar estas negociações, começarão a ser imediatamente efetuadas.

6.11.2 Austrália

O dia 6 de Março de 2018 assinalou-se um momento histórico para o País com a assinatura do Tratado de Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália, em Nova Iorque. Este Tratado surge na sequência de um longo processo de resolução de disputas sobre a área marítima entre os dois países, o que incluiu esforços diplomáticos, consultas e negociações bilaterais, e outros arranjos, inclusivamente processos legais entre os dois Estados.

Nune'e mós, nasaun buka dezenvolve ninia indústria petrolífera no hakarak atrai investimentu ba rezervas petróleo no gás, ne'ebé nakonu iha tasi okos, iha kosta sul. Atividades petrolíferas iha Tasi Timor dau-daun ne'e regula liuhosi akordu provizóriu, atu fahe rekursus ho Austrália, ne'ebé kaer tuir buat nebé hakerek iha Tratadu, ne'ebé uluk Austrália ho Indonézia mak assina, durante kedas tempu okupasaun militar.

Ho razaun ida ne'e, bain-hira hahú hetan independénsia, prioridade prinsipal ida ba Nasaun maka hetan delimitasaun permanente iha fronteira marítima, haktuir direitu internacional. Estabelesimentu fronteira marítima ne'ebé permanente, sei permite Timor-Leste atu tau iha mapa ninia fronteiras, terrestres no marítimas, ne'ebé sei hetan rekonhesimentu internacional, hodi permite tau seguransa boot no fó serteza ba dezenvolvimentu indústrias no servisu lubun ida, inklui mós iha área seguransa, imigrasaun, peskas, turismu no alfândegas.

Iha lidun seluk, sei dudu dezenvolvimentu emprezarial no investimentu, inklui mós setor petrolíferu. Kresimentu no diversifikasaun ekonómika representa konstrusaun ba futuru nebé prósperu, seguru no sustentável, ba Timor-Leste.

6.11.1 Indonésia

Iha tempu badak, Governu sei reativa fali negosiasoens ho Indonézia, hodi finaliza delimitasaun fronteira terrestre, ho deit ona segmentos rua (Oben/Bijael Sunan e Citrana) iha Oé-Kusi, hodi nune'e asegura definitivamente nia direitu soberania kona-ba espasu territorial Timor-Leste nian.

Relasiona ho delimitasaun fronteira marítima ho Indonézia, hahú ona mós konsultas formais, hodi dezenvolve daudaun ona, hosi governus rua ne'e, prinsipius no orientasoens atu tama ba negosiasoens, no konkorda ona atu tuir aplikasaun direitu internacional, iha âmbito Konvensaun Nasoens Unidas ba Direitu ba Tasi (CNUDM), hodi define fronteiras marítimas entre nasoens rua ne'e.

Nune'e, Governu sei retoma fali negosiasoens formais kona-ba fronteiras marítimas, hafoin hetan delimitasaun final iha fronteira terrestre. Nune'e, diskusoens internas no preparasaun dokumentasaun política, téknika no legal ne'ebé sei orienta negosiasoens sira ne'e, sei komesa prepara dau-daun ona.

6.11.2 Austrália

Loron 6 fulan Marsu tinan 2018, asinala duni momentu históriku ida ba ita-nia nasaun, ho asinatura Tratadu Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste no Austrália, iha Nova Iorque. Tratadu ida ne'e mosu nudar rezultadu hosi prosesu ida naruk ba rezolusaun disputas entre países rua ne'e, kona-ba áreas marítimas idai-idak nian, prosesu ne'ebé inklui mós esforsus diplomátikus, konsultas no negosiasoens bilaterais nomós liuhosi prosesus legais entre Estados rua ne'e.

Ao iniciar, em abril de 2016, pela primeira vez na história, o processo de conciliação obrigatória com a Austrália, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Timor-Leste conseguiu, durante o ano de 2017, trazer para a mesa das negociações a Austrália. Com a assistência da Comissão de Conciliação, ambos os países deram passos significativos com o objetivo de chegarem a um acordo sobre fronteiras marítimas permanentes, o que levou finalmente à assinatura do novo Tratado sobre fronteiras marítimas entre os dois países, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, na presença do Secretário-Geral, Eng.º António Guterres.

O Governo irá agora, também como prioridade máxima, desenvolver esforços para implementar o Tratado sobre Fronteiras Marítimas, incluindo desde já o seu processo de ratificação pelo Parlamento Nacional, bem como continuar as negociações com as companhias petrolíferas envolvidas no Campo do Greater Sunrise, para o estabelecimento de um regime especial para os Campos do Greater Sunrise em benefício de ambas as partes.

O Governo irá, assim, continuar a desenvolver esforços para implementar o acordo estabelecido com a Austrália, reconhecendo a ligação inextricável entre a delimitação de fronteiras marítimas e a criação de um regime especial para o desenvolvimento do Greater Sunrise, o que inclui o desenvolvimento dos recursos e as disposições sobre a partilha de receitas resultantes da exploração desses recursos. Estas negociações serão orientadas por uma política firme de defesa dos interesses nacionais, com vista ao desenvolvimento social e económico sustentável do povo timorense.

Ainda sobre o sucesso deste processo de conciliação obrigatória e considerando a publicação do “Relatório Final e Recomendações da Comissão de Conciliação”, Timor-Leste, no âmbito da sua política externa, irá continuar a promover o direito internacional e a resolução pacífica de disputas entre os Estados, partilhando a sua própria experiência e participando em conferências e fóruns internacionais que promovam o direito internacional, o direito internacional do mar e, mais especificamente, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, sobre o princípio de que todos os Estados devem, em boa-fé, cumprir as suas obrigações nos termos do direito internacional e respeitar os direitos legais dos outros Estados. Todos os Estados, sejam grandes ou pequenos, são iguais perante o direito internacional e perante os tribunais internacionais.

Ao nível interno, o Governo irá implementar medidas estratégicas de defesa da independência e integridade territorial, incluindo a supervisão do espaço terrestre, marítimo e também aéreo, no âmbito do reforço da soberania nacional.

6.11.3 Desenvolvimento Institucional

Tendo em vista a implementação da política externa do país,

Wain-hira hahú, pela primeira vez iha história, iha fulan Abril tinan 2016, prosesu konsiliausaun obrigatória ho Austrália, iha âmbito Konvensaun Nasoens Unidas kona-ba Direitu ba Tasi, Timor-leste konsegué, durante tinan 2017 tomak, lori Austrália ba tur iha meza atu negoseia. Ho asisténsia hosi Komisaun Konsiliausaun, paízes rua ne'e fô pasus signifkativus ho objetivu atu halo akordu ida kona-ba fronteiras marítimas permanentes, hodi, finalmente, iha Sede Nasoens Unidas iha Nova Iorque, ho prezensa hosi Sekretáriu Jeral Nasoens Unidas, Eng.º António Guterres, bele assina duni Tratadu ne'e.

Governu sei, ho prioridade másima, desenvolve esforsus atu implementa Tratadu kona-ba Fronteiras Marítimas, inklui kedas mós prosesu ratifikasaun hosi Parlamentu Nasional, nune'e mós kontinua negosiasoens ho companhias petrolíferas ne'ebé envolve iha Kampu Greater Sunrise, hodi estabelese rejime espesial ida nebé fô benefisius ba parte rua hotu.

Nune'e, Governu sei kontinua desenvolve esforsus hodi implementa akordu ne'ebé estabelese ona ho Austrália, hodi rekonese ligasaun nebé labele hakotu entre delimitasaun fronteira marítima no kriasaun rejime espesial ida ba desenvolvimentu Greater Sunrise, ne'ebé inklui desenvolvimentu rekursus nian no dispozisoens kona-ba fahe reseitas, ne'ebé sei mai hosi esplorasau rekursus hirak ne'e. Negosiasoens sira ne'e sei tuir política ida nebé firme, atu defende intereses nacionais, hodi harései ba desenvolvimentu social no ekonómiku, ne'ebé sustentável ba Povu timor.

Relasiona ho susesu iha prosesu konsiliausaun obrigatória no konsidera mós publikasaun hosi “Relatório Final no Recomendasaun hosi Komisaun Konsiliausaun”, Timor-Leste, iha nia âmbito política esterna, sei kontinua promove direitu internacional no rezolusaun pasífika ba disputas entre Estados, hodi partilha ninia esperiénsia rasik no partisipa iha konferénsias no fóruns internacionais, ne'ebé promove direitu internacional, direitu internacional ba Tasi no, liuliu Konvensaun Nasoens Unidas ba Direitu ba Tasi, nomós kona-ba prinsípiu katak Estados hotu-hotu tenke, ho ‘boa-fé’, kumpre idaidak nia obligasoens, tuir direiru internacional no respeita direitus legais Estados seluk nian. Estados hotu-hotu, boot ka kiik, hanesan deit perante direitu internacional no perante tribunais internacionais.

Iha nível internu, Governu sei implementa medidas estratéjikas atu defende independénsia no integridade territorial, inklui mós supervizaun ba espasu terrestre, marítimu nomós aéreo, iha âmbito reforsu soberania nasional.

6.11.3 Desenvolvimentu Institucional

Ho objetivu atu implementa política esterna Nasaun-nian, iha

no âmbito das relações internacionais, o Governo continuará a fortalecer as instituições responsáveis pela aplicação da sua política externa e a promover a cooperação bilateral e multilateral, orientada para o desenvolvimento da Nação.

Assim, o Governo, irá:

- Continuar a desenvolver o quadro legal conducente ao fortalecimento do setor das Relações Externas, incluindo a estruturação e elevação do Estatuto das Carreiras Diplomáticas, bem como regular os direitos e deveres dos funcionários dos Serviços Diplomáticos;
- Aprovar e implementar a legislação relativa ao Protocolo de Estado, que institucionalize o conjunto de procedimentos e regras internas e no relacionamento de Timor-Leste com outros Estados, dignificando também assim a Nação e os seus representantes;
- Continuar a elaboração, produção e aprovação do *Dokumento Mutin* (Livro Branco de Política Externa);
- Harmonizar todos os compromissos internacionais que vinculam o Estado Timor-Leste e proceder à sua divulgação intersetorial, por forma a melhorar o profissionalismo e a ação do Estado, bem como cumprir as obrigações assumidas;
- Sistematizar procedimentos e a regulamentação sobre Tratados Internacionais e garantir a preservação e divulgação dos documentos relacionados com a assinatura de Tratados Internacionais, Acordos, Memorandos de Entendimento e Protocolos, identificando e promovendo a entidade depositária dos mesmos;
- Aprovar o Estatuto e fortalecer o Instituto de Estudos Diplomáticos, enquanto entidade privilegiada de formação de diplomatas e profissionais, incluindo os Oficiais do setor da Defesa e Segurança;
- Desenvolver um plano de formação contínua aos recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, incluindo o reforço de competência em línguas nacionais e estrangeiras;
- Continuar o processo de racionalização e redimensionamento das missões diplomáticas e consulares no estrangeiro;
- Melhorar e atualizar constantemente o portal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, incluindo a

âmbito relasaun internasiona, Governu sei kontinua hametin instituisoens ne'ebé responsáveis ba aplikasaun ninia política esterna no atu promove kooperasaun bilateral no multilateral, ne'ebé orienta ba dezentovimentu Nasaun.

Nune'e, Governu sei:

- Kontinua dezentolve kuadru legal, ne'ebé lori ba fortaleimentu setor ida ne'e, inklui mós estruturasaun no hasa'e estatutu ba karreiras diplomátikas, nune'e mós atu regula direitus no deveres funsionárius sira-nian, iha servisus diplomátikus;
- Aprova no implementa lejislasaun kona-ba Protokolu Estadu, ne'ebé instituisionaliza prosedimentus lubun ida no regras internas, iha relasionamentu entre Timor-Leste ho Estadus sira seluk, hodi nune'e dignifika Nasaun no Nasaun-nia representantes sira;
- Kontinua halo elaborasaun, produsaun no aprovasaun ba *Dokumento Mutin* (Livro Branco de Política Externa);
- Harmoniza kompromisus internasionais, ne'ebé vinkula Estadu Timor-Leste no halo nia divulgasaun intersetorial, hodi hadi'a profesionalismu no hadi'a asaun husi Estadu, nune'e mós atu kumpre obrigasoes ne'ebé Estadu assume tiha ona;
- Sistematiza prosedimentus no regulamentasaun kona-ba Tratadus Internasionais no garante prezervasaun no divulgasaun dokumentus ne'ebé relaciona ho asinatura Tratadus Internasionais, Akordus, Memorandus de Entendimentu no Protokolus, hodi identifika no promove entidade depozitória ba dokumentus sira ne'e;
- Aprova estatutu no hametin liu tan Institutu Estudus Diplomátikus, núdar entidade privilejiada ba formasaun diplomatas no profisionais, inklui mós oficiais hosi setor defesa no seguransa;
- Dezentolve planu formasaun kontinua ba rekursus humanus iha Ministériu dos Negósius Estranjeirus no Kooperasaun, inklui mós reforsu iha kompeténsia iha línguas nasionais no estranjeiras;
- Kontinua prosesu rasionalizasaun (katak hamenus) no redimensionamentu (katak bele haklot) ba misoens diplomátikas no konsulares iha estranjeiru;
- Hadia no atualiza portal Ministério Negósius Estranjeirus no Kooperasaun, inklui mós hato'ba públiku informasaun

disponibilização ao público de informação que promova o País e facilite o conhecimento e o acesso a áreas de interesse nacional;

- Produzir e distribuir, por todas as representações diplomáticas, materiais promocionais sobre o país, também por forma a atrair o investimento, comércio e o turismo em Timor-Leste.

6.12 Comunidades Timorenses no Exterior

O Governo está especialmente empenhado em fortalecer os laços que unem os nossos compatriotas na diáspora ao nosso Estado. Entendemos que, apesar das distintas circunstâncias que podem ter motivado que muitos timorenses tenham deixado de residir no nosso território nacional, procurando a segurança ou melhores condições de vida noutros países, é fundamental que mantenhamos, e se possível fortaleçamos, os laços que unem os Timorenses na diáspora à República Democrática de Timor-Leste. Os nossos compatriotas no estrangeiro constituem o melhor meio de promoção do nosso País no estrangeiro.

No passado recente, sob proposta do Governo, o Parlamento Nacional aprovou legislação que permitiu aos nossos compatriotas na diáspora a sua inscrição no recenseamento eleitoral, viabilizando, dessa forma, a sua participação nos processos eleitorais realizados em 2017 e 2018. A participação política, além de constituir um direito fundamental reconhecido a todos os cidadãos timorenses, constitui, também, um importante instrumento de fortalecimento da ligação dos nossos concidadãos à nossa Comunidade Nacional.

O Governo está determinado em continuar a promover a adoção de medidas que apoiem os nossos compatriotas que residem no estrangeiro e fortaleçam a sua ligação a Timor-Leste, pelo que se propõe a realização das seguintes tarefas:

- Aprovar legislação que permita assegurar a prestação de serviços públicos aos cidadãos timorenses na diáspora, através das embaixadas e consulados da República Democrática de Timor-Leste;
- Reforçar os meios disponibilizados às embaixadas e aos consulados da República Democrática de Timor-Leste para a prestação de serviços no domínio dos registos e notariado aos cidadãos residentes fora do território nacional;
- Introduzir mecanismos de apoio e proteção consular aos cidadãos timorenses residentes no estrangeiro;

ne'ebé promove país no fasilita konhesimentu no asesu ba áreas interese nasional nian;

- Produz no fahe ba representasoens diplomátikas tomak, materiais promocionais (atu promove) kona-ba ita-nia País, hodi atrai investimentu, komérsiu no turismu mai Timor-Leste.

6.12 Komunitade Timor-Oan iha Estranjeiru

Governu empenhadu atu hametin lasu ne'ebé bele hametin ita nia kompatriotas sira iha estranjeiru. Ita entende katak, apezarde sirkunstánsia la hanesan ne'ebé bele halo timor-oan barak husik hela ita nia rai hodi ba buka seguransa no kondisaun vida ne'ebé diak iha rai seluk, ne'e fundamental tebes katak ita mantein nafatin, no se bele karik hametin liu tan, lasus ne'ebé liga timor-oan tomak iha estranjeiru ho Repúblika Demokrátika Timor-Leste. Ita nia kompatriota sira iha estranjeiru sai meu diak ida hodi halo promosaun ida ba ita nia País iha estranjeiru.

Foin dadaun ne'e, liuhosi proposta Governu nian, Parlamentu Nasional aprova ona lejislasaun ida ne'ebé permite ba ita nia kompatriota sira iha estranjeiru hodi halo inskrisaun ba resenseamentu eleitoral, hodi hare'e sira nia partisipasaun iha ita nia prosesu eleitoral ne'ebé hala'I iha tinan 2017 no 2018. Partisipasaun polítika, aleinde sai núdar direitu fundamental ne'ebé rekonhesidu ba sidadaun timoa-oan tomak, hanesan mós instrument importante ida hodi hametin ligasaun ita nia konsidadaun sir aba iha ita nia Komunitade Nasional.

Governu determinadu tebes atu kontinua promove medidas ne'ebé bele apoia ba ita nia kompatriota sira ne'ebé hela iha estranjeiru no hametin liu tan nia ligasaun ho Timor-Leste, nune'e, propoin atu hala'o tarfeas hirak tuir mai:

- Aprova leis ne'ebé permite atu aseguira prestasaun servisu públiku ba sidadaun timor-oan iha estranjeiru, liu hosi Embaixadas no Konsuladus Repúblika Demokrátika Timor-Leste iha estranjeiru;
- Hametin meus hirak ne'ebé iha Embaixadas no Konsuladus Repúblika Demokrátika Timor-Leste nian iha estranjeiru hodi fo'o prestasaun servisu kona-ba rejistus no notariado ba sidadaun sira ne'ebé hela iha rai liur hosi teritóriu nasional;
- Hatama mekanismu hodi apoia no protesasaun Konsular ba sidadaun timor-oan ne'ebé hela iha estranjeiru;

- Melhorar os mecanismos de disseminação da informação pelas comunidades timorenses na diáspora, relacionadas com a vida e com os interesses do nosso País.
- Hadia mekanismu hodi fahe informasaun ba comunidade timor-oan iha estrangeiru, ne'ebé relasiona ho vida no ho interese ita nia Nasaun.

Apreciado nas Reuniões Plenárias de 25, 26, e 27 de julho de 2018.

Apreciado iha Reunião Plenária loron 25, 26 e 27 de julho de 2018.

Publique-se.

Publique-se.

O Presidente do Parlamento Nacional,

O Presidente do Parlamento Nacional,

Arão Noé de Jesus da Costa Amaral

Arão Noé de Jesus da Costa Amaral